Altamiro Sérgio Mol Bessa

A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração:
Paisagem e Ambiente

Orientadora: Profa. Dra.
Maria Ângela Faggin Pereira Leite

São Paulo
2011

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.
O original se encontra disponível na sede do programa
São Paulo 11 de julho de 2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: altamirobessa@uol.com.br

Bessa, Altamiro Sérgio Mol
B557c A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real / Altamiro Sérgio Mol Bessa. –São Paulo, 2011.
280 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP.
Orientadora: Maria Ângela Faggin Pereira Leite

1.Paisagem 2.Turismo sustentável 3.Sustentabilidade I.Título

CDU 712

FAUUSP

BESSA, A. S. M. A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professor: Instituição:

Julgamento:_____Assinatura_____

Professor: Instituição:

Julgamento:_____Assinatura_____

Professor: Instituição:

Julgamento:_____Assinatura_____

Professor: Instituição:

Julgamento:_____Assinatura_____

Professor: Instituição:

Julgamento:_____Assinatura_____

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Ângela, pela orientação segura, pelas interrogações que me forçaram a descobrir coisas, pela dedicação e pelo privilégio da convivência.

Aos Professores Lúcia Capanema e Vladimir Bartalini, pelas contribuições no Exame de Qualificação.

Aos professores da Faculdade de Arquitetura da USP.

Aos funcionários da FAU-Maranhão, especialmente Cristina, Diná, Isa e Regina, pela atenção.

À CAPES, pela bolsa de doutorado entre setembro de 2008 e setembro de 2009.

À Universidade de São Paulo, pela acolhida e pelas oportunidades.

A investigação da verdade é, num sentido, difícil e, noutro, fácil. A prova disso é que ninguém pode alcançar plenamente a verdade, mas ninguém erra inteiramente, e cada um diz algo sobre a natureza em si mesma; individualmente, essa contribuição não é nada ou é pouca coisa, mas o conjunto de todas as contribuições forma um resultado fecundo.

Aristóteles, Livro II da Metafísica

RESUMO

BESSA, A. S. M. **A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real**. 2011. 280 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

Ao tentar retomar ocupações e traçados do passado, o turismo pode retomar, simultaneamente, (in)capacidades e conflitos presentes desde sempre nos lugares. Esta é a tese proposta neste trabalho. Para demonstrá-la, desenvolveu-se uma pesquisa mais abrangente que cuidou de verificar como são construídas as paisagens turísticas em unidades territoriais, núcleos e/ou rotas históricas e os resultados desta construção sobre os territórios. Como objetos de estudo tomou-se dois núcleos históricos situados no antigo Caminho dos Diamantes, uma das três rotas que formavam as chamadas Estradas Reais do Brasil Colônia: os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo. Estas localidades, grandes produtoras de diamantes nos séculos XVII e XVIII, sofreram, àquela época, a imposição das forças de dominação da Coroa Portuguesa que as transformaram em um enclave rigidamente controlado. Ao final do período da mineração, as duas localidades apresentavam paisagens marcadamente distintas. As de Milho Verde revelavam um quadro de insustentabilidade ambiental ao passo que as de São Gonçalo revelavam um ambiente urbano paisagisticamente qualificado, cercado por uma natureza preservada. Mantidas abandonadas por mais de um século, em função do esvaziamento econômico a que foi submetido todo o Norte Mineiro, estas localidades foram descobertas pelo turismo que ali se instalou nas décadas finais do século XX. Estas novas forças incidentes foram acrescidas das impostas pelos discursos de um projeto turístico público-privado, o Projeto Estrada Real. Os resultados da pesquisa mostraram que o turismo em Milho Verde retomou o antigo Caminho dos Diamantes como condutor dos novos processos insustentáveis que se estabeleceram sobre a localidade. Ao longo deste trajeto histórico, o turismo vai recuperando as incapacidades e conflitos que marcaram a evolução de suas paisagens e nelas sempre estiveram presentes, produzindo novas paisagens insustentáveis, denominadas no trabalho de paisagens convexas. Em São Gonçalo, o tipo de turismo que ali se estabeleceu retomou o antigo Caminho como atrativo turístico,

recuperando as capacidades que historicamente fizeram da localidade um lugar paisagisticamente qualificado, resultando no que se denominou paisagens côncavas. A construção metodológica da pesquisa centrou-se na paisagem como principal categoria de percepção e análise dos fenômenos. As paisagens dos lugares foram lidas e analisadas pelas suas forças construtoras: as verticalidades, forças externas aos lugares; as horizontalidades, forças internas; e as forças de filtro. Estas últimas, uma contribuição do trabalho, são formadas pelas legislações e ordenamentos e podem atuar ou não nas paisagens, dependendo da mobilização das horizontalidades e/ou verticalidades. As evidências encontradas na pesquisa apontam para o fato de que o turismo, ao ajustar-se ao existente, pode fazer aflorar aquilo que ao longo dos tempos foi dando forma e sentido às paisagens dos lugares e que nelas permaneceram presentes. Os resultados indicam que, dependendo do tipo de turismo que se implanta nos lugares, pode haver supressão de direitos, principalmente naqueles onde isto já acontecia no passado, ou o surgimento de novas formas de superação de injustiças, de reestruturação econômica e de resolução de conflitos, quando um turismo mais sustentável incidir em lugares com tradição de participação dos atores locais no trabalho coletivo de construção social.

Palavras-chave: Paisagens turísticas. Construção de paisagens turísticas. Paisagens sustentáveis. Forças atuantes nas paisagens. Paisagens da Estrada Real.

ABSTRACT

BESSA, A. S. M. **The construction of tourist landscapes in the misdirections of the Estrada Real (Royal Road)**. 2011. 280 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

When retaking occupations and traces of the past, tourism can simultaneously retrieve (in)capacities and conflicts ever-present in the places. In order to demonstrate this thesis, a comprehensive research was conducted, to verify how these tourist landscapes are constructed in territorial units, centers and/or historical routes, as well as the results of this construction upon the territories. The objects of study were two historical centers situated in the old Caminho dos Diamantes (Diamond Path), the districts of Milho Verde and São Gonçalo. The Caminho dos Diamantes is one of three routes that formed the Estrada Real (Royal Road) in the Colonial period. These localities, great producers of diamonds in the XVIIth and XVIIIth centuries, experienced, at that time, a severe domination by the Portuguese Crown, transforming them into a strictly controlled enclave. By the end of the mining period, both localities presented markedly distinct landscapes. Those of Milho Verde displayed a picture of environmental unsustainability, whereas those of São Gonçalo revealed an urban environment with qualified landscape, surrounded by a well-preserved nature. These localities, forsaken for over a century as a result of the economic exhaustion forced upon the North of Minas Gerais, were rediscovered by tourism in the last decades of the XXth Century. To these new influencing forces, others imposed by the discourses of a public-private tourist project were added: the Estrada Real Project. The results of the research show that tourism in Milho Verde regained the old Diamond Path as a conductor of new unsustainable processes that had been established there. Along this historical path, tourism went on retrieving the incapacities and conflicts that have marked the evolution of its landscapes and were always present, producing new unsustainable landscapes, here termed *convex landscapes*. In São Gonçalo, the type of tourism established regained the old Path as a tourist attraction, restoring the potentialities that historically made the locality a place of qualified landscape, resulting in what is termed here *concave landscapes*. The methodological framework of this research has been centered on the landscape as the

main category of perception and analysis of the phenomena. The landscapes of the places were read and analyzed in terms of their building forces: verticalities - forces external to the places; horizontalities - forces internal to the places; and filtering forces. The latter, a contribution of this work, are formed by laws and regulations that may or may not act upon the landscapes, depending on the mobilization of the horizontalities and/or verticalities. The evidence found points to the fact that tourism, in adjusting to the existing context, has the power to make emerge those aspects that have given shape and direction to the landscapes and have remained present. Results indicate that depending on the kind of tourism established in the places, there may be suppression of rights, especially on those where this already happened, or there may be the emergence of new forms of overcoming injustices, economic restructuration and conflict solving, when a more sustainable tourism acts upon places where more participant actors work collectively in social construction.

Key-words: Tourist landscapes. Construction of tourist landscapes. Sustainable landscapes. Acting forces on landscapes. Estrada Real landscapes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO *12*

PARTE 1: O ESTADO DA ARTE *20*

CAPÍTULO 1: O TURISMO E OS TERRITÓRIOS *21*

1.1 A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS TURÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS **22**
1.2 CONCEITOS PRÓPRIOS: TERRITÓRIO TURÍSTICO, LUGAR E TERRITÓRIOS TURÍSTICOS SEM LUGAR **34**
1.3 VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NOS TERRITÓRIOS TURÍSTICOS **39**

CAPÍTULO 2: PAISAGENS SUSTENTÁVEIS *48*

2.1 SUSTENTABILIDADE **49**
2.2 DISCUTINDO A PAISAGEM **56**
2.3. PAISAGEM SUSTENTÁVEL **62**

CAPÍTULO 3: OS PROJETOS DAS PAISAGENS TURÍSTICAS *71*

3.1 OS PROJETOS DAS PAISAGENS E SEUS ATRIBUTOS **72**
3.1.1 DE COMO LER OS PROJETOS DE PAISAGENS 74
3.2. DE COMO OS PROJETOS DAS PAISAGENS CRIAM MERCADORIAS TURÍSTICAS **76**
3.3. A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS TURÍSTICAS DO PROJETO ESTRADA REAL 81

PARTE 2: A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS TURÍSTICAS *96*

CAPÍTULO 4: PAISAGENS REVELADAS NO CAMINHO REAL DOS DIAMANTES *97*

4.1 AS PAISAGENS HISTÓRICAS **98**
4.1.1. O DISTRITO DOS DIAMANTES 98
4.1.2 PANORAMA DAS PAISAGENS DO DISTRITO DOS DIAMANTES 106
4.1.3 DE DISTRITO DOS DIAMANTES A REGIÃO ECONOMICAMENTE DEPRIMIDA 119
4.1.4 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS PAISAGENS DE MILHO VERDE. 122
4.1.5. SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS PAISAGENS DE SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS 126
4.2 AS PAISAGENS CONTEMPORÂNEAS **132**

4.2.1 MILHO VERDE: PAISAGENS CONVEXAS 137
4.2.1.1 DESCRIÇÃO DAS PAISAGENS ATUAIS DE MILHO VERDE 137
4.2.1.2 AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS PELOS INFORMANTES-CHAVE E GESTORES DO TURISMO 167
4.2.1.3 AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS PELOS MORADORES 168
4.2.1.4 O TURISMO NAS PAISAGENS DE MILHO VERDE 176
4.2.1.5 RESULTADO: PAISAGENS CONVEXAS 183
4.2.2 SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS: PAISAGENS CÔNCAVAS 185
4.2.2.1 DESCRIÇÃO DAS PAISAGENS ATUAIS DE SÃO GONÇALO 186
4.2.2.2 AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS PELOS INFORMANTES-CHAVE E GESTORES DO TURISMO 211
4.2.2.3 AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS PELOS MORADORES 213
4.2.2.4 O TURISMO NAS PAISAGENS DE SÃO GONÇALO 220
4.2.2.5. RESULTADO: PAISAGENS CÔNCAVAS 224

CAPÍTULO 5: AS FORÇAS QUE CONSTROEM AS PAISAGENS TURÍSTICAS 227

5.1 AS FORÇAS VERTICAIS INCIDENTES 228
5.1.1 AS FORÇAS VERTICAIS INCIDENTES E OS RESULTADOS NAS PAISAGENS. 230
5.2 AS FORÇAS HORIZONTAIS 239
5.3 AS FORÇAS DE FILTRO 242

CONCLUSÃO 246

REFERÊNCIAS 253

APÊNDICES 268

APÊNDICE 1 269
APÊNDICE 2 271
APÊNDICE 3 272
APÊNDICE 4 279
APÊNDICE 5 280



ntrodução

FAUUSP

O homem, ao longo de sua história, vem construindo sobre a natureza e com a natureza objetos que, junto com as ações humanas, se acumulam ao longo do tempo, constituindo o patrimônio cultural da humanidade. Estas realizações culturais estão representadas nos assentamentos humanos, cuja qualidade ambiental diversa é uma medida de sustentabilidade que transcende a simples utilização racional dos recursos naturais. Muitos destes assentamentos são hoje apropriados pelo turismo, que termina por interferir na (in)sustentabilidade existente destes lugares, quando busca torná-los mais sedutores para turistas, empresas e eventos. Às paisagens, cabe o papel de revelar, não só os ambientes resultantes, como, também, as ideologias, os valores e as ações que presidiram as suas construções e transformações, em cada tempo histórico.

O estudo das paisagens primeiras do Brasil Colônia mostra que a empresa mercantil portuguesa ocupou, por mais de dois séculos, as áreas litorâneas e só descobriu o interior do território brasileiro quando ali foram encontradas as primeiras minas de ouro. Esta descoberta impeliu, em especial e de forma brusca e violenta, a ocupação das áreas do interior de Minas Gerais. Entre os núcleos mineradores que vão surgindo, são construídos caminhos que, no final do século XVII, tornaram-se oficiais, as chamadas Estradas Reais.

Estas estradas passavam por dois importantes núcleos mineradores incrustados nas terras altas da Serra do Espinhaço e nas proximidades do rio Jequitinhonha, no norte do atual Estado de Minas Gerais, as Vila do Príncipe, hoje cidade do Serro e o Arraial do Tejuco, agora Diamantina. Foi no caminho entre estas duas localidades que, em 1720, se descobriu os diamantes que provocaram a vinda de levas de aventureiros que abandonaram a "região aurífera das Minas e passaram para a região diamantina" (FURTADO, 2007, p.305). Para controlar esta ocupação e a produção de diamantes, Portugal demarca a região, criando, em 1734, o Distrito Diamantino. Toda a área demarcada, a partir de então, torna-se um enclave rigidamente controlado, permanecendo isolado até sua extinção em 1882. O único contato com o resto do mundo acontecia pelo Caminho dos Diamantes, uma das três rotas reais.

No Distrito Diamantino, duas localidades tiveram importância estratégica. A primeira, Milho Verde, por ocupar posição bem no meio do Caminho dos Diamantes, no alto de um platô com vasta vista, a meio caminho entre o Tejuco e Vila do Príncipe, era o entreposto tropeiro e sede do quartel, polarizando o movimento de tropas das localidades do entorno e de diversas regiões do país. Detinha as poucas terras férteis do Distrito e por esta razão tornou-se a fornecedora de gêneros alimentícios para toda uma região. A segunda, São Gonçalo do Rio

das Pedras, ocupando um fundo de vale cheio de regatos mineríferos, chega a ser sede da Intendência, órgão responsável pela administração do Distrito.

As duas localidades passaram pelo período diamantino de formas marcadamente diferenciadas. Embora muito próximas, distam aproximadamente 5 km uma da outra, e submetidas às mesmas verticalidades impostas por Portugal, Milho Verde e São Gonçalo, ao fim do ciclo da mineração, tinham paisagens bem distintas. As paisagens de Milho Verde revelavam um núcleo urbano degradado, uma economia enfraquecida, baixos indicadores de qualidade de vida da população, a concentração de terras, uma pecuária extensiva, que substituía os campos por pastagens, e a maioria dos habitantes ocupada em atividades de subsistência. Já São Gonçalo emerge do período diamantino com paisagens predominantemente mais qualificadas, caracterizadas por uma ocupação urbana com boa qualidade ambiental, uma população sobrevivendo de outras atividades produtivas, cursos d´água preservados, um ambiente rural que mantinha quase intactos os campos de cerrado e os fetos de Mata Atlântica, dentre outros aspectos positivos.

Estas duas localidades permaneceram por mais de um século com poucas modificações no quadro de suas paisagens quando são redescobertas, no final dos anos 1970, pelo turismo. Inicialmente, alguns turistas e intelectuais percebem em Milho Verde e São Gonçalo e no rico patrimônio natural e cultural que ali se manteve quase intocado, pelo abandono econômico a que foram submetidas as duas localidades e todo o Norte Mineiro desde o fim da exploração mineral, possibilidades de viver novas experiências.

Este turismo foi impondo, paulatinamente, suas forças àqueles territórios, sequioso de atender a uma demanda cada dia mais crescente dos turistas pela exploração do patrimônio natural e cultural daquelas localidades. Foi se apropriando da natureza, da arquitetura, das festas, das tradições, dos costumes locais, de tudo aquilo que poderia transformar-se em mercadorias postas ao consumo. Em Milho Verde, os turistas e adventícios[1] que chegavam, buscavam usufruir do patrimônio natural, cachoeiras, piscinas naturais, a bela vista que de lá se tem de um vasto planalto e da possibilidade de vivenciar experiências de uma vida alternativa, mais livre, bem ao estilo dos movimentos de contracultura que surgiram no mundo a partir da segunda metade do século passado. Os que chegavam a São Gonçalo, por sua vez, buscavam a tranqüilidade e as possibilidades de experimentar o cotidiano e a

[1] Termo utilizado pela literatura do turismo para designar aqueles que não nasceram no lugar e para ele se mudaram, passando a viver ali.

qualidade dos espaços livres e edificados que o "grupo romântico de um conjunto de casas", nas palavras do viajante inglês John Mawe, oferecia.

Na década de 1990, um projeto turístico soma-se ao turismo que vinha se instalando nas duas localidades. Trata-se de um projeto do governo do Estado de Minas Gerais e da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, denominado Projeto Estrada Real, gestado com a proposta de incrementar o turismo nas localidades urbanas e rurais situadas nas antigas Estradas Reais. Um dos discursos declarados do Projeto é o de utilizar o acervo patrimonial das localidades para "promover o desenvolvimento da região abrangida pelos municípios que compõem o Circuito dos Diamantes dentro dos princípios de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, tendo como vetor a atividade turística" (CIRCUITO, 2009). Desta maneira, as forças já incidentes do turismo em Milho Verde e São Gonçalo são acrescidas de novas forças, impostas por este Projeto, ou pelo menos pelos seus discursos.

A aparente percepção de que o turismo estava produzindo em Milho Verde, a exemplo do passado, novos processos insustentáveis e em São Gonçalo, paisagens, como as antigas, tendendo à sustentabilidade, forneceu a este pesquisador, estudioso do fenômeno turístico e suas manifestações nos territórios[2], o argumento central da presente tese: **o turismo, ao tentar retomar ocupações e traçados do passado pode retomar, simultaneamente, (in)capacidades e conflitos presentes desde sempre nos lugares.**

Em defesa deste argumento, construiu-se a hipótese de que as estruturas territoriais, sejam núcleos urbanos, rurais ou rotas históricas, criadas nos territórios como resultado de uma dominação política, econômica ou de qualquer outra ordem, podem ser compatíveis ou incompatíveis com os seus recursos, naturais ou culturais. O turismo, ao incidir nestes lugares, recuperará, no primeiro caso, as compatibilidades e, no segundo, as incompatibilidades.

Para desenvolver a pesquisa, propôs-se uma construção metodológica que elegeu a paisagem como principal categoria analítica, seja para a investigação dos fenômenos, seja para sua análise e interpretação. Propôs-se, também, que esta paisagem seja entendida pelas suas estruturas, ou seja, pelas forças que as engendram, que na literatura corrente são de duas ordens: as verticalidades, forças externas e as horizontalidades, forças internas aos lugares.

[2] O autor defendeu a Dissertação de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente, intitulada "O design urbano como estratégia de desenvolvimento do turismo nos grandes destinos internacionais" (BESSA, 2006), cujo objetivo geral foi estudar como os grandes centros internacionais transformaram seus territórios em centros receptores mundiais.

Este autor propõe, já como um dos resultados da pesquisa, que há um terceiro grupo de forças que também atua na construção das paisagens, que denominou forças de filtro.

Complementares à hipótese principal, as seguintes hipóteses secundárias foram apresentadas à investigação: i) as forças verticais da Demarcação Diamantina, incidentes em Milho Verde, produziram processos incompatíveis com aquele lugar, resultando em paisagens que tendiam à insustentabilidade; ii) as forças verticais da Demarcação Diamantina incidentes em São Gonçalo produziram processos compatíveis com aquele lugar, produzindo ali paisagens tendendo à sustentabilidade; iii) o turismo incidente em Milho Verde é predatório e retoma antigas incapacidades e conflitos já existentes ali, produzindo novas paisagens que tendem à insustentabilidade; iv) o turismo incidente em São Gonçalo é um turismo de base sustentável, recupera antigas capacidades e produz paisagens que tendem à sustentabilidade; v) o Projeto Estrada Real impõem-se da mesma maneira a diferentes territórios ao longo dos antigos caminhos reais. Desconsidera as especificidades de cada um destes territórios e não verifica se o tipo de turismo que propõe é compatível com os recursos de cada um deles.

As paisagens dos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo foram analisadas pelos três grupos de forças, verticais, horizontais e de filtro, numa sequência temporal, para que se tivesse uma compreensão linear dos acontecimentos e numa sequência espacial, colocando paisagens justapostas, como cacos de um vitral, para um exercício de comparação e de entendimento da totalidade dos objetos estudados.

A metodologia construída no trabalho buscou conhecer como o turismo opera sobre os territórios, na contemporaneidade, e como o Projeto Estrada Real se apresenta como parte deste fenômeno contemporâneo. Também discutiu o que poderia ser uma paisagem sustentável, uma vez que a verificação da qualidade das paisagens produzidas pelo turismo é imprescindível para esta tese.

A etapa inicial da pesquisa fundamentou a construção dos instrumentos de coleta de dados levados a campo e aqueles que permitiram analisar e interpretar estes dados. A etapa seguinte do percurso metodológico deslindou os objetos de estudo, Milho Verde e São Gonçalo, desde a sua dominação pela Coroa Portuguesa até as suas paisagens contemporâneas, a partir da revisão da literatura e da coleta de dados em campo. A pesquisa de campo realizou-se nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, pelo pesquisador e mais dois auxiliares. Entrevistou 49 moradores em Milho Verde, o que corresponde a 10% da sua

população urbana, 1 gestor do turismo e 3 informantes-chave. Em São Gonçalo, entrevistou 79 pessoas, 10% da população em sua área urbana, 1 gestor do turismo e 5 informantes-chave. A última etapa cuidou de sistematizar e analisar os dados à luz do marco teórico construído e realizar as interpretações e conclusões finais.

Os resultados da pesquisa foram organizados em duas partes: na primeira, denominada *Estado da Arte,* dividida em três capítulos e a segunda, denominada *A construção das paisagens turísticas,* organizada em dois capítulos, onde são apresentados os resultados dos estudos de caso e a interpretação dos resultados.

No Capítulo 1, denominado *O turismo e os territórios*, construiu-se uma revisão de literatura sobre o fenômeno turístico e sua ação sobre os territórios. Essa construção teve como fonte dados obtidos da literatura do turismo, arquitetura, urbanismo, paisagem, geografia, dentre outras áreas do conhecimento. Nele foram discutidos o processo de globalização e a construção das paisagens turísticas contemporâneas, o fenômeno turístico e seu rebatimento sobre os territórios, sob a ação das horizontalidades e verticalidades. Este Capítulo resultou no roteiro metodológico que possibilitou a identificação das verticalidades e horizontalidades nos territórios de Milho Verde e São Gonçalo.

No Capítulo 2, denominado de *Paisagens sustentáveis*, buscou-se a construção de uma articulação teórico-metodológica entre as categorias de percepção e análise da paisagem. Para tanto, inicialmente, a partir da revisão da literatura, discutiu-se o conceito de sustentabilidade e os indicadores que possibilitam avaliá-la nos territórios. Em seguida, discutiu-se paisagem, propondo um conceito próprio, mais adequado aos objetivos da pesquisa. Na seqüência, construiu-se a *Matriz de Avaliação da Sustentabilidade das Paisagens,* composta de 60 indicadores de sustentabilidade que auxiliaram na elaboração dos questionários de entrevistas estruturadas aplicados na pesquisa de campo e na avaliação da qualidade das paisagens dos objetos estudados.

No Capítulo 3, *Os projetos das paisagens turísticas,* buscou-se entender a criação do Projeto Estrada Real, a sua formatação e proposta de operação. Preliminarmente, discutiu-se o que são projetos da paisagem e seus atributos, buscando os subsídios para essa discussão na literatura da arquitetura, turismo, paisagem e gestão de projetos. Em seguida, discutiu-se as maneiras de se ler as intenções dos projetos turísticos da paisagem e como eles criam mercadorias, com as informações sendo sistematizadas em um *Modelo de Criação de*

Projetos Turísticos, que apresenta, em 4 passos, o *modus operandi* dos projetos turísticos. Ao final do Capítulo, a proposta do Projeto Estrada Real foi analisada segundo este modelo.

No Capítulo 4, denominado *Paisagens reveladas no Caminho Real dos Diamantes*, descreveu-se as paisagens dos dois distritos estudados. Na sua primeira parte foram descritas as paisagens históricas, seus sistemas de objetos e ações, desde a sua transformação em Distrito dos Diamantes até a chegada dos primeiros turistas. Descreveu-se, também, os principais traços da sociedade mineira daquele período e como essa sociedade se organizou territorialmente, completando o desenho do sistema de objetos e fornecendo uma primeira impressão sobre o sistema de ações das paisagens diamantinas. Com a descrição da economia e da divisão social do trabalho, feita logo a seguir, completou-se a descrição do sistema de ações. Esta parte do capítulo foi realizada a partir dos relatos dos viajantes Auguste de Saint-Hilaire e John Mawe, que visitaram a região em início do século XIX, e de extensa revisão bibliográfica. Em seguida, foram descritas as paisagens contemporâneas dos dois distritos e o turismo nelas operando, a partir dos dados coletados em campo.

No Capítulo 5 são apresentadas as interpretações dos dados da pesquisa, identificando as forças que construíram as paisagens dos dois distritos estudados, desde a sua formação até os dias atuais, como estas forças se organizaram, operaram e se confrontaram e os resultados que produziram. Neste Capítulo se fez as comparações entre as paisagens do final do Distrito Diamantino e as de hoje. Esta comparação permitiu verificar se o turismo nas localidades estudadas de fato retomou capacidades ou incapacidades do passado, ou seja, neste Capítulo foram relatadas as evidências em favor da tese proposta pela presente pesquisa.

Finalmente, na Conclusão são apresentados os principais resultados alcançados pelo trabalho.

Nos últimos anos, outras teses tiveram como objeto o estudo do fenômeno turístico e sua ação nos territórios, tomando como categoria de investigação e análise as paisagens. Em 2003, Maria da Glória Lanci Silva analisa a cenarização das cidades turísticas e os conflitos gerados entre o que a autora chamou de paisagens do cotidiano e paisagens do lazer (SILVA, 2003). Em 2006, Ayrton Bueno investigou o papel do território e da paisagem no desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Santa Catarina (BUENO, 2006), tomando a paisagem pelos seus aspectos cênicos e ecológicos. Em nenhuma dessas teses, no entanto, as conseqüências do turismo sobre os territórios são investigadas pelas forças que constroem as paisagens, como fez o presente trabalho.

Nas buscas aos bancos de teses da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente - CAPES e do Ministério do Turismo, não se encontrou estudo de doutorado que tenha tido nas palavras-chave a expressão *Estrada Real*. Uma única tese de doutoramento, disponível eletronicamente, sobre o assunto consta da Biblioteca Digital de Teses da USP, defendida no ano de 2006 por Marcelo Almeida e que analisou o potencial turístico de Guaratinguetá (SP) e Cunha (SP), um dos roteiros integrados da Estrada Real (ALMEIDA, 2006). Não foram encontrados, nos bancos de teses citados, estudos de doutorado que tenham investigado o turismo na Estrada Real, em Minas Gerais, tampouco no Caminho dos Diamantes ou em Milho Verde e São Gonçalo. Encontrou-se uma dissertação de mestrado que se dedicou a discutir, com mais profundidade, uma proposta de desenvolvimento sustentável do turismo na comunidade de Milho Verde (ARNDT, 2007).

Os poucos estudos acadêmicos que procuram entender o turismo nos territórios pelas suas paisagens e as poucas investigações sobre as atividades turísticas em núcleos urbanos ao longo do antigo Caminho dos Diamantes vêm em defesa da realização do presente trabalho. Contudo, para este autor, a maior relevância da pesquisa, embora reconhecidamente modesta, está em oferecer à comunidade acadêmica, administradores e gestores públicos uma nova compreensão sobre as conseqüências da instalação do turismo em ocupações e rotas históricas e como elas podem ser conhecidas e entendidas pelas forças que constroem as paisagens reveladas dos lugares, ao longo de toda a sua existência.

PARTE 1 *:* O ESTADO DA ARTE



1 O turismo e os territórios

1.1 A construção das paisagens turísticas contemporâneas

As definições de cultura são numerosas e estão longe de representar um consenso. No entanto, não há divergências quanto ao entendimento de cultura como algo que se refira apenas às ações humanas. A natureza não se designa a si mesma, são os humanos que o fazem (Claval, 2007, Schama, 1996), e neste fazer, segundo Sachs (2000), mediando sociedade e natureza está a cultura.

Para Marilena Chauí a expressão cultura refere-se, em primeiro lugar,`as obras humanas que se exprimem em uma civilização, e em segundo, à relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e o espaço, com os outros humanos e com a natureza, "relações que se transformam e variam em condições temporais e sociais determinadas [...] A natureza é o reino da repetição; a cultura, o da transformação racional; portanto é a relação dos humanos com o tempo e no tempo" (CHAUÍ, 2003, p. 48).

Essas transformações no tempo e no espaço devem ser compreendidas como próprias da dinâmica social e sua aceitação é importante

> para atenuar o choque entre gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir (LARAIA, 2002, p.101).

Para auxiliar nessa compreensão dos diversos sistemas culturais, Paul Claval (2007) sugere que sejam observados seis aspectos que caracterizam a cultura. Para o autor, ela é: i) mediação entre os homens e a natureza; ii) herança e resulta do jogo da comunicação; iii) construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro e nos aléns variados; iv) em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação; v) um fator essencial de diferenciação social; vi) expressa-se na paisagem, que carrega a marca da cultura e lhe serve de matriz.

No âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO, a visão do que seja cultura tem sido modificada à medida que novas questões são apresentadas ao debate mundial. Em 1976, o documento "Recommendation on Participation

by the People at Large in Cultural Life and their Contribution to It", apresentava um conceito de cultura associado às noções de desenvolvimento e progresso:

> Culture is today becoming an important element in human life and one of the principal factors in the progress of mankind, and that an essential premise for such progress is to ensure the constant growth of society's spiritual potential, based on the full, harmonious development of all its members and the free play of their creative faculties (UNESCO, 1976, p.1).

Em 2001, a Organização incorpora`a sua definição de cultura a idéia da diversidade cultural, como uma política imperativa dos países frente às tendências de homogeneização trazidas pela globalização, e os novos paradigmas cunhados na Conferência de Bruntland, a biodiversidade e a sustentabilidade:

> Culture takes diverse forms across time and space. This diversity is embodied in the uniqueness and plurality of the identities of the groups and societies making up humankind. As a source of exchange, innovation and creativity, cultural diversity is as necessary for humankind as biodiversity is for nature. In this sense, it is the common heritage of humanity and should be recognized and affirmed for the benefit of present and future generations (UNESCO, 2001, p.1).

As mudanças operadas no campo da cultura, na contemporaneidade, ganham maior dinamismo e velocidade e cada vez mais "o homem vai impondo à natureza suas próprias formas ou objetos culturais, artificiais, históricos" (SANTOS, 1988, p.89). Assim,

> a natureza [...] torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e esta fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um número maior de pessoas (SANTOS, 1988, p.89)

Essa tecnificação da natureza é bastante evidente na arquitetura e urbanismo atuais, onde novos materiais e técnicas surgem a cada dia, com velocidade jamais experimentada na história humana, espalhando-se pelas cidades do mundo. Edifícios sofisticados, usando materiais de última geração e técnicas construtivas arrojadas, são e podem ser reproduzidos em qualquer lugar, se assim o desejarem o capital e os governos.

Além das tecnologias, também as linguagens formais da arquitetura contemporânea, principalmente as dos edifícios emblemáticos, parecem ceder à tendência de homogeneização trazida pela globalização. Diferente da arquitetura icônica do passado, onde exemplares únicos, não só eram raros, mas ímpares - tais como o Partenón, o Coliseu de Roma, a Torre Eiffel -, a arquitetura icônica contemporânea emprega formas, técnicas e materiais que quase sempre são as mesmas em qualquer lugar do mundo.

Esse tipo de arquitetura, "reproduzida a partir de modelos de arquitetura oriundos de países hegemônicos" (RIBEIRO, 2004, p.170), tem sido a preferida de muitos governos que a vêem como uma possibilidade de alavancar o desenvolvimento local ou mesmo a revitalização de áreas e cidades (CHOAY, 1996; HAZAN, 2003). ARANTES (2000, p.6) afirma que os ícones arquitetônicos têm sido utilizados como "forma-publicidade da mercadoria, com a nova supremacia econômica patrocinando os símbolos bem desenhados que lhe celebrem o triunfo" e que, juntamente com outras estratégias de intervenção urbana, conseguem inserir as localidades no competitivo circuito internacional do turismo.

As localidades que desejam ingressar no mercado turístico internacional, ao constatar o incremento da atividade turística decorrente da construção de determinados artefatos arquitetônicos em alguns lugares, buscam os mesmos projetistas, que, quase sempre, são arquitetos mundialmente conhecidos e cujo próprio nome já funciona como marca-publicidade, encomendando-lhes obras monumentais. Frank Ghery é um desses projetistas. Suas obras, dispersas pelo mundo inteiro, são inconfundíveis: formas arrojadas, emprego de materiais *high-tech*, técnica construtiva sofisticada. A Figura 1 apresenta três desses seus edifícios, o Experience Music Project em Seattle nos EUA, o Museu Guggenheim em Bilbao, Espanha e o The Walt Disney Concert Hall em Los Angeles, EUA, exemplares com a mesma linguagem formal e material e que se tornaram a marca do arquiteto.



Figura 1 - Obras do Arquiteto Frank Gehry: Experience Music Project, Seattle, EUA; Museu Guggenheim, Bilbao, ES. e The Walt Disney Concert Hall, Los Angeles, EUA
Fonte: www.greatbuildings.com. Montagem do autor

Outras vezes os arquitetos são diferentes, mas as formas, materiais e técnicas são as mesmas, ou muito semelhantes às de outros edifícios espalhados pelas cidades globais. É o caso dos projetos das torres da Swiss Re, em Londres, projetada por Norman Forster e a Agbar, em Barcelona, projetada por Jean Nouvel, mostradas na Figura 2.



Figura 2 - Torre Swiss Re, Londres e Torre Agbar, Barcelona
Fontes: www.images.google.com.br e Jornal El País. Montagem do autor.

Para a indústria turística, a arquitetura icônica contemporânea tem um papel fundamental. Serve tanto ao propósito de dar ao turista aquilo que quer ver, um objeto ímpar (URRY, 2000), quanto ao de governos e coorporações que desejam dotar suas localidades de uma imagem sofisticada e arrojada.

Contudo, entende-se que não se pode dizer que o emprego dos ícones arquitetônicos é sempre prejudicial aos territórios. Muitas vezes eles podem vir a ser, no local em que se instalam, instrumentos de sua revalorização e recuperação. É o que descreve HAZAN (2004, p.4), como tendo ocorrido em Bilbao: "a construção do Museu Guggenheim trouxe novas perspectivas para aquela cidade". Para que isto ocorra, é preciso que todos aqueles envolvidos com o projeto de inserção de ícones arquitetônicos, em determinada localidade, considerem, previamente, os possíveis impactos que tais objetos poderão provocar na paisagem. Ao aumentar o potencial turístico das localidades, os ícones podem provocar especulação imobiliária, expulsão da população residente, elitização das áreas do entorno, conflitos urbanos, dentre outras repercussões negativas já descritas pela literatura.

O processo de globalização da cultura fez com que as localidades passassem a ter acesso ao acontecer das outras (SANTOS, 2004) com mais rapidez e facilidade e, assim,

iniciassem o seu próprio processo de transformação, segundo uma fórmula padrão que, bem sucedida em outros lugares, passa a lhes servir de modelo. Essa fórmula compreende, além da arquitetura icônica, intervenções no *corpus* patrimonial das localidades, principalmente naquelas possuidoras de rico acervo, a revitalização de áreas degradadas ou abandonadas ou até mesmo a inserção de novos artefatos culturais (BARICH e KOTLER, 1991; CARLOS, 2005; CHOAY, 1996; HAZAN, 2003; SILVA, 2004).

Choay (1996) afirma que a utilização do patrimônio como estratégia de recuperação econômica, de geração de renda e empregos e desenvolvimento da atividade turística se iniciou na década de 1970, em determinadas localidades européias e americanas.

Atualmente, mesmo as localidades que não possuem acervos culturais expressivos ou aquelas onde o patrimônio não mais existe, ou só existem fragmentos e lembranças, como no caso de determinadas manifestações culturais, festas folclóricas, ritos e ruínas arquitetônicas, a indústria turística, se for do seu interesse, cuida de reinventá-lo, de transformá-lo, tornando-o mais sedutor. E as estratégias de comunicação tratam de promover esses novos cenários criados: "o espaço criado é reforçado pela mídia que gera e alimenta o processo fantasioso" (RODRIGUES, 1996, p.26).

Os patrimônios material e imaterial, principalmente as ruínas, são a principal matéria-prima da construção da paisagem turística da Estrada Real, inclusive no trecho Serro-Diamantina, onde estão os objetos desta pesquisa. Trata-se de uma iniciativa do "governo do Estado de Minas Gerais, através de convênio datado de 1999, [que] repassou ao Instituto Estrada Real (IER)", criado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), "as atribuições de planejamento e gestão do Programa Estrada Real" (ÁLVARES; CARSALADE, 2005, p. 12). Este programa tem como meta declarada incrementar o turismo nas localidades, urbanas e rurais, situadas nas três rotas históricas que formavam o antigo caminho entre os portos do Rio de Janeiro e Parati e as regiões mineradoras de Minas Gerais: o Caminho dos Diamantes, o Caminho Velho e o Caminho Novo que, somados, percorrem aproximadamente 1400 km.

No sentido que argumenta Choay, que os lugares são utilizados como alternativa de recuperação econômica, a idéia principal dos organizadores do Projeto Estrada Real é utilizar o acervo patrimonial das localidades para "promover o desenvolvimento da região abrangida pelos municípios que compõem o Circuito dos Diamantes dentro dos princípios de

sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, tendo como vetor a atividade turística" (CIRCUITO, 2009).

Contudo, onde existe a utilização do patrimônio como recurso turístico, acontecem, quase sempre, conflitos (CHOAY, 1996; URRY, 2001). Na Cidade do Cabo, África do Sul, conforme relato de Dodson e Kilian (2003), o projeto turístico de sua área portuária gerou exclusão de trabalhadores portuários, mulçumanos e negros. Evans (2003) descreve o caso do Plano de Gestão Turística das Pirâmides, no Platô de Gizé no Cairo, que, com o objetivo de melhorar a maneira pela qual os turistas experimentam o lugar, criou restrições de acessos, extinção de favelas próximas e outras regulações, fazendo com que aqueles que viviam de comercialização de bens e serviços informais e residentes fossem expulsos de suas casas.

No Brasil, Silva (2004) afirma que, em Campos do Jordão, a distribuição do turismo pelo território expõe uma clara divisão de renda: os bairros turísticos e os condomínios de veraneio ocupam áreas privilegiadas e a população de baixa renda, na maioria dos casos, ocupa áreas precárias, onde há ocorrências freqüentes de graves acidentes devidos aos deslizamentos de encostas, cortadas e recortadas para o assentamento das casas. Costa (2009) relata que, na cidade de Diamantina (MG), é clara a precarização dos territórios das periferias em relação aos espaços do Centro Histórico. Para o autor, essa situação tem-se agravado a partir das ações de transformação da cidade em Monumento Mundial.

Com o processo de globalização das sociedades e com a disseminação das estratégias de criação de cenários turísticos, a cultura, que antes parecia possuir fronteiras, onde cada lugar era único, passa a ter essas fronteiras mais fluidas, permeáveis, principalmente nas localidades turísticas. Em muitas cidades, sobretudo nas metrópoles globais, as paisagens parecem iguais, cópias de tantos outros lugares e, nelas fica cada vez mais difícil discernir os limites de cada povo ou cultura, aquilo que é próprio de cada lugar, daquilo que é invenção, criação de um projeto turístico.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que a aparente homogeneização das paisagens não implica em que os lugares tenham se tornado iguais. Milton Santos ensina que nenhum lugar é igual, pois, na contemporaneidade, "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1996, p.273). Para o autor o mundo é "apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares" (SANTOS, 1996, p. 271), e ele "necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado

momento, o mundo escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo" (SANTOS, 1996, p.271).

E é isto o que faz a indústria turística: toma o mundo como possibilidade, escolhe e rejeita territórios pelas suas qualidades locais e transforma-os, quando necessário, segundo a lógica dos projetos, a razão global. Discernir, nos territórios, o local daquilo que é global - imposição dos projetos turísticos – é uma das principais tarefas da presente pesquisa.

Até aqui, viu-se que um novo mundo surgiu com a globalização e com a emergência das técnicas da informação. Para SANTOS (2004, p. 168 e 172), esse novo mundo insurgente tornou-se "uma realidade histórica unitária, ainda que ele seja extremamente diversificado [e agora] todos os lugares fazem parte da história. As pretensões e a cobiça povoam e valorizam territórios desertos".

Territórios como aqueles que podem ser encontrados no Caminho dos Diamantes da Estrada Real, como mostra o Capítulo 4 da presente tese. Há muito abandonados pelo Estado estes territórios da Estrada Real são, agora, entregues ao comando das empresas (o Projeto Estrada Real é gerenciado pela FIEMG, como já foi dito) que procuram transformá-los em recursos turísticos. O discurso oficial é que a utilização desses territórios como produto turístico é uma maneira de se "proporcionar às comunidades de 177 municípios[3] a **autosustentação**[4] através do turismo (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2006). Segundo os organizadores do projeto, são territórios onde o "rico acervo histórico, artístico, folclórico e paisagístico representa um **incomensurável potencial turístico**[5]**"** (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2005), e nos quais se encontram "trilhas calçadas por escravos, pontes, monumentos, ruínas, povoados, distritos e cidades históricas [...] e um relevo peculiar, com lindas aflorações rochosas e uma vegetação típica que confere ao trecho uma diferenciada beleza paisagística [...] onde se desenvolverá o maior programa de desenvolvimento turístico em implantação no país" (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2006).

Os trechos dos discursos dos idealizadores da Estrada Real, acima transcritos, ilustram o seguinte pensamento de Milton Santos:

> Neste fim de século, a natureza, como realidade histórica, não existe por si só. Como espaço e como o planeta inteiro, a natureza é objeto do exercício das idéias do homem, do seu trabalho e das suas intenções e paixões. No

[3] 162 municípios estão no Estado de Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 7 em São Paulo
[4] Grifo nosso
[5] Grifo nosso

> pensamento do que o mundo representa para a humanidade, a natureza em si deixou de existir. Vejam o caso do turismo chamado ecológico. O mais remoto rincão da Terra, aquele que pareça menos conhecido, está hoje cheio de intenções; pode não ser objeto de domínio imediato do capital, pode não ser objeto de povoamento, mas é sempre objeto de intenções, e estas, num mundo globalizado, fazem parte de uma política global" (SANTOS, 1988, p.2).

Os projetos turísticos levam aos lugares valores globais, mas também levam técnicas, como as da informação, que se fossem disponibilizadas a todos, indistintamente, poderiam tornar a vida neles melhor e mais digna. Isto é possível de ocorrer porque as técnicas da informação da sociedade contemporânea são diferentes das técnicas da era das máquinas: "são flexíveis, dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas [...] e embora elas sejam comandadas, atualmente, pelos interesses dos grandes capitais e da ideologia dominante, um dia podem estar a serviço de toda humanidade, se democratizadas" (SANTOS, 2004, p.174).

Nas discussões anteriores discutiu-se o processo de globalização e seus efeitos sobre a cultura e os territórios. Nessa discussão, inúmeras vezes as palavras território e lugar foram empregadas por autores diferentes e, em alguns casos, com significados também diferentes. Pensou-se, então, em evitar o uso desses termos antes de dar-lhes as definições a serem adotadas neste trabalho, mas percebeu-se que isso prejudicaria a compreensão dos pensamentos dos autores.

Uma segunda possibilidade seria a de se definir esses conceitos desde o início do trabalho. Contudo, verificou-se, no próprio exercício da construção do texto, que tal estratégia não seria exitosa, já que para se chegar aos conceitos desejados tornava-se imperativa a discussão dos processos culturais contemporâneos e seu rebatimento sobre os territórios.

Então, decidiu-se manter a discussão sobre globalização, cultura e turismo com as expressões lugar e território tomando o sentido que os diversos autores lhes atribuíram, para, ao final do presente item, dar-lhes as definições que se entende as mais adequadas.

O termo território está associado à idéia de posse, de domínio, como se infere da definição proposta por Accioly e Silva (2002): o território é a porção da superfície terrestre, compacta, dividida ou encravada, sobre a qual o Estado exerce sua dominação exclusiva. Essa dominação é constituída por uma espécie de soberania abstrata que se exerce sobre as pessoas que nele se encontram, chamada de *imperium* e outra, denominada *dominium*, que se refere ao direito exclusivo do Estado de reger o território em nome da sociedade. De acordo com os autores, o território pode se apresentar sob vários aspectos físicos, o território terrestre, o

fluvial, o aéreo, dentre outros, mas, para eles, "em tal acepção, parece preferível o uso do termo domínio, em vez de território" (ACCIOLY e SILVA, 2002, p. 258).

Aprofundando a definição de Accioly e Silva, introduzindo a idéia da apropriação e estabelecendo a distinção entre território e espaço geográfico, tem-se a definição de Haesbaert e Limonad (2007, p.42):

> Ele é sempre [o território], e concomitantemente, **apropriação** (num sentido mais simbólico) e **domínio** (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado [...]. Desta forma, o importante a enfatizar aqui é que a noção de território deve partir do pressuposto de que: primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro; o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza); o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que se pode denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (grifos nossos).

Do exposto, fica claro que, para a existência de um território, é necessária a presença de dois atributos: a apropriação e a dominação. Com relação à apropriação, se nas sociedades tradicionais predominava a dimensão subjetiva, prevalecendo a construção de territórios baseada em áreas ou zonas, nas sociedades atuais, a dimensão objetiva é preponderante, prevalecendo a construção de territórios em redes. Quanto à dominação, ela pode ser tanto política quanto econômica (Haesbaert e Limonad, 2007).

No mesmo sentido, Santos (1996), define território como frações funcionais do espaço (portanto, dominação) apropriadas por determinados atores sociais que lhe atribuem sentido num determinado momento histórico.

Se não se pode confundir a noção de território com a de espaço geográfico, o mesmo não acontece com relação à noção de lugar. Joël Bonnemaison (apud HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 43) argumenta que "um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. (...) A territorialização (...) engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares".

Para além da idéia de limite físico, tão presente quando se pensa em lugar, Gregotti, em seu livro "Território da Arquitetura", define lugar como algo delimitado e instaurado pela atividade simbolizadora do homem, algo que é "construído historicamente enquanto decisão de destinação" (GREGOTTI, 1978, p. 65).

Reforçando essa idéia, Ferrara (1996, p.28) argumenta que

> O lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive.

Também Certeau e Giard (1996) vêem o lugar como uma produção humana, resultante das maneiras de fazer cotidianas. Ele propõe que a construção dos lugares deva ser entendida a partir das tramas e práticas diárias, quase sempre negligenciadas pelos pesquisadores:

> O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este "mundo memória", segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história "irracional" ou desta "não-história", como o diz ainda A. Dupront. O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível [...]" (CERTEAU e GIARD, 1996, p. 31).

Os aspectos simbólicos da construção coletiva humana, ao longo da história, estão presentes na definição de lugar de Arantes (2000, p. 128):

> O lugar como foco de significações coletivas reúne tudo o que o estruturalismo tentou demolir: a história, a continuidade, a memória, a tradição, a consciência (mesmo coletiva) enquanto fonte irredutível de sentido – enfim tudo aquilo que faria o sujeito (o inimigo mortal daquele ideário) sentir-se em casa, reconhecer-se nalgum monumento, na prática acumulada de algum mundo de vida.

Aos lugares "são atribuídos valores específicos que mudam constantemente acompanhando a evolução dos padrões culturais. Estes estão, por sua vez, fortemente enraizados nos processos culturais de cada lugar ou região, isto é, a natureza e a cultura juntas, como processos interagentes, conferem forma e individualidade aos lugares" (LEITE, 2006a, p. 13).

Milton Santos introduz à noção de lugar e espaço os conceitos de técnica, meio e objeto.

> Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas (...) O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano (...) As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos (SANTOS, 1985, p.6).

O meio ecológico se transforma em meio técnico - "[...] um acréscimo de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia" (SANTOS, 1985, p. 8) – por meio das técnicas.

> O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas [...] manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua construção material, é diverso do ponto de vista da técnica. São todas essas técnicas da vida que nos dão a estrutura do lugar (SANTOS, 1985, p. 48)

O conceito de lugar desponta, nas décadas de 1960 e 70, como fundamento para a maioria dos trabalhos que buscavam criticar o movimento moderno, com a sua máxima do espaço universal, dos cânones que definiram o homem-padrão, da supremacia da técnica e da função prevalecendo sobre a forma. A idéia de lugar reposiciona o homem como centro da construção da cidade e do mundo.

Para Rossi (2001), o funcionalismo do movimento moderno não seria capaz, por exemplo, de explicar porque as formas permanecem mesmo depois de perderem suas funções. Segundo o autor, isto acontece porque a cidade é resultado de um processo dinâmico, se constrói e reconstrói e aquilo que permanece é resultado da memória coletiva. As formas da cidade são sempre resultado da expressão do pensamento, dos valores e da organização social

dos diversos grupos que a compõem em determinado momento histórico. Portanto, é possível entender a cidade pelas suas arquiteturas:

> Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me apenas à imagem visível da cidade e ao conjunto de suas arquiteturas, mas, antes, à arquitetura como construção. Refiro-me à construção da cidade no tempo. Considero que este ponto de vista, independentemente dos meus conhecimentos específicos, pode constituir o tipo de análise mais abrangente da cidade; ela remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive. (ROSSI, 2001, p. 1)

O lugar para Rossi, segundo o conceito proposto em seu livro "A Arquitetura da Cidade", de 1966, é o resultado de "uma relação singular e universal entre certa situação local e as construções aí sediadas" (ROSSI, 2001, p. 189), retomando a idéia do *Genius Loci*, a essência que para os gregos determinava a implantação de seus templos. Para o autor a individualidade de um edifício, de uma cidade, relacionava-se com o seu lugar, o "fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e modernas, por sua memória" (ROSSI, 2001, p. 189).

Contrapondo-se ao conceito de lugar, muitos autores empregam a expressão não-lugar. Para o antropólogo Marc Augé, não-lugar é a antítese do lugar: "Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode ser definido nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar" (AUGÉ, 1994, p. 38). "Não-lugar é diametralmente oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. É representado pelos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metrô, e pelos meios de transporte – mas também pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados" (AUGÉ, 1994, p. 38). No mesmo sentido, Certeau emprega o conceito de não-lugar: "Quando Michel de Certeau fala em "não-lugar" é para fazer alusão a uma espécie de qualidade negativa do lugar, de uma ausência do lugar em si mesmo [...]" (AUGÉ,1994, p. 79).

Para Paul Claval, a tentativa de transformação de lugares em não-lugares gera insatisfações, reações locais:

> Se o lugar onde você habita deixa de garantir sua especificidade, se os modelos em que se referencia são importados de outros lugares e

> compartilhados frequentemente por enormes massas, como não ser tomado de uma certa desesperança? (...) A preocupação identitária torna-se obsessiva em todas as sociedades atingidas pela revolução das mídias: são caracterizadas por uma surda inquietação, porque as fontes locais de autoridade foram desvalorizadas e as técnicas produzem esses não-lugares perfeitamente assépticos onde ninguém pode perceber outro valor além da preocupação de poder dos comandatários e a eficiência dos técnicos, engenheiros ou arquitetos (CLAVAL, 2007, p. 393).

1.2 Conceitos próprios: território turístico, lugar e territórios turísticos sem lugar

Território turístico

Trata-se de uma fração de território, da qual empresas turísticas e turistas se apropriam por determinado momento histórico, com o apoio e/ou omissão dos governos, e onde prevalecem as regras (*imperium*) dos projetos turísticos, suas intenções para o local. Essas regras podem ser: as de um único projeto turístico impostas a um único território; as de um único projeto impostas a vários territórios; as de vários projetos turísticos impostas a vários territórios; as de vários projetos turísticos impostas a um único território.

Um território turístico pode ser composto :

a) pelos atrativos (escolhidos, construídos ou reformulados pelos organizadores do projeto turístico e/ou turistas), que podem ser parcelas e/ou combinações:
   i. do meio ecológico;
   ii. das infra-estruturas;
   iii. patrimônio imaterial: cotidiano, festas, tradições, fazeres, enfim, da vida daquela fração do espaço;

b) pelos itinerários que, em alguns casos, podem ser também atrativos turísticos, como no caso das rotas históricas.

c) das demais áreas, que não são atrativos nem itinerários, mas que, de alguma maneira estão sob o comando ou influência, direta ou indireta, dos projetos turísticos. Podem ser, por exemplo, áreas onde se instalam as atividades industriais, agrícolas, que produzem para o turismo, campi universitários, escolas, vilas e pequenas comunidades que forneçam insumos, serviços e mão-de-obra para a indústria turística local.

Na Figura 3, apresenta-se a representação gráfica dos elementos que compõem os territórios turísticos.

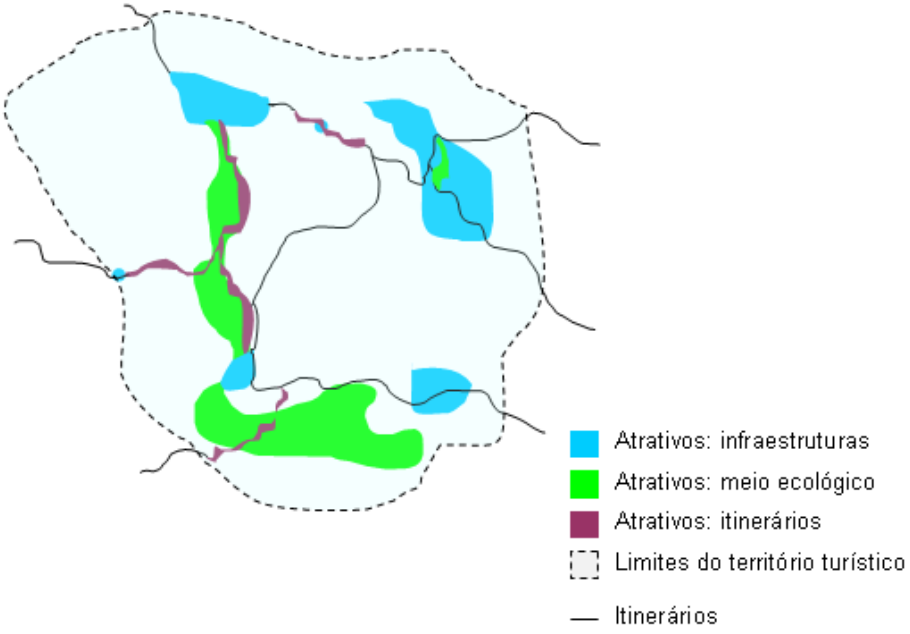


Figura 3 - Composição dos territórios turísticos
Elaboração própria

E quais são os limites de um território turístico? Como defini-los? Para tentar responder a essas questões, partiu-se da análise de um exemplo: a realização da Copa Mundial de Futebol de 2014, no Brasil.

Neste evento, doze capitais brasileiras serão sedes de jogos de futebol e deverão se preparar para receber centenas de milhares de turistas. Essa preparação deverá obedecer às regras ditadas pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, pela FIFA- Federação Internacional de Futebol, pelos patrocinadores, redes de comunicação que compram os direitos de transmissão e determinam até os horários de realização das partidas. Essas capitais transformam-se, assim, em doze territórios turísticos distintos de um único projeto turístico, o Projeto Copa 2014.

As administrações dessas cidades, sempre obedecendo aos princípios e diretrizes ditadas pela organização do evento (as verticalidades, como se verá à frente), por sua vez,

constituirão grupos organizadores e gestores locais que prepararão as localidades segundo um projeto específico, que considere seus pontos fracos e fortes e os interesses locais e regionais.

No entanto, essas cidades têm sob sua área de influência outras localidades que não fazem parte do Projeto Copa 2014, mas passam a ser territórios turísticos desse projeto. Para exemplificar tomou-se o caso particular da cidade de Belo Horizonte, que será um território turístico dentro do Projeto Copa 2014. Sob sua área de influência estão outras localidades, como a histórica Ouro Preto. Muito embora não seja sede de jogos e não faça parte oficial do Projeto Copa 2014, o município certamente terá um incremento do seu fluxo turístico receptivo e sofrerá as conseqüências disto. Assim, terá que promover adequações na sua rede hoteleira, no seu espaço urbano, trânsito, equipamentos públicos, etc. Ouro Preto torna-se, dessa maneira, um novo território turístico sob as regras do Projeto.

O turista que vier `a Copa de 2014, for a Belo Horizonte e visitar Ouro Preto poderá descobrir, nos seus arredores, novos atrativos (cidades, cachoeiras, povoados vizinhos), sob sua área de influência, como, por exemplo, o pequeno Distrito de Antônio Dias ou a vizinha Mariana. Essas localidades, então, passarão a fazer parte, indiretamente, do Projeto Copa 2014.

Desse exemplo pode-se deduzir que:

i. os limites inicialmente determinados pelos projetos para os territórios turísticos podem facilmente se romper;
ii. As fronteiras geopolíticas oficiais necessariamente não são as fronteiras dos territórios turísticos;
iii. As fronteiras podem se redesenhar a cada novo movimento gerado pela implantação dos projetos turísticos, em função das reações inesperadas surgidas nos territórios. Assim, limites de territórios turísticos são contingentes, fluidos, mudam constantemente.

E como o pesquisador deve enfrentar, no exercício da pesquisa, essa imprecisão dos limites dos territórios turísticos?

Identificar as mutações nas fronteiras dos territórios turísticos pode auxiliar no conhecimento do fenômeno da construção das paisagens turísticas naqueles locais. Inúmeras análises podem ser deduzidas dessas observações, dentre elas destacam-se: *i*) a identificação das forças atuantes nas paisagens e a sua capacidade de alterar as fronteiras dos territórios; *ii*)

a sustentabilidade, ou não, das paisagens produzidas; *iii*) os conflitos produzidos nos territórios.

Uma forma que se vislumbra de realizar essa identificação das mudanças nos limites dos territórios turísticos, é, primeiro, conhecer os projetos e como os territórios foram neles demarcados ou definidos e, num segundo momento, em campo, identificar os novos contornos tomados por esses limites previamente estabelecidos.

Lugar

É a parte do território que, obrigatoriamente, resulta das relações afetivas dos homens com o meio, ecológico e/ou técnico, dos homens com os homens, onde se cria uma relação de pertencimento (o homem sentindo-se em casa), uma identidade entre comunidade e sítio. O lugar está na escala do homem, ao alcance dos seus limites. É nele que acontece a história de cada um, que, somada às histórias de tantos outros, ao longo dos tempos, forma a memória coletiva. Neste trabalho, a expressão lugar se referirá sempre aos territórios da vida cotidiana.

No turismo, as relações são sempre provisórias, temporárias, fugazes e têm sempre a regê-las um interesse comercial. Por mais que exista encantamento, identificação, o turista não cria relações afetivas permanentes e gratuitas; se isto vier a ocorrer, ele deixa a condição de turista. O turista não participa continuadamente do cotidiano do lugar (o lugar pede continuidade) e suas relações são sempre provisórias e de fora, como espectador. Assim, entende-se que não se pode empregar a expressão lugar turístico, tão comum na literatura do turismo, pois o turismo não cria lugares. Ou ele se apropria deles ou constrói novos territórios. Ao se apropriar dos lugares, o turismo não impede a vida cotidiana, embora possa modificá-la, e neles continuam a acontecer a vida local e a atividade turística. Dessa maneira, lugares nunca serão, exclusivamente, lugares turísticos.

Contudo, o lugar apropriado pelo turismo será, sempre, um território turístico. E este território turístico pode, inclusive, conter mais de um lugar.

Resumindo:

- Não existe lugar turístico;
- Lugares podem ser, ao mesmo tempo, territórios turísticos;
- Territórios turísticos podem conter vários lugares;

Quando o turista visita determinado território turístico, ele espera encontrar ali algo que seja diferente daquilo que ele experimenta no seu cotidiano, "um contraponto aos lugares de trabalho" SILVA (2004, p.27): "paisagens com arquiteturas, cheiros, sabores, paladares e sensações diferentes daquelas que vivencia todos os dias. Mas espera, também, que essas paisagens estejam bem cuidadas, sejam seguras e confortáveis". Assim, para atender a esse turista, as paisagens turísticas são, na maioria dos casos, objeto de disciplinamentos e controle por parte das autoridades, visando a manter uma alta qualidade paisagística dos territórios e, consequentemente, seu potencial atrator de fluxo turístico receptivo. Em grande parte das vezes essas bem cuidadas paisagens turísticas estão ao lado de paisagens do cotidiano que, muitas vezes, apresentam claros sinais de insustentabilidade ambiental e social.

A identificação de diferenças entre paisagens turísticas e as do cotidiano parece ser uma forma possível de se avaliar o quão autoritários são os projetos turísticos implantados. Entende-se que projetos autoritários geram, quase sempre, paisagens turísticas com meios ecológicos e infraestruturas bem cuidados em contraponto com o descaso com que tratam as paisagens não-turísticas, as do cotidiano.

Dessa relação desigual entre as paisagens turísticas e as do cotidiano quase sempre surgem conflitos, reações locais que podem se traduzir em manifestações isoladas, movimentos organizados, uma "rede de indisciplina", como nos ensinou Cearteau, ou uma "preocupação obsessiva identitária", citando Claval. Assim, para se conhecer a construção das paisagens turísticas e sua relação com as outras paisagens é preciso que se investigue os conflitos que nelas ocorrem.

Territórios turísticos sem lugares

Os equipamentos construídos exclusivamente para o turismo - hotéis, cidades temáticas, balneários, resorts - não constituem lugares, como já se disse anteriormente. Tudo ali existe para o turista, mas ali não é o lugar dele, nem daqueles que ali trabalham. O lugar do turista é aquele de onde partiu e para onde regressará, obrigatoriamente, enquanto estiver nesta condição. Não se quer dizer, com isto, que nesses territórios turísticos não aconteçam relações afetivas. Elas certamente existem, mas não são contínuas o suficiente para se criar a sensação de pertencimento, de identidade entre fruidor e o local, condição indispensável para caracterizar um lugar. Define-se esses territórios como territórios turísticos sem lugares.

Os territórios turísticos sem lugares podem ser formados por:

a) atrativos construídos ou revitalizados pelos organizadores do projeto turístico que são, exclusivamente turísticos;

b) itinerários que apenas fazem a articulação dos atrativos de um mesmo território turístico sem lugar ou, até mesmo entre territórios turísticos diferentes.

Entende-se que identificar a existência de territórios turísticos sem lugar, é uma das possibilidades de se avaliar o grau de verticalidade dos projetos turísticos e a sustentabilidade, ou não, das paisagens criadas por eles.

1.3 Verticalidades e Horizontalidades nos territórios turísticos

Nos territórios turísticos atuam forças globais e locais, como já se disse. As forças globais começam a se manifestar quando um projeto turístico instala-se nos territórios, lugares ou não. Nos lugares, contudo, essas forças encontrarão, sempre, outras forças, as locais, que podem passam a oferecer resistências às imposições dos projetos. Estabelece-se, então, nos lugares, quase sempre, uma disputa cujos resultados poderão ser territórios turísticos mais ou menos inclusivos, mais ou menos sustentáveis, dependendo de qual força predominará e de sua magnitude.

Milton Santos, em seu livro "Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal", publicado em 2004, utiliza os conceitos de verticalidade e horizontalidade para se referir a essas forças que atuam nos territórios.

A verticalidade, para Santos, funciona quando os macroatores, empresas que comandam todo o processo de produção de fora da área onde estão presentes os atores locais, determinam as ações internas que irão se estabelecer naquela área, organizando o trabalho de todos. O sistema de produção, que se serve dessa verticalidade, configura uma rede e é "exigente de fluidez e sequioso de velocidade. São os atores do tempo rápido" (SANTOS, 2004, p. 106). Todos aqueles que fazem parte da rede devem adaptar comportamentos locais aos interesses, ao ritmo e ao poder desses macroatores (interesses globais) e as "macroempresas acabam por ganhar um papel de regulação do conjunto do espaço. Junte-se a esse controle a ação explícita ou dissimulada do Estado, em todos os seus níveis territoriais" (SANTOS, 2004, p. 106). Ainda segundo SANTOS (2004, p. 106), essa ação estatal "destina-

se a favorecer às macroempresas e os interesses externos. O resultado é que "decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes".

Os projetos turísticos são manifestações das verticalidades nos territórios. Eles podem ser: iniciativas privadas apoiadas pelo Estado; políticas de governo, executadas e geridas pelas empresas; ou, em último caso, iniciativas privadas com a omissão estatal (KOTLER, 1996). De qualquer maneira, o Estado tem sido cada vez menos investidor e o capital cada vez mais o grande produtor dos novos territórios do turismo: "o espaço público e a fisionomia das cidades têm sido determinadas ou ditadas, em grande parte, por estratégias empresariais contando com o apoio e aval estatais" (ARANTES, 2000, p. 226).

E como essas verticalidades têm sido impostas aos territórios? Uma das maneiras mais empregadas de imposição de verticalidades aos territórios tem sido a adoção dos princípios do planejamento estratégico pelos projetos turísticos (BESSA, 2006).

O planejamento estratégico surgiu nas décadas de 1960 e 70 "como resultado de ondas de choque que atingiram a indústria norte-americana – a crise de energia, a inflação de dois dígitos, a estagnação econômica, as vitórias da concorrência japonesa e a desregulamentação de setores importantes" (KOTLER, 2000, p. 86) e propôs uma nova maneira de se administrar as empresas face aos novos paradigmas surgidos no mundo.

> O planejamento estratégico exige ações em três áreas-chave: a primeira é gerenciar os negócios da empresa como carteira de investimentos. A segunda área-chave envolve a avaliação dos pontos fortes de cada negócio, considerando a taxa de crescimento de mercado e a posição competitiva da empresa nesse mercado. A terceira área-chave é a estratégia. A empresa deve desenvolver um plano de ação para cada um de seus negócios, a fim de atingir seus objetivos de longo prazo. Cada empresa deve determinar o que tem mais sentido à luz de sua posição no setor, de seus objetivos, de suas oportunidades, de suas habilidades e de seus recursos (KOTLER, 2000, p. 86).

Baseado nesse modelo de planejamento estratégico, muitas localidades passaram a elaborar os seus planos de intervenção na realidade vislumbrando a possibilidade de obter resultados tão profícuos quanto os apresentados pelas empresas, criando uma acirrada competição entre elas.

Nos projetos territoriais estratégicos, as localidades planejam suas ações a partir da identificação de suas fragilidades ou diferenciais positivos (a segunda área-chave descrita por Kotler, a da "avaliação dos pontos fortes de cada negócio"). Para tanto, analisam os seguintes fatores, segundo Bessa (2006):

a) Inserção da localidade no contexto mundial: localização geográfica, posicionamento geo-político, posicionamento na economia global, participação em organizações mundiais e fluxo turístico. Como exemplo, verifica-se que Barcelona elaborou o seu planejamento estratégico de forma a superar as dificuldades impostas pelo seu posicionamento geo-político, ao passo que Cingapura explorou, sabiamente, a sua privilegiada posição geográfica, já que se situa no cruzamento natural de rotas marítimas (BESSA, 2006);

b) Ambiente natural e construído: meio-ambiente urbano, infra-estrutura urbana, paisagem urbana, atrativos culturais e turísticos. Algumas localidades são possuidoras de atrativos culturais expressivos e preservados, tais como Paris, Londres, Berlim, Nova York, Diamantina, Serro, Milho Verde. Outras, no entanto, precisam, antes, criá-los. É o caso dos resorts na costa nordestina ou das novas cidades dos Emirados Árabes, como Dubai.

c) Memória e apropriação do espaço: histórico e evolução da localidade e etapas de seu desenvolvimento, patrimônio cultural, evolução do tecido urbano, eventos e acontecimentos significativos. A Estrada Real, por exemplo, explora, nos seus discursos, muito estes aspectos, buscando criar atrativos sobre os fragmentos e ruínas que restaram ao longo dos antigos caminhos reais.

d) Indicadores sócio-econômicos: indicadores econômicos, indicadores sociais, atividades produtivas, organização política e dados da atividade turística. Cidades do primeiro mundo, que têm bons indicadores sociais, violência urbana sob controle, marcos regulatórios estáveis, estabilidade econômica e tradição como receptores do turismo, levam vantagem na competição com cidades do terceiro mundo (BESSA, 2006).

Os objetivos que levam as localidades a adotarem um projeto territorial estratégico, segundo os discursos oficiais presentes na literatura, e identificados por Bessa (2006), são os seguintes: a) Transformar a paisagem urbana para reforçar a imagem pública; b) Promover a sustentabilidade da cidade criando qualidade ambiental para moradores e turistas; c) Melhorar a qualidade de vida dos moradores; d) Aumentar a eficiência da cidade para atração de investimentos e capital humano; e) Tornar-se centro econômico, financeiro e/ou tecnológico

regional e/ou internacional; f) Tornar-se centro cultural e/ou turístico regional e/ou internacional; g) Preparar a cidade para receber grandes eventos (BESSA, 2006, p.62).

A terceira área-chave do planejamento estratégico, descrita por Kotler, é a das estratégias. No projeto territorial estratégico, de acordo com Bessa (2006), as cidades, a partir de seus pontos fracos e fortes e tendo em vista os seus objetivos e motivações, adotam uma ou mais de uma das seguintes estratégias: a) Criação ou melhoria da estrutura urbana; b) Utilização da arquitetura icônica; c) Captação e planejamento de eventos emblemáticos; d) Intervenções patrimoniais; e) Marketing turístico urbano; f) Criação de marcos legais regulatórios; g) Planejamento e gestão participativa (essa estratégia está presente em todos os discursos, mas, na prática, não se verificou, na literatura, nenhum projeto em que ela tenha sido, de fato, adotada); h) Parcerias estratégicas.

No terceiro mundo, cada vez mais e mais governos e empresas turísticas adotam a "fórmula" de projeto territorial estratégico empregado pelos ricos centros mundiais. E o fazem sem considerar, na devida medida, toda a extensão das conseqüências dessas intervenções, principalmente, para a sua população residente.

> En la medida en que los países, y más concisamente las ciudades, compiten cada vez más agresivamente entre ellas para atraer inversiones dentro de una economia capitalista global, se incrementa la recurrencia a la explotación de los recursos naturales y culturales como medio para despertar el interés de inversionistas y turistas. La arquitectura y el urbanismo vernáculos han sido rescatados, y muchas veces reinventados, para servir a tal propósito. De estas prácticas emergen significativas tensiones socio-politicas y econômicas, cuando sociedades en el Tecer Mundo intentan emular las politicas de desarrollo del Primer Mundo sin la debida atención a los costos sociales o a la desestabilización de las culturas locales que éstas pueden producir. Paralelamente, en las sociedades del Primer Mundo se intensifica el interés por el 'consumo' de las culturas y de los espacios del Tecer Mundo, acrecentando masivamente la industria del turismo, pero promoviendo a sua vez la proliferación de espácios artificiales, reproducidos y reproducibles (IRAZÁBAL, 1999, p. 164)

O emprego do planejamento estratégico pelas localidades brasileiras e a utilização de seus territórios como mercadoria a ser ofertada ao mercado global, tem produzido resultados nefastos:

> A utilização desse território é, muitas vezes, efêmera, visto que as empresas podem desinteressar-se e retirar-se, subitamente, de um lugar, deixando ali

> apenas o esqueleto de sua presença passada que, extremamente sofisticado e exclusivo, não comporta, na maior parte dos casos, adaptações a outros usos, terminando por desestabilizar a paisagem do lugar. A degradação e a violência tornam-se inevitáveis e, quase sempre, incontroláveis, constituindo-se numa carga para o conjunto da sociedade e suprimindo-lhe condições efetivas de bem-estar (LEITE, s.d., p.4).

Ao contrário das verticalidades, as horizontalidades configuram uma extensão contínua, contígua e solidária e têm no seu próprio espaço geográfico a origem das atividades produtivas. Nessa extensão contínua, denominada de espaço banal, todos os agentes locais, empresas, instituições e pessoas se articulam e "criam uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local" (SANTOS, 2004, p.109). Trata-se do espaço democrático.

Nas horizontalidades predominam forças aglutinadoras, "forças centrípetas", que possibilitam a sobrevivência dessas atividades; o espaço banal seria o espaço das vivências, complementa Santos (2004). As horizontalidades evoluem e mudam, mas esse movimento "pode ser visto como uma continuidade, exatamente em virtude do papel central que é jogado pelo mencionado meio geográfico". Mesmo que nesse espaço estejam presentes empresas que empregam diferentes técnicas, têm diferentes níveis de capital e de organização, elas, para sobreviverem, buscam a integração. SANTOS (2004, p. 110), complementa:

> Pode-se dizer que tal situação assegura a permanência de forças centrípetas. Estas, ainda que não sejam determinantes (já que as horizontalidades recebem influxos das verticalidades) são dominantes. Tais forças centrípetas garantem sua sobrevivência pelo fato de que o âmbito de realização dos atores é limitado, confundindo-se todos num espaço geográfico restrito, que é ao mesmo tempo, a base de sua atuação.

Na contemporaneidade, já "existe uma nova maneira de integração entre os planos de definição da paisagem: o plano horizontal, o das formas de organização e atuação dos grupos sociais no cotidiano, filtra e redefine, cada vez mais, as diretrizes da organização do plano vertical, o da hierarquia econômica, política e administrativa" (LEITE, 2006a, p. 113), e isto precisa ser reconhecido para que possa ser incorporado aos processos de intervenção na paisagem, conclui a autora. Da mesma forma, MOREIRA (1997, p.4) argumenta que o lugar é, simultaneamente, horizontalidade, pois "tem a capacidade de aglutinar numa unidade regional os elementos contíguos", e verticalidade, pois tem a "capacidade desses elementos

aglutinados de se inserirem no fluxo vital das informações, que são o alimento e a razão mesma da rede".

A esquizofrenia dos territórios turísticos

A "esquizofrenia do lugar" é uma metáfora empregada por Santos para se referir ao combate, dentro do lugar, entre as forças da globalização e as forças oponentes, essas "uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres excluídos e marginalizados [...] crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas [...] [que] não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica" (SANTOS, 2004, p. 114).

O autor esclarece que, dentro do lugar, a pessoa, as instituições, as firmas e os grupos comunicam-se mediados pelas técnicas e pela própria produção, pois são coisas experimentadas localmente, podem não ser entendidas por todos, mas são perceptíveis de forma imediata. No entanto, as relações de fora do lugar (o mundo) com esses quatro grupos são mediadas pela política: ela é exercida de longe, do mundo para o lugar. Os objetivos dessa mediação política muitas vezes não são evidentes e exigem uma interpretação filosófica.

Na Figura 4, expressa-se, graficamente, o entendimento daquilo que Milton Santos chamou de "a esquizofrenia do lugar".



Figura 4- Interpretação da esquizofrenia do lugar
Elaboração própria

FAUUSP

A contra-ordem a que se refere Santos, que se insurge contra as forças da globalização, pode ser, de certa forma, comparada à reação que os "sujeitos do cotidiano" estabelecem contra as forças do mercado e de dominação política, segundo a visão de Certeau. Em "Invenção do Cotidiano", o autor adverte que não se deve tomar as pessoas por "idiotas". Para ele, nas práticas de consumo, seja de bens materiais ou culturais, ocorrem sempre apropriações imprevisíveis, fora de controle, que subvertem as pretensões iniciais dos agentes de dominação. A "astúcia" dos consumidores compõe uma "rede de indisciplina" que resiste às imposições e tende a esvaziar as pretensões de padronização e dominação visadas pelas forças dominantes, explica o autor.

Os conceitos revistos neste capítulo são de fundamental importância para a investigação da construção das paisagens turísticas e as forças que as engendram. Além de ajudar no entendimento do fenômeno turístico sobre as paisagens, neste trabalho eles serviram, também, para auxiliar a construção do roteiro *Identificação das verticalidades e horizontalidades nos territórios turísticos*, apresentado no Quadro 1. Este roteiro orientou a pesquisa sobre o Projeto Estrada Real, apresentado no Capítulo 3, e parte da pesquisa sobre a construção das paisagens turísticas de Milho Verde e São Gonçalo, apresentada no Capítulo 4. Também subsidiou a elaboração dos formulários de entrevistas pré-codificados apresentados nos Apêndices 4 e 5 desta tese e utilizados na pesquisa de campo.

<table>
<tr><th colspan="4">Quadro 1 - Identificação das verticalidades e horizontalidades nos territórios turísticos
Elaboração própria</th></tr>
<tr><td rowspan="3">O que identificar:</td><td>Macroatores</td><td>✓ Os autores dos projetos turísticos;
✓ As empresas que elaboram, organizam e administram estes projetos;
✓ As empresas que atuam no local e têm sede fora dos territórios turísticos;
✓ Turistas</td><td rowspan="2">✓ Empresas locais e organizações não governamentais podem ser tanto macroatores quanto atores locais. A classificação dependerá do grau de dependência das atividades que desenvolvem com o espaço geográfico local.</td></tr>
<tr><td>Atores locais</td><td>✓ Moradores;
✓ Organizações sociais, culturais, religiosas;</td></tr>
<tr><td>Estado</td><td colspan="2">✓ Governos central, estadual e local, dos três poderes, seus órgãos da administração direta e indireta, tais como estatais, empresas públicas e autarquias;
✓ Universidades e institutos de pesquisa [considera-se que as atividades desenvolvidas por estas instituições (ensino, pesquisa e extensão) são, de certa forma, atividades de responsabilidade do Estado]</td></tr>
<tr><td>Como fazer para identificar:</td><td>Pesquisar dados primários e secundários para conhecer e analisar:</td><td colspan="2">✓ Os autores dos projetos turísticos;
✓ Os discursos dos projetos turísticos;
✓ A adoção dos princípios do planejamento estratégico;
✓ A organização política dos locais;
✓ As fronteiras dos territórios turísticos nos projetos e suas movimentações nos locais;
✓ As fragmentações nos territórios turísticos, lugares e territórios sem lugares;
✓ A ação estatal, explícita ou dissimulada;
✓ O papel regulador das macroempresas;
✓ A divisão social do trabalho;
✓ Os dados socioeconômicos;
✓ Os atores locais;
✓ As organizações civis e os informantes-chave;
✓ Os setores produtivos;
✓ A qualidade de vida da população local;
✓ O ambiente local;
✓ O grau de dependência das atividades com o espaço geográfico local;
✓ As práticas turísticas;
✓ A rede de indisciplinas e os conflitos nos territórios;
✓ Cursos, treinamentos, selos, certificações, seminários de formação.</td></tr>
</table>

Como se viu neste capítulo, o turismo constrói sobre os territórios, por meio das forças que movimenta, sejam elas externas ou internas, paisagens novas. Mas como as forças verticais impostas aos lugares criam essas novas paisagens? As forças trazidas pelo turismo são sempre verticais? Estão sempre combatendo as forças horizontais locais? Não será o turismo capaz de, em algumas situações, também produzir forças horizontais? Prevalecendo nos lugares as verticalidades do turismo, qual a qualidade das paisagens produzidas? Como avaliar esta qualidade? Essas são questões discutidas nos próximos capítulos.



Paisagens sustentáveis

2.1 Sustentabilidade

Os primeiros movimentos que demonstram uma preocupação com as conseqüências das ações humanas sobre a natureza remontam ao século XIX: em 1838, George Catlin, ensaísta e artista, propõe a criação de reservas indígenas nos Estados Unidos; em 1863, George Marsh publica o primeiro livro sobre conservação ambiental, *Homem e Natureza;* em 1869, Ernst Haeckel define ecologia como sendo a ciência das relações entre as espécies e seu ambiente; em 1872, pela primeira vez um governo assume as responsabilidades de preservar, administrar e proteger áreas naturais, com a criação das reservas de Yosemite, na Califórnia, e Yellowstone, no Wyoming, EUA.

Contudo, as primeiras discussões sobre as conseqüências do desenvolvimento sobre o meio ambiente só começam a acontecer mais tarde, a partir de um evento significativo, a poluição da Baía de Minamata, no Japão.

> Há cerca de 5 décadas, a sociedade foi despertada para a consciência de que surgiam fatores que estavam produzindo a rápida e progressiva destruição do equilíbrio ecológico do planeta. A contaminação da Baía de Minamata, no Japão, ocorreu em 1950, porém somente foi confirmada muitos anos depois, vinculando-se os efeitos observados na população local ao mercúrio proveniente de uma indústria química. Seus efluentes poluíam as águas e peixes, e também a população, que sistematicamente os utilizava em sua alimentação (MANO; PACHECO; BOBELLI, 2005, p.88)

A década de 1960 marca o início da atuação dos movimentos ambientalistas em escala mundial. O primeiro desses movimentos, que congregou autoridades públicas de diversos países, foi fundado em 1968 e recebeu o nome de Clube de Roma. Essa organização, que buscava "atuar como catalisador de mudanças globais, livre de quaisquer interesses políticos, econômicos ou ideológicos" (MANO; PACHECO; BOBELLI, 2005, p. 90), encomendou ao Massachusets Institute of Technolog, MIT, dos Estados Unidos, um estudo cujos resultados compuseram o trabalho conhecido como *Os limites do crescimento.* O documento apresentou à comunidade internacional o grave quadro da situação ambiental mundial, concluindo que a degradação ambiental é resultado do crescimento populacional descontrolado e de suas exigências sobre os recursos da terra. Propunha, para se evitar "uma tragédia ecológica", a paralisação do crescimento econômico mundial, o chamado crescimento zero.

O debate entre aqueles que defendiam o crescimento zero e os defensores do crescimento sem limites marcou a Conferência de Estocolmo de 1972. Esse encontro lançou as bases para o início da estruturação dos órgãos ambientais pelas nações, inclusive no Brasil, e apresentou importantes conceitos, dentre os quais este autor destaca:

a. Meio ambiente não é formado apenas pelo meio natural.

> O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. **Os dois aspectos do meio ambiente humano**[6], o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma (DECLARAÇÃO, 1972, p. 1)

b. Os problemas ambientais como conseqüência do modelo de desenvolvimento:

> Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico (DECLARAÇÃO, 1972, p. 3).

c. Os recursos ambientais devem ser administrados pelo Estado.

> Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente (DECLARAÇÃO, 1972, p. 3).

A partir de Estocolmo, muitas comissões foram criadas e encontros e conferências realizados, visando a formular princípios e diretrizes que orientassem os governos e a sociedade mundial para a questão do desenvolvimento e suas conseqüências sobre o meio ambiente.

[6] Grifo nosso

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, conhecida como Comissão Brundtland, foi uma dessas comissões. Em 1987, a Comissão cria e publiciza a expressão desenvolvimento sustentável:

> Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. It contains within it two key concepts: the concept of 'needs', in particular the essential needs of the world's poor, to which overriding priority should be given; and the idea of limitations imposed by the state of technology and social organization on the environment's ability to meet present and future needs (UN DOCMENTS, 1987)

O professor da USP Paulo Nogueira-Neto, um dos 23 membros e o único brasileiro a participar da Comissão Bruntland, descreve, em entrevista publicada em 2004 no sítio eletrônico do PNUD[7] Brasil, como surgiu, naquele fórum, a expressão desenvolvimento sustentável:

> [...] numa das reuniões da Comissão Brundtland, no contexto dessas discussões sobre miséria e explosão demográfica, alguém surgiu com essa expressão "desenvolvimento sustentável" e nós, imediatamente, dissemos que era aquilo mesmo. Desenvolvimento sustentável é aquele que não afeta as próprias bases do desenvolvimento e, portanto, faz com que ele vá se mantendo ao longo do tempo e não seja predatório. A idéia de desenvolvimento não predatório, de combate à poluição, etc, é muito antiga. A novidade era a idéia de afastar tudo que fosse predatório, propositadamente, para que o desenvolvimento pudesse continuar (PNUD, 2004).

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 ou Cúpula da Terra, ampliou a noção de desenvolvimento sustentável formulada pela Comissão Brundtland, definindo-o como sendo o resultado do equilíbrio entre a tecnologia, o meio ambiente e a justiça social. Esse conceito tornou-se referência para inúmeros trabalhos e interesses os mais diversos e sua adoção tem sido cada vez maior nos processos de planejamento (RIBEIRO, 2004).

Contudo, a expressão tem sido utilizada de diversas maneiras, segundo os interesses em jogo:

[7] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

> [...] é uma expressão que vem sendo usada como epígrafe da boa sociedade, senha e resumo da boa vontade humana. Neste sentido, a expressão ganha foros de um substituto pragmático, seja da utopia socialista tornada ausente, seja da proposta de introdução de valores éticos na racionalidade capitalista meramente instrumental [...] Na segunda acepção, desenvolvimento sustentável é [...] um conjunto de mecanismos de ajustamento que resgata a funcionalidade da sociedade capitalista [...]. Neste sentido, é [...] um desenvolvimento suportável, medianamente bom, medianamente ruim, que dá para levar, que não resgata o ser humano da sua alienação diante de um sistema de produção formidável Herculano (apud RIBEIRO, 2004, p. 62)

Acselrad (2001) acrescenta que os diferentes empregos da expressão sustentabilidade, de várias maneiras e significados, "são discursos em disputa pela expressão que se pretende a mais legítima, pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e idéias" (ACSERALD, 2001, p.101).

Ainda de acordo com Acselrad, as diferentes representações sobre o que seja a sustentabilidade, especialmente a urbana, têm privilegiado a leitura das cidades como matriz tecno-material, propondo "a recomposição das cidades com base em modelos de eficiência ecoenergética ou de equilíbrio metabólico aplicados à materialidade do urbano" (ACSELRAD, 1999, p. 83). Para o autor, "a redução da cidade à sua dimensão estritamente material tende a descaracterizar a dimensão política do espaço urbano" desconsiderando "a complexidade da trama social responsável tanto pela reprodução como pela inovação na temporalidade histórica das cidades" (ACSELRAD, 1999, p. 86), colocando em risco "a cidade como espaço de construção durável de pactos políticos capazes de reproduzir no tempo as condições de sua legitimidade" (ACSELRAD, 1999, p. 86).

No turismo, o discurso da sustentabilidade tem estado, quase sempre, associado à noção de que é preciso controlar a capacidade de carga dos atrativos como forma de preservá-los, permitindo, dessa maneira, a sua continuada exploração. Esse discurso tem sido usado, em muitos destinos turísticos, como forma de controlar acessos a determinados locais, privatizando-os. Dois exemplos dessa prática: a) a adoção de cobrança de ingresso em determinadas igrejas coloniais brasileiras: em São Francisco de Assis, Ouro Preto, o pagamento na entrada é irrestrito, e tanto turistas como fiéis devem pagar R$6,00 para ingressar no templo; b) a apropriação de algumas praias brasileiras, sobretudo as do litoral nordestino, sob o pretexto da preservação e garantia da sustentabilidade. Muitas têm sido incorporadas às infraestruturas dos resorts de luxo.

Mesmo nos discursos oficiais da OMT[8], percebe-se a noção equivocada de sustentabilidade, em que o conceito tem sido empregado como um caminho para a satisfação do turista:

> Temos que ter bem claro que a satisfação do turista ou consumidor vem com a qualidade do serviço prestado. Mas, o que conta, mesmo, é a qualidade percebida pelo consumidor, que se mede conforme o grau de satisfação obtida na atividade turística" (OMT, 2001, p. 197).
> [...]
> Depois de várias décadas de rápido crescimento quantitativo, o turismo mundial encontra-se numa fase de profunda transformação. Os turistas, consumidores dessa indústria, ao mesmo tempo que cidadãos mais conscientizados sobre o meio ambiente, começaram a exigir condições diferentes na produção e na utilização dos serviços turísticos, pondo fim à expansão pouco controlada do turismo de massa. A constatação de que os consumidores preferem entornos bem conservados e atividades turísticas não predatórias e de que estão dispostos a pagar mais por isso, facilita a adoção de estratégias de sustentabilidade pela indústria turística e sua aliança mais sincera com os movimentos conservadores (OMT, 2001, p. 259).

Mas "em alguns empreendimentos turísticos podemos encontrar exemplos indicativos de mudanças sociais diferentes dos modelos vigentes. Algumas iniciativas, em Fortaleza (...) indicam tendências animadoras para o exercício da responsabilidade social" (CORIOLANO; LEITÃO, 2008, p. 477), caminhando na busca "de iniciativas turísticas mais solidárias":

> combatendo e denunciando o trabalho infantil nos empreendimentos; [...] ajudando a organização comunitária na luta por seus direitos e concretização da cidadania; apoiando a realização de estudos, pesquisas e programas com objetivos de desenvolvimento sustentável, de melhoria de ambientes, de recuperação ambiental; (...) participando da implementação local da Agenda 21 segundo os princípios de sustentabilidade estabelecidos na Conferência Rio/92 (CORIOLANO; LEITÃO, 2008, p. 477).

Coriolano e Mendes (2006) descrevem um caso de sustentabilidade no turismo: o turismo comunitário da Prainha do Canto Verde em Beberibe (CE). Através da organização comunitária em torno de uma cooperativa, uma colônia de pescadores que estava sofrendo a pressão imobiliária para construção de casas de veraneio conseguiu organizar a atividade turística no local e implantar pequenos empreendimentos (pousadas, casas de aluguel, comércio). "O trabalho no turismo solidário [na Prainha do Canto Verde] tem contribuído

[8] OMT- Organização Mundial do Turismo, entidade que congrega 144 países, designada pela ONU para promover e desenvolver o turismo no mundo.

para a inclusão das mulheres no processo produtivo local, do trabalho dos pescadores na época do defeso e para a permanência dos jovens no lugar" e constitui-se "uma referência de turismo comunitário no Ceará" (CORIOLANO; MENDES, 2006, p.12).

O uso do termo sustentabilidade pode servir a inúmeros interesses, a exemplo do turismo, e tornou-se discurso de organizações civis, empresários, políticos, empresas e governos. A expressão, quase sempre, apresenta-se como a fórmula que permite atingir a sociedade perfeita, que se sabe impossível de ser alcançada, pois, se há nos territórios fenômenos que podem ser controlados, monitorados e conduzidos há, por outro lado, um outro conjunto de fenômenos autônomos, surpreendentes, que escapam ao nosso controle.

> A insistência em propor o inflexível e o auto-suficiente contém, em si mesma, a ameaça da perda dos limites entre o real e o imaginário, da negação do mundo concreto em benefício de um mundo de aparências, onde tudo é possível e, ao mesmo tempo, impossível, porque tudo é símbolo ou signo, tudo representa alguma coisa (LEITE, 2006b, p.71).

E, em tempos contemporâneos, o paisagismo turístico tem-se proposto a criar as paisagens ideais, onde os atrativos sejam sempre bem cuidados e desenhados para a fruição dos turistas, sob o discurso da sustentabilidade, uma vez que, se "uma localidade turística aumenta a qualidade de seu ambiente e de seus serviços, sua eficiência também aumenta" (BOULLÓN, 2005, p. 112).

Trata-se de um paisagismo a serviço do consumo, da segregação, porque privatiza o que é público, constrói paisagens segregadas exclusivamente para satisfazer o padrão global de consumo dos turistas e instaurar o lucro como mandante das transformações dos territórios, como discutido no Capítulo 1.

Os usos e definições inadequados da expressão sustentabilidade não eliminam o seu emprego nesta pesquisa. Ao contrário, é uma expressão importante para o desenvolvimento do trabalho, a ponto de receber uma definição mais apropriada ao fenômeno que se está estudando, a construção da paisagem turística, quando se discutir, à frente, o conceito de paisagem sustentável.

Para se construir o conceito de paisagem sustentável adotado nesta tese pesquisou-se e selecionou-se os indicadores que possibilitam avaliar a sustentabilidade dos territórios: *i*) propostos e citados pelos autores anteriormente revistos; *ii*) que constam dos principais documentos das Nações Unidas que tratam da questão ambiental nos assentamentos humanos,

pelo caráter predominantemente científico desses documentos e, ainda, por terem sido subscritos por quase todos os países que formam a Organização. Esses documentos são a Agenda 21, os Objetivos do Milênio, a Declaração de Vancouver – Habitat I e a Declaração de Istambul – Habitat II; *iii*) do Índice de desenvolvimento Humano Municipal- IDH Municipal, desenvolvido pela FJP -Fundação João Pinheiro e pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas.

Indicadores da Agenda 21

Os indicadores da Agenda 21, documento resultante da Cúpula da Terra, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 2002, que estabelece diretrizes que sirvam de subsídio à elaboração e implementação de políticas públicas sustentáveis, pelos governos e por toda a sociedade, ao longo do século XXI.

Os indicadores de sustentabilidade da Agenda 21 considerados relevantes para esta pesquisa estão sistematizados no APÊNDICE 1 - Indicadores de sustentabilidade da Agenda 21.

Indicadores dos Objetivos do Milênio

Em 2000, durante reunião da Cúpula do Milênio, promovida pela Organização das Nações Unidas em Nova York, líderes de 191 nações propuseram um pacto que prevê a melhoria da sustentabilidade ambiental mundial até 2015. São oito objetivos, que no Brasil são chamados de "8 Jeitos de Mudar o Mundo". Para alcançá-los foram traçadas 18 metas e 48 indicadores, que permitem medir o avanço dos países em diversas áreas.

Ao presente trabalho interessa, particularmente, o Objetivo 7 chamado "Garantir a sustentabilidade ambiental" que propõe os seguintes indicadores de mensuração: domicílios com melhoria de acesso ao abastecimento de água; domicílios com melhoria de acesso às instalações sanitárias; proporção de famílias cuja posse da habitação esteja assegurada; proporção de domicílios fora de áreas de risco, com estrutura suficientemente adequada para proteger seus habitantes das intempéries.

Indicadores das Agendas Habitat I e II

Em 1976, realizou-se em Vancouver (Canadá) a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat I, cujo resultado foi a "Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos". Esse documento apresenta recomendações para a promoção da sustentabilidade urbana a serem implementadas pelos governos.

Uma segunda Conferência sobre Assentamentos Humanos foi realizada pela ONU, em Istambul, Turquia, 1996, resultando no documento Declaração de Istambul, aprovado por consenso pelos países participantes daquela Conferência, entre eles o Brasil.

Os indicadores de sustentabilidade apresentados nas duas Conferências e que interessam à presente pesquisa estão relacionados no APÊNDICE 2 - Indicadores das Agendas Habitat I e II.

Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Os indicadores do IDH que interessam diretamente à presente pesquisa são: percentual de pessoas que vivem em terrenos próprios e quitados; percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais; percentual de pessoas que vivem em domicílio com densidade acima de 2 pessoas por cômodo; percentual de pessoas que vivem em domicílios com coleta de lixo; esperança de vida ao nascer; percentual de analfabetos; renda per capita; intensidade da pobreza.

Esses indicadores de sustentabilidade foram sistematizados e compuseram a *Matriz de avaliação da sustentabilidade das paisagens*, apresentada ao final deste capítulo.

2.2 Discutindo a paisagem

Os conceitos de meio ambiente e paisagem têm uma grande convergência e o pensamento da Profa. Miranda Magnoli esclarece essa idéia:

> Entendo o meio ambiente humano como o resultado das interações das sociedades humanas com o suporte, a base física e biológica que as envolve, contribuindo este suporte, esta base, de diferentes maneiras para sua subsistência biológica e espiritual. Este suporte, base física e biológica, já tem uma história de interações: desde o aparecimento do homem é objeto da ação do homem, alterando essa base. Daí, poderá se sintetizar a concepção de ambiente como a interação da sociedade com o suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada 'natural' ou construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações, transformações, readaptações e novas transformações das sucessivas formas encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conFORMAções, conFIGURAções, carregadas da interação social com o suporte temos denominado paisagens (MAGNOLI, 1994, p.60).

A definição oferecida por Magnoli apresenta paisagem e ambiente como conceitos que se imbricam, quase sinônimos. A distingui-los, parece haver uma diferença: enquanto o ambiente é o território da própria realização das interações das sociedades com o meio ecológico, que a autora chama de suporte, a paisagem seria essa relação revelada nas suas formas, a sua aparência mais o próprio acontecer das relações. Entende-se, assim, que para a autora paisagem é o ambiente tornado visível, apreensível.

No pensamento de Magnoli, meio ambiente não é ecologia: "ecologia e meio ambiente humano não se confundem, não são sinônimos. [...] A mediação entre um subsistema e o sistema global (o todo e a parte) não se pode explicar somente com os conceitos, métodos e instrumentos da biologia. Essa mediação é social" (MAGNOLI, 1994, p.63). O entendimento de paisagem de Magnoli "é o da construção efetuada diariamente pelo conjunto da sociedade" (LEITE, 2006b, p.71)

Ao contrário de Magnoli, a maioria dos geógrafos, inclusive os da chamada Geografia Crítica, como é o caso de Milton Santos, vê a paisagem como "o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima" (SANTOS,1996, p. 26).

> Em realidade, a paisagem compreende dois elementos: 1. Os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele. 2. Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente. A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade" (SANTOS, 2009, p.53 e 54)

.

No conceito de Santos a paisagem é um "trabalho morto" (SANTOS, 1996), representada apenas pelo sistema de objetos. O sistema de ações mais o sistema de objetos, que para Magnoli compõem a paisagem, na teoria santosiana é o próprio espaço.

Queiroga (2006, p.59), a respeito da definição da geografia, que vê a paisagem simplesmente como uma porção do espaço geográfico alcançado pela visão, argumenta que essa visão "pouco auxilia na compreensão dos processos que engendram a paisagem; descrever paisagens é insuficiente para compreendê-las [...] Compreender a paisagem é reconhecer a dialética social que se processa entre todas as instâncias sociais [...]".

Sílvio Macedo vê a paisagem como um produto e, ao mesmo tempo, um sistema. "Como produto porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total (MACEDO, 1999, p.11). Para o autor, a paisagem pode ser lida na "expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo" (MACEDO, 1999, p.11).

Para Maria Ângela F. P. Leite "as paisagens não são produtos, mas sim processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, culturais e políticos vigentes" (LEITE, 2006a, p.80).

A diversidade de pensamentos sobre a paisagem impõe que se tenha neste trabalho um conceito próprio. Este conceito deverá responder às seguintes questões: Quais são os atributos da paisagem? Como ela se forma? Como a paisagem se transforma? O que os pesquisadores e projetistas devem considerar quando tiverem na paisagem seus objetos de pesquisa ou trabalho?

Em busca dessas respostas decidiu-se buscar nos pensamentos de alguns estudiosos e projetistas envolvidos com a questão da paisagem, no Brasil, conceitos considerados relevantes, para, em seguida, discuti-los individualmente. Essa técnica levou, ao seu final, à formulação do conceito de paisagem adotado neste trabalho.

Conceitos e comentários:

i. As paisagens como possibilidades.

> A paisagem é objeto de interesse de vários campos do conhecimento – filosofia, literatura, pintura, geografia – e isto prova que nela coexistem as dimensões científicas, psicológicas, estéticas, enfim, a objetividade e a subjetividade. A importância da paisagem para o arquiteto vem da própria multiplicidade de sentidos deste conceito e da imensa gama de possibilidades que oferece à reflexão e à ação sobre o espaço (BARTALINI, 2008, p.1).

Na literatura observa-se o emprego do termo paisagem de diferentes maneiras: geógrafos, arquitetos, biólogos, dentre outros profissionais, costumam buscar as definições mais adequadas às especificidades dos seus fazeres. Contudo, mais do que encontrar uma

definição que atenda aos seus interesses, pesquisadores e aqueles que intervêm nas paisagens devem estar abertos e preparados para receberem as inúmeras possibilidades de compreensão dos fenômenos oferecidas pelas leituras das paisagens.

ii. As ações e os objetos compõem as paisagens.

> As ações são, também, parte constituinte da paisagem, a dinâmica da paisagem não apenas se transforma ao modificar-se o sistema de objetos, mas ao realizar-se o sistema de ações, a cada momento, isto é, aliás, parte mesmo da visibilidade que caracteriza intrinsecamente a paisagem (QUEIROGA, 2006, p. 62)

De fato a paisagem não pode ser tomada apenas como materialidade, até porque a própria materialidade da paisagem é fruto da operação da cultura sobre os meios ecológico e técnico. Se a cultura, como manifestação humana, é a produtora e modificadora dos meios e objetos, ela faz parte deles e se manifesta neles: pelas técnicas, pelos materiais, pelos usos desses objetos. Além disto, no caso particular da arquitetura e do urbanismo, que contribuem para criar a base material da vida humana, os objetos não fazem sentido sem a sua fruição, a vida. O arquiteto não pode enxergar os objetos sem aquilo que lhe dá sentido: as ações humanas. Para o arquiteto, a obra deve ser sempre objeto e ação.

No caso particular do fenômeno turístico a paisagem não pode ser entendida apenas como materialidade. Os territórios turísticos são sempre compostos de objetos e ações, do patrimônio material e imaterial, apropriados ou inventados, mas sempre vividos, mesmo que só pelos turistas, como nos territórios sem lugar.

iii. É nas paisagens do cotidiano e por meio delas que se pode avançar na construção da autonomia dos lugares

> São as paisagens o cotidiano de vida do cidadão. São esses os lugares que ele se apercebe, em que se identifica, em que ele exerce sua socialização [e é também nas paisagens do cotidiano] e por intermédio delas que se poderá facilitar o avanço da autonomia dos grupos sociais na decisão e controle dos processos de desenvolvimento" (MAGNOLI, 1994, p.64)

A definição de Magnoli apresenta o cotidiano imbricadamente ligado à idéia de lugar, de cidadania, de vivência diária e contínua dos territórios. As suas paisagens do cotidiano são como a esfera da vida pública proposta por Arendt (1991), a *vita activa*, onde acontecem a produção cultural, a construção da cidadania e se desenvolve parte da própria história das civilizações.

De fato, por meio das paisagens do cotidiano e nelas, se poderá facilitar o avanço na autonomia dos grupos sociais. Isto ocorrerá se os grupos locais, empoderados, passarem a perceber o domínio das verticalidades nessas paisagens cotidianas e, a partir daí, iniciarem os processos de mudança que lhes permitirá assumir o controle decisório do acontecer naqueles lugares, fazendo prevalecer as horizontalidades.

iv. Conflitos sempre existem nas paisagens e a sua identificação é um dos modos possíveis de compreensão da realidade:

> Uma paisagem é formada pela combinação entre elementos novos e velhos, externos e internos. Essa combinação altamente dinâmica, que se dá em cada lugar segundo uma determinada lógica particular de organização pressupõe um confronto e, muitas vezes, um conflito entre externo e interno, novo e velho. A aceitação desse confronto ou conflito é condição de procura da exatidão (LEITE, 2006b, p.7).

Se a paisagem está em constante mudança, nela sempre existirão conflitos. E esta manifestação cotidiana dos conflitos constitui uma importante chave de leitura das paisagens. Vainer (2005 apud ÁLVARES et al., 2010, p.7), a respeito da manifestação dos conflitos nas cidades, ensina que "a diversidade e multiplicidade da cidade aparecem, quase em estado virgem, nos conflitos, eles mesmos dispersos, múltiplos e diversos" e que "atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade"

No caso da construção das paisagens turísticas, além dos conflitos que decorrem das mudanças dos processos naturais e sociais, aparecem muito intensos os conflitos resultantes do combate entre forças dos projetos turísticos e as locais. Identificar esses conflitos é tarefa obrigatória para quem lida com o fenômeno da construção das paisagens turísticas.

v. Nem todas as mudanças sociais provocam mudanças na paisagem

> A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e política também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. As alterações por que passa a paisagem são apenas parciais. De um lado alguns dos seus elementos não mudam – ao menos em aparência – enquanto a sociedade evolui. São as testemunhas do passado. De outro lado, muitas mudanças sociais não provocam necessária ou automaticamente modificações na paisagem (SANTOS, 2009, p. 54)

Discorda-se de Santos. Entende-se que paisagem sempre muda e está diferente a cada novo tempo. Mesmo o sistema de objetos das paisagens se modifica constantemente: o meio ecológico experimenta mudanças decorrentes dos próprios processos naturais, as infraestruturas se depreciam, sofrem mudanças pelo uso, pela ação das intempéries, microorganismos, dentre outros fatores de transformação.

vi. Na contemporaneidade, a paisagem se apresenta de uma nova maneira:

> Neste final de século, já existe uma nova maneira de integração entre os planos de definição da paisagem: o plano horizontal, o das formas de organização e atuação dos grupos sociais no cotidiano, filtra e redefine, cada vez mais, as diretrizes de organização do plano vertical, o da hierarquia econômica, política e administrativa (LEITE, 2006b, p.7).

Como se discutiu no capítulo 1, na atualidade, em todos os territórios, exceto nos territórios turísticos sem lugar, sempre coexistirão grupos de forças em combate. Em alguns, como na maioria dos territórios turísticos, irão prevalecer as forças verticais, a razão global, e em outros, as horizontalidades, a razão local. Quanto mais os grupos sociais locais se empoderam, menos verticalizados irão ficar os lugares. A investigação da integração desses planos de definição da paisagem deve ser tarefa obrigatória de todo pesquisador da paisagem, em tempos contemporâneos.

vii. As paisagens são estruturas limitadas e sua interpretação é individual e própria de cada observador:

> As paisagens são, então, estruturas finitas, pois são lidas e interpretadas dentro de uma escala de um dado observador que não pode, devido a limitações físicas, abranger o ambiente terrestre como um todo, dentro do

> seu campo visual ou de análise. Portanto, para o ser humano, cada paisagem sempre sucederá a uma outra e assim por diante (MACEDO, 1999, p.11)

Entende-se que a paisagem tem um limite, mas este limite não é mais, na atualidade, imposto por limitações do campo visual do observador, como descreve Macedo. O avanço das tecnologias da informação e espacial, principalmente a partir da década de 1970, tem permitido leituras do meio ecológico e das infraestruturas com definições cada vez mais claras, se desejado, de países inteiros. O campo visual a que se refere Macedo não está mais limitado ao alcance do olhar do observador.

No entanto, sendo a paisagem entendida neste trabalho como o conjunto dos sistemas de objetos e ações, sua leitura continua limitada, mas à capacidade de percepção (os sentidos e a intuição) do observador, principalmente quando se trata de ler o sistema de ações. Essa capacidade de perceber os sistemas de ações a tecnologia ainda não foi capaz de ampliar.

Assim, entende-se que a paisagem tem, de fato, uma circunscrição, uma fronteira, cuja percepção é individual e depende de cada observador.

2.3. Paisagem sustentável

Define-se, neste trabalho, paisagem como sendo a porção de determinado ambiente, percebida por um observador, formada pelo acontecer solidário do sistema de objetos e do sistema de ações que constituem esse ambiente, em dado momento histórico.

A paisagem é contingente, muda sempre, porque sempre estão mudando os sistemas de objetos e de ações. Ela é única em cada tempo histórico e em cada território. Não existe uma paisagem igual a outra, mesmo porque não existem observadores que a percebam da mesma maneira.

A paisagem tem uma fronteira, uma delimitação, que é individual e depende da capacidade de percepção de cada observador. Quando o ambiente a ser estudado não é possível de ser entendido por uma única paisagem, o observador pode dividi-lo em diversas áreas de estudo e ler suas paisagens individualmente. Contudo, ao realizar a análise-síntese dessas paisagens, as possíveis interferências, decorrentes das mudanças de local de observação e do tempo histórico das leituras, devem ser consideradas.

As paisagens serão, sempre, palco de conflitos decorrentes das próprias mudanças no ambiente e do combate, nessas paisagens, entre as forças que nelas atuam. A leitura das paisagens deve identificar esses conflitos, as suas forças geradoras e o embate entre elas, não só para melhor compreender o ambiente, mas, também, para planejar adequadamente as intervenções na realidade.

Nos lugares, a qualidade das paisagens produzidas será o resultado do combate entre as forças ali atuantes. Nos lugares em que o domínio é o das forças verticais, o dos projetos autoritários, as paisagens servem aos interesses dos macroatores e são, quase sempre, menos qualificadas ambientalmente. Nos lugares em que predominam as forças horizontais, resultantes de processos decisórios participativos e de processos produtivos mais dependentes do espaço geográfico local, os sistemas de ações e objetos geram paisagens mais qualificadas ambientalmente, o que aqui se denominou paisagens sustentáveis.

Assim, o conceito de **paisagem sustentável,** representado graficamente na Figura 5, diz respeito à paisagem predominantemente horizontalizada, desejada e possível em determinado lugar, em que os meios social, ecológico e as infraestruturas, mediados pelo sistema de ações, produzem uma boa qualidade ambiental no presente, para todos os moradores e visitantes, e criam as condições da permanência dessa boa qualidade ambiental no futuro.

A paisagem sustentável resulta de processos de planejamento que, empregando técnicas adequadas, promovem alterações nos meios ecológico, social e técnico (infraestruturas). O planejamento da paisagem sustentável cria instâncias de decisão horizontalizadas, tem um eficiente sistema de informação, é transparente, produz projetos de menor custo e impacto ambiental, adota o planejamento multisetorial e utiliza-se de arranjos institucionais que permitem tratar os problemas de forma consorciada. Dessa maneira, as paisagens sustentáveis revelam o empoderamento e o domínio dos grupos sociais locais no processo decisório e no controle dos processos de desenvolvimento local.

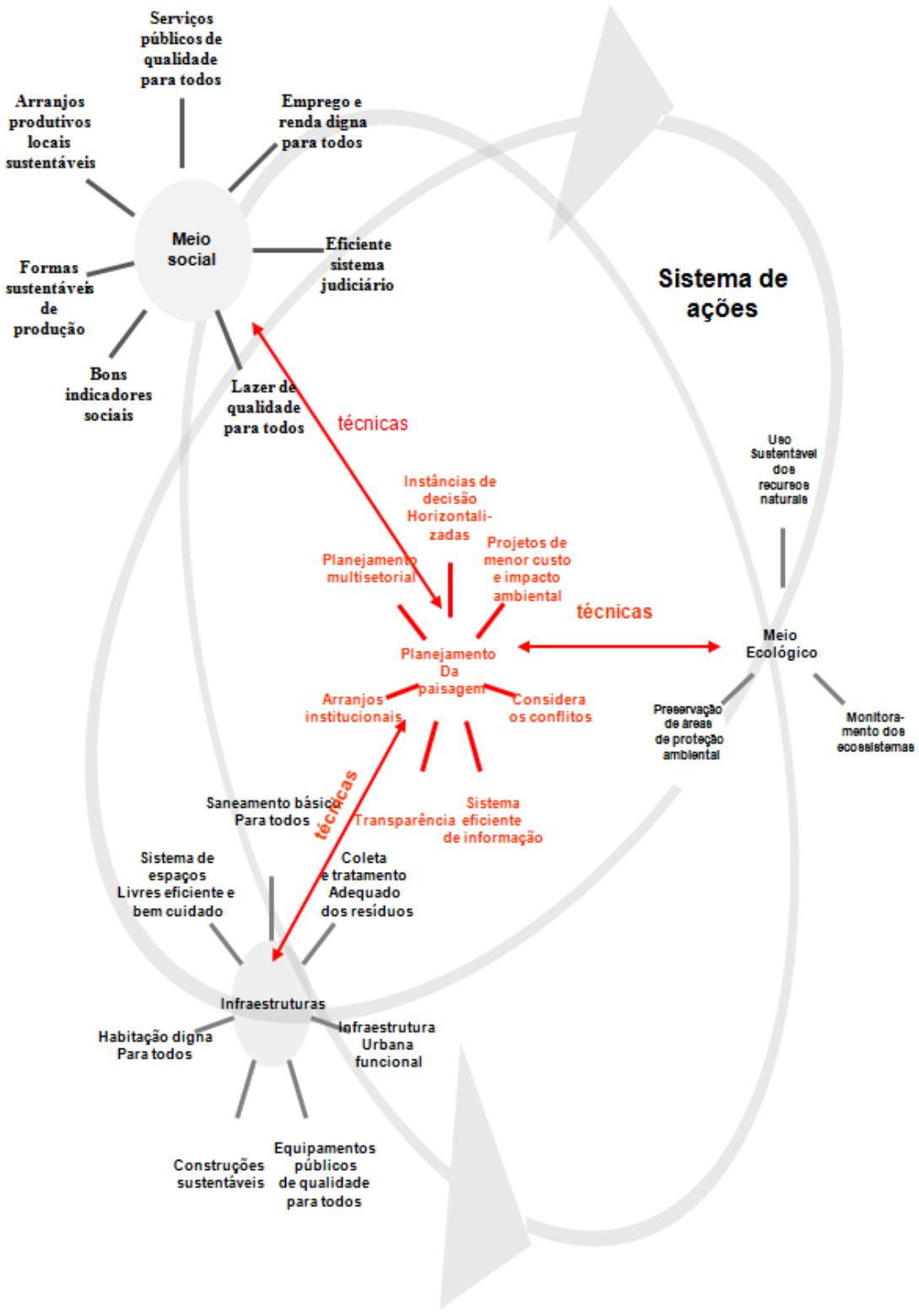


Figura 5 - A paisagem sustentável
Elaboração própria

As atividades humanas nas paisagens sustentáveis fazem uso racional e equilibrado dos recursos naturais. Os ecossistemas são monitorados, sobretudo os mais frágeis, e as áreas de proteção ambiental são preservadas. O meio técnico dessas paisagens apresenta uma infraestrutura urbana funcional, tem equipamentos públicos de qualidade, tem um eficiente e bem cuidado sistema de espaços livres, coleta e trata adequadamente os resíduos produzidos, cria condições de moradia digna para todos os cidadãos, sempre empregando técnicas que produzem o menor impacto ambiental.

A paisagem sustentável tem um meio social cuja divisão social do trabalho está fortemente apoiada em arranjos produtivos locais, gera empregos e renda digna para todos. As paisagens sustentáveis têm um eficiente sistema de aplicação da justiça, apresenta índices aceitáveis de qualidade de vida, bons indicadores sociais, além de oferecer serviços públicos de qualidade para todos os cidadãos, inclusive lazer.

A paisagem sustentável não elimina a existência de conflitos, pois, mesmo nelas, continuarão a existir forças em constante disputa. Além disto, fenômenos autônomos, surpreendentes, podem sempre surgir nas paisagens. A diferença é que nas paisagens sustentáveis, por predominarem as estruturas horizontalizadas, esses conflitos e fenômenos encontram espaços para sua manifestação e formas democráticas de serem discutidos e enfrentados, sempre considerando que, qualquer que seja o resultado, ele deve garantir uma boa qualidade ambiental para todos e a possibilidade dessa qualidade se perpetuar no futuro.

A paisagem sustentável, por ser resultado de um planejamento que considera os conflitos e possui instâncias de decisão horizontalizadas, não é uma paisagem artificial, idealizada, um lugar paradisíaco. É a melhor paisagem possível, tendo em vista os recursos do ambiente, capaz de garantir a todos habitantes uma boa qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania, no presente e no futuro.

Para se avaliar a sustentabilidade de uma paisagem construiu-se uma matriz com 60 indicadores, denominada *Matriz de Indicadores da Sustentabilidade das Paisagens.* Esses indicadores tiveram suas origens na revisão de literatura até então empreendida.

Na Matriz, os indicadores de sustentabilidade das paisagens foram organizados em dois grupos:

Grupo 1 – Indicadores de planejamento e gestão de políticas públicas: composto por 15 indicadores e apresentados na Figura 6.

Grupo 2 – Indicadores do ambiente, divididos em dois subgrupos:

Indicadores do ambiente: sistema de objetos, organizados em duas categorias: os indicadores do meio ecológico, números de 16 a 23 da Figura 7; os indicadores das infraestruturas , números de 24 a 38 da mesma figura.

Indicadores do ambiente: sistema de ações, organizados em três categorias: os indicadores do meio social, números de 39 a 48 da Figura 8; os indicadores do sistema de produção, números de 40 a 51 da Figura 8; os indicadores de tecnologias, números de 52 a 60 da Figura 8.

A matriz também mostra de onde surgiram esses indicadores, na coluna chamada *Origem do Indicador* e como os dados podem ser obtidos, na coluna *Forma de Obtenção dos Dados.*

Os dados do ambiente podem ser obtidos de fontes documentais ou da pesquisa de campo. As fontes documentais que possibilitam a obtenção de dados de avaliação da sustentabilidade das paisagens são: ADH – Atlas de Desenvolvimento Humano, elaborado pela Fundação João Pinheiro e IPEA; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na base de dados SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática; Nos estudos da Fundação João Pinheiro; Nos estudos do IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada da Presidência da República; Nos arquivos dos governos municipais, dos estados ou Federal; Nos estudos das universidades e institutos de pesquisa, inclusive teses e dissertações, denominados na matriz como *Academia*; Da revisão de literatura e de outras fontes. Os dados de campo podem ser obtidos da observação direta e da aplicação de entrevistas.

MATRIZ DE INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS - Parte 1																					
Categoria	**Indicadores**	**Origem do Indicador**					**Forma de Obtenção dos Dados**														
							Fontes Documentais										**Campo**		
		Revisão da Literatura	Agenda 21	Obj. Milênio	Habitat I e II	IDH	ADH	IBGE	FJP	IPEA	Governos	Academia	Literatura	Outras	Entrevista	Observação	Dados inexistentes
Indicadores de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	1. Instâncias de decisão horizontalizadas	■	■		■				■		■	■			■		
	2. Planejamento Multissetorial		■						■		■	■			■		
	3.Planos diretores com visão integradora entre os meios urbano e rural		■								■	■			■		
	4. Projetos de menor custo e menor impacto ambiental		■								■	■			■	■	
	5. Arranjos institucionais: consórcios, comitês de bacias		■						■		■	■			■		
	6. Preço da habitação/financiamento da habitação		■		■		■	■		■	■				■		
	7. Inclusão de gênero/parlamentares mulheres				■						■				■		
	8. Preço da terra X Ingresso no mercado de terras				■			■		■	■				■		
	9. Apoio a organizações civis		■		■						■				■		
	10. Transparência e responsabilidade				■						■				■		
	11. Atribuição de poder aos grupos locais	■	■		■						■				■		
	12. Políticas integradas voltadas para a sustentabilidade dos centros urbanos		■		■						■	■			■		
	13. Criar e fortalecer as rganizações rurais		■		■						■	■			■		
	14. Dispor de sistemas de informações para tomada de decisões		■		■						■	■			■		
	15. Políticas de preservação do patrimônio cultural	■							■		■	■			■	■	

Figura 6 - Matriz de indicadores da sustentabilidade das paisagens – Parte 1
Elaboração própria

MATRIZ DE INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS - Parte 2

Categoria		Indicadores	Origem do Indicador					Forma de Obtenção dos Dados										
								Fontes Documentais								Campo		
			Revisão da Literatura	Agenda21	Obj.Milênio	Habitat I e II	IDH	ADH	IBGE/	FJP	IPEA	Governos	Academia	Literatura	Outras	Entrevista	Observação	Dados inexistentes
Indicadores da realidade: Sistema de ações	Meio Ecológico	16. Promoção do uso sustentável dos recursos naturais		■						■			■				■	
		17. Manejo sustentável do uso da terra e dos recursos hídricos		■								■	■			■	■	
		18. Combate à degradação do solo		■								■	■			■	■	
		19. Proteção de mananciais		■								■	■			■	■	
		20. Monitoramento e vigilância do uso de ecossistemas frágreis	■									■	■			■	■	
		21. Patromônio natural preservado sob a vigilância	■									■	■			■	■	
		22. Controle das práticas turísticas em áreas naturais	■							■		■	■		■	■	■	
		23. Preservação das áreas de proteção legais - APPs	■									■	■			■	■	
	Infraestruturas	24. Domicílios com acesso a água potável, inclusive rurais		■	■	■		■	■							■	■	
		25. Domicílios com acesso ao esgotamento sanitário, inclusive rurais		■	■	■		■	■							■	■	
		26. Moradia segura, fora de área de risco			■	■						■				■	■	
		27. Tratamento do esgoto público e seu retorno ao curso d'água				■						■	■				■	
		28. Coleta e tratamento do lixo doméstico				■	■	■	■			■	■			■	■	
		29. Existência de aterros sanitários		■						■		■				■		
		30. Infraestrutura urbana adequada ao atendimento da população	■			■				■						■	■	
		31. Existência de áreas verdes suficientes para o lazer				■		■	■	■		■				■	■	
		32. Equipamentos sociais de educação e saúde para toda a população				■				■		■				■		
		33. Tratamento adequado dos sistemas de espaços livres	■							■						■	■	
		34. Infraestrutura adequada às atividades impactantes, sobretudo o turismo	■							■		■	■			■	■	
		35. Proteção e vigilância do patrimônio material	■							■		■	■			■	■	
		36. Controle de ocupação de encostas e áreas legalmente protegidas	■	■								■	■			■	■	
		37. Requalificação dos assentamentos informais	■			■						■	■			■	■	
		38. Adequada mobilidade urbana	■			■						■				■	■	

Figura 7 - Matriz de indicadores da sustentabilidade das paisagens – Parte 2

Elaboração própria

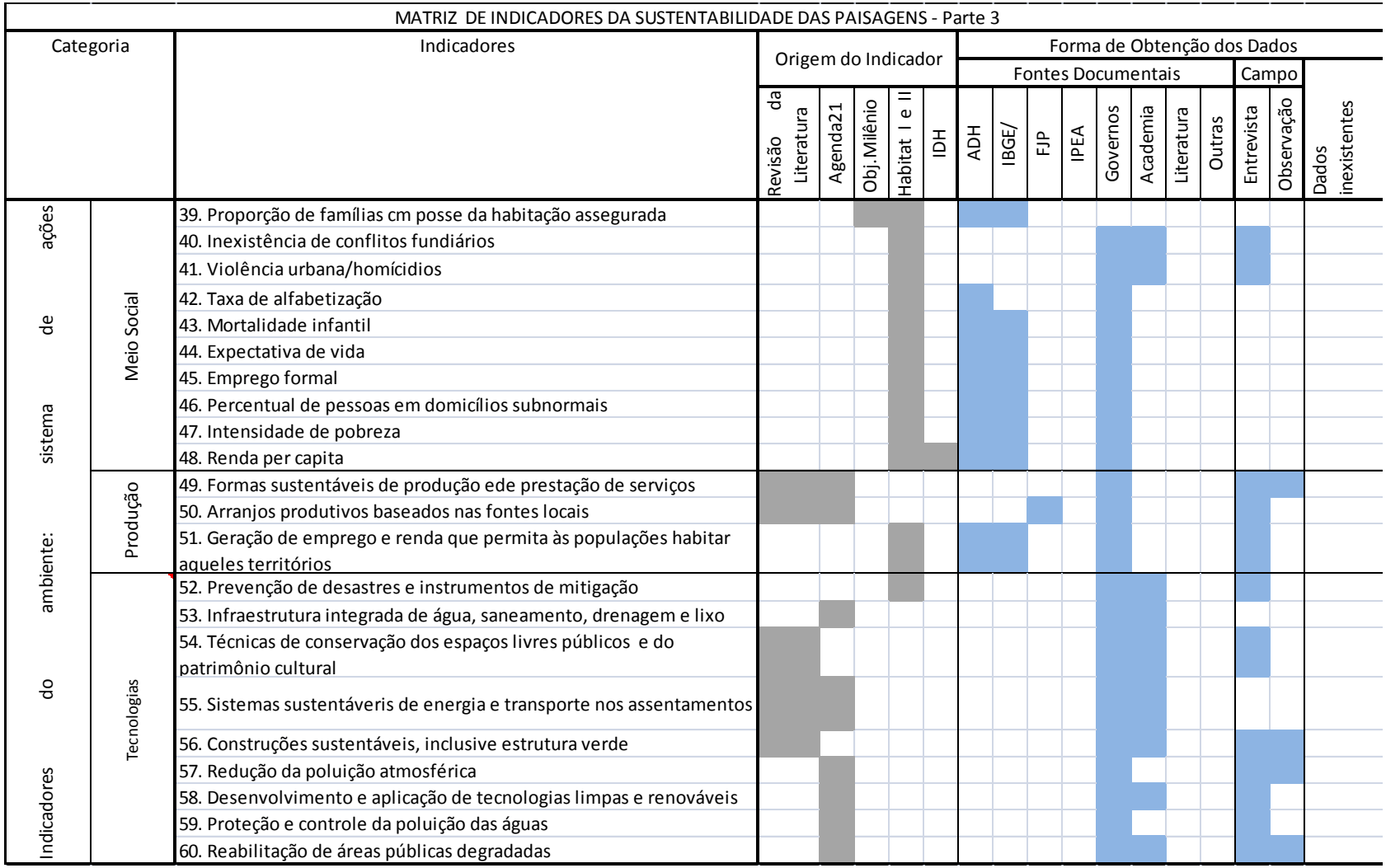


Figura 8 Matriz de indicadores da sustentabilidade das paisagens – Parte 3
Elaboração própria

As discussões empreendidas neste capítulo resultaram na construção de uma categoria analítica importante para o desenvolvimento da presente tese: a paisagem sustentável. A sua elaboração e o próprio conceito final apresentado suscitaram, contudo, novas questões relevantes, tais como: Como se pode planejar paisagens para que se tornem sustentáveis? As paisagens sustentáveis são sempre resultado de um planejamento? Quais os atributos de um projeto da paisagem? Como ler os projetos das paisagens? Como os projetos turísticos, como projetos de paisagens, transformam os territórios em destinos turísticos? Sendo o Projeto Estrada Real um projeto turístico, ele tem produzido nos territórios paisagens sustentáveis?



Os projetos das paisagens turísticas

FAUUSP

3.1 Os projetos das paisagens e seus atributos

A expressão projeto é originária do latim *projectus*, que significa lançar para frente. Na língua portuguesa a expressão designa "uma ideia, desejo, intenção de fazer ou realizar (algo), no futuro" (PROJETO, 2010). Contudo, em outros idiomas, esse sentido é dado pela expressão desenho, originária do vocábulo latino "designium": em espanhol, pela palavra diseño, em italiano disegno, em inglês, design.

O significado que a expressão projeto tem na língua portuguesa e, portanto, no Brasil, como algo planejado no presente para realizar-se no futuro, já faz parte, inclusive, do nosso ordenamento jurídico. Desde 1993, a realização de obras e serviços pelo Estado brasileiro deve ser precedida de prévia elaboração de um documento, denominado projeto básico, cujas características são definidas pelo artigo 6º da Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993, denominada Lei de Licitações. Trata-se de um

> [...] conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (BRASIL, 1993, p 2 e 3).

Preside essa definição constante do texto legal a ideia de que é o projeto um esforço "temporário realizado para criar um produto ou serviço único, diferente, de alguma maneira, de todos os outros produtos e serviços, com início e fim definidos, que utiliza recursos, é dirigido por pessoas e obedece a parâmetros de custo, tempo e qualidade" (DINSMORE; NETO, 2007, p.1).

Contudo, cada vez mais a complexidade dos fenômenos contemporâneos tem ampliado a noção de projeto para além de algo que apenas planeja previamente determinada obra ou serviço. Autores especializados em gerenciamento de projetos, como Limmer (1997), Dinsmore e Neto (2007), afirmam que, na atualidade, devem compor o projeto, além dos tradicionais estágios de concepção e planejamento, também as etapas de execução, controle e finalização. Para eles, os formuladores e/ou gestores de projetos passam a ser responsáveis, não só pela sua concepção, mas, também, pelo seu acompanhamento, controle e avaliação.

Além dessa dilatação do significado do conceito de projeto, tem ocorrido uma mudança no entendimento do que é o objeto dos projetos. Antes o objeto dos projetos eram os artefatos necessários à construção da base material das sociedades, tais como edifícios, estradas, máquinas, equipamentos, objetos utilitários. Hoje a expressão passa a designar qualquer intenção consciente de mudança de uma realidade, fato ou fenômeno: "projeta quem quer que conceba cursos de ação com o objetivo de transformar situações existentes em situações preferidas" (SILVA, 1998, p.30).

KOHLSDORF (1996, p.19) vai além. Para a autora "o que faz as ações serem humanas é o fato de conterem uma estratégia de atendimento a objetivos conscientes. Portanto, arquitetônico é qualquer espaço intencionalmente produzido, e toda construção social é, efetivamente, projetada".

Neste trabalho, também se entende o projeto como sendo o resultado das intenções ou ações humanas, isoladas ou coletivas, tomadas no passado ou presente, que **deliberadamente**[9] visam a organizar determinada realidade ou fenômeno. No entanto, discorda-se de Kohlsdorf (1996) quando afirma que toda construção social é projetada. Entende-se que projetadas são apenas as construções sociais resultantes de atos que, consciente e deliberadamente, objetivam organizar determinada realidade. Aquelas transformações resultantes do acaso, do inesperado, das intervenções cotidianas não planejadas não constituem, para este autor, projetos.

Outra questão que se julga importante enunciar é a de que, para efeito deste trabalho, não existem diferenças entre planos e projetos, ao contrário do que se lê na obra de muitos autores. Elvan Silva, por exemplo, ao tratar do projeto arquitetônico, diferencia planejar de projetar: "planeja-se a construção, que é processo; projeta-se o edifício, que é produto; planeja-se a ação, projeta-se o objeto" (SILVA, 1998, p.35). O autor deste trabalho julga não ser possível separar processo de produto quando o objeto de análise é a construção da paisagem turística, pois, como já se discutiu no Capítulo 2, paisagem é tanto processo como produto da interação dos sistemas de objetos e de ações agindo solidariamente. Dessa maneira, a paisagem turística é sempre o resultado de um ou vários projetos implantados com o objetivo de transformar um recurso turístico em destino turístico, como se verá `a frente.

LEITE (2006a, p. 83) adverte: "projetos de intervenção não são instrumentos de mudança da ordem estabelecida, mas expressões da capacidade de captar a realidade em

[9] Grifo nosso

transformação e propor alternativas de organização". Também aqui se entende que projetos podem ser formas reveladoras do próprio contexto histórico das sociedades e dos tempos em que eles são elaborados e implantados, "uma conseqüência da instituição da divisão social do trabalho e dos mecanismos de atribuição e distribuição de responsabilidades" (SILVA, 1998, p.16).

Assim, conhecer os projetos pode ser uma importante forma auxiliar de análise de paisagens. Isso é possível porque os projetos revelam, além de dados específicos do ambiente no qual pretende intervir, o contexto social, econômico, político e cultural da época e do local de sua elaboração e realização, oferecendo pistas importantes para o trabalho do pesquisador.

3.1.1 De como ler os projetos de paisagens

Uma maneira de se entender e analisar os projetos de paisagens é conhecer a divisão social e territorial do trabalho e seu movimento ao longo do tempo, uma vez que elas "vão sucessivamente redistribuindo funções de toda ordem sobre o território, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo novo arranjo espacial" (SANTOS, 1994, p.126).

Outra forma é conhecer as forças políticas que levaram à elaboração e/ou implantação dos projetos, uma vez que projetos de intervenção nas paisagens são resultado de negociações entre diversos atores políticos, que visam organizar determinada realidade para atender determinados fins, como nos orienta Milton Santos:

> Como a divisão social e territorial do trabalho dependem em proporção crescente, das decisões políticas, o presente e a evolução futura das cidades dependem em proporções semelhantes do papel que, na economia, cabe aos atores do jogo político, segundo diferentes níveis, e da forma como, respondendo a essas determinações, o espaço urbano é, a cada momento reorganizado (SANTOS, 1994, p. 126).

Essa reorganização do espaço urbano, que é construção de paisagens, quando não é pensada e implantada diretamente pelo Estado, o é pela iniciativa privada, que atua com a aprovação ou omissão estatal. Este caráter público das intervenções nas paisagens impõe que os estudos que tenham por objeto o turismo e suas implicações territoriais considerem os movimentos do Estado, como recomenda SANTOS (1994, p. 126):

> A unidade de análise do pesquisador deve ser o Estado Nacional, pois só levando em conta esta escala, pode-se compreender os vários lugares contidos em seu território. O Estado é o agente de transformação, de difusão e de dotação. É o intermediário entre as forças internas e externas. Assim, não é passivo: ao contrário, orienta os estímulos e é o grande criador das 'rugosidades'. O Estado manifesta o modo de produção, nas várias porções da terra e é por este determinado; logo, passa a sua lógica ao estabelecer e dirigir a ordem espacial.

E como entender a participação do Estado nos projetos turísticos? Uma das formas possíveis seria analisar os discursos constantes dos marcos regulatórios criados para oficializar e legalizar os projetos de intervenção. Leis, decretos, portarias, discursos podem revelar as intenções e ações do Estado em determinado projeto de intervenção. Nesta pesquisa, que cuidou de estudar a construção das paisagens turísticas em Milho Verde e São Gonçalo, a identificação, análise e interpretação do marco legal criado pelo projeto Estrada Real foi de fundamental importância para averiguação das hipóteses propostas pela pesquisa.

Outra importante forma de conhecimento dos projetos da paisagem e da ação estatal pode ser vislumbrada nas interpretações dos mapas e materiais de divulgação de produtos turísticos, que podem ser considerados um tipo de projeto, pois manifestam intenções de organização das realidades que representam.

> Os mapas turísticos assumem um papel essencial no desenvolvimento da atividade turística e podem ser trabalhados em duas vertentes bem distintas: tanto em nível de planejamento, atendendo às necessidades dos órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão da atividade turística, quanto em nível de orientação turística, voltada diretamente para o turista em visita a um sítio turístico" (FERNANDES; MENEZES; SILVA, 2008, p.3).

Um mapa turístico é a representação cartográfica de uma informação turística geográfica que possui três atributos básicos: "[...] espacial: refere-se ao posicionamento, forma e relações geométricas entre as entidades espaciais; descritivo: características definidoras da entidade turística geográfica ou os atributos que a qualificam; temporal: refere-se à época de ocorrência do fenômeno turístico geográfico" (FERNANDES; MENEZES; SILVA, 2008, p.3).

Ao representar determinado ambiente os mapas podem fazê-lo com correção e fidelidade ou, ao contrário, podem falseá-lo ou distorcê-lo para atender interesses políticos, econômicos, inter alia.

Uma forma de identificar possíveis manipulações das representações cartográficas pode ser encontrada no método proposto pelo historiador J.B. Harley. Trata-se de uma abordagem baseada no conceito de leitura iconológica desenvolvida por Erwin Panofsky que visava a identificar através dos elementos simbólicos e estruturais dos mapas certas "disposições qualificadas como 'eminentemente retóricas', as quais seriam capazes de explicitar relações de 'Poder e Saber' [...] bem como certos condicionamentos sociais" (PEIXOTO, 2004, p. 300).

Através da abordagem iconológica, Harley busca "identificar não somente a superfície ou o nível literal de significados, mas também seu nível profundo, frequentemente associado à dimensão simbólica no ato de enviar ou receber uma mensagem" Harley (apud NOVAES, 2008, 226). No seu método J. B. Harley busca encontrar omissões, a que denominou de "silêncio", e os destaques, presentes nas representações cartográficas, pois eles permitem identificar práticas que buscam potencializar os efeitos políticos de uma imagem.

> Ele exemplifica essa noção através de mapas ingleses do século XIX, que omitiam os bairros camponeses e destacavam prédios públicos e altas residências. Para ele, a identificação de 'silêncios' nos mapas revela que essa noção é frequentemente parte de uma criação de estereótipos culturais mais amplos (NOVAES, 2008, p. 240).

As técnicas descritas auxiliam na compreensão e conhecimento dos projetos das paisagens. Contudo, em se tratando de paisagens turísticas, outras questões mais específicas precisam ser analisadas para se conhecer a real intenção dos projetos turísticos. A principal delas é compreender como os projetos turísticos transformam recursos dos territórios em destinos turísticos.

3.2. De como os projetos das paisagens criam mercadorias turísticas

O turismo é definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como sendo o conjunto das "atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares

diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras" (OMT, 2001, p.38).

Essa atividade tem crescido em escala regional e, sobretudo, internacional. E para continuar a expandir-se, a atividade turística necessita aumentar a "produção de bens (infra-estrutura, construções, alimentos e produtos diversos) e serviços (transportes, hospedagem, alimentação, etc.) que se integram para o consumo final" (FALCÃO, 1996, p. 65).

O destino turístico, abrindo-se ao uso de consumidores privilegiados, turistas e/ou empresas, transforma-se em um espaço mercadoria. Rodrigues (1996) considera que "o espaço do/ou para o turismo constitui uma mercadoria complexa, pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza, ou da produção social, incorporada em outra mercadoria." (RODRIGUES, 1996, p. 56).

E afinal, o que é uma mercadoria? Paul Singer, de uma forma clara e didática responde:

> Produção é tudo: desde o que a dona de casa faz na casa dela até o que o presidente da República faz lá no Palácio do Planalto. Agora, só uma faixa dessa produção se traduz em mercadorias que podem ser tanto bens (materiais) como serviços (imateriais) [...] Então vamos deixar bem clara uma coisa: a forma do produto não tem importância, a mercadoria é um fenômeno social, não natural. Uma mamadeira que a mãe prepara é uma coisa muito material e, no entanto, não é mercadoria, ela não vai cobrá-la do bebê. Um quartel ou uma cadeia é uma coisa muito sólida e, no entanto, não é uma mercadoria: ninguém vai vender ao preso os dias de hospedagem na cadeia. Então, mercadoria é um produto do trabalho humano que é colocado à venda. Essa é a definição de mercadoria (SINGER, 2006, p 33 e 34).

A definição de Singer permite qualificar qualquer produção humana que se coloque ao consumo, mediante pagamento, como é o caso da grande maioria das atividades que ocorrem nos destinos turísticos, como mercadoria. Assim, ao contrário do que afirmam alguns autores, não é inadequado o uso da expressão "cidade como mercadoria" para designar o processo de transformação das localidades em um produto turístico, porque as cidades turísticas, produto do trabalho humano, são colocadas à venda pelos projetos turísticos.

E para transformar as localidades em mercadorias, chamadas pela literatura do turismo de destinos turísticos, os projetos turísticos seguem quatro passos, sistematizados no *Modelo de Criação de Destinos Turísticos*, apresentado na Figura 9.

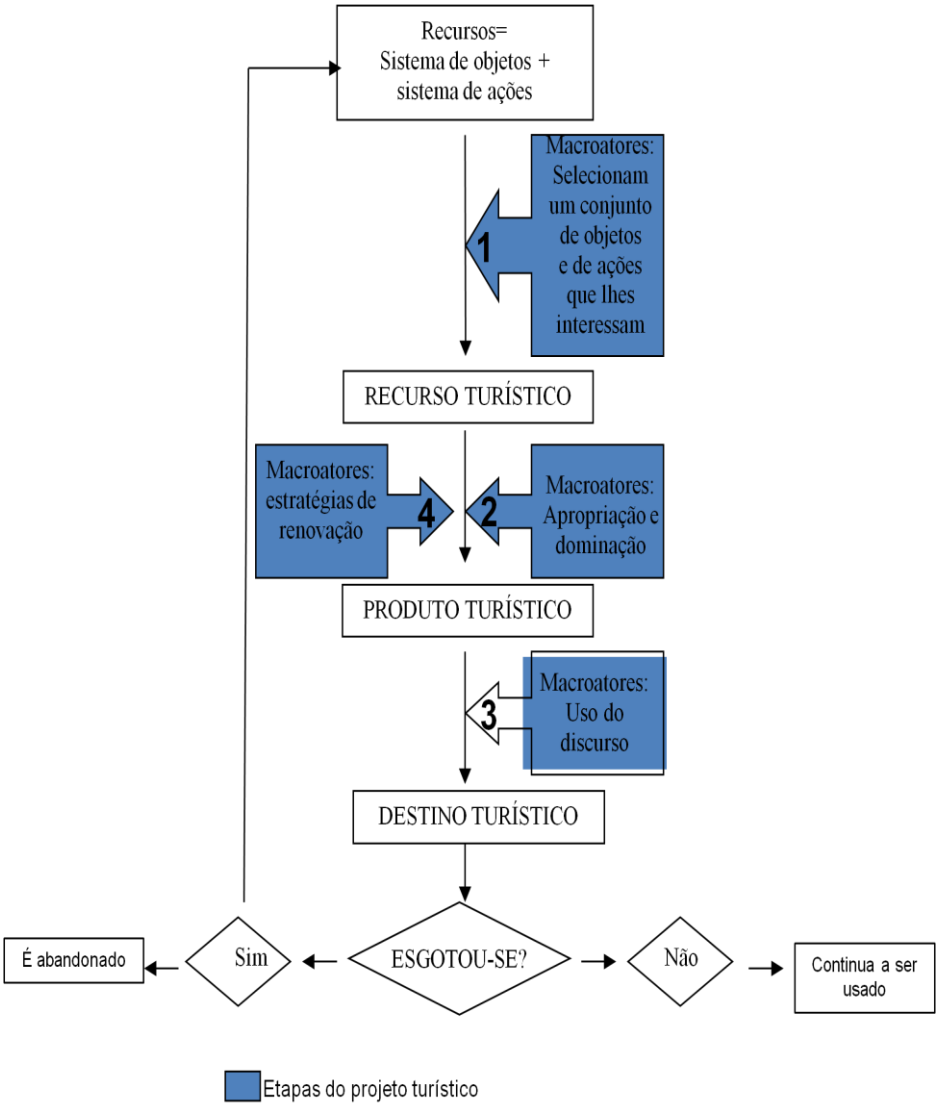


Figura 9- Modelo de criação de destinos turísticos
Elaboração própria

O Modelo procura organizar as ações de criação dos projetos turísticos em 4 passos, os três primeiros obrigatórios, e o último, o da *Renovação dos Destinos Turísticos*, aplicados só quando esgotadas as capacidades de carga dos destinos ou quando se deseja a sua renovação.

a) Passo 1: Seleção dos recursos turísticos

Os projetos turísticos identificam, nos territórios, os recursos potencialmente capazes de serem transformados em mercadorias.

Na definição de Morales Matos (apud GÂNDARA, 2004, p. 78) os recursos turísticos são "tanto el conjunto de elementos emanados de la naturaleza (componentes naturales), como aquellos desarrolados a lo largo del tiempo por el hombre (patrimonio cultural), capaces de atraer y impulsar actividades, instalaciones y flujos turísticos". Assim, podem ser qualquer componente do sistema de objetos ou do sistema de ações que interessa às empresas turísticas.

Do sistema de ações, constituem recursos as tradições, festas, manifestações culturais ou modo de vida das populações locais, pois "formas, estilos e temas podem ser usados para criar várias impressões globais relacionadas com o espaço" (SCHMITT; SIMONSON, 2002, p. 191).

A seleção dos recursos turísticos é feita pelos autores dos projetos turísticos. O importante para a indústria do turismo é que os recursos selecionados ou criados, para se transformarem em mercadorias, sejam únicos, raros, pois os turistas querem ver um objeto ímpar (URRY, 2000). Quando eles não existem, cuida o turismo de inventá-los, como foi visto no Capítulo 1.

Contudo, um recurso turístico, por si só, ainda não é capaz de atrair turistas e negócios e gerar a renda desejada pelas empresas e governos. Para isto ocorrer, eles precisam, primeiro, transformarem-se em produtos turísticos.

b) <u>Passo 2 – A transformação dos recursos turísticos em produtos turísticos:</u>

Os produtos turísticos são recursos turísticos que sofreram a ação de seleção, apropriação e dominação por parte do projeto turístico. Essa seleção, incluídas aí os novos atrativos criados, delimita, nos territórios, áreas que se transformarão em territórios turísticos, sem, contudo, transformá-los, ainda, em destino turístico.

Os produtos turísticos são, assim, frações funcionais do território, da qual empresas turísticas se apropriam por determinado momento histórico, com o apoio e/ou omissão dos governos, e onde prevalecem as regras (*imperium*) dos projetos turísticos, suas intenções para o local. Essas regras podem ser: as de um único projeto turístico impostas a um único território; as de um único projeto impostas a vários territórios; as de vários projetos turísticos impostas a vários territórios; as de vários projetos turísticos impostas a um único território.

Os produtos turísticos ainda não têm força de atração de turistas e negócios. São apenas potenciais atrativos. Para transformá-los em destinos turísticos, ou seja, mercadorias, é preciso ocorrer o terceiro passo.

c) Passo 3 – A transformação dos produtos turísticos em destinos turísticos:

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, destino turístico "é o lugar para onde tem de se deslocar a demanda a fim de consumir o recurso turístico" (OMT, 2001, p.47). Segundo a mesma Organização, eles são classificados em função de suas dimensões físico-territoriais, podendo ser "um núcleo turístico (exemplo, um parque temático), uma zona turística (Costa do Sol), um município turístico (Benidorm) ou região (Canárias)" (OMT, 2001, p.47).

Os recursos turísticos tornam-se destinos através dos discursos. São as estratégias de comunicação que tratam de promover esses novos cenários criados: "o espaço criado é reforçado pela mídia que gera e alimenta o processo fantasioso" (RODRIGUES, 1996, p.26).

Quando os destinos turísticos têm esgotada a sua capacidade de atração de investimentos e turistas, os macroatores optam pelo seu simples abandono e busca de um novo espaço ou investem no processo de renovação e/ou ampliação dos seus recursos.

d) Passo 4 – Renovação e/ou ampliação dos destinos turísticos:

Essa etapa só ocorre quando se esgota a capacidade de carga de determinado destino ou, então, quando se quer torná-lo mais atrativo. Aí, os projetos turísticos empregam estratégias de renovação, revitalizando áreas, ou de ampliação, construindo novos atrativos.

Um exemplo de renovação e ampliação constante do destino turístico é o da cidade de Barcelona. De acordo com Bessa (2006, p.71), em 1859 a localidade implanta seu primeiro grande projeto de intervenção urbanística e paisagística, elaborado por Idelfonso Cerdà, que tinha o propósito de preparar a cidade para ser a "Capital Cultural da Europa". Isso de fato ocorreu: depois das intervenções de Cerdà, Barcelona passou a ser palco de grandes eventos tais como as duas Exposições Mundiais, a de 1888 e a de 1929. A partir daí, novos planos foram colocados em prática, sempre com o propósito principal de criar uma imagem de modernidade para a cidade e, consequentemente, facilitar a atração de novos negócios, turistas e eventos emblemáticos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Cidade sofre novas transformações, como parte do projeto do ditador Franco de transformar a Espanha em um centro receptor do turismo. Na década de 1980, um conjunto de intervenções prepara a Cidade para sediar a Copa do Mundo de 1982 e os Jogos Olímpicos de 1992.

Atualmente, o destino turístico continua a buscar a sua renovação e ampliação: um projeto urbanístico e paisagístico, denominado 22@, está transformando uma grande

ocupação industrial deteriorada em uma unidade renovada dedicada às tecnologias de informação e de comunicações (PHILLIPS, 2004; SIRKIS, 2005).

A literatura aponta a constante renovação e ampliação dos recursos turísticos também nas cidades de Londres (GAMA, 2003), Paris (CHOAY, 1996), Lisboa (SANCHEZ, 1999), Hong-Kong, Frankfurt, Bilbao (PINTO, 2001), Sidney (HALL, 2003; PINTO, 2001), Gênova (HAIDINGER, 2004), Berlim (CENCIC, 2004), Xangai (VARELA, 2003), Madrid (JARDIM, 2002), Cingapura (MOURA, 2004), Auckland (PIPA, 2003, p.147), Dubai (NEVE, 2005), Cidade do Cabo (DODSON; KILIAN, 2003).

O Modelo aqui apresentado serviu como roteiro para que se analisasse a criação do Projeto Estrada Real.

3.3. A proposta de construção das paisagens turísticas do Projeto Estrada Real

Os Caminhos Reais

A Estrada Real foi a primeira grande articulação oficial entre a Metrópole Portuguesa e a sua Colônia que se desenvolveu mais internamente no território brasileiro, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Esse caminho era composto de três rotas, mostradas na Figura 10, que somadas percorrem aproximadamente 1600 km. A primeira rota, que buscava possibilitar a articulação entre as minas e o porto de Parati, ficou conhecida como Caminho Velho. Essa primeira rota era o resultado de uma junção de caminhos, estabelecidos inicialmente por bandeirantes, que ligavam Guaratinguetá (SP) ao Porto de Parati (RJ) e este à cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto (MG). Além disto, fazia parte dessa primeira rota uma ligação marítima entre Parati e a cidade do Rio de Janeiro



Figura 10 - Os três caminhos da Estrada Real.
Fonte: Instituto Estrada Real

Segundo Santos (2001), o Caminho Velho, além de muito longo, era perigoso e tortuoso, principalmente quando atravessava a Serra da Mantiqueira e o trecho marítimo entre Parati e Rio de Janeiro.

Com o aumento da produção aurífera na região das minas e a necessidade de maior segurança e controle do escoamento das riquezas lá produzidas, a Coroa Portuguesa cria uma rota direta entre o Rio de Janeiro e Vila Rica. Esse novo caminho, concluído em 1707, ficou conhecido como Caminho Novo ou Estrada Real de Vila Rica. Ao contrário do Caminho Velho e dos outros acessos à região das minas, o Caminho Novo foi planejado e construído pela Coroa Portuguesa. A viagem entre o Rio de Janeiro e Vila Rica, que pelo Caminho Velho durava aproximadamente 80 dias, passou a ser feita em 25 dias por essa nova rota (LEÃO, 1999).

Contudo, mesmo com a construção do Caminho Novo, o Caminho Velho ainda manteve, por muito tempo, uma relativa importância, sobretudo para o escoamento da produção aurífera do sul do atual Estado de Minas Gerais, as minas do Rio das Velhas e das Mortes (SANTOS, 2001).

A terceira rota surgiu com a descoberta de diamantes nas duas primeiras décadas de 1700, na região de Serro Frio, atual Serro (MG) e no Arraial do Tijuco, atual Diamantina, e é conhecida como Caminho dos Diamantes. A Coroa demarcou a região das jazidas, criando o Distrito Diamantino, e exerceu sobre essa área enorme controle, como se demonstra à frente, no Capítulo 4. O Caminho dos Diamantes, ao contrário dos outros dois caminhos, tinha uma importância regional, pois ligava duas localidades dentro de uma mesma capitania: Vila Rica e Tijuco.

Os caminhos da Estrada Real eram as únicas vias oficiais que permitiam o acesso às regiões produtoras de ouro e pedras preciosas na Capitania das Minas Gerais do Brasil Colônia, sendo propriedade da Coroa Portuguesa. Daí o nome: Estrada Real (SANTOS, 2001).

Durante todo o século XVII, XVIII e parte do XIX, as estradas reais foram os principais troncos viários do centro-sul brasileiro, espalhando-se por eles os antigos postos de registros e controles fiscais (SANTOS, 2001). Este controle era necessário porque:

> Com o povoamento de várias áreas auríferas e diamantíferas cresce o comércio de bens de consumo e a exportação, gerando diversificados acessos à essas áreas de produção. Toda essa exploração comercial entre as

> principais vilas gerava um intenso contrabando e, consequentemente, o não pagamento de inúmeras taxas e impostos determinados pelo governo português. Entretanto, para manter o controle desse comércio, a Coroa Portuguesa impôs uma severa legislação que determinava e delimitava caminhos oficiais por onde deveria circular pessoas, bens e os produtos explorados em território mineiro (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2006)

O movimento nesses caminhos era tamanho que Auguste de Saint Hilaire chegou a dizer, em 1816, que lembravam, nas proximidades do Rio de Janeiro, as melhores estradas da Europa, como a que ligava Toulouse a Paris (LEÃO, 1999).

Ao longo dos anos os emergentes assentamentos urbanos e rurais que nasciam com os caminhos da Estrada Real iam transformando o seu meio ecológico, através da incorporação de técnicas, objetos e atividades produtivas, em um meio técnico cada vez mais complexo. Dessa maneira, as paisagens, antes predominantemente naturais, iam sendo modificadas pela ação antrópica, produzindo paisagens mais complexas. Assim, a partir das três rotas foram sendo criados núcleos urbanos que vieram a gerar a atual conformação espacial da rede de cidades do Estado de Minas Gerais.

A Estrada Real teve uma extraordinária importância na formação social e econômica do Brasil, como destaca SANTOS (2001, p. 164 e165):

> Os caminhos estudados participaram da constituição da identidade histórica do povo brasileiro. Nas guerras de conquista, nos movimentos de sublevação contra o domínio metropolitano, na ocupação econômica, nas reações às "invasões estrangeiras", na realidade tentativas de tomada do território por potências européias concorrentes, foi-se amalgamando uma espécie de consciência nativista que, mais tarde veio dar na unidade nacional brasileira. A via de propagação dessa consciência assentou-se sempre nos caminhos terrestres da Colônia.
> Muitos outros movimentos políticos e econômicos tiveram como palco os caminhos coloniais do século XVIII e as estradas reais do século XIX. Outras estradas reais surgiram com o avanço das fronteiras econômicas e ampliaram a rede de comunicação interna da colônia e depois do império. Mas foi a expansão originária dos primeiros três grandes caminhos do centro-sul do território colonial que conformou o primeiro grande movimento significativo de apropriação do interior e de sua integração com a faixa litorânea. Por meio dessas ações fundamentais se configurou a base física da sociedade brasileira e se teceu a unidade fundadora da nossa nacionalidade.

A decadência da atividade mineradora no interior do Brasil e as conquistas da Revolução Industrial, principalmente a máquina a vapor e as ferrovias, contribuem para que,

no século XIX, as estradas reais percam sua importância. O modal ferroviário passa a ser o preferido no escoamento da produção brasileira e a máquina a vapor passa a substituir os carros puxados por tração animal.

Contudo, no início do século XX, com o crescimento da rede de cidades e a opção brasileira pelo modal rodoviário, renasce o interesse pelas antigas rodovias, aí incluídas as antigas estradas reais, que passaram a ser alargadas, pavimentadas e a receber benfeitorias. Um exemplo disto é a BR-3, que ligava Juiz de Fora (MG) ao Rio de Janeiro. Na década de 1930, a estrada de 260 km foi construída toda sobre o Caminho Novo (LEÃO, 1999). Em 1957, Juscelino Kubitschek a estende até Belo Horizonte.

Nos trechos em que não foram ampliados e pavimentados, por falta de uso, os traçados das estradas reais foram se perdendo. Em poucos trechos, como na Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu, as ruínas se encontram em bom estado de conservação.

A criação do Projeto Estrada Real

No ano de 1994, pesquisadores, empresários e organizações não-governamentais iniciaram um movimento que visava a recuperação e conservação do que restou das antigas vias conhecidas como estradas reais. Esse movimento levou a FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - a identificar nesse acervo cultural, há muito esquecido, uma oportunidade para incrementar o turismo no Estado de Minas Gerais, particularmente nas localidades, urbanas e rurais, situadas nas três rotas históricas da Estrada Real.

Para estruturar, planejar e implementar a idéia da criação de um circuito turístico a partir dos antigos caminhos da Estrada Real, a FIEMG cria uma organização civil denominada Instituto Estrada Real, com sede em Belo Horizonte (MG), com missão e objetivos declarados de:

> Missão:Liderar o desenvolvimento integrado do turismo na Estrada Real, de forma sustentável, promovendo experiências inesquecíveis para o turista e criando oportunidades de negócio para a indústria mineira. Objetivos estratégicos: Aumentar o fluxo turístico; Identificar o nível de satisfação do cliente do Instituto Estrada Real; Captar recursos para viabilização de projetos na Estrada Real; Promover a melhoria da qualificação dos profissionais do setor de turismo e a sensibilização das comunidades (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2009).

Em 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais transforma a iniciativa da FIEMG em programa de governo, através da Lei Estadual 13173 de 20/01/1999 que **"**Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real". A Lei estabelece os objetivos do Programa:

> Art. 2º - São objetivos do Programa: I - possibilitar o incremento da arrecadação do Estado e dos municípios mineiros; II - incentivar o investimento privado no território do Estado; III - promover a alteração do perfil de distribuição de renda e elevar o nível de emprego da população do interior do Estado; IV - promover e divulgar a atividade turística interna e de lazer no Estado; V - resgatar, preservar e revitalizar os pontos de atração turística e de lazer já existentes, bem como os sítios arqueológicos, espeleológicos e palenteológicos e as paisagens naturais não exploradas, interligados pela Estrada Real (MINAS GERAIS, 1999).

A mesma Lei prevê a criação de linhas de crédito e fomento a empresários dispostos a investir na Estrada Real:

> I - aos empreendimentos turísticos e de lazer existentes e a serem implantados ao longo dos caminhos da Estrada Real; II - aos proprietários de terrenos cortados por trechos da Estrada Real considerados de interesse histórico ou sócio-cultural, desde que os preservem ou revitalizem; III - aos proprietários de áreas de interesse ecológico ou paisagístico adjacentes à Estrada Real ou por ela cortadas, desde que as preservem ou revitalizem; IV - aos municípios cortados pela Estrada Real ou a ela adjacentes, desde que direcionem recursos para atividade turística relacionada direta ou indiretamente com a Estrada Real, no montante mínimo equivalente à compensação financeira recebida e definida nos termos da lei (MINAS GERAIS, 1999).

Após a sua criação pela Lei 13173/1999, o Programa Estrada Real foi regulamentado pelo Governo de Minas Gerais através do Decreto 4205 de 08 de agosto de 2000. Esse decreto prevê a criação de um Conselho Consultivo de Assessoramento da Turminas[10] – a empresa pública encarrega de gerir o programa – com composição de 12 membros representantes de órgãos públicos e organizações privadas, além de criar dotações orçamentárias específicas para o Programa Estrada Real e de permitir a celebração de acordos e convênios com sociedades civis.

Em 2003, com a posse do governo de Aécio Neves, o Projeto Estrada Real torna-se um dos trinta projetos estruturantes do Estado de Minas Gerais. A mensagem do Governador

[10] Turminas – Empresa de Turismo do Estado de Minas Gerais, atualmente incorporada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG.

à Assembléia de Minas apresenta a Estrada Real como "o primeiro grande roteiro turístico interestadual do Brasil, com potencial para ocupar a posição de um dos maiores do mundo" (MINAS GERAIS, 2003). As expectativas do Governador, com relação ao Projeto Estrada Real, eram realmente ambiciosas: na mensagem à Assembléia de Minas, do ano de 2004, ele previa que, em 2007, ano final do seu primeiro mandato, a Estrada Real teria atraído 2,5 milhões de turistas, gerado 178 mil empregos e divisas da ordem de 1,25 bilhões de dólares (MINAS GERAIS, 2004).

Além disto, o Governo do Estado de Minas Gerais criou o programa *Circuitos Turísticos*, regulamentado pelo Decreto 43321 de 8.5.2003, que, do ponto de vista deste autor, pode ser considerado como complementar ao Programa Estrada Real, e é assim definido:

> O Circuito Turístico é uma entidade juridicamente constituída, sem fins lucrativos, formada, pelo menos, por um representante de cada município participante. Com direção própria, é coordenado por um gestor e tem a finalidade de desenvolver o turismo nos municípios integrantes, com semelhanças turísticas, culturais, sociais e econômicas (MINAS GERAIS, 2004)

A idéia dos Circuitos é a de que, pela associação de municípios, ocorra um aumento do fluxo turístico e da permanência de turistas em determinada área, gerando empregos e renda. De acordo com Sá (2003), os Circuitos Turísticos baseiam-se na ideia de associativismo municipal e coorporativo e pretendem ultrapassar limitações legislativas do país e do Estado de Minas Gerais, que não permitem a criação de organismos regionais que funcionem no vazio entre municípios e estado. De acordo com Bolson e Àlvares (2005), os Circuitos Turísticos são estabelecidos por iniciativa dos municípios próximos, administrados por uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia financeira. Para as autoras, entre os aspectos positivos dos Circuitos estão "a identidade física e sócio-cultural, a diversidade de atrativos dentro de cada circuito, a complementaridade da oferta interna de infraestrutura e serviços e a demanda diversificada" (BOLSON; ÁLVARES, 2005, p.13).

Atualmente, em Minas Gerais já são 60 circuitos (MINAS GERAIS, 2009), e de vários deles fazem parte trechos da Estrada Real. Daí porque se considera, nesta pesquisa, os circuitos que contenham localidades por onde passa a Estrada Real como parte integrante do Projeto Estrada Real. Os objetos de estudo desta pesquisa, os Distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde compõem o Circuito dos Diamantes.

Na esfera Federal, em 2005, o Ministério do Turismo criou os primeiros cinco roteiros integrados do país, sendo um deles a Estrada Real, o único da Região Sudeste. Nessa ocasião, a Estrada Real passou a ser um programa do Governo Federal, compondo o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo.

A roteirização turística foi uma das estratégias do Ministério do Turismo para se atingir dois dos principais objetivos do Plano Nacional de Turismo: diversificar a oferta turística e estruturar os destinos turísticos. "A roteirização é, pois, colocada como uma estratégia para a diversificação da oferta turística e para a inserção de produtos diferenciados nos mercados nacional e internacional" (ALMEIDA, 2006, 105) e como forma de "estruturar, qualificar e ampliar a oferta de produtos turísticos de forma integrada e organizada" (BRASIL, 2004, p.9).

De acordo com o Ministério do Turismo, os Roteiros Integrados "são novidade e foram idealizados com um olhar voltado às necessidades e expectativas do mercado. Além disso, têm um forte caráter de inovação e certamente serão comercializados com facilidade" (NOVOS, 2009).

A transformação da Estrada Real em Roteiro Integrado ocorreu dentro de um processo que envolveu 130 técnicos de todas as regiões brasileiras e onde foram estruturados mais quatro roteiros, na primeira fase: Região Nordeste: Rota das Emoções – Jericoacoara - Delta do Parnaíba - Lençóis Maranhenses; Região Norte: Roteiro Turístico Caminhos da Revolução Acreana; Região Sul: Roteiro Integrado Iguassu Misiones; Região Centro-Oeste: Roteiro Integrado de Brasília – Chapada dos Veadeiros.

Análise do Projeto Estrada Real segundo o Modelo de Criação de Destinos Turísticos

O Projeto Estrada Real, desde sua criação, seguiu o *Modelo de Criação de Destinos Turísticos* apresentado anteriormente. Para demonstrar esta afirmativa construiu-se a análise da criação do Projeto Estrada Real segundo os passos propostos no Modelo.

Passo 1: Seleção dos recursos turísticos:

A FIEMG identificou no extenso território dos antigos caminhos da Estrada Real recursos turísticos potencialmente capazes de se transformarem em destinos. O discurso era que a utilização desses territórios como recurso turístico seria uma maneira de se

"proporcionar às comunidades de 177 municípios[11] a **autosustentação**[12] através do turismo (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2006). Segundo o discurso dos organizadores do projeto, à época do seu lançamento, aqueles territórios onde o "rico acervo histórico, artístico, folclórico e paisagístico representam um **incomensurável potencial turístico**[13]**"** (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2005, p.3), e nos quais se encontram "trilhas calçadas por escravos, pontes, monumentos, ruínas, povoados, distritos e cidades históricas [...] e um relevo peculiar, com lindas aflorações rochosas e uma vegetação típica que confere ao trecho uma diferenciada beleza paisagística" receberiam "o maior programa de desenvolvimento turístico em implantação no país" (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2006, p.2).

Além do sistema de objetos, os criadores do Projeto Estrada Real identificaram no sistema de ações dos territórios dos antigos caminhos reais, qualidades de recursos turísticos e possibilidades de sua transformação em produtos, como se depreende das citações:

do Instituto Estrada Real (FIEMG):

> Caminhar pela Estrada Real é reviver os passos e os caminhos percorridos pelos escravos, pelo ouro e pela história. Constituída, ainda, pelas vias de acesso, os pontos de parada, as cidades e vilas históricas que se formaram durante o passar dos homens e do tempo (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2009, p.1)

do Serviço Nacional do Comércio (Ligado à FIEMG):

> São muitos os trechos que podem ser percorridos na Estrada Real e cada roteiro esconde tesouros históricos, culturais e de belezas naturais. Nessas trilhas, homens e mulheres de variada ordem buscaram espaços de sobrevivência e de produção de bens e na busca, construíram vida, memória e história (DESCUBRAMINAS, 2009, p.1).

do Governo do Estado de Minas Gerais, citação presente na Lei 13173 de 20/01/1999

> Art. 4º - Compete ao órgão gestor providenciar, no âmbito de sua competência: I - o levantamento de dados e a organização de pesquisas históricas que possibilitem o mapeamento da Estrada Real em território mineiro; II - a identificação e a divulgação de áreas abrangidas pelo Programa adequadas à prática do turismo e do lazer; III - a pesquisa e a divulgação das manifestações culturais relacionadas com a Estrada Real,

[11] 162 municípios estão no Estado de Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 7 em São Paulo
[12] Grifo nosso
[13] Grifo nosso

> especialmente no que se refere ao folclore regional e local (MINAS GERAIS, 1999)

Quanto à área de abrangência, o Projeto Estrada Real, que no seu nascedouro previa a exploração do turismo ao longo dos três caminhos reais, vai se ampliando, a ponto de quase todo o Estado de Minas Gerais poder ser considerado como área do Projeto Estrada Real. A Lei Estadual 13173/1999, que "oficializa" o Projeto, define o que compõe a Estrada Real: "Art. 1º.- (...) Para os efeitos desta Lei, consideram-se Estrada Real os caminhos e suas variantes construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX, no território do Estado" (MINAS GERAIS, 1999). Assim, o texto legal amplia para qualquer caminho dos séculos de XVII a XIX a área de abrangência legal do Projeto Estrada Real.

Essa ampliação, para além dos antigos percursos históricos, ocorreu por pressão de prefeitos e empresários dos municípios que desejavam se beneficiar dos incentivos concedidos pela legislação criada pelo Projeto Estrada Real, especialmente a já citada Lei Estadual 13173 de 20/01/1999. Isto reforça a ideia, discutida anteriormente, de que os autores dos projetos turísticos selecionam os recursos segundo a conveniência e os interesses envolvidos.

Os recursos turísticos objeto do Projeto Estrada Real ampliaram-se, então, para quase todas as localidades mineiras cujo patrimônio estivesse de acordo com a imagem turística de Minas Gerais: "na ausência de litoral, os grandes pilares do turismo mineiro são exatamente sua pujante cultura e riqueza de sua paisagem natural" (ÁLVARES e CARSALADE, 2005, p. 3).

Uma vez escolhidos os recursos turísticos, os gestores do Projeto Estrada Real cuidaram de cumprir o próximo passo previsto no Modelo.

Passo 2: A transformação dos recursos turísticos em produtos turísticos

Como já foi dito, os recursos se transformam em produtos turísticos quando as empresas e órgãos públicos se apropriam, por determinado momento histórico, dos territórios, impondo-lhes as regras (*imperium*) dos projetos turísticos, suas intenções para o local.

No Projeto Estrada Real essa apropriação se dá, no entender deste autor: i) criando mecanismos institucionais, incentivos e benefícios fiscais para empresários e administrações municipais; ii) criando a imagem, junto aos gestores municipais e à população em geral, de

que o Projeto seria a salvação e redenção da economia dos territórios e que, portanto, a adoção do projeto e suas regras seria uma forma de atrair turistas, gerar empregos, renda e uma melhor qualidade de vida para a população; iii) impondo a marca do Projeto aos lugares, seja na sinalização dos caminhos, rodovias, atrativos, restaurantes, comércio, dentre outros; iv) impondo aos lugares o consumo de produtos e serviços dos parceiros institucionais dos projetos; v) vinculando a produção local aos serviços oferecidos e comercializados pelo Projeto.

A criação de mecanismos institucionais e benefícios está prevista nos artigos 4º. e 5º. da Lei 13.173 de 1999, do Governo do Estado de Minas Gerais:

> Art. 4º. -Compete ao órgão gestor, providenciar, no âmbito da sua competência:
> (...)
> V - a criação ou a revigoração de mecanismos institucionais de ação conjunta com associações de municípios e outros Estados da Federação, para a realização dos objetivos desta Lei .
> Art. 5º. Serão concedidos, na forma da Lei, compensação financeira, incentivo fiscal ou creditício:
> - I - aos empreendimentos turísticos e de lazer existentes e a serem implantados ao longo dos caminhos da Estrada Real;
> - II - aos proprietários de terrenos cortados por trechos da Estrada Real considerados de interesse histórico ou sócio-cultural, desde que os preservem ou revitalizem;
> - III - aos proprietários de áreas de interesse ecológico ou paisagístico adjacentes à Estrada Real ou por ela cortadas, desde que as preservem ou revitalizem;
> - IV - aos municípios cortados pela Estrada Real ou a ela adjacentes, desde que direcionem recursos para atividade turística relacionada direta ou indiretamente com a Estrada Real, no montante mínimo equivalente à compensação financeira recebida e definida nos termos da lei (MINAS GERAIS, 1999).

Essa série de benefícios oferecidos às administrações municipais, empresários e proprietários de áreas na abrangência do Projeto Estrada Real incentiva a adoção do Projeto pelos territórios e a aceitação de suas regras, principalmente naqueles, como é o caso dos nossos objetos de estudo, que desde fins do século XIX têm a sua economia em declínio, como se demonstrou no Capítulo 4.

O Programa Circuitos Turísticos, complementar ao Projeto Estrada Real, também colabora para a imposição do Projeto Estrada Real aos territórios, já que facilita os arranjos

institucionais intermunicipais, que passam a contar com o apoio técnico, institucional e financeiro do Estado de Minas Gerais.

A imposição das regras do Projeto Estrada Real aos territórios conta, além dos incentivos, com forte apoio financeiro dos governos estadual e federal. No primeiro mandato do Governador Aécio Neves, de 2003 a 2007, de todo o volume de recursos investidos no turismo no Estado (185.683 mil reais), 56,1% (104.105 mil reais) foram destinados ao Programa Estrada Real (MINAS GERAIS, 2003b). Isto fez com que muitas localidades demandassem sua inclusão no Projeto Estrada Real.

No âmbito federal, diversas linhas de crédito e fundos não reembolsáveis estão disponíveis para governos, empresas, organizações civis não governamentais, universidades, centros de pesquisa e administração pública para elaboração de estudos e financiamento de projetos na Estrada Real (BRASIL, 2009). No entanto, grande parte dos municípios da Estrada Real não consegue atender às exigências para que estes recursos possam ser tomados, porque a

> capacidade dos municípios para a gestão e planejamento turísticos é pobre [...] e os projetos do Instituto Estrada Real não estão contextualizados num plano abrangente e interdisciplinar e não contemplam a inclusão produtiva, a participação democrática e a descentralização do planejamento e gestão (ÁLVARES e CARSALADE, 2005, p. 15).

Mesmo não promovendo transformações reais nos territórios, o Projeto Estrada Real conseguiu criar a expectativa nas comunidades de que ele seria a saída para a estagnação econômica em que se encontravam. No Distrito de Milho Verde, por exemplo, como se demonstrou no Capítulo 4, a marca Estrada Real está presente na vida da comunidade, nas placas de sinalização, nas logomarcas das pousadas, restaurantes, padarias. Os produtos artesanais e caseiros (sabonetes, doces, biscoitos, café), que cumprirem determinados requisitos impostos pelo Projeto, podem ser comercializados com a marca Estrada Real, mediante repasse de uma porcentagem dos lucros ao Instituto Estrada Real.

Assim, o Projeto Estrada Real tornou-se uma empresa que, sem promover qualquer melhoria das condições dos lugares, mesmo dos atrativos turísticos, toma como recurso turístico tudo o que possa gerar renda e ser consumido: cachoeiras, igrejas, casario, festas, tradições, doces, a produção artesanal. Como qualquer empresa, cuida o Projeto Estrada Real, depois de selecionados os seus produtos, de transformá-los em mercadorias.

Passo 3: A transformação dos produtos turísticos em destinos turísticos

Os recursos turísticos tornam-se destinos através dos discursos, expressos pelas estratégias de comunicação e de marketing turístico. E essa tem sido, para este autor, a estratégia melhor conduzida pelos autores do Projeto Estrada Real.

A própria construção do Projeto, por si só, foi uma estratégia de marketing. Nasce na Federação das Indústrias de Minas Gerais, entidade com acesso fácil aos meios de comunicação, influência junto a políticos e empresários, que funda uma organização civil, o Instituto Estrada Real. Quase imediatamente recebe o apoio estatal e torna-se programa de governo.

O discurso do Projeto, num balanço inicial realizado pelo Instituto Estrada Real é o seguinte:

> Ao longo desses quase sete anos, desde sua fundação em 1999, [o Instituto] desenvolveu e executou dezenas de projetos para diagnosticar os potencias de cada região, melhorar a infraestrutura turística, sensibilizar as comunidades e atrair turistas, conduzindo as ações sempre atento ao correto aproveitamento do imenso potencial histórico, cultural e natural. A seriedade do trabalho transformou o projeto em Programa Estrada Real apoiado pelo Ministério do Turismo e escolhido como um dos projetos estruturantes do Governo do Estado de Minas Gerais. O caráter social e de responsabilidade com o ser humano atraiu grandes agentes da iniciativa privada que se tornaram parceiros do Instituto Estrada Real, ajudando a viabilizar ainda mais o caminho e gerando divisas para a implantação de projetos fundamentais, como a sinalização turística do eixo principal da Estrada Real e das rodovias de acesso, programas de qualificação e o Projeto de Produção Associado ao Turismo (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2005)

Em termos de divulgação e presença na mídia, o Projeto Estrada Real contabilizou, apenas nos anos iniciais de 1999 a 2005, de acordo com Instituto Estrada Real:

- 2.097.000 acessos ao seu portal (www.estradareal.org.br), só no ano de 2005;

- 310.000 cm2 em anúncios e notícias de jornais e revistas de grande circulação nacional, no ano de 2004;

-participação em eventos, feiras, congressos, nos quais 799.881 pessoas tiveram contato com o Projeto Estrada Real;

-Associação com grandes empresas para o lançamento de produtos com a marca Estrada Real, tais como: lançamento do carro *Fiat Doblô Adventure Estrada Real*, pela Fiat Automóveis do Brasil; Projeto Oi de celulares para a Estrada Real; Lançamento de

coleção de selos alusivos à Estrada Real, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (MODELO, 2005, p.8-9)

No ano de 2004 a Estrada Real, dentro da estratégia dos autores do Projeto de comunicar o produto turístico, foi o tema do desfile de carnaval da Escola de Samba Mangueira, que desfilou com o enredo *Mangueira redescobre a Estrada Real...e desse eldorado faz seu carnaval*, garantindo ainda mais visibilidade ao Projeto. Falando à imprensa do camarote da FIEMG no Sambódromo, o Governador Aécio Neves disse:

> Nós todos mineiros temos muito que agradecer a oportunidade que a Mangueira está dando ao Brasil e outras partes do mundo conhecerem melhor as riquezas de Minas Gerais. Eu tenho muita fé que nós estamos abrindo as portas daquilo que vai se transformar no maior e mais importante circuito turístico da América do Sul. Nós estamos preparando a Estrada Real com muito profissionalismo e com parcerias enormes com o setor privado para ser o nosso Caminho de Santiago. Eu acho, inclusive, que nós temos aqui do ponto de vista de história e patrimônio cultural muito mais riquezas do que o próprio Caminho de Santiago (MANGUEIRA, 2010).

O discurso do Projeto Estrada Real está sempre se renovando, à medida que novos produtos precisam se converter em destinos turísticos. A ampliação da fronteira inicial do Projeto, das três rotas originais, para qualquer caminho dos séculos XVII, XVIII e XIX, como estabelece a Lei Estadual 13173, faz com que, dependendo dos interesses políticos e econômicos envolvidos, novas localidades passem a integrar o Projeto e, com isto, serem submetidos às suas regras.

Uma das formas permanentes de discurso e, também de geração de lucros para o Projeto tem sido a comercialização da marca Estrada Real, através de franquias. Produtos diversos tais como canetas, isqueiros, bolsas, artigos de cutelaria, camisas, camisetas e bonés são comercializados na loja eletrônica do Instituto Estrada Real ou em vários pontos de venda. Além disto, doces, pães, bolos, geléias, mel, dentre outros produtos com a marca *Estrada Real*, são facilmente encontrados nas lojas, padarias, supermercados de Minas Gerais e das capitais brasileiras.

Outra forma de comercialização dos produtos com a marca Estrada Real são os *Roteiros Planilhados da Estrada Real*, que podem ser acessados no sítio do Instituto Estrada Real: www.estradareal.tur.br. Ali o turista encontra roteiros detalhados de viagens, nas três rotas do caminho, com mapas, descrição dos atrativos, fotos, relatos de turistas, hospedagem e

percursos, planilhas para cicloturismo, grau de dificuldade para caminhadas a pé, entre outras informações.

Dentro do Caminho dos Diamantes, o turista encontra à disposição 18 roteiros planilhados. Em dois deles situam-se os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo, os roteiros Diamantina-São Gonçalo do Rio das Pedras, cuja página eletrônica é apresentada na Figura 11, e o outro, São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro.



Figura 11 - Roteiro planilhado Diamantina – São Gonçalo do Rio das Pedras
Fonte: Instituto Estrada Real

Das discussões empreendidas neste capítulo verificou-se que o Projeto Estrada Real tem sido, até o presente, apenas peça de retórica que se apropria dos recursos turísticos dos territórios sem promover qualquer ação de qualificação e melhoria dos atrativos, comercializando-os pelos discursos. Com a adesão do Estado, através do Governo de Minas Gerais e Governo Federal, promoveu-se e disseminou-se um discurso de que o Projeto seria capaz de melhorar as condições econômicas e a qualidade de vida das populações locais,

conseguindo, assim, que as administrações municipais e as comunidades o vissem como uma alternativa para o quadro de estagnação econômica em que vivem seus territórios.

O Instituto Estrada Real cuidou de comercializar os produtos turísticos, desde atrativos naturais, patrimônio cultural, até produtos agrícolas e artesanais, como se fosse uma grande franquia. Para aumentar seus lucros, amplia constantemente as fronteiras dos seus territórios, incluindo novos, mesmo que estejam fora dos antigos caminhos reais.

Se o Projeto Estrada Real configura-se como um discurso, quais seriam, então, as conseqüências deste discurso nas paisagens? Se há um único discurso, como ele é recepcionado em diferentes paisagens? Que forças agem na implantação deste discurso e que forças reagem a ele? Estas e outras questões, que tratam de verificar a recepção do Projeto Estrada Real nas paisagens de Milho Verde e São Gonçalo, foram tratadas no próximo capítulo.

PARTE 2 :

A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS TURÍSTICAS



4

Paisagens reveladas no Caminho Real dos Diamantes

4.1 As paisagens históricas

Nesta parte do trabalho faz-se uma revisão da evolução das paisagens nos territórios estudados a partir da descoberta dos diamantes até as décadas finais do século XX.

4.1.1. O Distrito dos Diamantes

O início da colonização portuguesa em terras brasileiras é marcado pela ocupação litorânea, "numa faixa que não ultrapassa para o interior, nos seus pontos de maior largura, algumas dezenas de quilômetros". Frei Vicente do Salvador, cronista de princípios de 1600, comenta que, àquela época, os colonos se contentavam em "andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos" (PRADO JÚNIOR, 2006, p.39).

A descoberta do ouro nas Minas Gerais altera esse quadro: impele, de forma brusca, a ida do homem do litoral para o interior da Colônia em busca de riqueza fácil. "De tão brusca e violenta que é [a ocupação das minas], até perde contato com as fontes onde brotou" (PRADO JÚNIOR, 2006, p.39).

Os núcleos mineradores que vão surgindo, muito longe dos pontos de partida dos movimentos migratórios, se formam em torno das explorações do centro de Minas Gerais, numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do rio Grande às nascentes do Jequitinhonha, local onde se situam nossos objetos de estudo, os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Surgem, nesses locais, aglomerações humanas, às vezes bem próximas uma das outras, e cujas principais, no século XVIII, eram São João, São José del-Rei (Tiradentes), Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e Arraial do Tejuco (Diamantina)" (PRADO JÚNIOR, 2006).

Essa ocupação das Minas provocou um processo de urbanização que logo deixa de ser a "coisa provisória", que caracterizou os primeiros assentamentos fundados pelos aventureiros, estimulando "o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da capitania, como também com outras capitanias e com a própria metrópole" (MORAES, 2007, p.64).

Segundo Moraes (2007), a administração das áreas mineradoras era feita pela capitania do Rio de Janeiro. Contudo, a Coroa Portuguesa percebeu que seria necessário criar novas capitanias para que a ordem político-administrativa fosse instalada naqueles locais e os interesses metropolitanos fossem preservados. Assim, em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas, desmembrada em 1720 em duas: a Capitania de São Paulo e a Capitania de Minas Gerais, cada qual com um governador e o aparato judiciário e administrativo próprio.

À medida que o processo de ocupação das áreas mineradoras se intensificava, surgia a necessidade de instalação de unidades político-administrativas ainda menores, mais próximas aos locais e aos acontecimentos: são criadas as comarcas. As três primeiras comarcas da Capitania de Minas Gerais foram as do Rio das Velhas ou Sabará, Rio das Mortes e Vila Rica, todas criadas em 1714. Mais tarde, duas novas comarcas são criadas: "Serro Frio (1720) e Paracatu (1815) (...) e apontavam para um movimento de interiorização da justiça em áreas estratégicas, que demandavam maior controle por constituírem populosos enclaves mineradores no sertão" (MORAES, 2007, p.64).

Na Figura 12 são representadas as quatro comarcas que compunham a capitania das Minas Gerais, em1720, com destaque para a comarca do Serro Frio, onde localizavam-se os objetos de estudo desta pesquisa. Observa-se que a região do triângulo mineiro, atualmente pertencente ao Estado de Minas Gerais, `a época integrava a Comarca de Goiás.



Figura 12 - Capitania de Minas Gerais e suas comarcas
Elaborada a partir de Moraes (2007), Prado Júnior (2006) e SIDRA (2010)

A comarca do Serro Frio, criada em 1720, desenha e define aquilo que hoje é a fronteira nordeste de Minas Gerais. A sede desta comarca foi estabelecida na Vila do Príncipe, criada em 1714, e que atualmente é a cidade do Serro. Ali se instalaram uma "Câmara Municipal, a Ouvidoria – que tinha competência judiciária – e a Intendência do Ouro, que organizava a distribuição das lavras auríferas e a cobrança dos quintos, o principal imposto que incidia sobre as riquezas metalíferas, e que correspondia a aproximadamente um quinto da produção" (FURTADO, 2003, p.29).

Antes de se tornar conhecida pela produção de diamantes, a região do Serro Frio, tradução da palavra indígena *Iviturui*, que quer dizer *montanhas frias*, já tinha ganhado fama pelas suas riquezas auríferas, descobertas nos últimos anos do século XVII. Tais descobertas atraíram aventureiros de todos os lugares do Brasil, que vinham individualmente ou em companhias armadas, as bandeiras (SANTOS, 1956).

Com a descoberta dos diamantes, que data de pouco antes de 1720, com as primeiras pedras aparecendo nos "ribeirões mais próximos ao arraial do Tejuco [atual Diamantina] (...) e outros tributários do rio Jequitinhonha, onde já havia exploração aurífera" (FURTADO,

2007, p.305), e a notificação oficial do fato à Coroa Portuguesa, em 1729, a região do Serro Frio experimenta um aumento muito maior do fluxo migratório e do processo de ocupação do seu território.

A notícia da descoberta dos diamantes, "cujas riquezas foram excessivamente exageradas" (SANTOS, 1956, p.63), provocou uma grande euforia na Corte Portuguesa, como descreve o historiador e imortal da Academia Brasileira de Letras, José Manoel Pereira da Silva:

> O descobrimento do diamante, topázios e pedras preciosas, que começou a efetuar-se em 1727 e 1728, acrescentou o júbilo da corte de D. João V, e deu motivo a festas esplêndidas, que em Lisboa e no reino todo se celebraram e a *te deums* e procissões inumeráveis que extasiaram o povo português, por quadrarem à sua religiosidade. Para Roma remeteu o governo as primeiras amostras que lhe foram enviadas. Ações de graças solenes se deram ao Todo Poderoso na capital do mundo católico. O Santo Papa e os cardeais felicitaram ao rei de Portugal. Cumprimentaram-no todos os monarcas da Europa. Não se ocuparam os povos da terra com outro objeto e notícia. Dir-se-ia que se descobrira cousa que devia regenerar e felicitar o universo. (SILVA, apud SANTOS, 1956, p.61)

Como era de se esperar, essa divulgação da descoberta de diamantes em solo brasileiro provocou a vinda de "bandos de aventureiros em demanda de uma fortuna, que julgavam certa e fácil" (SANTOS, 1956, p.63) à comarca do Serro Frio. Número significativo de pessoas abandonava a "região aurífera das Minas e passava para a região diamantina" (FURTADO, 2007, p.305). Francisco da Cruz, um comerciante da época, diz, em carta, "que a vila de Sabará estava ficando deserta, uma vez que todos os moradores corriam para a região diamantina" (FURTADO, 2007, p.305), sendo constantemente atacados nos caminhos por desocupados, ciganos e quilombolas que ocupavam toda a região.

Os diamantes eram facilmente encontrados nos rios e regatos da região e a produção cresceu de maneira vertiginosa fazendo com que o valor do quilate no mercado internacional despencasse (FURTADO, 2006). Para controlar e diminuir a produção, a Metrópole envia para a região Martinho de Mendonça que, juntamente com o engenheiro militar Rafael Pires Pardinho, demarca a região produtora de diamantes, criando o Distrito Diamantino (1734) (FURTADO, 1996, 2007; SANTOS, 1956).

Este trabalho de demarcação das terras produtoras de diamantes baseou-se, segundo Renger (2007, p.122), no mapa *Rios e córregos em que se descobriram e mineraram os*

diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734, dos Padres Matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi[14], apresentado na Figura 13.

.

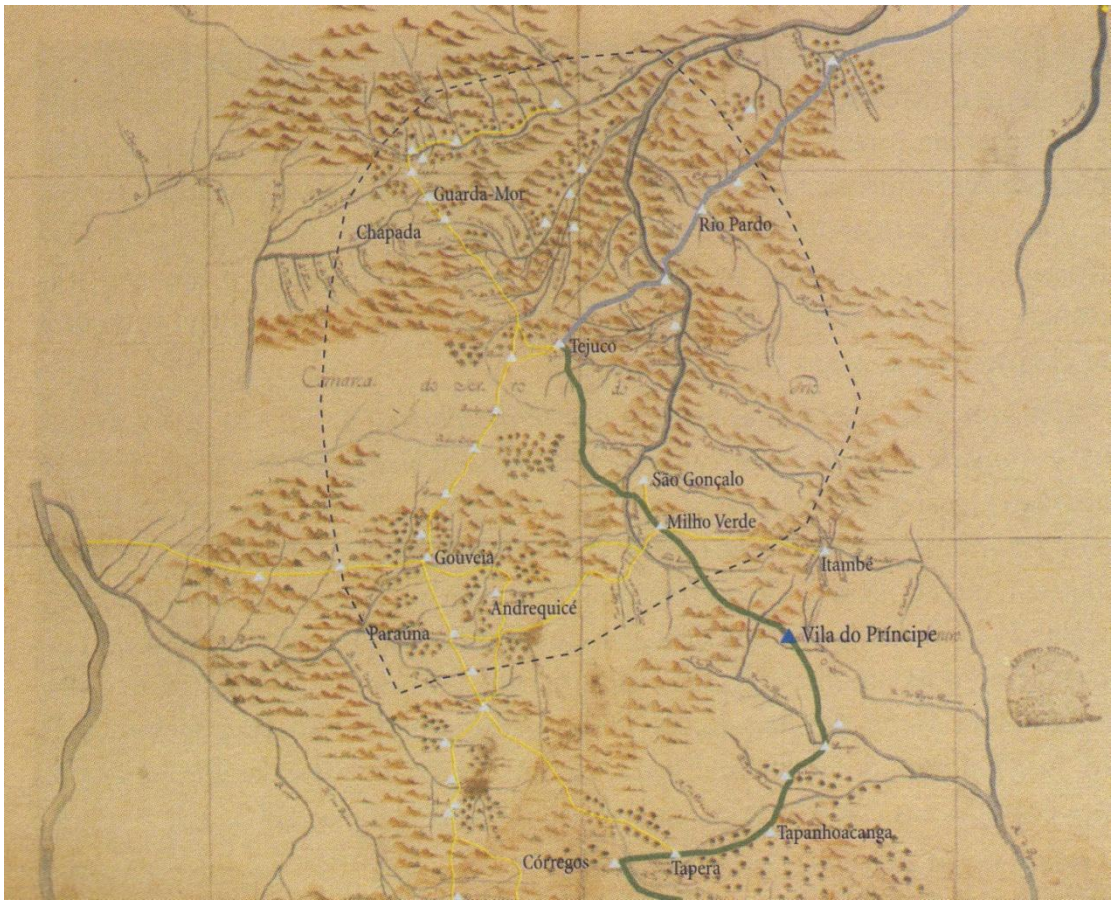


Figura 13 - O mapa do Distrito dos Diamantes dos Padres Matemáticos
Fonte: Moraes (2007, p.69)

No mapa dos Padres Matemáticos, além da delimitação do Distrito Diamantino, representado pela linha tracejada, se vê a localização da Vila do Príncipe, da qual se chegava ao arraial do Tijuco por uma estrada que passava por dentro da localidade de Milho Verde. Ao arraial de São Gonçalo se chegava por um caminho secundário que saía desta estrada. Este

[14] As descobertas de ouro e diamantes e a ocupação das Minas exigiam mapas mais exatos. Para elaborá-los, D. João V convida dois membros da Companhia de Jesus, os Padres Matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi. Em apenas dois anos, de 1730 a 32, os Padres realizaram um trabalho monumental: fizeram 15 mapas entre o Rio de Janeiro e o Prata e mais quatro mapas das Minas, desde a Zona da Mata, passando pela Serra da Mantiqueira, Serra do Espinhaço até as Minas Novas e o rio Jequitinhonha. Foram cartografados praticamente todos os arraiais e vilas da região, assinalados os caminhos, bem como os registros de cobrança dos direitos e impostos (RENGER, 2007).

fato foi de fundamental para a formação das diferenças entre as paisagens dos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo, como se verá à frente.

O Distrito dos Diamantes tinha forma elíptica, "cujo maior diâmetro de norte a sul era de 12 léguas e o menor de leste a oeste era de 7 léguas, contendo 75 léguas quadradas mais ou menos" [15] (SANTOS, 1956, p.429), e incluía, além do arraial do Tejuco, "povoados como Gouvea, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro" (FURTADO, 2007, p.309). Os limites do Distrito podiam ser alterados à medida que se descobriam diamantes em terrenos fora da demarcação (SANTOS, 1956, FURTADO, 2007), e o foi cinco anos depois (PRADO JÚNIOR, 2006).

A importância política e econômica do Distrito dos Diamantes não corresponde à sua pequena dimensão espacial, como se pode observar na Figura 14. Para construção da referida figura utilizou-se a delimitação do Distrito apresentada pelos Padres Matemáticos, transpondo-a, utilizando a escala gráfica, para o mapa do atual Estado de Minas Gerais.

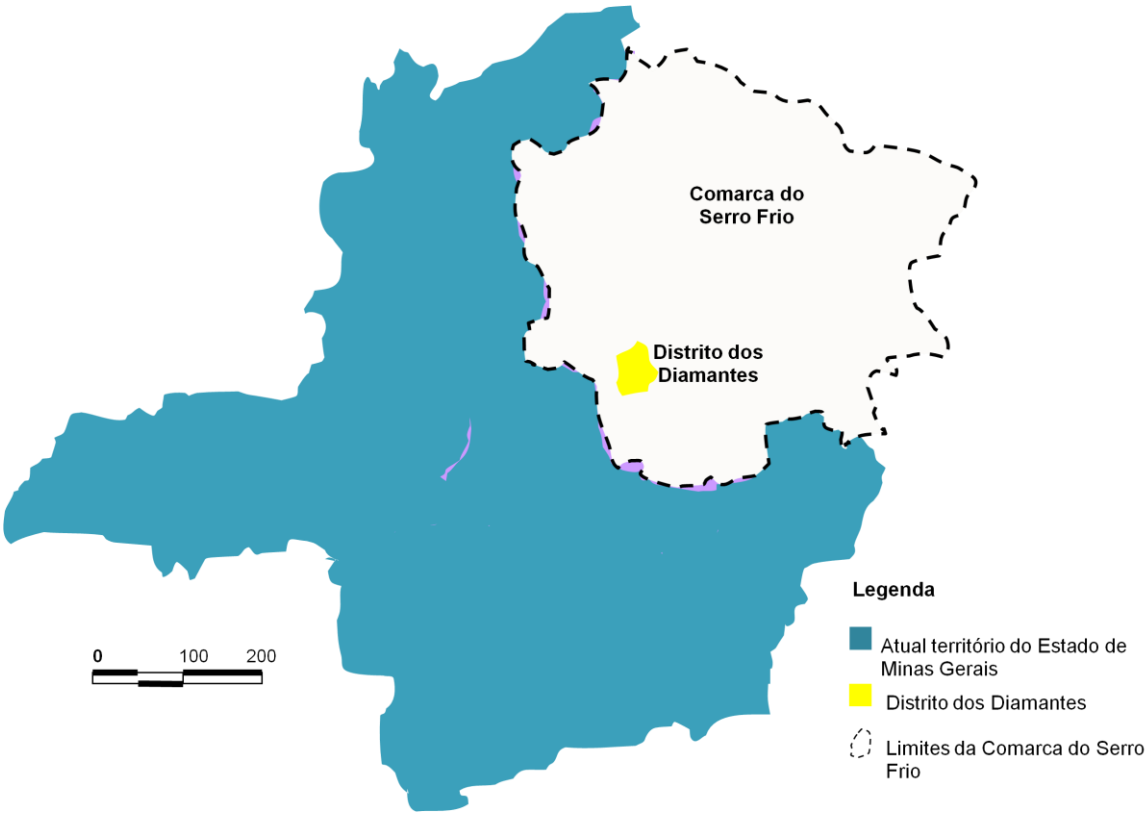


Figura 14 - A área do Distrito dos Diamantes x área atual do Estado de Minas Gerais
Elaborado a partir de Furtado (2007), Moraes (2007, p.69), Santos (1956) e SIDRA (2010)

[15]Sendo 1 légua equivalente a 6.600m, o Distrito Diamantino tinha, então, as seguintes dimensões: 79,2 Km no sentido norte-sul por 46,2 km no sentido leste-oeste.

A extração de diamantes no Brasil só era permitida dentro dos limites do Distrito Diamantino. "Noutros lugares, a extração era severamente proibida, medida que se adotara para reduzir a produção e manter os preços, bem como para facilitar a cobrança dos direitos da Coroa e impedir o contrabando" (PRADO JÚNIOR, 2006, p.181).

Administrado por um intendente, a sede do Distrito Diamantino era o Arraial do Tejuco, mas, administrativamente, a região continuou vinculada à Vila do Príncipe (atual Serro), capital da comarca do Serro Frio. "O intendente era a figura central no estabelecimento da política metropolitana para o Diamantino, por isso o cargo conferia prestígio e dignificava seus integrantes para cargos mais altos" (FURTADO, 2007, p.309). O intendente era encarregado de garantir o monopólio real sobre o diamante aluvional, exercendo rigorosa fiscalização sobre todas as atividades envolvidas com a atividade (SAINT-HILAIRE, 1941).

No Distrito Diamantino estabeleceu-se uma série de postos e destacamentos militares - Milho Verde foi um deles – que permaneceram até a Independência. Exerciam controle sobre entrada e saída de víveres, ouro, diamantes, pessoas, animais ou qualquer outra coisa. Ninguém entrava ou saia sem autorização do Intendente. A vida dos moradores locais ficava nas mãos desse funcionário da Coroa, que tinha poderes até para confisco de bens e decretação de pena de morte sem processo ou recurso (PRADO JÚNIOR, 2006, p.182).

Do comunicado à Coroa da descoberta dos diamantes, em 1729, até o estabelecimento do Distrito Diamantino, em 1734, a exploração das pedras era livre para todos aqueles que possuíssem escravos e capital, sendo cobrada, pela Coroa, uma taxa sobre cada escravo empregado nas lavras – chamada *taxa de capitação*. Eram explorados os aluviões dos rios, com a bateia, onde os diamantes eram encontrados com facilidade (FURTADO, 2003, p.31)."Dizem que a quantidade de diamantes enviada à Europa, durante os vinte primeiros anos após a descoberta, foi quase inacreditável" e que, de tão prodigiosa, "diminuiu o valor geral das pedras" (MAWE, 1944, p.238). Este fato fez com que, em 1734, fosse suspensa a mineração na área até a normalização dos preços, revogando-se todas as concessões de lavras.

Em 1739, o rei ordenou a reabertura das minas, uma vez que os preços já haviam subido e se estabilizado no mercado externo. Foi aí que a Coroa decidiu adotar uma nova forma de exploração dos diamantes: o sistema de contratos. Arrematadas de quatro em quatro anos, as áreas eram exploradas por um único interessado ou por sociedade, onde o arrematante pagava à Coroa, antecipadamente, o lance de arrematação. De 1740 a 1771 foram

celebrados seis contratos (FURTADO, 2003; SANTOS, 1956). Um dos mais célebres contratadores foi João Fernandes de Oliveira, conhecido por sua relação de quinze anos com a escrava Chica da Silva, nascida em Milho Verde.

Os diamantes encontrados pelos contratadores eram enviados anualmente a Lisboa em caixas pequenas e depositadas na Casa da Moeda. Até a vigência do terceiro contrato, em 1752, as pedras acima de vinte quilates eram propriedade régia, e as demais vendidas pelos procuradores do contratador. A partir do quarto contrato, a Coroa passou a monopolizar o comércio das pedras no mercado internacional e os contratadores ficaram apenas com o direito de exploração (SANTOS, 1956).

No terceiro quartel de 1700, um importante acontecimento muda os rumos da história luso-brasileira, inclusive no Distrito Diamantino. Falece em Portugal D. João V, assumindo a Coroa D. José I, seu filho. "Príncipe timorato, sem vontade própria, inexperiente (...) deixou-se cegamente guiar por Sebastião José de Carvalho", Marquês de Pombal, "a quem entregou as rédeas do governo durante o longo tempo de seu reinado". Sob a administração de Pombal "tudo ia tomar uma nova face; agricultura, indústria, comércio, sistema político, princípios de administração, idéias religiosas" (SANTOS, 1956, p.114).

A administração pombalina era centralizadora e despótica. Terminou com o sistema de contratos e implantou a exploração dos diamantes diretamente pela Coroa: a *Real Extração*. Esse sistema utilizava escravos de terceiros, pelos quais a Coroa pagava aos seus proprietários juros de 12% ao ano pelo empréstimo. De acordo com Furtado (2007), a análise da documentação da produção diamantífera no período do monopólio régio revela o crescimento da produção, trazendo prosperidade para a população que vivia do aluguel de seus escravos.

Para a Real Extração foi organizado um corpo administrativo vinculado diretamente à Metrópole. "Verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia, o Distrito vivia isolado do resto do país, e com uma organização *sui-generis*: não havia governadores, câmaras municipais ou órgãos administrativos. Havia apenas o Intendente" (PRADO JÚNIOR, 2006, p.183).

Aos poucos, e "como reflexo das agitações que iam pelo reino e colônia" (PRADO JÚNIOR, 2006, p.185), o monopólio estatal sobre a região vai, na prática, deixando de ser exercido, pois as autoridades encontraram enormes dificuldades de submeter a produção e a vida local aos estreitos limites impostos pela legislação" (FURTADO, 2007, p.316).

A *Real Extração* foi extinta em 1845 e em seu lugar foi criada uma administração composta por um inspetor-geral, um procurador-fiscal, um secretário e um engenheiro. Essa administração instituiu um sistema de arrendamento dos terrenos diamantinos pelo prazo de quatro anos (FURTADO, 2007). Contudo, as terras diamantinas achavam-se, em grande parte, ocupadas pelos mineiros que legal ou ilegalmente as lavravam sem que a Coroa conseguisse exercer sobre elas qualquer controle. "A ocupação constituía um fato consumado, e de alguma forma legalizado pela necessidade e aquiescência das autoridades" (SANTOS, 1956, p. 402).

Por lei de 25 de outubro de 1882, o Governo Brasileiro extingue oficialmente o Distrito dos Diamantes. "Encerra-se o capítulo mais negro, talvez, da administração colonial portuguesa" (SANTOS, 1956, p. 402).

4.1.2 Panorama das paisagens do Distrito dos Diamantes

Os viajantes John Mawe[16] e Auguste de Saint-Hilaire[17] visitaram, no início do século XIX, em datas distintas, o Distrito dos Diamantes e seus relatos constituem um valioso panorama das paisagens locais daquela época, principalmente dos seus sistemas de objetos

O mineralogista inglês John Mawe, cuja visita ao Distrito dos Diamantes foi realizada em 1810, fez sua viagem seguindo o roteiro assinalado em azul na Figura 15: saiu de Vila do Príncipe, passou por Milho Verde, onde, pouco à frente, toma um caminho secundário e vai até São Gonçalo e, voltando ao caminho principal, segue para o Tejuco. Já Saint-Hilaire faz o percurso inverso, assinalado em vermelho na Figura 15: saiu do Tejuco, passou por Vau, Milho Verde, Três Barras, terminando sua viagem em Vila do Príncipe.

[16] John Mawe nasce na Inglaterra em 1764, falecendo em 1829. Realizou inúmeras viagens pelas minas inglesas, escosesas, ao Rio da Prata (1804), Brasil (1809-1811), dentre outros lugares.

[17] O botânico Auguste de Saint-Hilaire nasce na França em 1779 e morre em 1853. Percorreu o Brasil de 1816 a 1822.

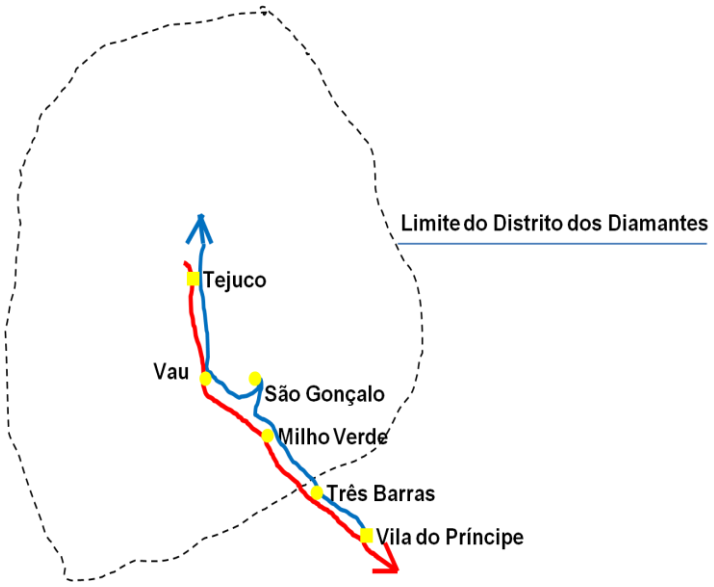


Figura 15 - Roteiro das viagens de Mawe e Saint-Hilaire ao Distrito dos Diamantes
Elaboração própria

Iniciando a sua descrição do Distrito por Vila do Príncipe, Mawe relata:

> (...) Percebi que o aspecto do país era inteiramente diferente do das vizinhanças da Vila do Príncipe; sua superfície, composta de cascalho e pedregulho, era de todo desprovida de mato e capim. Um outeiro, perto da estrada, apresentava camadas perpendiculares de grés micáceo; pus pé em terra para examiná-lo e achei-o elástico. Meu soldado, ao ouvir-me dizer que o aspecto do terreno apresentava caracteres que antes não havia observado, exclamou: "Senhor, estamos no Distrito dos Diamantes". Esta circunstância, na qual eu não pensara, explicou-me perfeitamente a razão da mudança. Fiz as quatro primeiras léguas através de região estéril e escalei várias outras montanhas" (MAWE, 1944, p. 210)

Ainda hoje o meio ecológico muda, quase que abruptamente, quando se sai do Serro (Vila do Príncipe) em direção a Milho Verde e São Gonçalo. Torna-se árido, com o domínio das formações rochosas, a quase ausência de forrações e o surgimento, de quando em vez, de formações arbustivas isoladas, como se pode observar das imagens da Figura 16.




Figura 16 - Meio ecológico entre a cidade do Serro e o Distrito de Milho Verde
Fotos do autor, 2010

Assim como Mawe, Saint-Hilaire também registra a diferença no meio ecológico quando se sai do Distrito em direção a Vila do Príncipe:

> Mais perto de Vila do Príncipe a terra torna-se novamente argilosa e avermelhada; os vales são mais profundos e foi então que entrei na zona das florestas, da qual me afastara ao distanciar-me das margens do Jequitinhonha e da região dos índios selvagens. Após vários meses, somente tinha sob as vistas rochedos pardacentos e ervas queimadas pelo sol. Compreende-se facilmente a satisfação que experimentei ao rever fetos arbóreos, reencontrando bela verdura, sombra e frescura. Mas foi ainda com maior alegria que avistei Vila do Príncipe (SAINT-HILAIRE, 1941, p.70).

Saint-Hilaire, depois de Vau, passa por Milho Verde (a sua descrição da localidade é apresentada à frente) e segue para Três Barras. “Deixando Milho Verde, percebem-se as montanhas semelhantes àquelas que se teem sob as vistas desde a capital do Distrito dos Diamantes [Tejuco, atual Diamantina]. Entretanto é evidente que, considerado em seu conjunto, o caminho desce muito mais rápido que sobe” (SAINT-HILAIE, 1941, p.69). No lugar chamado Três Barras,

> (...) o terreno que, desde Tijuco, havia sido constantemente arenoso, tornou-se argiloso e avermelhado. Então a vegetação muda e os grandes fetos que nascem por toda a parte indicam que esses lugares foram outrora cobertos de florestas. Entretanto as areias reaparecem logo e com elas as plantas que lhes são peculiares, Eriocaulon[18], Melastomatáceas[19] de folhas pequenas, etc. (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 70).

Os relatos de Mawe e Saint-Hilaire mostraram ao mundo que ocupações humanas estavam se dando no interior do Brasil de forma bem diversa das ocupações dos territórios litorâneos.

> No interior da região montanhosa, diferentemente das áreas de planalto e planície da região costeira onde a ocupação se deu através de amplos vales, os caminhos por terra seguiam pelos divisores de águas das grandes bacias, evitando vales e rios encaixados de difícil transposição (MONTE-MÓR, 2001, p.1).

Ainda de acordo com a mesma fonte, nos dias de hoje, os cariocas-fluminenses e paulistas, "acostumados a andar pelos vales com as montanhas em volta", se surpreendem com o fato das "estradas em Minas Gerais se desenvolverem nas encostas e topos dos morros, com ampla visão dos vales, serras e outras referências geográficas" (MONTE-MÓR, 2001, p.1).

Na Figura 17 vê-se, ao fundo, o Distrito de Milho Verde, que se implanta ao longo de uma estrada cujo traçado acompanha uma linha de cumeada. Essa implantação favorece, nos dias de hoje, a exploração turística das paisagens praticada no Distrito, como se verá à frente.

[18] Eriocaulon: gênero botânico composto de mais de 665 espécies, a maioria herbácias perenes.
[19] Trata-se de uma família botânica com mais de 5000 espécies, com destaque para o gênero *Tibouchina*, cujos exemplares mais comuns são o manacá da serra e as quaresmeiras, árvores de pequeno porte (dificilmente atingem mais de 5 metros de altura), e muito usadas no paisagismo brasileiro.



Figura 17 - Vista do Distrito de Milho Verde com sua implantação numa linha de cumeada.
Foto do autor, 2010

4.1.2.1 Sociedade e organização territorial

A sociedade do Distrito Diamantino, no século XVIII, era formada por estrangeiros (a maioria portugueses e africanos), poucos nativos ou pelos imigrantes que vinham de outras regiões da colônia. Eram pessoas sem posses ou escravos que construíram "sua vida material na região e começam a ter seus herdeiros no local onde a edificam" (MENESES, 2007, p.337).

Os primeiros grupos ocupantes do Distrito Diamantino eram formados de "significativa parcela de homens oriundos do Minho e do Douro[20]. Em sua maioria solteiros,

[20] Antigas províncias situadas ao norte de Portugal e que hoje constituem os distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto

poucos deixavam para trás esposa e família ao partir em busca do Eldorado" (FURTADO, 2003, p.74). Vinham a essas novas terras antes "o marginal das cidades, o camponês, imbuído de muito menos preconceito, acostumado à convivência comunitária" que o fidalgo (VASCONCELLOS, 1959, p.142).

A composição da população na região diamantina revelava uma desproporção entre homens e mulheres. O censo de 1738, realizado na comarca do Serro Frio, revela 9681 habitantes, 83,5% homens e 16,5% de mulheres. Os negros e mestiços representavam, em 1776, 76% da população total da comarca, contingente este formado de membros de várias etnias, forros, mestiços livres e negros em quilombos (MENESES, 2000, p.123). Entre os escravos, apenas 3,1% eram mulheres, uma vez que o trabalho nas minas era executado apenas por homens. No entanto, entre os ex-escravos, os forros, essa proporção se invertia, apontando o mesmo censo 387 forros recenseados, 63% mulheres, 37% homens (FURTADO, 2003). De fato, de acordo com Furtado (2003), as mulheres eram as maiores beneficiárias da alforria, inclusive acumulando bens. Com a liberdade, elas oscilavam entre a desclassificação social e a inserção, ainda que desajeitada, no universo antes restrito aos brancos livres das Minas Gerais.

Nas Minas Gerais a educação formal era privilégio das classes mais abastadas. Os filhos homens dessa classe aprendiam com os padres locais as primeiras letras e por volta dos quatorze anos deixavam os cuidados da casa materna. Seguiam normalmente para Portugal, quase sempre Coimbra, onde buscavam obter grau universitário, já que os cursos universitários eram proibidos na colônia. Poucas eram as instituições que ministravam o ensino secundário (a primeira de Minas Gerais foi o Seminário da Boa Morte, em Mariana, fundado apenas em 1748).

A educação formal era basicamente coisa de homem; mulheres eram educadas em casa. Em poucos casos eram enviadas a um convento. Em Minas Gerais, no período colonial, apenas o Convento de Macaúbas, em Lagoa Santa, recebia as filhas da elite mineira, abrigando, também, viúvas e mulheres casadas que ali buscavam refúgio ou proteção, ou eram internadas à força pelos maridos, que queriam delas livrar-se (FURTADO, 2003).

Os primeiros habitantes do Distrito dos Diamantes instalaram-se em assentamentos ao longo do curso dos rios e córregos que mais se assemelhavam a acampamentos provisórios (MARX, 1992, p.389 e 390). À medida que iam se fixando, passavam a organizar-se em torno de uma capela de taipa, refletindo a religiosidade marcante dos primeiros moradores. Como à

época todas as terras pertenciam à Coroa, as capelas acabavam por ser a única alternativa para se construir uma habitação, uma vez que, mediante petição à Metrópole, podia-se conseguir uma autorização para "erigir uma capela e de se fazer habitar em seu entorno" (MARX, 1992, p.390).

Quase sempre esses núcleos iniciais "orientavam-se longilineamente pelos caminhos:

> (...) suas ruas são sempre antigas estradas. Por isto mesmo, foram a princípio chamadas de rua da Praça, da Matriz, da Câmara, etc. não porque nelas se localizassem essas edificações, mas porque a elas conduziam. Por isso mesmo ainda hoje os habitantes da zona rural tratam a cidade como "a rua", no singular, como uma reminiscência do trecho único da estrada onde se construíram estabelecimentos comerciais (VASCONCELLOS, 1960, p.5)

O caminho que interligava arraiais virava estrada e, em algum momento, acabava por receber ordenações que os transformava em espaços institucionalizados, "garantindo localização privilegiada para o comércio e abastecimento e não mais são tratados apenas como espaços de produção, mas já subordinados a controle de ocupação urbana voltados para a reprodução" (MONTE-MÓR, 2001, p.3)

Ainda sobre a formação dos arraiais e vilas em Minas Gerais, Sylvio de Vasconcellos vai dizer que ao redor de cada uma das capelas que nasciam pontuava um espaço aberto, um simples adro, um largo, onde o povo se reunia em festa. Estas áreas interligavam-se por meio de caminhos e, ao longo deste percurso, definiram-se os primeiros lotes, onde foram construídas as habitações e instalado o comércio. Com o passar do tempo, uns lugares se enriquecem, outros se empobrecem. Aqueles mais ricos transformavam suas capelas em matrizes.

O esquema de formação das cidades coloniais mineiras de Vasconcellos é dividido em 4 etapas, como ilustrado na Figura 18.

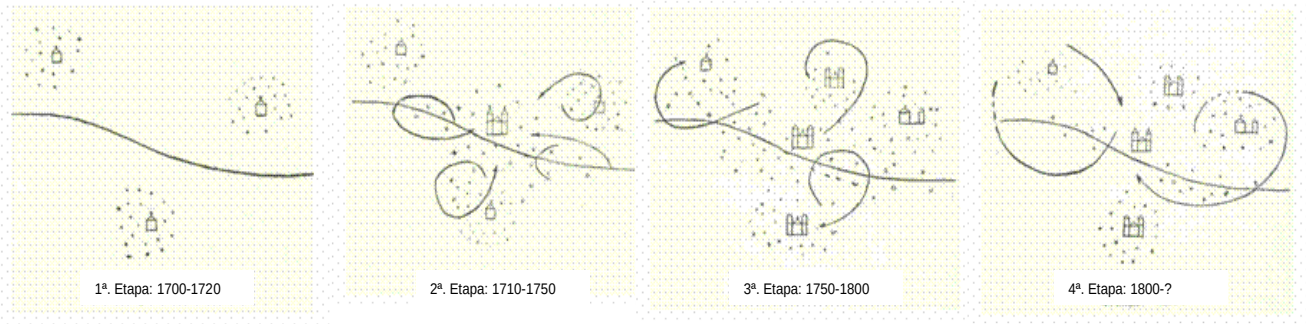


Figura 18 - Fases da formação das cidades coloniais mineiras segundo o Prof. Sílvio de Vasconcellos.
Fonte: Vasconcellos, 1960

Na primeira etapa, de 1700 a 1720, ocorre, segundo o autor, a formação das povoações, sem definição de classes sociais, em função da pequena diferenciação gerada pelo garimpo de aluvião. Nesse contexto, surgem, em torno de capelas precárias - dedicadas a invocações de santos, de um só altar, construídas em barro ou madeira - habitações rudimentares de pau-a-pique e cobertura vegetal, raramente, de telhas de barro (VASCONCELLOS, 1960).

Na segunda etapa, entre 1720 e 1750, os assentamentos tornam-se estáveis, ocorrendo nessa fase a definição de classes sociais distintas, com a hegemonia da burguesia comercial em formação. As antigas capelas são melhoradas ou transformadas em igrejas matrizes, normalmente em invocação à Santíssima Trindade, muitas vezes mediada pelo culto à Virgem Maria. As habitações são ampliadas e têm multiplicadas as suas partes. Em princípio com "puxados" aos fundos ou para frente, aproveitando a mesma água da cobertura, ou sofisticando suas plantas que passaram a ter forma de "U" ou "L". Ganham pátios internos, corredores, quarto de hóspedes, sala de receber e a varanda de trás. Deslocam-se do chão, ganhando embasamentos mais altos. Preferem a horizontal, com largas beiradas e uma sucessão de vãos (VASCONCELLOS, 1999).

Com o progresso dos povoados, os lotes disponíveis em terrenos arruados ficam escassos. Assim, as casas amplas vão para os extremos dos povoados, ficando os centros ocupados por habitações espremidas umas às outras. Se antes a habitação ocupava os lotes com a maior fachada voltada para as ruas, agora ocorre o contrário: as fachadas são estreitas e as habitações voltam-se para os fundos. As casas, além do pau-à-pique, passam a ser feitas em alvenaria de adobe ou pedra e ganham coberturas em telhas cerâmicas (VASCONCELLOS, 1999).

Na terceira etapa do esquema de Vasconcelos (1960), que vai de 1750 a 1800, há a maturidade do monumento religioso como centralidade urbana. Iniciam-se as construções mais elaboradas, quase sempre de pedra. As classes sociais já estão fortemente diferenciadas e muitas vezes marcadas por rivalidades. Há a opção pela reconstrução e/ou construção de novas capelas dedicadas aos santos representativos de ordens laicas (as ordens terceiras) ou ligadas a grupos étnicos, deixando as matrizes em relativa decadência. Nessa fase ganham importância os mestres, artesãos e artistas nativos. As habitações têm basicamente as mesmas características da etapa anterior, porém ficam mais leves, pois passam a usar o vidro nas

esquadrias. Nessa etapa inicia-se o uso de cimalhas sobre os vãos, rótulas, sacadas ou varandinhas nos sobrados (VASCONCELLOS, 1999).

A partir dos oitocentos, a decadência das minas paralisa as construções ou, aquelas que ainda são feitas já não possuem o acabamento esmerado de antes. Diminui, também, a diferenciação social. Nesse contexto, a comunidade retoma a cooperação social, tendo a matriz novamente como centro da vida social (VASCONCELLOS, 1960).

Resumindo o desenvolvimento territorial dos povoados mineiros:

> O ciclo evolutivo social, tão bem traduzido pelo interesse religioso que, das capelas, passa às matrizes para, depois, voltar às igrejas filiais, corresponde perfeitamente ao desenvolvimento material e econômico da Vila. Nasce a povoação dos arraiais isolados que tendem a se agrupar, depois, em um centro constituído por sua praça principal, para, mais tarde, estender-se novamente à periferia (VASCONCELLOS, 1960, p.62)

O esquema apresentado por Vasconcellos permite uma melhor compreensão da evolução do tecido urbano das localidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, a partir da instalação de capelas e sua transformação em matrizes, como mostrado na Figura 19.

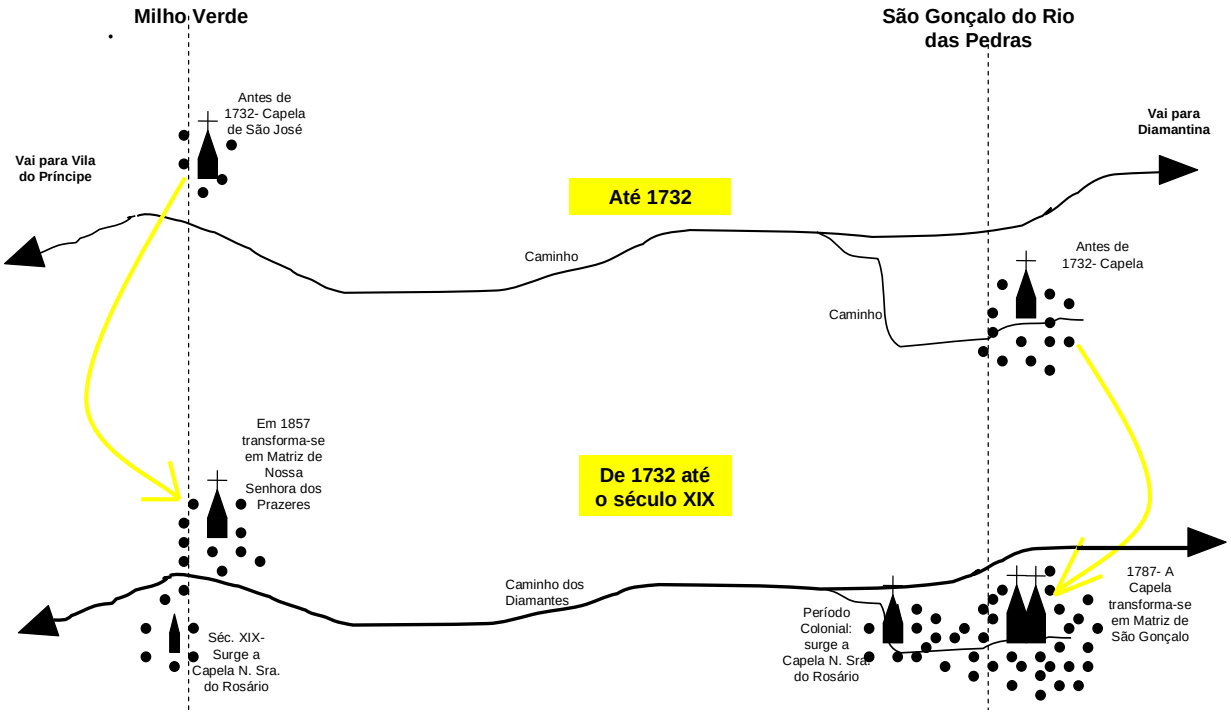


Figura 19 - Formação dos núcleos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras
Elaboração própria

Milho Verde nasce como um pequeno aldeamento em torno de uma pequena ermida, que a documentação histórica diz existir já em 1732. Essa capela inicial transforma-se, em 1857, na Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, tendo aumentado o número de casas em seu entorno, mas não chegando a representar número expressivo, conforme relatam os viajantes. No século XIX, é construído um novo templo, a Capela N. Sra. do Rosário e uma nova aglomeração de casas surge ao seu redor. Também São Gonçalo do Rio das Pedras nasce em torno de uma capela, já existente antes de 1732, com os relatos já apontando a existência de várias habitações ao seu redor. Essa Capela eleva-se à condição canônica de Matriz, em 1787, demonstrando a maior importância da localidade em relação a sua vizinha Milho Verde. O caminho principal que ligava Vila do Príncipe ao Tejuco vai-se tornando, em Milho Verde, rua, cujo traçado, ainda nos dias de hoje, comanda a expansão da mancha urbana, como se demonstrou em 4.2.1.

A vida social dos arraiais também se dava em torno das atividades religiosas. Esse domínio da religião no cotidiano das pessoas determina a construção das paisagens das regiões mineradoras do Brasil Colônia. "Foi a Igreja Católica, com seus desdobramentos laicos nas Ordens Terceiras, a principal responsável pela organização sócio-espacial urbana (MONTE-MÓR, 2001, p.5).

Nas Minas Gerais, a Coroa proíbe a instalação das ordens religiosas e exerce sobre o clero secular rigoroso controle, na tentativa de reduzir e controlar a influência da Igreja nessas regiões. No entanto, as ordens laicas podiam instalar-se livremente sem a tutela oficial da Igreja de Roma. Transformaram-se, assim, em "instrumentos importantes de organização comunitária, ganhando eventualmente nítido caráter classista (e mesmo étnico)" (MONTE-MÓR, 2001, p.6). A instalação dessas ordens chegou mesmo a ser incentivada pela Coroa, na "medida que enfraqueciam o poder eclesiástico na Colônia, além de reduzir custos e transferir para as próprias comunidades diversas tarefas e obrigações funcionais e financeiras" (MONTE-MÓR, 2001, p.6).

4.1.2.2 Economia e divisão social do trabalho

Do primeiro momento da ocupação das minas até a constituição dos arraiais e primeiras vilas, segundo Cunha e Monte-mór (2000, p.311) ocorreu uma "apropriação do excedente coletivo de características muito distintas do litoral" tendendo a uma "apropriação

mais horizontal", sendo este fato determinante da diversificação social que se sobressai na organização da sociedade daqueles anos iniciais, com a formação de um estrato social intermediário. Formado por artesãos, militares, profissionais liberais e contratadores, esse estrato social intermediário é o maior responsável pela sobrevivência da vida das cidades quando a produção minerária entra em declínio.

Muitos historiadores apresentam a economia das Minas como tendo produzido apenas ouro e diamantes, chegando a dizer que as atividades agrícolas limitavam-se ao autoconsumo ou à subsistência, porque a mão de obra escrava estaria toda ocupada nas atividades minerárias. Contudo, a historiografia contemporânea tem dado um novo tratamento à questão.

Para Meneses (2007, p.339), além da produção de metais, as culturas de gêneros agrícolas com funções comerciais foram incentivadas pela Metrópole, em fins do setecentos, e "visavam atender ao incremento do comércio português e buscavam dar vigor à produção de gêneros exportáveis. Não tinham, portanto, objetivos específicos como o de prover a subsistência alimentar dos moradores da Colônia, embora pudesse abrangê-los". Estas tentativas da Coroa não tiveram sucesso, mas "vingaram as atividades de produção de uma agricultura de alimentos básicos para o abastecimento interno".

O mesmo autor encontra resultados que "remetem a uma produção, diversificada e vigorosa" (MENESES, 2007, p.341) da Comarca do Serro, possibilitando um abastecimento regular das regiões das Minas. Para o autor, os proprietários de escravos e de terras aplicavam os seus recursos na agropecuária e comércio como forma de complementar a renda que auferiam com a atividade mineral. Além destas atividades complementares, outras ligadas aos ofícios artesanais, à administração pública, ao aluguel de moradias ou arrendamento de terras, contribuíam para a geração de renda nas Minas. Meneses (2007) ainda esclarece que o emprego de cativos nos trabalhos da agricultura e da pecuária foi marcante no Distrito dos Diamantes, demonstrando que essas atividades eram uma alternativa econômica e fator de ascensão social de homens livres e forros.

Os produtos mais cultivados no Distrito dos Diamantes eram o algodão, mamona para azeite, milho e feijão como produção consorciada e com sementes estocadas da safra anterior, mandioca e arroz (MENESES, 2007). Esses produtos se adaptavam ao tipo de solo, clima e relevo local e aos hábitos alimentares da população (MENESES, 2007). Além disto, as espécies cultivadas não exigiam trabalho ininterrupto, permitindo que a mesma mão-de-obra escrava fosse utilizada tanto na lavoura quanto na mineração (MENESES, 2007). Em menor

quantidade, cultivava-se, também, a cana-de-açúcar, da qual se produzia a aguardente, a rapadura e algum açúcar (MENESES, 2007).

O historiador José Vieira Couto chamou a agricultura praticada na Capitania de Minas Gerais, de "agricultura bárbara", onde o agricultor "ameaçava as matas de total destruição, utilizando-se do pousio e desconhecendo as práticas de adubação" (COUTO, 1994, p.77). De fato, "lavrar a terra para o homem da lida rural nesse espaço histórico era derrubar matas e capoeiras com machados, aproveitar troncos e galhos como lenha e depois de secos, atear fogo à terra desmatada (...). Não há evidências do uso de arados, já nesse tempo tão difundidos em regiões européias" (MENESES, 2007, p.345).

Uma boa parte da produção de alimentos no Distrito dos Diamantes dava-se nos quintais das casas e nas chácaras próximas dos arraiais. Mawe (1944, p.157) encontra nos quintais do Distrito dos Diamantes "laranjas, abacaxis, pêssegos, goiabas e grande variedade de frutas indígenas, doces e ácidas, principalmente a jabuticaba, cheia de substância mucilaginosa" e, nesses locais, "o gengibre e a pimenta crescem espontaneamente e com certeza cultivam-se várias especiarias com resultado". Saint-Hilaire (1941, p.142) também destaca, descrevendo Vila do Príncipe, que "cada casa possui um pequeno jardim em que se plantam, sem ordem, bananeiras, mamoeiros, laranjeiras, cafeeiros, e se cultivam, a mais, couves e algumas espécies de cucurbitáceas[21]".

O cultivo de frutas, hortaliças e especiarias nos quintais era de responsabilidade das mulheres, sendo essas áreas quase uma extensão das cozinhas, tornando-se territórios privados e controlados:

> O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e pessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre. Os jardins sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas são escrupulosamente interditados aos estrangeiros (SAINT-HILAIRE, 1941, p.96).

Ainda hoje, no Distrito São Gonçalo do Rio das Pedras, os quintais são repletos de árvores frutíferas tais como mamoeiros, cafeeiros, marmeleiros, jabuticabeiras, dentre outras

[21] Família que possui mais de 700 espécies, dentre elas a abóbora, abobrinha, melancia, pepino e melão.

tantas espécies, e seus frutos são transformados em doces para consumo próprio ou para comercialização.

Além da mineração e da agricultura, outra atividade econômica floresceu no Distrito dos Diamantes: o comércio. A grande população que se aglomerou nos arraiais do Distrito passou a constituir um mercado consumidor atraente "que expandiu o setor mercantil e o tornou altamente rentável, pois grande parte da riqueza dos mineradores e agricultores acabava nas mãos dos comerciantes" (FURTADO, 2003, p.75).

Monte-Mór (2001, p.8), afirma que a rápida expansão da atividade comercial que se operou nas Minas, "teve um papel importante tanto na consolidação urbana quanto na distribuição de riquezas. "Os altíssimos preços dos produtos na região mineradora implicam lucros também altos na atividade comercial e as lojas, de tão bem abastecidas no período de maturidade das vilas, foram comparadas às européias e decantadas por visitantes e vários autores". Prossegue o autor: "Fortunas se fizeram, talvez resultantes mais das atividades domésticas complementares do que da própria base econômica aurífera".

Como se pôde perceber, diferente daquilo que a historiografia tradicional ensinava, a mineração não foi a única atividade econômica praticada nas Minas Gerais colonial. A agricultura e pecuária, a produção de alimentos nos quintais, o comércio e as atividades ligadas à prestação de serviços públicos foram atividades importantes na economia mineira do período e permitiram construir uma urbanidade que "garantiu sua permanência mesmo depois da exaustão quase total das minas" (MONTE-MÓR, 2001, p.9).

Em resumo, o que se viu na economia mineira, inicialmente, foi uma produção mineral retirada dos leitos dos rios, com a ação individual dos produtores, cujo vigor persistiu até final do século XVIII. Como esta atividade era monopólio da Coroa Portuguesa, "há uma certa liberação de disponibilidades produtivas, tanto em mão-de-obra como em investimentos para outras áreas da economia, incluídos aqui a agropecuária, o comércio e manufaturas (MENESES, 2000, p.130). Numa segunda fase da economia do Distrito dos Diamantes, onde, esgotados o ouro e diamantes de aluvião se passa a fazer a exploração nas encostas, há uma diferenciação marcada entre os produtores. Os mais ricos, que podiam adquirir mais equipamentos e escravos, obtiveram maior lucro, aplicando-o em outras atividades complementares no âmbito regional, fazendo surgir uma marcada divisão de classes e social do trabalho. Com a decadência da mineração, os rejeitos e as jazidas ainda não exploradas, aliadas às atividades do comércio, serviços e agricultura, conseguem manter, não só pelo

século XIX, mas até os dias de hoje, em muitos lugares, a economia em funcionamento e evitar o esvaziamento total dos núcleos urbanos.

O fim da exploração aurífera e diamantina impôs aos territórios do antigo Distrito dos Diamantes a busca por novas formas de superação da estagnação econômica e decadência de suas vilas e arraiais. É destas reações dos territórios do antigo Distrito dos Diamantes, que cuida o próximo item.

4.1.3 De Distrito dos Diamantes a região economicamente deprimida

A mineração diamantina no Jequitinhonha produziu bons resultados até os anos de 1860, quando começou a entrar em declínio "face à descoberta das minas do Cabo, na África do Sul, e as conseqüências da guerra Franco-Prussiana que afetaram o mercado na Europa. Coincidindo com o ano de 1870, o diamante encontrou os mais baixos preços nos mercados internacionais" (SOUZA, 1991, p.164).

Essa crise dos diamantes fez com que a região despertasse para novas alternativas econômicas, aproveitando a acumulação de capital produzida pela mineração (MARTINS, 2000; SOUZA, 1991). Serro e Diamantina escolheram alternativas diferentes. À primeira localidade pareceu mais indicado promover a agricultura e, assim, se especializou em abastecer o crescente mercado regional, ocupando, gradativamente, no campo, a mão-de-obra que se tornara ociosa com o declínio da mineração (SOUZA, 1991). Já Diamantina, que em função da má qualidade de suas terras esteve "impossibilitada de participar de atividades agrícolas, a não ser com tecnologias mais avançadas, acolhe a vanguarda liberal do Serro" (SOUZA, 1991, p.162), e, optando desvincular-se da ordem oligárquica, buscou no desenvolvimento industrial uma alternativa ao declínio da mineração. Assim, Diamantina acomodou sua economia em atividades de indústria e comércio (SOUZA, 1991).

Para Souza (1991), o despertar de Diamantina para a indústria não se resumiu a um mero surto industrial. Elaborou-se um verdadeiro programa de industrialização do Norte Mineiro. Primeiro veio a indústria de lapidação de pedras, depois a siderurgia e a metalurgia, a indústria têxtil, de couros, cervejas, vinhos, chapéus, além de oficinas de sapateiros, cigarros, fogueteiros e ourives (SOUZA, 1991). A produção de vinho em Diamantina era significativa (MARTINS, 2000).

Diamantina comparece, inclusive, nas exposições mundiais em Londres, Filadélfia-Colúmbia e Paris (SOUZA, 1991), e com isto atraiu capitais internacionais, provocando a instalação na região de empresas estrangeiras. Em 1909, havia 15 empresas de mineração estrangeiras operando em Diamantina (MARTINS, 2000).

A abolição da escravatura e a proclamação da República provocaram um esvaziamento dos centros urbanos da região. A taxa de crescimento de Diamantina e Serro caiu bruscamente. A região cafeeira do país atraía a população escrava desde a década de 1870 e, no período pós-abolição, leva contingentes expressivos de libertos. O recrutamento militar[22] leva outra parte considerável deles e, finalmente, as obras da estrada de ferro, assunto visto à frente, e a construção da nova capital de Minas, Belo Horizonte, inaugurada em 1898, se encarregam de outra parte considerável da mão-de-obra liberta (SOUZA, 1991).

Essa situação provocou, além da mecanização das atividades industriais, a inserção da mulher no mercado de trabalho, situação exemplarmente ilustrada pela fábrica de tecidos de Biribiri.

Fundada pelo bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos, a tecelagem de Biribiri era mais do que uma indústria que buscava lucros. A maioria dos operários eram mulheres e "seu objetivo maior era o de moralizar as relações, preservando as moças das tentações através da educação pelo trabalho" (SOUZA, 1991, p.184). O bispo passou a residir em suas instalações e uma governanta cuidava da disciplina: "ali não havia espaço para a individualidade: do convento - dormitório – para o refeitório, do refeitório para a fábrica, da fábrica para a igrejinha, da igrejinha para o largo, as moças andam em grupos, de braços dados" (SOUZA, 1991, p.184). Biribiri tinha escola, grupos de teatro, coro musical, refeitório, capela e oficinas. Era ponto de atração da população, que para lá se deslocava nos fins de semana para fruir um novo espaço. "Terá profunda influência sobre a organização do trabalho até no distante Triângulo Mineiro" (SOUZA, 1991, p.185).

As tecelagens da região utilizavam como matéria-prima, principalmente, o algodão plantado no Serro e no restante do Vale do Jequitinhonha. Seu mercado principal era o regional, vendendo para o norte de Minas e Belo Horizonte, que era alcançada pelos rios das Velhas e São Francisco. Diamantina consolidava-se, desta maneira, como um pólo industrial e comercial regional, sendo chamada de "Grande Empório do Norte" (MARTINS, 2000).

[22] Principalmente para a Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870.

Para garantir o escoamento da produção local, as elites de Diamantina e Serro lutaram pela construção de uma ferrovia. Estabeleceu-se uma disputa entre as duas cidades para que a ferrovia passasse por suas terras. Diamantina vence a disputa e Serro, preterida, vai buscar na pecuária, "com conseqüências para a concentração da propriedade fundiária" (SOUZA, 1991, p.216), a saída para a sua sobrevivência.

Com a implantação da ferrovia entre Belo Horizonte e Diamantina, em 1914, a região que ficava no entorno do antigo caminho Vila do Príncipe – Tijuco, como é o caso dos dois distritos estudados, cai no esquecimento e abandono (ARNDT, 2007)

Mais tarde, na década de 1950, todo o Norte Mineiro começa a ter a sua economia afetada pela construção de três rodovias federais, que passaram a alcançar "os vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce", e "solaparam a primazia de entreposto comercial que possuía a cidade de Diamantina" (MARTINS, 2000, p. 296). Essas rodovias foram: a BR-116, ligando Jaguarão (RS) a Fortaleza (CE); a Rio-Bahia, "que ofereceu à região de Teófilo Otoni uma via de ligação com o leste de Minas Gerais e com o Rio de Janeiro" (MARTINS, 2000, p.296); e a BR 367, ligando Diamantina a Salto da Divisa, que cria "uma alternativa mais rápida e barata de escoamento para os municípios do Médio Jequitinhonha"[23] (MARTINS, 2000, p.296).

Estas rodovias provocaram a abertura do norte e nordeste de Minas Gerais para os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. Desta maneira, as indústrias de Diamantina e região tiveram que enfrentar a concorrência dos produtos importados destes Estados. "Esse foi um golpe muito duro para a economia da região do Alto Jequitinhonha, pois a indústria e o comércio locais dependiam, para sua expansão, de um mercado protegido" (MARTINS, 2000, 296). Em função disto, muitas indústrias fecharam suas portas, dentre elas as tradicionais fábricas de tecidos de Biribiri, Santa Bárbara e Perpétua (MARTINS, 2000).

Além da instalação das rodovias, a ordem política nacional vigente contribuiu para o declínio da região. Na chamada *Era V*argas, "os canais políticos tradicionais de representação e decisão – os parlamentos -, foram substituídos por mecanismos de representação corporativa e por círculos de tecnoburocratas. As elites nortemineiras estavam despreparadas para esse novo cenário" (MARTINS, 2000, p. 302).

[23] O Vale do Jequitinhonha é dividido em três regiões: Alto do Jequitinhonha, na nascente do rio Jequitinhonha, onde situam-se os nossos objetos de estudo, o Médio Jequitinhonha e o Baixo Jequitinhonha, onde encontra-se a foz do rio, no litoral baiano.

> A perda de substância política condenou o Alto Jequitinhonha a permanecer fora dos planos de modernização da economia mineira produzidos nos anos 40, 50 e 60, seja no âmbito estadual ou federal. O Vale do Jequitinhonha, e dentro dele Diamantina, ficou relegado à condição de área economicamente deprimida e reservatório de mão-de-obra para o esforço de modernização econômica do centro de Minas Gerais (MARTINS, 2000, p.302).

Inseridos neste contexto de estagnação econômica e perda de poder político, os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo buscaram alternativas distintas para superar a decadência de seus territórios, produzindo paisagens históricas marcadamente diferenciadas, como se procurou demonstrar à frente.

4.1.4 Surgimento e evolução das paisagens de Milho Verde.

A localidade de Milho Verde surge em função das atividades de mineração do ouro e diamantes na região do Serro Frio, no início do século XVIII. O primeiro documento em que é citada a localidade, datado de 2 de fevereiro de 1732, foi enviado pelo ouvidor geral do Serro Frio, Antônio Ferreira do Valle e Mello, ao governador dom Lourenço de Almeida e "ponderava os inconvenientes de se estenderem também aos habitantes de Milho Verde e outros velhos arraiais das vizinhanças as ordens relativas ao despejo sumário de mineradores que ocupavam terras diamantíferas" (ÁVILA, 1981).

A historiadora Júnia Ferreira Furtado, numa minuciosa pesquisa sobre Chica da Silva[24], escrava nascida no arraial de Milho Verde, entre 1731 e 1735, apresenta a descrição de Milho Verde daquela época, encontrada nos documentos históricos que examinou:

> O arraial do Milho Verde era uma pequena aglomeração urbana situada às margens do riacho Fundo, distante seis léguas do Tejuco, no caminho da Vila do Príncipe. **Estendia-se num planalto de extensão reduzida que se abria entre duas caídas da serra**[25], por onde o córrego corria quase plano, serpenteando entre inúmeras pedras, razão pela qual a população local o

[24] A escrava Chica da Silva nasceu e viveu no período áureo da descoberta dos Diamantes. Teve um romance com o contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, tendo com ele treze filhos. Acumulou riqueza e prestígio.
[25] Grifo nosso.

> chamava de lajeado[26]. Quase todo composto de palhoças em torno da pequena igreja dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, vivia-se no arraial da mineração de ouro e diamantes e da agricultura de subsistência. É o que se infere do testamento de Ana da Glória dos Santos, negra mina proprietária de um rancho, próximo ao arraial (FURTADO, 2003, p.48).

O povoado pouco evolui, como se pode depreender do relato de viagem de José Vieira Couto, de 1801. Ele descreve a localidade como um lugarejo pequeno, mal arranjado e com muitas palhoças, vivendo os seus pobres habitantes de uma pequena e insignificante cultura, já que continuavam impedidos de minerar até mesmo o ouro entre os resíduos da extração dos diamantes (COUTO, 1994). É preciso lembrar que, em 1801, a extração de ouro e diamante era monopólio da Coroa, e por ela realizada diretamente, a chamada Real Extração.

Outros viajantes também confirmam esta idéia de abandono em que se encontrava Milho Verde. Eis o breve relato de Mawe:

> Passei por Milho Verde, corpo da guarda ou registro, situado perto da torrente do mesmo nome, antigamente afamada pelos diamantes. A tropa de soldados que ocupa este posto está sempre alerta; vai ao encontro dos viajantes, segue-os, examina-os. A região é de extrema aspereza, despida de vegetação, coberta por todos os lados, de massas de rochedo de grés, com conglomerados de quartzo (MAWE, 1944, p. 211)

Saint-Hilaire, visitando a região em 1814, registra a seguinte paisagem:

> A aldeia de Milho Verde situa-se em uma região árida que não possibilitava nenhum gênero de plantação, compondo-se de uma dúzia de casas e de uma igreja. É aí a sede do destacamento de soldados encarregados de inspecionar os viajantes que vão de Tijuco à Vila do Príncipe. Apresentei ao oficial que o comandava o salvo-conduto que me fornecera a secretaria de Estado; ele dispensou-me toda a sorte de gentilezas e minha bagagem não foi vistoriada. Apesar de haver uma guarda colocada em Milho Verde não é de crer-se que essa aldeia seja o limite do Distrito dos Diamantes. O território desse Distrito estende-se até mais longe, ao lugar chamado Cabeça do Bernardo.
>
> Existe em Milho Verde um serviço que, como o de Vau, forneceu outrora muitos diamantes. Hoje não se faz trabalho regular em nenhum dos dois; algumas vezes aí enviam negros para procurar diamantes que hajam escapado às antigas pesquisas. Esse gênero de trabalho denomina-se garimpar, porque eram as pesquisas irregulares que se dedicavam os contrabandistas chamados, como já disse de garimpeiros (SAINT-HILAIRE, 1941, p.69).

[26] E assim é chamado ainda hoje. Trata-se da mais visitada atração turística de Milho Verde. Desenvolve-se ao longo de quilômetros, com o regato correndo entre pedras, que formam, de quando em vez, pequenas lagoas e cachoeiras. Atualmente sofre com a construção irregular de casas de veraneio ao longo de suas margens.

Já nas primeiras décadas do século XVIII, a Coroa instala em Milho Verde um quartel e um posto fiscal, citados nos relatos de Mawe e Saint-Hilaire, com o objetivo de controlar todas as entradas e saídas de víveres, diamantes e pessoas. Milho Verde tornava-se, desta forma, o portão por onde entravam e saíam todas as coisas no Distrito dos Diamantes (ÁVILA, 1981).“A posição, bem no meio da estrada que liga o Serro a Diamantina, no alto de um platô com vasta vista, era motivo de sobra para a escolha do lugar” (SANTIAGO, 2006, p.106).

Outra característica que diferenciou Milho Verde das demais localidades do Distrito dos Diamantes, era a sua produção agrícola. A localidade era a fornecedora de gêneros alimentícios para toda a região mineradora. As poucas terras férteis do Distrito situavam-se ali e a população local, proibida de minerar, passa a se ocupar da agricultura (ARDNT, 2007; MARTINS, 2000; MENESES, 2007). Tal fato pode ser comprovado pelo relato de um certo capitão Vicente Antônio da Silva Pereira, natural de Leira, Portugal, que veio para Milho Verde ainda no Brasil Colônia: “Veio com ordens do rei de Portugal para fornecer alimentação aos milhares de escravos que trabalhavam para a Real Extração [...]. Trouxe três gigantescas mós feitas nas Ilhas da Madeira” (SANTIAGO, 2006, p.107 e 108).

Galizoni (2000), afirma que o sistema de lavoura adotado ali, como em todo o Alto Jequitinhonha, era o da “roça de toco” ou “coivara” em que a fertilidade da terra era reposta pelo “descanso” (pousio) de áreas. Isto fazia com que cada família precisasse de áreas muito maiores para suas lavouras, porque, enquanto uma área estava produzindo, outra estava descansando.

A necessidade de aumentar, cada vez mais, o tamanho das terras gerou um processo particular de estrutura agrária, próprio das regiões mineradoras, onde a acumulação de capital gerada pelos lucros da mineração propiciava a aquisição de glebas (MARTINS, 2000; SOUZA, 1991), de modo diverso do resto do Brasil, onde a posse da terra vinha primeiro, por doação ou herança (FAORO, 2001).

Em Milho Verde, este fato gerou a concentração de terras nas mãos daqueles que lucravam com a atividade mineradora. E, naturalmente, estas terras tornavam-se “empreendimentos agrários destinados ao suprimento da mineração’ (ARNDT, 2007, p.109). Além disto, os mesmos recursos que permitiam a aquisição de grandes propriedades rurais

financiavam a formação da infraestrutura para a atividade comercial, que também ficava sob domínio dos mesmos latifundiários: em Milho Verde, "a venda de víveres, o emprego da mão-de-obra rural e o transporte motorizado para Diamantina ou Serro se davam quase que exclusivamente através dos meios disponibilizados por estes proprietários de terra" (ARNDT, 2007, p.110). Completa Ardnt (2007, p.110), que "o acesso das populações rurais às instituições públicas no Serro e Diamantina era intermediado pelos senhores" e que "essa intermediação era por vezes utilizada como instrumento de coação. Somente se pôde revogar este cenário a partir da chegada do turismo, que trouxe novas alternativas de inserção econômica".

De acordo com Santiago (2006), a elite de Milho Verde era conservadora e alinhada às correntes monarquistas da cidade do Serro. Ao contrário da elite de São Gonçalo do Rio das Pedras, um reduto político liberal, "para desgosto do supremo manda-chuva do Serro, Cruz Machado, o Visconde do Serro Frio. Até 1869, os conservadores nunca tinham vencido em São Gonçalo, conforme se lê na matéria *Força Eleitoral de São Gonçalo,* publicada no O *Jequitinhonha* de quatorze de fevereiro de 1869 (ano oito, número 26)" (SANTIAGO, 2006, p.121).

O declínio da economia de toda a região do norte mineiro só "acentuou este poder oligárquico em Milho Verde" (ARDNT, 2007, p.111). Em função da concentração das terras produtivas nas mãos de poucos e da diminuição da produção agrícola, pelo esvaziamento econômico da região, não restou alternativas à população senão mudar-se de Milho Verde ou dedicar-se às atividades de subsistência. "A atividade de subsistência era possível mesmo à população urbana, graças à configuração dispersa das casas – à maneira de um chacreamento – e que constitui um aspecto distintivo da urbanização da localidade" (ARNDT, 2007, p.111). As famílias produziam em seus quintais, que tinham hortas, pomares e criação de animais (ARNDT, 2007). A posição da localidade, implantada em um planalto, espraiando-se abaixo pelas vertentes favorecia a existência deste tipo de propriedades urbanas.

Com a população emigrando ou ocupada com a economia de subsistência, restou aos grandes proprietários das terras locais ocupá-las com a criação de gado, desmatando as poucas áreas ainda existentes com coberturas vegetais, para criação de pastagens. A gramínea *brachiaria* passou a substituir, nos arredores de Milho Verde, a vegetação de campo de altitude e a Mata Atlântica, até então predominante nas regiões do Espinhaço, empobrecendo o solo e alterando o meio ecológico local (ARNDT, 2007).

Com o fim do ciclo do ouro e diamantes, a agricultura de subsistência, a criação de gado e a colheita de sempre vivas, utilizadas no artesanato, passaram a ser a base da economia de Milho Verde durante quase todo o século XX (ARNDT, 2007). Porém, no final do século, o turismo começa a surgir no Distrito.

"A efervescência turística hoje experimentada em Milho Verde tem talvez dez anos, embora certo turismo, digamos *cult*, existia desde os anos setenta" (SANTIAGO, 2006, p.114). No princípio, este movimento turístico assustou os moradores locais que "venderam suas casas em Milho Verde e se mudaram para o Povoado de Capivari, aos pés do gigante Itambé, em busca de sossego (SANTIAGO, 2006, p.114).

A este respeito, na pesquisa de campo, um entrevistado, que acompanhou a chegada do turismo ao Distrito, relatou:

> Os primeiros turistas que começaram a chegar eram "bicho grilo", queriam só fumar maconha e ficar no Lajeado e nas cachoeiras. Dormiam em qualquer lugar: no camping, nos quartos das casas de família, nas cachoeiras. Muita gente ficou com medo deles e foi embora daqui. Com o tempo, aqui foi ficando famoso. Daí em diante, isto daqui foi só enchendo de turista.

À medida que foi se intensificando, a partir do anos de 1980, o turismo passou a exigir maiores mudanças, sendo, hoje, a grande força modificadora das paisagens locais, como se procurou demonstrar à frente.

4.1.5. Surgimento e evolução das paisagens de São Gonçalo do Rio das Pedras

Como a vizinha Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras teve origens nos trabalhos de exploração do ouro, em início do século XVIII. "O Arraial de São Gonçalo descobriu Domingos Barbosa, natural do Minho, onde fundou uma ermida a este santo em 1729" (SANTIAGO, 2006, p.116). Em 1732, em seus arredores já habitavam "bastante pessoas com casas de vivenda, roças e engenho", conforme relato do ouvidor geral da comarca, datado de 2 de fevereiro de 1732 (ÁVILA, 1981, p.9), ocupando um fundo de vale, com uma considerável área plana e cheio de regatos mineríferos (SANTIAGO, 2006).

Em 1810, cerca de 80 anos depois, em visita ao local, Mawe assim descreve São Gonçalo:

> Ao fim do dia alcancei uma eminência, da qual avistei **um grupo romântico de casas**[27]**,** semelhantes a um labirinto ou a uma cidade negra da África. Descemos a colina, e nos aproximamos do lugar, já noite fechada. Conduziram-me à casa maior que as outras; soube que estava em São Gonçalo, a primeira exploração de diamantes que se encontra no Serro Frio. Encontra-se, há algum tempo, em declínio e emprega cerca de duzentos negros. No dia seguinte, antes de deixar este local romântico, consagrei algum tempo ao exame de montões de detritos contíguos à exploração de diamantes. Tendo-me despedido do administrador, avancei por uma região montanhosa, estéril e fracamente habitada (MAWE, 1944, p. 210 e 211).

No século XIX, São Gonçalo chegou a ser sede da intendência dos diamantes. Apesar de Mawe dizer que a mineração encontrava-se em declínio, ela vai durar muito tempo ainda, "como atividade básica dos moradores, sendo nesse sentido mencionada em relatórios de presidentes da província nos anos de 1846 e 1853 (ÁVILA, 1981, p.10).

Em princípios do século XX, a localidade converte-se em um "centro comercial de relativa importância, por ali transitando grande número de tropas que conduziam gêneros alimentícios provenientes da mata da Peçanha, de Guanhães e do Serro, quase sempre em demanda do mercado de Diamantina (ÁVILA, 1981, p.10). Ainda hoje o local de descanso das tropas, denominado *Rancho de Tropas*, existe na localidade. Tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio do Serro, pelo decreto 839 de 31.03.2000, encontra-se, hoje, em mau estado de conservação, como se pode observar na Figura 20.

[27] Grifo nosso



Figura 20 - Antigo Rancho de Tropas de São Gonçalo
Foto do autor, 2010

Os maiores vínculos da localidade sempre foram com Diamantina, acompanhando, inclusive, a reação das elites daquela cidade ao declínio da mineração. Assim, instalaram-se no Distrito pequenas lapidações e oficinas de ourives, seguidas pela indústria do vinho (SANTIAGO, 2006).

> Por volta de 1910, surge no Distrito uma cultura que parecia ser a redenção do lugar: a produção de uvas para o fabrico, ali mesmo, de vinho. Esse ramo da agroindústria já vinha sendo desenvolvido com sucesso em Diamantina, no então Distrito de Gouvêa. No Distrito serrano, foi criada a Companhia Viticultora São Gonçalo, que, conforme o Anuário de Minas Gerais, ano seis, de 1918, produziu, em 1916, apenas com uvas compradas, 35 barris de vinho. Esperava-se muito mais para o ano de 1917, pois a própria empresa havia plantado duas mil parreiras. Essa vinícola são-gonçalense funcionava como sociedade anônima, cujas ações custavam, cada uma, dez mil réis. Tinha nada menos que 73 acionistas, entre os quais figuravam dezenove mulheres, a firma Duarte e Irmão e até São Gonçalo, padroeiro da paróquia. Parece que a empresa não teve vida longa; entretanto São Gonçalo até hoje possui uma considerável produção de vinho (SANTIAGO, 2006, p.122)

Ainda hoje se produz vinho na localidade, como se verificou na pesquisa de campo. Foram identificadas a produção de vinho de uvas, de jabuticaba e laranja, produtos

comercializados nas mercearias, bares, restaurantes e sedes de organizações comunitárias locais.

Além da lapidação e da vinicultura, São Gonçalo encontrou no artesanato de capim, na tapeçaria e na fabricação de doces de frutas plantados nos quintais das casas, alternativas ao declínio da mineração (ARNDT, 2007). Estas atividades, ainda hoje, ocupam uma considerável parcela da população local, como se pôde constatar na pesquisa de campo.

A menor vinculação das atividades econômicas com a agricultura, pela ausência de terras férteis, aliada à presença constante de estrangeiros ao longo de sua história e a maior concentração da população na área urbana, fizeram com que, em São Gonçalo, não se consolidasse um poder oligárquico e tampouco um monopólio das atividades comerciais, como ocorreu em Milho Verde (ARNDT, 2007).

O Distrito de São Gonçalo foi um "reduto político liberal ao longo do século XIX, ao contrário da vizinha Milho Verde que, previsivelmente mais reacionária, permaneceu monarquista" (ARNDT, 2007, p.115).

A rivalidade atual entre São Gonçalo e Milho Verde, identificada na pesquisa de campo, parece ter raízes históricas, como se pode deduzir da disputa entre as localidades pela sede da paróquia, descrita por Santiago (2006). Relata o autor: em 1857 foi criada a Paróquia de São Gonçalo do Milho Verde, sendo sediada em São Gonçalo; onze meses depois, a sede passa para o Arraial de Milho Verde; em 1867, volta para São Gonçalo, retornando para Milho Verde, novamente, em 1868. Em 1871, São Gonçalo é definitivamente elevada à categoria de sede de paróquia. "A chave dessa alternância está, certamente, no bipartidarismo característico do segundo império: São Gonçalo era liberal, Milho Verde conservadora" (SANTIAGO, 2006, p.121).

O Distrito de São Gonçalo "não sofreu grandes mudanças nos últimos cento e cinqüenta anos" (SANTIAGO, 2006, p. 115), preservando seu casario e a beleza de seu meio ecológico. Esses atributos passaram a atrair, em meados de 1960, um restrito e seleto grupo de intelectuais. Eles começaram a freqüentar a localidade a partir da sua divulgação pelo cinema. Em 1965, Joaquim Pedro de Andrade filma em São Gonçalo o clássico do Cinema Novo, *O Padre e a Moça*, baseado no poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade (MORAES, 2000).

Estes primeiros visitantes de São Gonçalo buscavam o descanso e usufruir de uma arquitetura preservada, "da aparência de uma cidade feita de casas de bonecas. Ruas limpas, jardins e fachadas bem cuidados" (SANTIAGO, 2006, p.116).

Como relata Santiago (2006), em 1975 o alemão Martin Kuhne, então professor no Rio de Janeiro, visita o Distrito com uma turma de 23 alunos e algumas pessoas da comunidade germânica, como parte de uma excursão `a região. Volta no ano seguinte, porém em uma viagem feita a pé e a cavalo, agora acompanhado da esposa, a suíça Anna Maria Schuepp, e o filho. Em São Gonçalo ficaram acampados na Praça da Matriz. De acordo como Santiago (2006), um morador local abordou-os dizendo: "Vocês estrangeiros estão sempre passando aqui, mas não ficam no lugar". O professor respondeu afirmando que gostaria de morar em São Gonçalo. "Pois estou vendendo aquela casa ali", respondeu o homem. Martin comprou a casa, para onde se mudou pouco tempo depois (SANTIAGO, 2006).

Ainda segundo Santiago (2006), na década de 1980, Martin e sua esposa, alguns intelectuais, como o escritor Osvaldo França Júnior e um grupo de moradores de São Gonçalo, iniciaram um processo de organização comunitária e empoderamento da comunidade local. Aos poucos, com apoio e recursos externos, principalmente de organizações não-governamentais, como a alemã Amntena, foram trabalhando para a melhoria das condições de vida no local. Logo, o Distrito passou a contar com um posto de saúde e abastecimento de água proveniente de poço artesiano. A escola local, pequena e com apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental, foi ampliada, passando oferecer todas as séries até o final do ensino médio. Fundaram, também, associações e organizações que, ainda hoje, têm forte presença nas paisagens locais.

A ação transformadora iniciada e conduzida por Martin é reconhecida por parte dos moradores entrevistados na pesquisa de campo. Muitos atribuem a ele, também, a capacidade que os moradores hoje revelam de controlar e organizar as atividades turísticas.

O processo de construção das paisagens de Milho Verde e São Gonçalo, até aqui revisto, permitiu apontar as principais razões históricas geradoras das diferenças entre as paisagens contemporâneas dos dois Distritos. Estas razões estão sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Principais razões históricas geradoras das diferenças entre as paisagens de Milho Verde e São Gonçalo.
Síntese elaborada a partir dos autores citados no item 4.1

.

Período Histórico	Principais razões	
	Milho Verde	**São Gonçalo**
Distrito dos Diamantes	✓ Ocupação urbana em elevação de planalto; ✓ Entreposto de fronteira e sede de quartel; ✓ Posição geográfica privilegiada, a meio caminho de Vila do Príncipe e Tijuco, polarizando o movimento comercial; ✓ Palhoças em torno de uma capela; ✓ Algumas terras férteis produzindo alimentos para o Distrito;	✓ Fundo de vale, com uma considerável região plana; ✓ Foi sede da Intendência dos Diamantes; ✓ Fora da estrada entre Vila do Príncipe e Tijuco; ✓ Um "grupo romântico de casas"; ✓ Poucas terras férteis; ✓ Economia baseada na mineração;
Declínio da mineração até meados do século XX	✓ Oligarquia rural: concentração de terras e da atividade comercial nas mãos de poucos senhores; ✓ Ligada ao Serro; ✓ Poder político conservador: monarquista; ✓ Pecuária extensiva e agricultura de subsistência substituem produção agrícola e mineração; ✓ Ocupação urbana à maneira de chacreamentos;	✓ Mais ligado a Diamantina; ✓ Predomínio dos liberais na política; ✓ Converte-se em centro comercial local; ✓ Desenvolvimento de pequena indústria vinícola, artesanato e fabricação de doces; ✓ Casas com quintais, largos e espaços livres bem cuidados, patrimônio arquitetônico e paisagístico preservado;
Meados do século XX-Final do século XX	✓ Emigração da população; ✓ Agricultura de subsistência; ✓ Expansão da pecuária para áreas ambientalmente frágeis; ✓ Primeiros turistas: perfil mais alternativo; em busca da natureza, não requeriam maiores infraestruturas; ✓ Turismo fortemente sazonal	✓ Intelectuais descobrem a localidade nos anos de 1960; ✓ Primeiros turistas buscavam o patrimônio cultural e a tranqüilidade do local; ✓ O alemão Martin Kuhne inicia processo de organização comunitária;

4.2 AS PAISAGENS CONTEMPORÂNEAS

Os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras pertencem ao município do Serro, localizando-se na sua região noroeste. Inserem-se na área de abrangência da Bacia do Rio Jequitinhonha, como mostra a Figura 21.

.

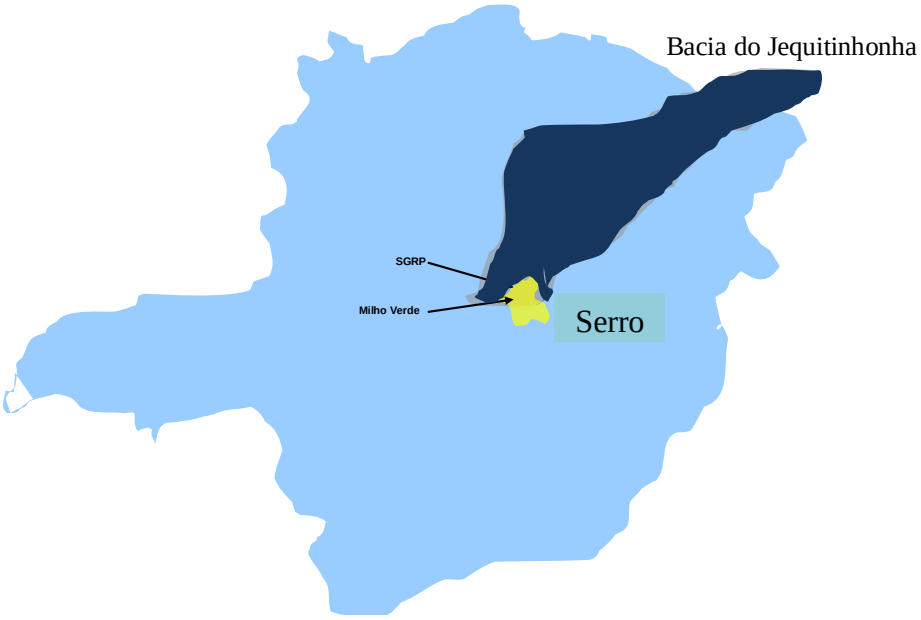


Figura 21 - Localização de Milho Verde e São Gonçalo na Bacia do Rio Jequitinhonha
Elaborado a partir de Centrais (2009), Ministério do Meio Ambiente (1996) e SIDRA (2010)

Esta bacia ocupa parte do nordeste do Estado de Minas Gerais e sudoeste do Estado da Bahia. Seu principal rio é o Jequitinhonha, com 920 km de extensão, desenvolvendo-se da sua nascente no Distrito de Milho Verde até sua foz em Belmonte, na Bahia. Na Figura 22 vê-se o trecho do rio Jequitinhonha que corta a estrada entre São Gonçalo e Diamantina.



Figura 22 – Ponte sobre o rio Jequitinhonha na estrada entre São Gonçalo e Diamantina.
Foto do autor, 2010.

A bacia do Jequitinhonha é divida em três sub-bacias: a do Alto Jequitinhonha, onde se situam Milho Verde e São Gonçalo, do Médio Jequitinhonha e do Baixo Jequitinhonha, já na foz do rio. A região do Alto Jequitinhonha possui relevo montanhoso com altitude média da ordem de 1300m. Destaca-se, nesta formação montanhosa, a Serra do Espinhaço, maciço que se estende de Belo Horizonte até o limite entre Bahia e Piauí. Trata-se de um conjunto de cristas quartzíticas, separadas por depressões de dimensões variadas, "preenchidas com material arenoso e fragmentos de quartzo, onde se desenvolvem grandes desníveis naturais que formam cachoeiras e pequenas corredeiras" (CENTRAIS, 2009, p.5).

A Serra do Espinhaço é um importante divisor de águas para as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce. Nela acham-se os campos de sempre-vivas[28], encontrados intercalados entre as rochas, e que há muito constituem uma importante fonte de recursos para as comunidades locais. A serra do Espinhaço emoldura grande parte das paisagens de Milho

[28] São chamados de sempre-vivas (*helichrysum bracteatum*) os pequenos arbustos que, depois de colhidos e secos, mantêm as cores originais. Além do seu uso em arranjos e outras peças de artesanato, são utilizadas como essência floral.

Verde e São Gonçalo. Na Figura 23 vê-se um dos inúmeros regatos de Milho Verde, com um fragmento da serra do Espinhaço ao fundo.



Figura 23 - Regato em Milho Verde com a serra do Espinhaço ao fundo.
Foto do autor, 2010.

No maciço do Espinhaço, com suas escarpas e campos de altitudes abrigando uma flora diversificada e característica, têm representação também remanescentes da Mata Atlântica. Com exceção destas áreas de remanescentes de Mata Atlântica, a vegetação predominante é a de cerrado (FUNDAÇÃO, 2004, p.5).

No município do Serro, 88% de sua área era originalmente coberta pela Mata Atlântica. Este percentual, atualmente, corresponde a apenas 29,61% da área do município (FUNDAÇÃO, 2004).

De acordo com *Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Pardo e Jequitinhonha* (MINISTÉRIO, 1996), o desmatamento da vegetação nativa na região ocorreu

pelas seguintes razões: expansão da atividade agropecuária e reflorestamento; mineração de diamante, ouro e quartzo; lançamento de esgotos domésticos; ocupações irregulares de áreas ambientalmente sensíveis.

Para tentar alterar este quadro de crescente degradação ambiental da região, o governo de Minas Gerais criou, por meio do decreto estadual nr. 39.399, de 21 de janeiro de 1988, a Área de Proteção Ambiental –APA Estadual Águas das Vertentes, com 76.310 ha. Esta APA passou a ocupar cerca de um terço da área do município do Serro, envolvendo as sedes dos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo, como se vê na Figura 24. O mesmo decreto delegou à Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais a responsabilidade de criar os instrumentos para proteger e recuperar as áreas degradadas, disciplinar as atividades industriais de urbanização e ordenar o turismo, dentre outras providências, na referida APA (MINAS GERAIS, 1998). A partir da instituição da APA Água das Vertentes, todos os projetos de impacto implantados em Milho Verde e São Gonçalo, especialmente os de turismo, devem obedecer às diretrizes previstas no ordenamento legal daquela unidade de proteção ambiental e receber aprovação do seu comitê gestor.



Figura 24 – A APA Estadual Águas das Vertente e os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo
Elaborado a partir de Minas Gerais (1998) e SIDRA (2010)

O clima local é o quente semiárido, caracterizado por uma estação seca bem definida no inverno, entre os meses de junho e agosto, cujas temperaturas variam de 14º.C a 18º.C e uma estação chuvosa entre os meses de novembro e janeiro, onde as temperaturas variam entre 26º.C e 31º.C.

A topografia da região é acidentada, com as poucas áreas de campos próximas à Milho Verde, sendo o restante terreno rochoso. Na Figura 25, que apresenta um levantamento topográfico realizado pelo IBGE[29] (IBGE, 2010), vê-se parte do relevo do município do Serro onde se situam os dois Distritos.

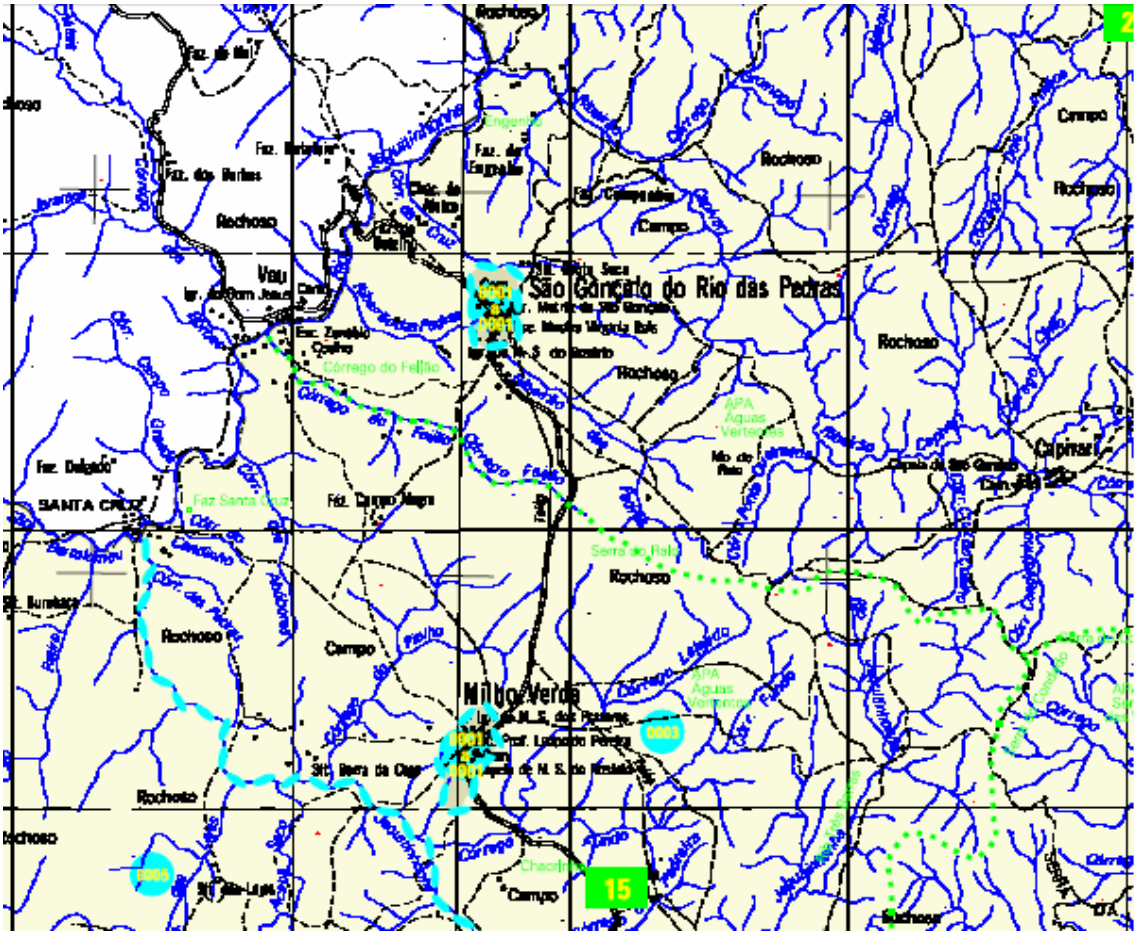


Figura 25 - Planta topográfica da região de Milho Verde e São Gonçalo
Fonte: SIDRA (2010)

[29] IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nota-se a grande predominância dos terrenos rochosos, cujas cotas altimétricas variam de 1.423m, no ponto mais elevado que é o Pico do Raio, a 850,7m, cota encontrada no ponto mais baixo do leito do rio Jequitinhonha, a norte de São Gonçalo (IBGE, 2010). Essas formações rochosas predominam em torno de São Gonçalo e a leste e oeste de Milho Verde, onde são interrompidas pelos campos. Nesta predominância de elevações rochosas destaca-se a presença da serra do Espinhaço, que acompanha toda a parte ocidental dos dois Distritos. Milho Verde e São Gonçalo estão separados por uma elevação do relevo chamada Serra do Raio. Para se chegar a São Gonçalo, partindo de Milho Verde, a estrada sobe em direção a esta Serra para depois descê-la.

4.2.1 Milho Verde: Paisagens Convexas

A apresentação das paisagens atuais da sede do Distrito de Milho Verde decorre da análise nos dados coletados pela pesquisa de campo, descrita na Introdução desta tese, e nas fontes indicadas nas *Matrizes de Indicadores da Sustentabilidade das Paisagens*, partes 1, 2 e 3, constantes do Capítulo 2. Discutiu-se, aqui, a avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos informantes-chave e gestores do turismo local; a avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos moradores; as características do fenômeno turístico nestas paisagens que não foram descritas nos itens precedentes, para apoiar a atribuição às paisagens de Milho Verde do epípeto de *paisagens convexas*.

4.2.1.1 Descrição das paisagens atuais de Milho Verde

A primeira dificuldade encontrada para se conhecer o sistema de objetos de Milho Verde foi a falta de uma base cartográfica e cadastral confiável do Distrito. Para superá-la, optou-se por elaborar uma base própria, que foi obtida da seguinte maneira:

a) A partir de imagem do satélite *SPOT 2010*, obtida do programa *Google Earth*[30], Arndt (2007, p.143) e folhetos promocionais do turismo em Milho Verde, elaborou-se um primeiro esboço do sistema viário e da organização dos espaços livres da localidade. De posse desta base inicial percorreu-se toda a sede do Distrito dividindo-o em setores, pela aparente homogeneidade do sistema de objetos das paisagens, de forma a facilitar a coleta de dados;

b) Em seguida, o pesquisador, munido de um roteiro denominado *Análise Visual do Sistema de Objetos*, percorreu cada rua de cada setor anotando as características do meio ecológico, das infraestruturas, das edificações, tipologias de uso predominantes, qualidade dos espaços livres, existência de planejamento da paisagem, equipamentos públicos, patrimônio material, áreas verdes, coleta de lixo, energia elétrica, abastecimento de água e outros aspectos considerados relevantes. Foram preenchidas 32 fichas correspondentes a 32 ruas ou logradouros em Milho Verde. Para ilustrar, apresenta-se, no APÊNDICE 3, algumas fichas de *Análise Visual do Sistema de Objetos* de logradouros de Milho Verde e São Gonçalo, preenchidas em campo.

c) Os dados coletados foram lançados sobre a base inicial, passando a constituir, assim, a planta final da localidade, apresentada na Figura 26. Esta planta apresenta o sistema viário da localidade, com destaque para os espaços livres urbanos de uso público, onde acontecem as principais manifestações festivas, concentração de turistas e onde a população em geral se reúne para conversar e praticar atividades de lazer coletivas, principalmente jogos de futebol. Na mesma figura são apresentados os principais logradouros, com destaque para a Rua Direita, que atravessa longitudinalmente toda a localidade, desde a chegada do Serro, ao sul, até a saída para São Gonçalo, ao norte. Além disto, foram inseridos os principais pontos de referência para a comunidade local e turistas, bem como as manchas de Mata Atlântica que ainda permanecem na sede do Distrito.

[30] Programa elaborado e mantido pela Europa Technologies, U.S Department of State Geographer, Google e Tele Atlas, disponibilizado gratuitamente na rede mundial de computadores.

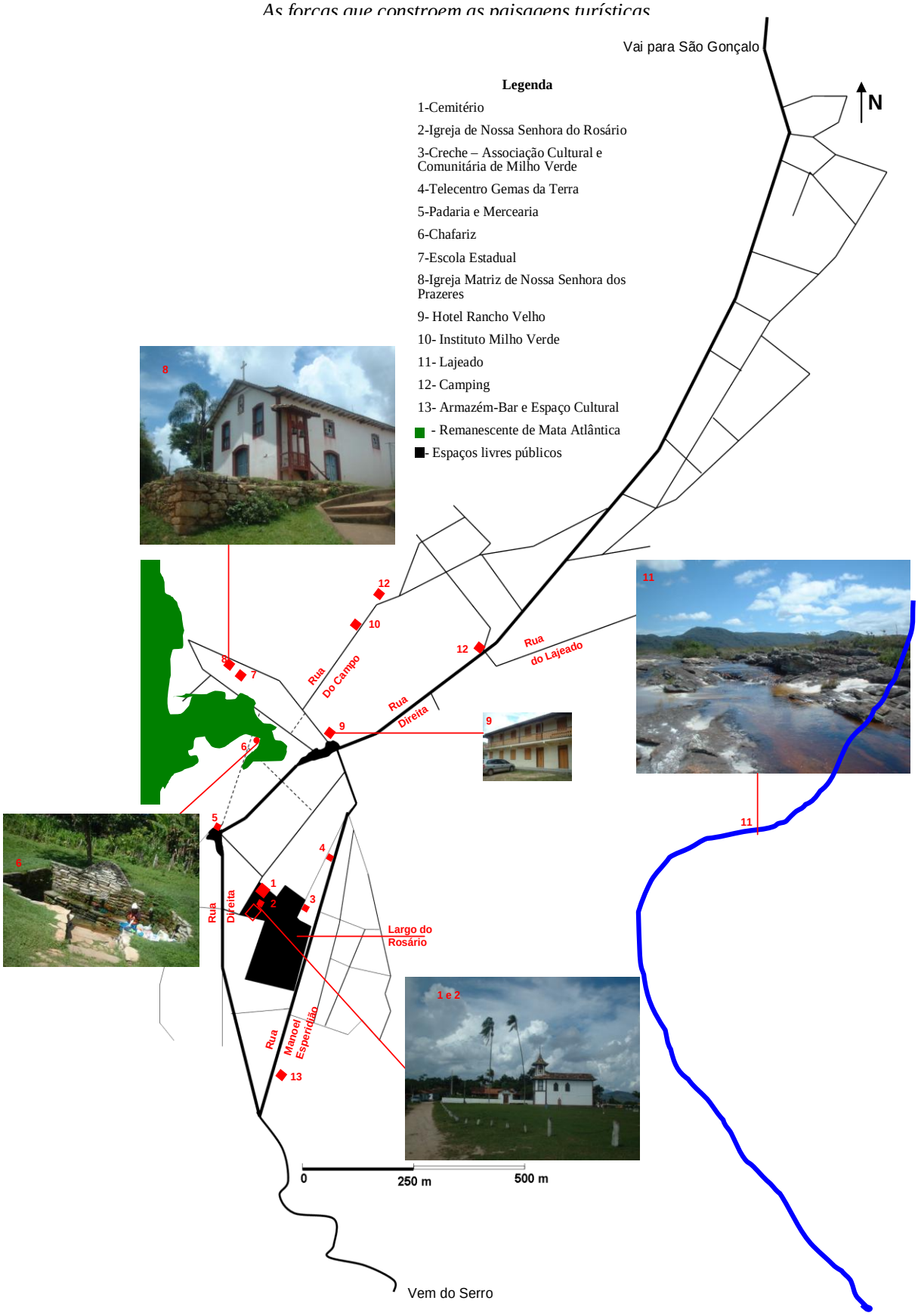


Figura 26 - Planta de Milho Verde
Elaborado com base em imagens do satélite SPOT (2010), análise visual do sistema de objetos, dados de campo e Arndt (2007, p. 143) – Fotos do autor

d) Depois de elaborada a planta da localidade, procedeu-se a uma nova setorização, desta feita definitiva, apresentada na Figura 27. Dividiu-se a localidade em seis setores, cujas paisagens são descritas, individualmente, a seguir.

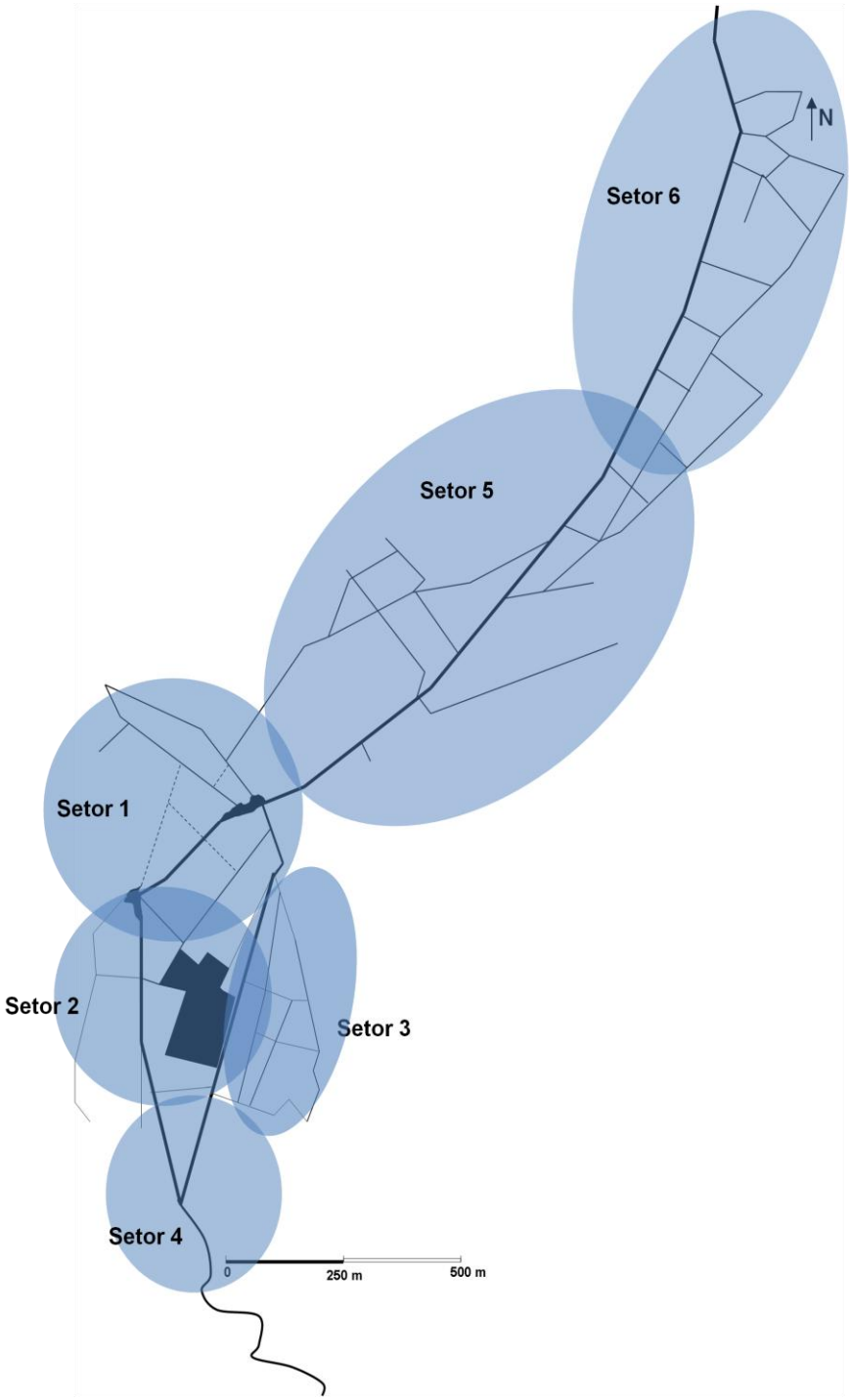


Figura 27 – Setorização de Milho Verde para estudo do sistema de objetos de suas paisagens
Elaborado com base em imagens do satélite SPOT (2010), análise visual do sistema de objetos, dados de campo e Arndt (2007)

Setor 1

Este setor é o que possui as infraestruturas mais antigas da localidade. Foi nele que nasceu o Distrito de Milho Verde, em torno da pequena Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, como já descrito anteriormente.

O sistema de objetos deste setor é marcado por uma tipologia arquitetônica onde predomina o uso residencial, de um pavimento, com grande parte das edificações datadas do século XIX, e poucos exemplares do século XX, construídos a partir dos anos de 1980. Construídas no alinhamento, essas edificações guardam, na maioria dos exemplares, quintais laterais e/ou de fundo, onde se pode notar a presença de árvores frutíferas tais como a jabuticabeira, a bananeira, o limoeiro, laranjais e goiabeiras. Observa-se o cultivo de poucas verduras e hortaliças, plantadas sem técnica e ordenamento. Os jardins, quando existentes, ocupam pequenas áreas nas laterais e resultam apenas de um agrupamento de poucas espécies de arbustos e forrações, sem maior preocupação compositiva. Na Figura 28 vê-se uma rua típica do setor 1, com destaque para a edificação de esquina e seu pequeno jardim lateral.



Figura 28 – Detalhe do casario do setor 1 de Milho Verde
Foto do autor, 2010

A maioria das edificações encontra-se em mau estado de conservação, denotando o descaso das autoridades e da própria população com o seu patrimônio arquitetônico e paisagístico. Há edifícios necessitando de intervenções urgentes, como é o caso da Matriz de

Nossa Senhora dos Prazeres, importante exemplar da arquitetura religiosa mineira, tombada pelo IPEHA[31] em 1980. Este edifício sofre com infiltrações, queda de rebocos e goteiras, como se constatou na visita de campo. A Figura 29 mostra as fachadas frontal e lateral direita da Matriz, onde se pode notar os vidros quebrados e queda parcial do reboco.



Figura 29 - Matriz de N. Sra. Dos Prazeres
Fotos do autor, 2010

Outro exemplo claro do descaso com o patrimônio arquitetônico pode ser observado na Figura 30. Trata-se de um casarão do século XIX, em ruínas, antiga sede de uma fazenda situada na rua Direita, a mais importante da localidade.



Figura 30 – Ruínas de casarão colonial na rua Direita de Milho Verde
Foto do autor, 2010

[31]O IEPHA- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - é o responsável pelos processos de tombamento dos bens materiais e imateriais, em nível estadual, no Estado de Minas Gerais.

Propriedades rurais limitam, a leste e oeste, a mancha urbana de Milho Verde (ARNDT, 2007). Numa destas propriedades, cuja sede fica no tecido urbano do Setor 1, ao lado da Matriz de N. Sra dos Prazeres, encontrou-se o "Coronel", que concedeu a este autor uma longa entrevista. Ele, por décadas, exerceu uma forte liderança política na localidade (na Figura 31, acima, vê-se a sede da fazenda e, abaixo, a vista do tecido urbano a partir dela).



Figura 31 – Acima, a sede da fazenda do "Coronel" e, abaixo, vista que dela se tem.
Fotos do autor

A estrutura agrária atual de Milho Verde, além de manter a histórica concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, força o crescimento urbano, advindo com o turismo, para as áreas das várzeas, que deveriam estar protegidas em função da fragilidade do seu meio

ecológico. Além disto, leva a expansão urbana para o sentido norte-sul, ao longo da estrada que liga a localidade ao Serro (ao sul) e a São Gonçalo (ao norte).

A pesquisa de campo apurou que o turismo que se inicia em Milho Verde, no final dos anos 70, não vai produzir grandes modificações no sistema de objetos do Setor 1 até meados dos anos de 1990. A partir daí começam as transformações, principalmente nas edificações da rua Direita. Alguns exemplares arquitetônicos são demolidos ou adaptados, resultando, quase sempre, em pastiches que tentam "manter a aparência original do lugar", segundo a fala de um dono de pousada local. Na Figura 32 vê-se, ao lado das ruínas de um casarão histórico, uma edificação adaptada para pousada segundo o modelo descrito.



Figura 32 – Edificação adaptada para pousada ao lado das ruínas de um casarão.
Foto do autor, 2010

Além de pousadas, outras edificações foram transformadas em restaurantes, sorveterias e pequenas lojas, quase todas construídas a partir de adaptações de edificações existentes, como se pode ver na Figura 33.



Figura 33 – Edificações transformadas em locais para comércio e serviços
Fotos do autor, 2010

Quase sempre as edificações, na sua parte frontal, abrigam o comércio ou serviço, com as moradias ocupando os fundos. Em muitas delas vivem moradores adventícios, como é o caso do entrevistado português que aos 30 anos veio visitar a localidade e por aqui ficou:

> Em 1985 vim passear no Brasil e conheci Milho Verde. Gostei tanto da vida aqui, mais livre, que voltei para Portugal, vendi tudo e comprei esta casa, que é meu restaurante e residência. Eu mesmo cozinho e abro só nos feriados e fins de semana. Não compensa abrir todo dia. O movimento de turistas maior é de estudantes, mochileiros, ciclistas e casais mais jovens. Esse turista não tem muito dinheiro para freqüentar o meu restaurante. A gente espera que com a Estrada Real firmando e com o asfaltamento da estrada até Diamantina aumente o número de turistas de maior poder aquisitivo, como o que vai para São Gonçalo. Mas não quero que aumente muito, pois senão vou virar escravo do restaurante (...) e não quero isto. Isto aqui é uma opção de vida (...)

Nos espaços livres públicos do Setor 1 predominam ruas sem calçamento ou, quando existente, como no caso de trechos da Rua Direita, quase já não é mais percebido em função do desgaste e da falta de manutenção. Inexistem passeios, que são substituídos por faixas gramadas ou com outro tipo de forração que cresce espontaneamente. As ruas, não planejadas, de largura média de 6m, alargam-se em poucos pontos, constituindo largos. Esses espaços livres de uso público muitas vezes fundem-se com lotes vagos sem cercamentos. Não se verificou qualquer atividade de planejamento dos espaços livres, nem por parte das autoridades, nem por parte da comunidade local. A vigilância desses espaços é feita pela própria comunidade que, muito desarticulada, não consegue coibir transgressões e abusos, principalmente por parte dos turistas. Na pesquisa de campo esta foi uma das maiores reclamações de moradores e empresários do turismo, que pode ser sintetizada na fala de um dono de comércio:

> O turista que vem prá cá gosta de ficar livre. Às vezes passam dos limites! No carnaval e ano novo, por exemplo, a gente tem muitos problemas de drogas, bebidas e som alto. Eles chegam, colocam o carro na rua abrem o porta-malas e colocam o som na maior altura: pagode e sertanejo, principalmente. Ninguém fala nada. O pessoal daqui tem medo de espantar os turistas, pois a gente vive disto, né? Quando tem um problema muito grande a gente chama a polícia, mas ela demora muito ou nem vem. Aqui não tem delegacia. A gente tá na mão de Deus (...)

Parte da comunidade de Milho Verde parece aceitar este perfil de turista e teme pela diminuição do fluxo turístico. Distingue e percebe as diferenças entre o tipo de turista que acorre à localidade e aquele que vai para São Gonçalo. A fala de outro entrevistado demonstra isto: "Em São Gonçalo o pessoal não deixa turista fazer bagunça. Lá eles mandam até vestir a camisa prá andar na rua. Aqui anda 'tudo' do jeito que quer, uma pouca vergonha! Ninguém fala nada!"

A localidade de Milho Verde possui iluminação pública da Cemig[32] e parte da localidade é abastecida com água de poço artesiano. No entanto, não existem coleta e tratamento de esgoto. O esgoto é lançado em fossas negras nos fundos dos quintais. Esgotada uma, abre-se outra. O lixo é coletado por um veículo da Associação Comunitária, uma vez por semana nas férias, e de quinze em quinze dias em dias normais. O lixo coletado é levado a um lixão a céu aberto na periferia da localidade. Em todos os setores, por ocasião da visita de

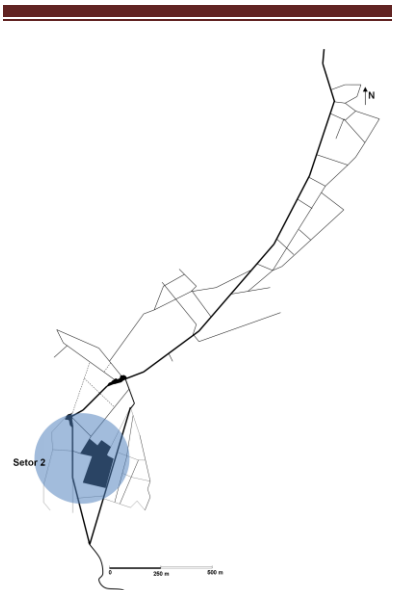
[32] Centrais Elétricas de Minas Gerais

campo, que ocorreu em janeiro e fevereiro, meses de férias escolares, viu-se lixo acumulado nas ruas e espaços livres, como mostra a Figura 34.



Figura 34 – Lixo nos espaços livres de diferentes setores de Milho Verde
Fotos do autor, 2010

Setor 2



As infraestruturas deste setor vão aparecer numa segunda etapa do desenvolvimento da localidade, já no século XIX, quando é construída a Capela de N. Sra. do Rosário[33], com seu cemitério anexo, e em seu entorno começam a surgir novas habitações.

Atualmente, este setor é o que possui os maiores espaços livres públicos da localidade, mostrados na Figura 35, constituído pelo Largo do Rosário, com a Capela, o Cemitério, um cruzeiro e um gramado, onde a população local se reúne para as festas de Folia dos Reis, Festa de Nossa Senhora do Rosário (final de setembro), Festa de São Sebastião (19 de janeiro), Festa de São João e Cruzeiro (24 de junho). Além disto, quase todos os fins de semana acontecem no Largo do Rosário exibições de grupos folclóricos.

[33] A Capela de N.Sra. do Rosário e seu cemitério são tombados pelo IEPHA. Compõem a imagem símbolo de Milho Verde, estampada em quase todos os folhetos e materiais promocionais da localidade.





Figura 35 – Visadas do Largo do Rosário, com destaque para a Capela, o Cemitério e o Cruzeiro.
Fotos do autor, 2010

O Largo do Rosário, por ser palco das mais importantes manifestações culturais de Milho Verde, dispor de extraordinária vista que permite vislumbrar um maravilhoso nascer do sol e ter uma grande área livre que possibilita o estacionamento de veículos passou a ser o preferido dos turistas. Particularmente aqueles que chegam de Diamantina, Serro, Montes Claros, Curvelo, dentre outras localidades próximas, apenas para passar o dia, preferencialmente o domingo, como se apurou na pesquisa de campo. Assim, nas suas imediações foram surgindo vários bares e restaurantes especializados em atender a este público.

Os espaços livres públicos do Setor 2 não possuem calçamentos e passeios. Também aqui nota-se o mesmo descaso e falta de planejamento das paisagens observados no Setor 1.

As edificações, que no Setor 1 foram sendo adaptadas para novos usos gerados pelo turismo, mantendo o gabarito e o tamanho dos lotes, aqui, no Setor 2 passam a ocupar lotes menores, gerados do desmembramento dos lotes originais ou se verticalizam, como mostrado no esquema da Figura 36.

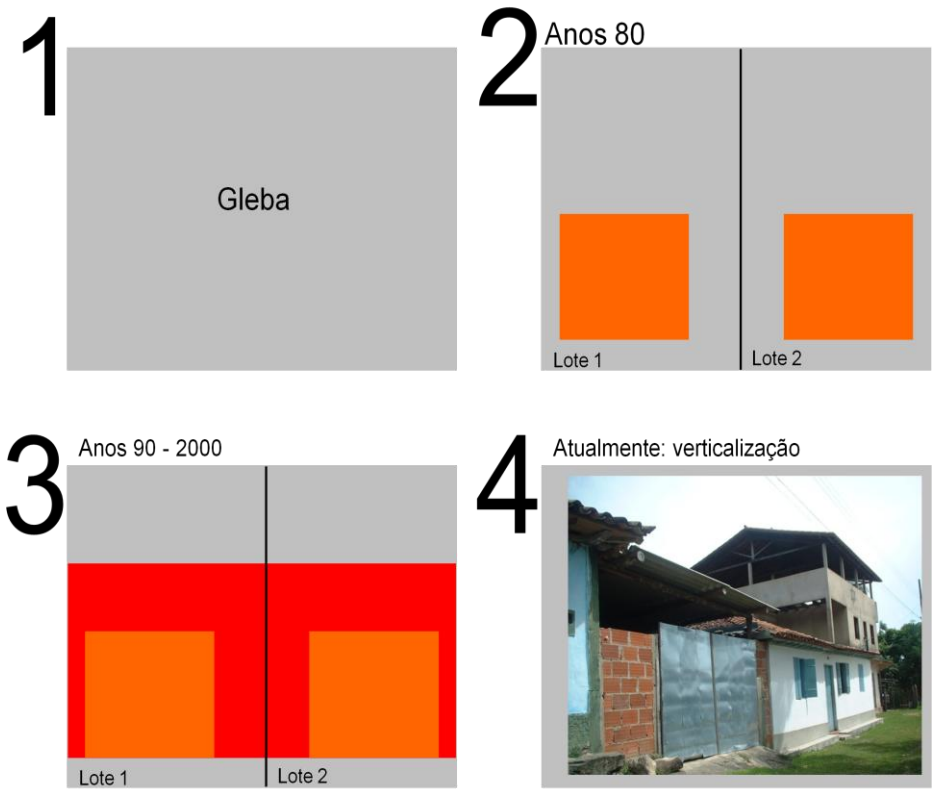


Figura 36 – Mudanças nas tipologias arquitetônicas no Setor 2 - Elaboração própria

Como dito no item 4.1.3, com a decadência da mineração a população de Milho Verde passou a viver da agricultura de subsistência. Com a concentração da terra rural nas mãos de poucos proprietários, restou a esta população ocupar áreas urbanas, formando pequenas chácaras, que passaram a cercar o núcleo original da localidade, localizado no Setor 1.

Esta estrutura urbana permaneceu, como se pode identificar na literatura, pelas entrevistas e pela análise visual, até início dos anos de 1980 (item 1 da Figura 36), quando começaram a chegar os primeiros adventícios. Eles foram comprando estes terrenos e suas edificações e os antigos habitantes se mudando para outros distritos vizinhos, mais tranqüilos, como o de Capivari.

Estes novos moradores começaram a desmembrar estes lotes, quase sempre mantendo a edificação original em uma destas partes desmembradas e construindo uma nova habitação na outra (item 2 da Figura 36). Estas novas construções, no início, ainda ocupavam os centros dos novos lotes, junto ao alinhamento, deixando livres as laterais e os fundos. Eram, então, alugadas aos turistas, vendidas para novos adventícios ou transformavam-se em áreas comerciais.

Com o aumento da demanda turística, nos anos de 1990 a 2000, essas edificações foram sendo ampliadas para as laterais livres dos lotes, ocupando todo o alinhamento do lote (item 3 da Figura 36) e crescendo para os fundos. Desaparecem, assim, os quintais e jardins laterais. Um novo processo de modificação da estrutura das edificações em função da demanda turística iniciou-se na primeira década do século XXI e continua a ocorrer atualmente. Não dispondo mais de áreas disponíveis, as edificações passam a se verticalizar (item 4 da Figura 36), também para serem alugadas por temporadas ou para servirem de residências nos pisos superiores, deixando o térreo para restaurantes, bares, pousadas ou lojinhas de artesanato. Na pesquisa de campo foram encontradas, neste setor, várias construções sendo realizadas desta maneira, como se pode ver na Figura 37.



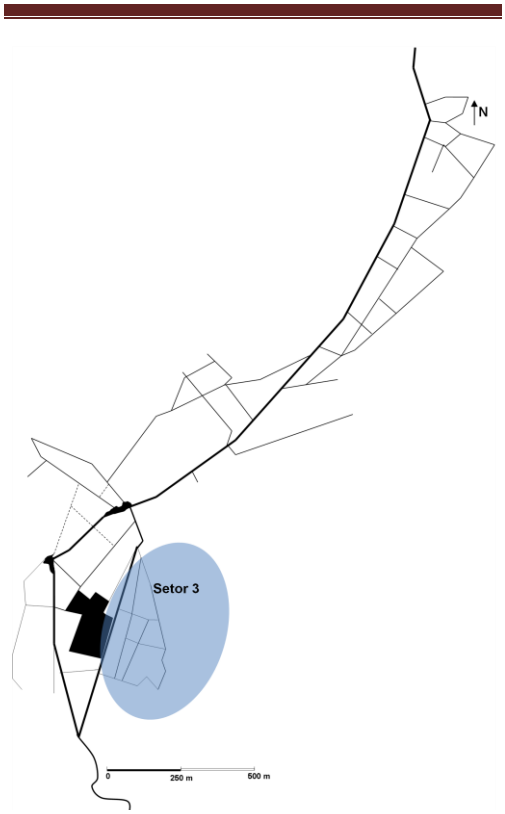
Figura 37 – Verticalização no Setor 2 de Milho Verde em função do turismo
Fotos do autor, 2010

Perguntado pelo autor o que achava deste processo de mudança na tipologia arquitetônica em função do turismo, no Setor 2, um dos entrevistados, morador de uma rua de acesso ao Largo respondeu:

> Aqui tá virando cidade grande. O povo quer ganhar dinheiro. O terreno aqui foi ficando mais caro. Aí eles vão dividindo, dividindo e fazendo puxados. Toda hora chega um querendo um pedaço meu [do terreno onde ele tem sua casa com amplo quintal]. Até gente de fora, que vem passear aqui e quer construir prá ganhar dinheiro ou vir de vez em quando.

Com relação às infraestruturas urbanas, serviços públicos, tratamento dos espaços livres e planejamento das paisagens do Setor 2 não se observou grandes diferenças com relação ao Setor 1.

Setor 3



O Setor 3 é uma expansão do Setor 2 e começou a surgir, como se pôde verificar pela análise visual do sistema de objetos, complementada pelas entrevistas, em meados dos anos de 1990. Com o escasseamento de terrenos nos setores 1 e 2, novos adventícios procuraram áreas próximas às áreas centrais da localidade, instalando-se em novas ruas que iam sendo abertas.

Esses novos espaços livres passaram a ocupar áreas à leste do Largo do Rosário, na vertente do planalto denominada várzea, como se mostra na Figura 38. O terreno, dali até o Lajeado, é muito acidentado e formado por uma pequena camada de solo sobre rochas, o que o torna frágil e inapropriado para construção.

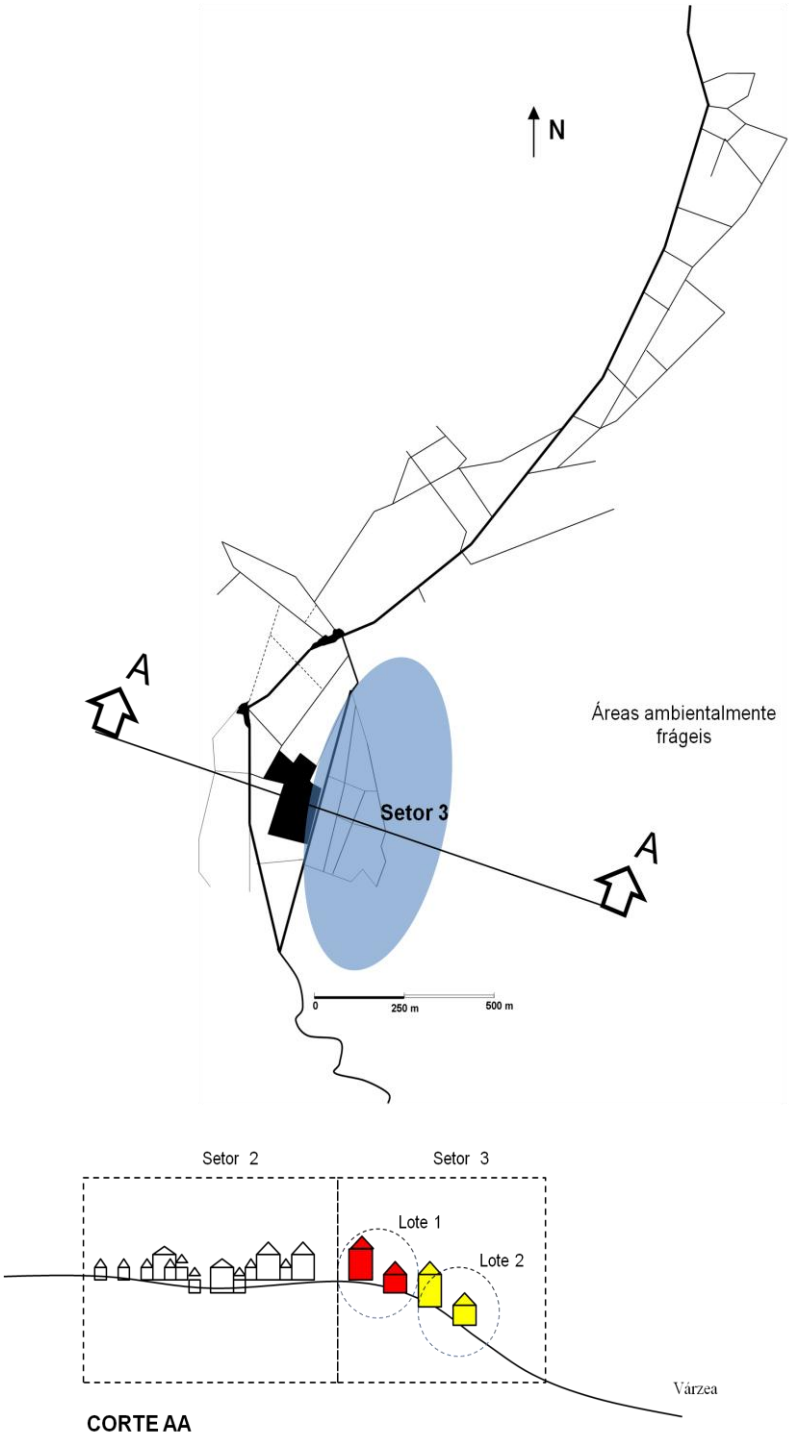


Figura 38 - Áreas de Milho Verde ocupadas pelo Setor 3
Elaboração própria

Os lotes nestas áreas não possuem grandes extensões, como os lotes iniciais do Setor 2, em média são de 1000m2. As tipologias de ocupação são determinadas pela busca da vista das montanhas, como mostrado Figura 39. Nos lotes a montante das ruas as edificações são térreas na frente, e normalmente servem de residência para as famílias e de dois pavimentos nos fundos, geralmente alugadas para turistas. A juzante das ruas, onde a declividade dos terrenos é mais acentuada, as edificações junto ao alinhamento são, normalmente, de dois pavimentos, onde no térreo são instalados bares, restaurantes ou pequenos comércios e no 1º. pavimento as instalações são alugadas a turistas. Nos fundos as edificações são térreas, abrigando as famílias.

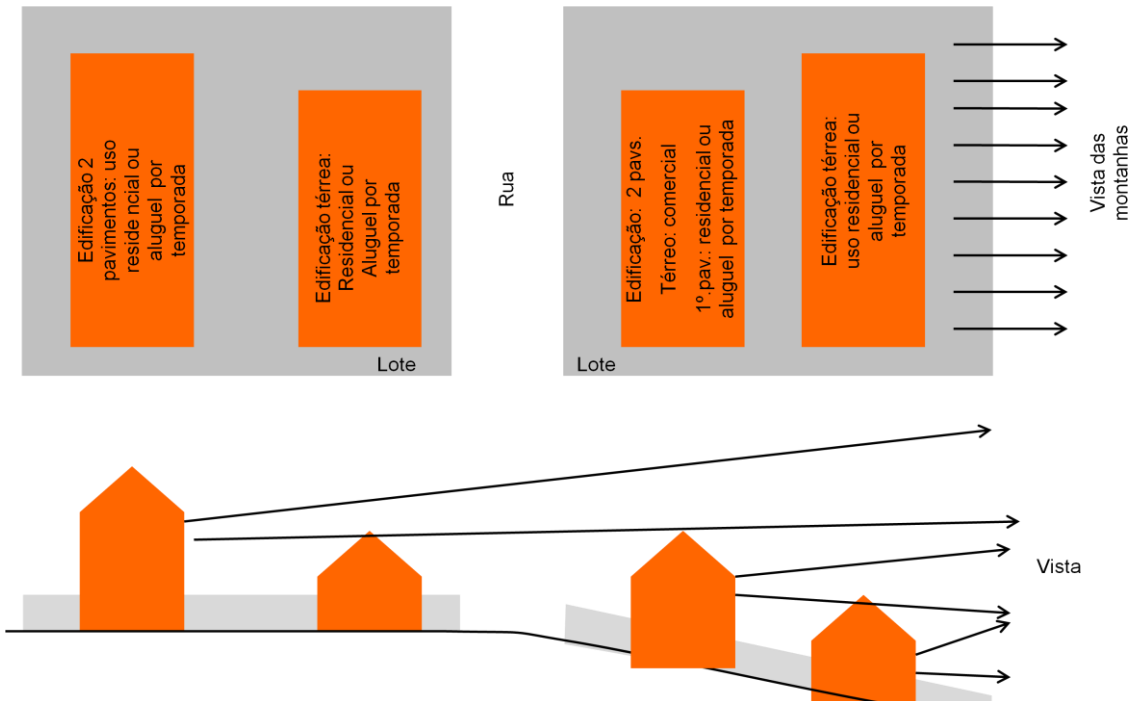


Figura 39 – Tipologias de ocupação típicas do Setor 3
Elaboração própria

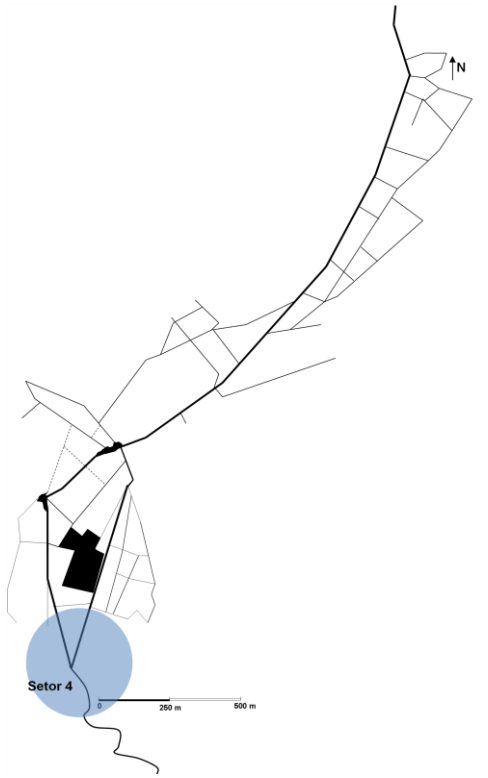
A maioria dos moradores do setor 3 é formada por adventícios que chegaram à localidade a partir de meados dos anos de 1990. São pessoas que, por escolha pessoal,

resolveram morar na localidade em busca de uma vida diferente daquela que tinham antes. "Mudei para cá por que não queria mais aquela vida agitada de Belo Horizonte. Criei meus filhos e agora vivo aqui, sossegado. Construí estas casas e complemento minha aposentadoria com a renda de aluguel de temporada", relata um entrevistado.

As edificações deste setor, em sua maioria, são planejadas e com bom padrão de acabamento, como se verificou pela pesquisa de campo. Todos os adventícios entrevistados neste setor declararam que, além das próprias moradias, optaram por construir edículas como forma de complementação da renda, alugando-as para os turistas. Declararam, também, que a implantação destas edificações nos lotes buscava dotá-las de vista para o vale e suas montanhas.

Se as edificações deste setor são planejadas e bem conservadas, o mesmo não se pode dizer dos espaços livres. Eles continuam a seguir a tipologia dos setores anteriores. Ruas em média com 6 m de largura, sem calçamento, sem definição de passeios, sem coleta de água pluvial, mas com iluminação pública. Percebe-se, também aqui, a ausência de planejamento e manutenção dos espaços públicos do setor: predominam as vegetações rasteiras ou arbustivas nativas invadindo as ruas e lotes desocupados; entulhos de construção ocupando áreas que deveriam ser destinadas a passeios; ausência de praças ou qualquer outra área de lazer coletiva. Em muitos locais, por falta de cercamento dos lotes, não se distingue as áreas públicas das particulares.

Setor 4



O Setor 4 localiza-se na extremidade sul de Milho Verde, na saída para a cidade do Serro. Nesta área a mancha urbana que até então ocupava uma topografia relativamente plana começa a assentar-se sobre um relevo com altas declividades. Ao longo da estrada que vem do Serro e que depois se transforma na Rua Direita, um novo tipo de ocupação, bem recente, começa a se formar, também em função da expansão da demanda turística.

Essas novas edificações assentam-se em áreas que não poderiam ser ocupadas, de acordo com Lei Federal 6766[34]. Segundo informações da Prefeitura Municipal do Serro, não há nenhum loteamento aprovado em Milho Verde nos últimos vinte anos. Assim, deduz-se que toda uma expansão urbana em função do turismo está ocorrendo de forma clandestina. A implantação de edificações nestas áreas é feita a partir de cortes inadequados nos terrenos, sem orientação técnica, como se verificou na pesquisa de campo. Cortando a fina camada de terreno natural, as edificações expõem o solo de alteração de rocha, logo abaixo, gerando processos erosivos e instabilidade daquelas edificações, como mostram o esquema da Figura 40 e as fotos da Figura 41.

[34] Lei Federal 6766, de 19 de dezembro de 1979, proíbe, dentre outras coisas, o parcelamento de terrenos com declividade superior a 30%.

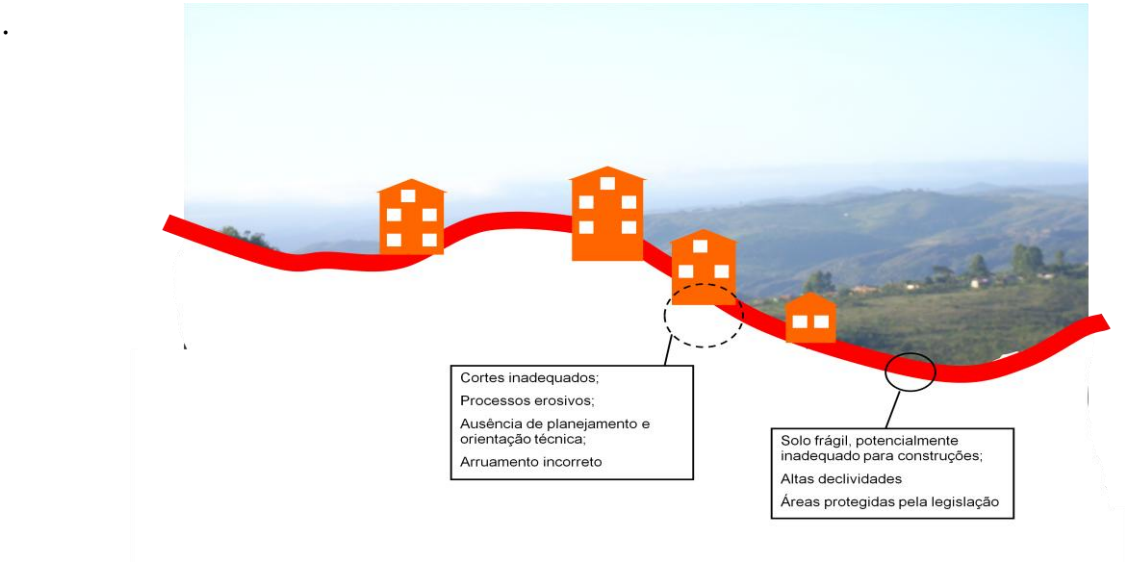


Figura 40 – Tipologia de implantação de edificações no setor 4
Elaboração própria



Figura 41 – Ruas e edificações no Setor 4
Fotos do autor

As vias que foram sendo abertas neste setor implantaram-se em terrenos de altas declividades e não receberam infraestruturas de contenção, de coleta de água pluvial e de pavimentação. Mesmo assim, nestas ruas inapropriadas para a circulação de veículos e para a circulação das águas de chuva, as autoridades implantaram rede de energia elétrica, facilitando a ocupação dos lotes lindeiros. Não se observa qualquer oposição institucional e da comunidade local àqueles processos de ocupação inadequada do solo naquele setor.

Além de desrespeitar a legislação federal (Lei 6766), as ocupações no setor 4 desrespeitam as determinações da APA Água das Vertentes, que estabelecem que parcelamentos do solo em Milho Verde e São Gonçalo deveriam ser aprovados por seu Conselho. Consultada, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, responsável pela administração da referida APA, declarou que não há autorização de parcelamento daquelas áreas, comprovando a irregularidade daquelas ocupações e a omissão do poder público, nas esferas municipal e estadual, em controlar processos irregulares de uso e ocupação daquela porção de solo urbano.

As edificações do Setor 4 buscam a exploração da vista das montanhas, recurso muito valorizado pelos turistas que procuram Milho Verde. Na pesquisa de campo observou-se desde edificações térreas, de dois quartos até edificações de dois pavimentos, com grandes aberturas para as montanhas, normalmente nos cômodos dos pisos superiores. Em nenhuma das edificações visitadas verificou-se a presença de placas dos autores dos projetos ou dos responsáveis técnicos, como determina a legislação, indicando a ausência destes profissionais no planejamento e gerenciamento das obras. Na Figura 42 vê-se, ao centro, uma edificação sendo construída, com dois pavimentos e as vistas que dela são alcançadas.



Figura 42 – Edificação no Setor 4 e as vistas que dela são alcançadas
Fotos do autor, 2010

Durante a pesquisa de campo não se encontrou nenhuma família residindo no Setor 4, apenas turistas que estavam alugando as casas pelo mês de janeiro e fevereiro ou trabalhadores das construções. Isto leva a concluir que este setor tem sido construído com práticas rentistas para atender à demanda turística, gerando renda para pessoas, em grande parte de fora da comunidade, como se constatou pelas entrevistas.

Setor 5

Para melhor analisar o Setor 5, optou-se por subdividi-lo em três sub-setores: 1, 2 e 3, como indicado na Figura 43.

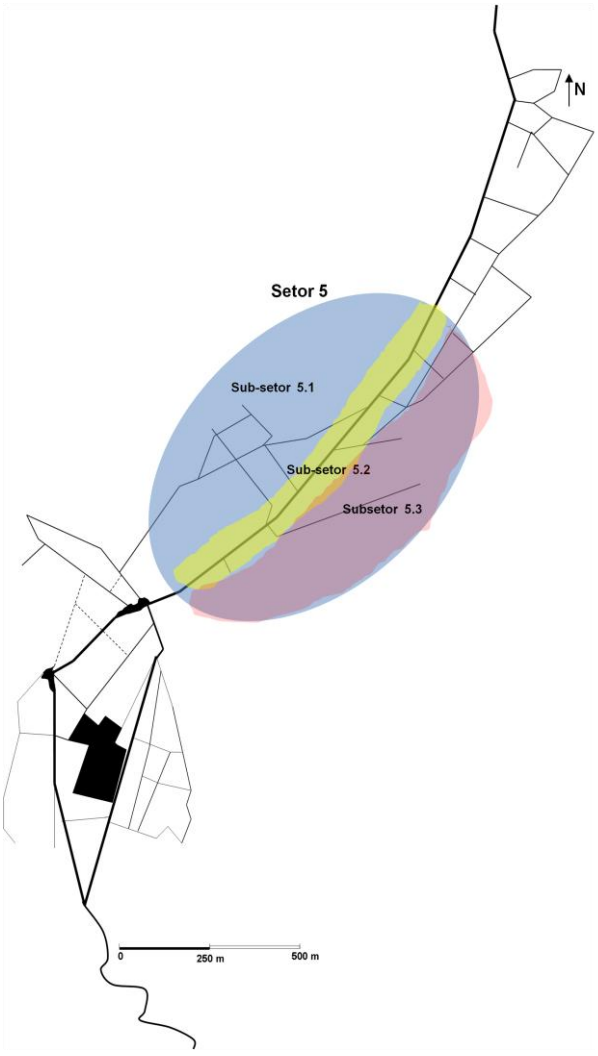


Figura 43 – Setor 5 e suas subdivisões
Fonte: Elaboração própria

O sub-setor 5.1, à leste da Rua Direita, guarda ainda as características originais de Milho Verde da primeira metade do século XX. Seus terrenos são maiores, segundo o modelo de chacreamento, e a população que nele vive ainda pratica a agricultura de subsistência, trabalham nas propriedades rurais dos três grandes proprietários da região, fazem artesanato para vendê-lo nos bares, restaurantes e pousadas do local, ou prestam serviços para terceiros, principalmente na alta temporada do turismo, quando vão trabalhar nos empreendimentos

locais, nas casas alugadas pelos turistas ou fazendo atividades de serviços, tais como lavar roupas. Na pesquisa de campo verificou-se que a renda gerada com a lavagem de roupas, embora baixa (cada trouxa de roupa lavada custa, em média, R$25,00) e eventual (só durante férias e feriados), é muito importante para aquelas famílias que, na maioria, não recebem mais do que um salário mínimo mensal. A Figura 44 mostra roupas secando nas cercas dos lotes do sub-setor 5.1.



Figura 44 – Roupas secando nas cercas dos lotes do Setor 5
Fotos do autor, 2010

No Setor 5 o destino do esgoto doméstico é a fossa negra. A maioria das casas, no entanto, possui abastecimento público de água e energia elétrica. O lixo é enterrado nos quintais. As casas são térreas, muitas construídas em pau-a-pique e cobertas de telhas de barro. Possuem, quase sempre, dois quartos. Ocupam a parte frontal dos lotes, deixando as laterais e fundos disponíveis para o plantio de algumas árvores frutíferas e hortaliças, bem como para criação de pequenos animais, tais como galinhas e porcos. A Figura 45 mostra alguns exemplos de moradias do sub-setor 5.1.



Figura 45 – Tipologias arquitetônicas do sub-setor 5.1
Fotos do autor, 2010

Neste sub-setor predominam os espaços livres. Nem os espaços livres públicos nem os privados recebem cuidados. Têm-se a sensação de tratar-se de área abandonada, esquecida pelas autoridades e turistas.

O sub-setor 5.2 envolve as áreas em torno da estrada que vai para São Gonçalo do Rio das Pedras. As primeiras ocupações desta área, datadas de meados dos anos de 1980, foram casas para turismo de 2ª. residência de pessoas que residiam fora da localidade. Estas casas são bem espaçosas, muitas com dois pavimentos, ocupando os centros de grandes lotes (em média 3.000m2). Possuem um bom padrão de acabamento e seus espaços livres são bem cuidados, como se pode ver na Figura 46.



Figura 46 – Tipologias arquitetônicas do sub-setor 5.2
Fotos do autor, 2010

Dos anos de 1990 em diante o aumento da demanda turística na localidade também fez aumentar o número de pessoas que buscavam uma 2ª. residência para as férias e feriados. Esgotados os terrenos no sub-setor 5.2, essas pessoas passaram a adquirir ou se apossar de áreas no sub-setor 5.3, construindo suas residências segundo o modelo apresentado na Figura 47.

Ocupando os centros dos lotes, quase sempre murados, as edificações deste sub-setor continuam a ser verticalizadas, com grandes aberturas nos cômodos superiores para exploração da vista do vale.

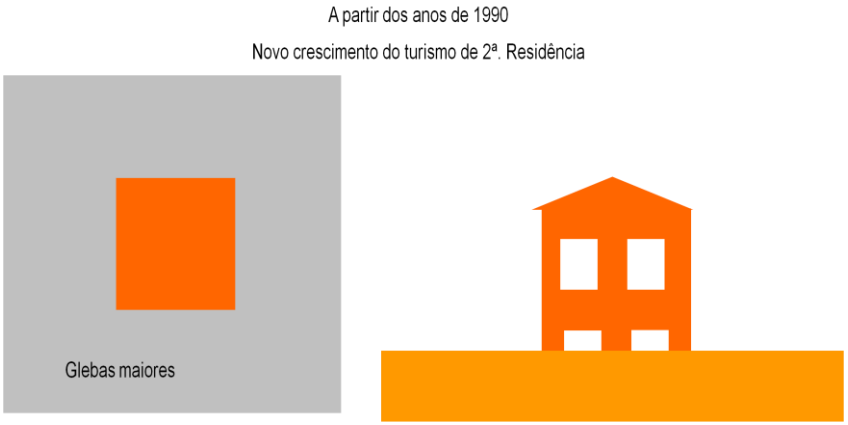


Figura 47 – Tipologias arquitetônicas do sub-setor 5.3
Elaboração própria

Ocorre que estas novas ocupações passaram a se dar sobre terrenos frágeis, lindeiros ao Lajeado, um conjunto de cachoeiras, pequenas praias e lagos que se estende por quilômetros, no fundo do vale à leste da mancha urbana de Milho Verde. Segundo informações dos entrevistados, estes terrenos são terras devolutas que foram sendo irregularmente apropriadas para construção de grandes residências de veraneio. Este processo é explicado por um funcionário da Prefeitura do Serro (MG): "[...] normalmente são as pessoas de fora que constroem nas áreas próximas ao Lajeado. São casas grandes. Como nós não temos fiscais, muita gente continua construindo".

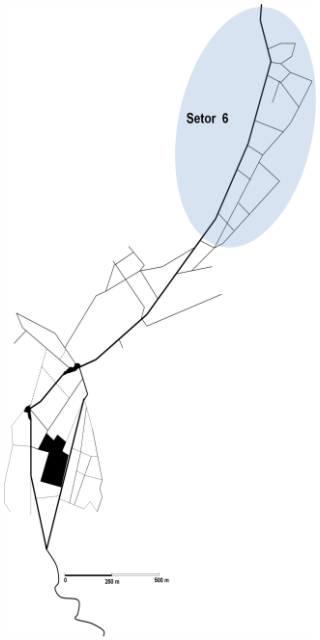
De fato, foram encontradas várias placas avisando da proibição de construir naquela área, alegando tratar-se de uma APA. Mesmo assim, verificou-se a existência de várias construções em andamento e outras, talvez em virtude da proibição imposta, colocadas à venda, como a mostrada na Figura 48.



Figura 48 – Edificação em Área de Proteção Ambiental sendo comercializada
Foto do autor, 2010

Setor 6

O setor 6 localiza-se ao norte de Milho Verde, na saída para São Gonçalo do Rio das Pedras. Não tem atrativos turísticos, pois está distante do núcleo histórico e não possui cachoeiras e quedas d´água próximas. Mesmo assim, esta área tem sido objeto de uma prática toda particular de ocupação. Por estar ao longo da estrada que vai para São Gonçalo, este setor tem sido alvo de pequenos investidores, que não dispondo de capital para adquirir lotes nos setores mais valorizados da localidade, investem em terrenos, mais baratos que nos outros setores, e construções de baixa qualidade, seja para residência, seja para aluguel por temporada. Esta prática rentista do setor 6 visa a atingir um turista com menor poder aquisitivo e que não exige maior conforto na hospedagem, como se pôde constatar na pesquisa de campo. A este respeito, a fala de um entrevistado é bem esclarecedora:



> Eu sou pedreiro em Contagem [MG]. Venho quase todo fim de semana e feriados para levantar este barracão. O lote é do meu pai e tô construindo prá alugar. A gente vai alugar pros turistas e o dinheirinho vai ajudar muito a gente. Aqui tá desenvolvendo muito. Vai desenvolver mais ainda quando eles asfaltarem a estrada[35], porque o asfalto vai passar aqui na minha porta.

As edificações do setor 6 são recentes e, quase sempre, ocupam lotes já existentes, que são desmembrados em outros menores. Os lotes pré-existentes, aqui menores do que os de outros setores, com metragem da ordem de 300 a 400m2, originalmente tinham suas casas no alinhamento com a rua, que no caso é a própria estrada entre Milho Verde e São Gonçalo, como indicado no item 1 da Figura 49. Edículas estão sendo construídas nos fundos, nas poucas áreas até então livres dos lotes. Nas férias e feriados as famílias mudam-se para estas edículas, alugando a casa principal, como mostrado no item 2 da mesma Figura 49.

[35] O Governo de Minas Gerais, dentro do Projeto Estrada Real, está finalizando os estudos para asfaltamento da estrada entre Milho Verde e Diamantina, passando dentro de São Gonçalo.

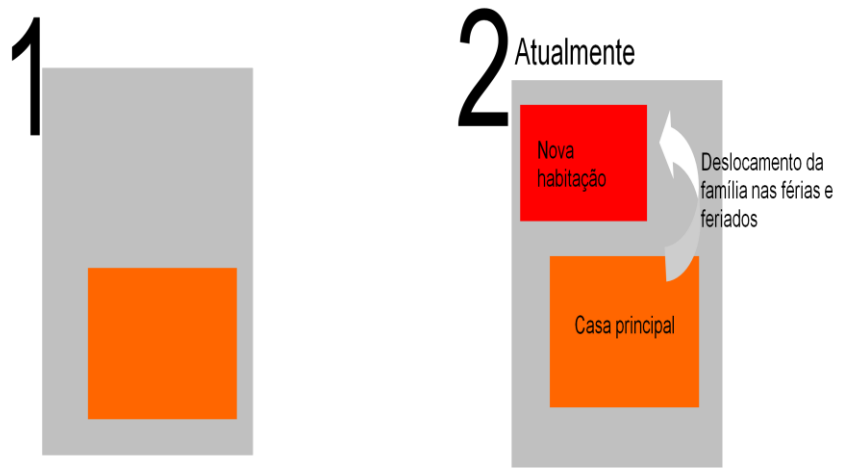


Figura 49 – Evolução da tipologia arquitetônica do setor 6
Elaboração própria

A Figura 50 mostra as fotos de uma das inúmeras construções feitas atualmente no setor 6 segundo o modelo descrito. À esquerda, vê-se a casa principal à frente e a edícula ao fundo. À direita, a frente da casa principal, com a placa "alugo para temporada". As casas são alugadas mesmo antes de terminadas.



Figura 50 – Casas construídas no setor 6 para aluguel por temporada
Fotos do autor, 2010

Os espaços livres públicos do setor 6 são formados por ruas sem calçamento, sem passeios, onde não há qualquer manutenção ou paisagismo. As ruas muitas vezes fundem-se com lotes sem cercamentos. Os materiais de construção, entulhos e lixo são depositados nos espaços livres, espalhando-se por eles. A ausência de vegetação de médio e grande porte, a proliferação aleatória de arbustos e gramíneas, o lixo acumulado e os resíduos de construção contribuem para a baixa qualidade ambiental destas paisagens.

4.2.1.2 Avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos informantes-chave e gestores do turismo

Por ocasião da pesquisa de campo, aplicou-se o *Formulário Pré-Codificado B – Entrevistas com Gestores e Informantes-Chave para Avaliação da Sustentabilidade das Paisagens*, mostrado no APÊNDICE 4, a 1 funcionário da Prefeitura do Serro e 3 informantes-chave no Distrito de Milho Verde. Os principais resultados foram:

- 25% dos entrevistados afirmaram que a população participa muito pouco da formulação e gestão das políticas públicas no Distrito e 75% que ela nunca participa.
- 100% responderam que o planejamento é multisetorial, não havendo integração entre os entes federados e nem entre os órgãos de um mesmo ente.
- 100% consideram que o Plano Diretor do Serro não trata adequadamente as questões relativas a Milho Verde, dedicando-se pouco às questões específicas do Distrito;
- 75% afirmaram que o preço da moradia no Distrito é muito alto, tendo em vista o poder aquisitivo da população local, e 25% afirmaram que é alto;
- 100% desconhecem políticas de apoio à formação de ONGs no Distrito;
- 100% responderam que as políticas públicas praticadas no Distrito não são integradas;
- 75% afirmaram que as políticas de preservação do patrimônio são inadequadas e 25% que elas são adequadas. 100% afirmaram que não há vigilância necessária sobre os bens protegidos;
- 100% afirmaram desconhecer projetos de combate a degradação do solo e proteção de mananciais na localidade;

- 100% afirmaram não haver monitoramento e vigilância dos ecossitemas frágeis do Distrito;
- 75% afirmaram não haver qualquer controle sobre as práticas turísticas em áreas naturais e 25% haver algum controle;
- 100% afirmaram que não há efetiva preservação de APPs. Todos afirmaram que a APP- Água das Vertentes só existe efetivamente no texto legal e que não se criou, ainda, mecanismos de controlar as áreas por ela protegidas;
- 50% afirmaram que os equipamentos de educação do Distrito são satisfatórios (Milho Verde conta com uma escola estadual, com ensino fundamental e médio completo, além de uma creche municipal para 50 crianças); 25% afirmaram que são bons; 25% que são péssimos, em função da baixa qualidade do ensino ministrado;
- 75% afirmaram que os equipamentos de saúde são péssimos (a localidade conta com um posto de saúde, com o médico presente apenas duas vezes por semana), e 25% satisfatórios;
- 100% afirmaram desconhecer qualquer programa de incentivo a construções sustentáveis, tecnologias limpas e renováveis no Distrito;
- 100% desconhecem qualquer programa de controle da poluição das águas.

4.2.1.3 Avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos moradores

O Distrito de Milho Verde contava, em 1991, segundo o Censo do IBGE (SIDRA, 2010), com 258 domicílios, sendo 84 urbanos e 174 rurais. O total de moradores do Distrito, segundo a Contagem da População de 2000 (SIDRA, 2010), era de 1662 pessoas, com 490 delas, apenas 29,4%, vivendo na área urbana. Dos 490 moradores da área urbana, 248 (50,61%) são homens e 242 (49,39%) mulheres. Possui 106 chefes de domicílios, sendo 82 (77,36%) homens e 24 (22,64%) mulheres. Dos chefes de domicílio, 13 (12,26%) não tem qualquer instrução, 76 (71,68%) têm até 4 anos de estudos, 3 (2,84%) de 4 a 8 anos, 10 (9,44%) até 11 anos e apenas 4 (3,78%) com mais de 12 anos de instrução. Com relação à faixa etária, dos 490 moradores da área urbana, 252 (51,43%) têm até 19 anos de idade, 84

(17,15%) de 20 a 34 anos, 60 (12,24%) de 35 a 44 anos, 59 (12,04%) de 45 a 64 anos e apenas 35 (7,14%) tem mais de 65 anos de idade.

O Atlas de Desenvolvimento Humano - ADH (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010) fornece dados importantes para se avaliar a qualidade de vida nos territórios brasileiros. Embora a menor unidade territorial utilizada pelo ADH, no Serro, seja todo o município, os indicadores servem para situar os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo na realidade brasileira. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Serro foi de 0,658, abaixo do IDH-M do Estado de Minas Gerais, que foi de 0,773, e do Brasil, de 0,766. De acordo com a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Serro ocupa a 3629ª posição, num total de 5506 municípios. Em relação aos outros municípios de Minas Gerais, Serro ocupa a 716ª posição, num total de 853 municípios.

Ainda de acordo com o Atlas, a renda per capita do Serro é de R$118,23, enquanto a do Estado de Minas Gerais foi de R$276,56 e a do Brasil de R$297,23, sendo que 20,96% das pessoas com mais de 50 anos têm na composição de sua renda transferências governamentais.

Na pesquisa de campo, aplicou-se 49 formulários (10% da população urbana do Distrito) *Pré-Codificados C – Entrevista Padronizada com Moradores para a Investigação de Verticalidades e Sustentabilidade das Paisagens*, apresentado no APÊNDICE 5. Dos 49 entrevistados, 31 (63,26%) eram mulheres e 18 (36,74%) homens.

Quanto à instrução, em anos de estudos, os entrevistados declararam ter (Gráfico 1):

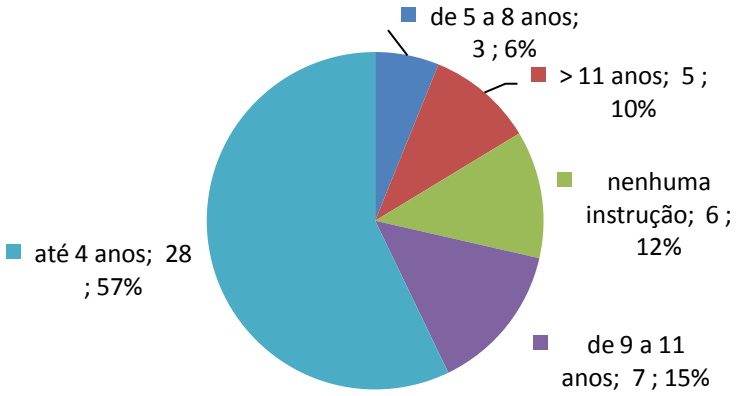


Gráfico 1- Escolaridade dos entrevistados de Milho Verde

Quanto à renda mensal, em salários mínimos, os entrevistados declararam receber (Gráfico 2):

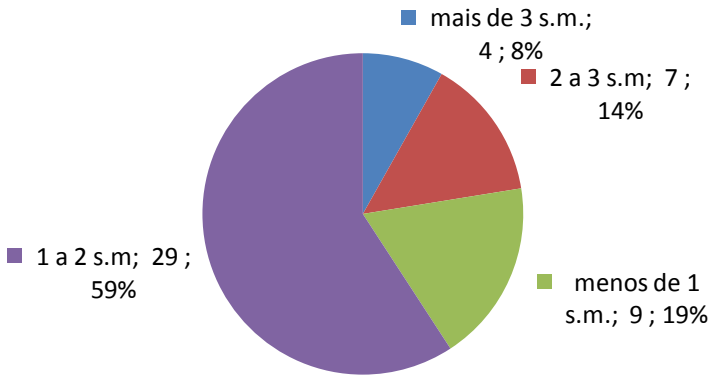


Gráfico 2 - Renda mensal em salários mínimos dos entrevistados de Milho Verde

8 entrevistados (16,33%) declararam receber auxílios do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Os entrevistados declararam trabalhar nas seguintes atividades (Gráfico 3):

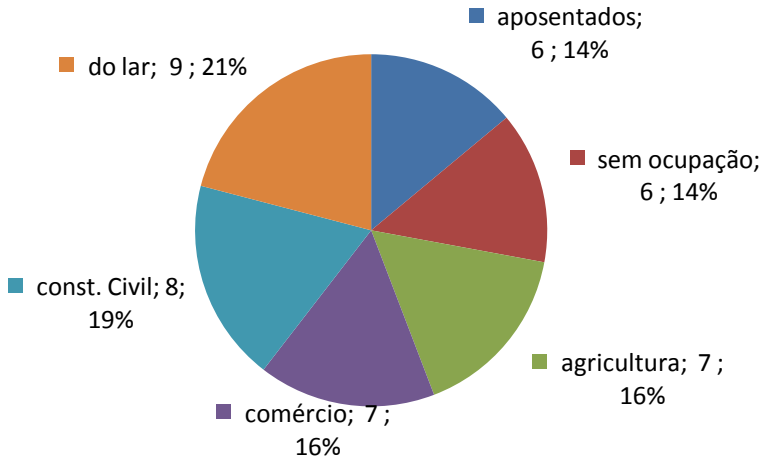


Gráfico 3 - Ocupação dos entrevistados de Milho Verde

Com relação à idade, os entrevistados declararam ter (Gráfico 4):

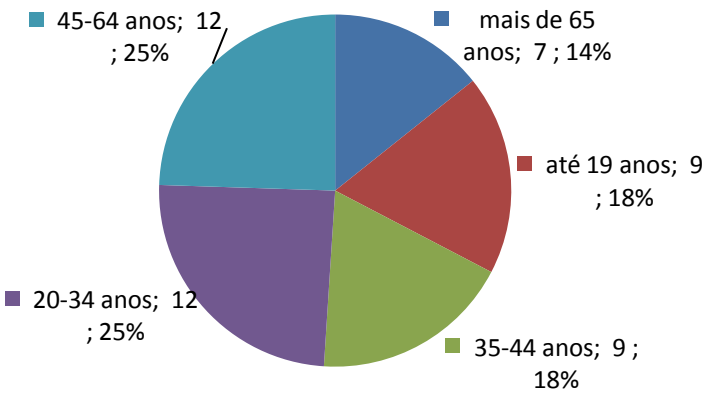


Gráfico 4 - Faixa etária dos entrevistados de Milho Verde

Quanto ao estado civil, os entrevistados declararam-se (Gráfico 5):

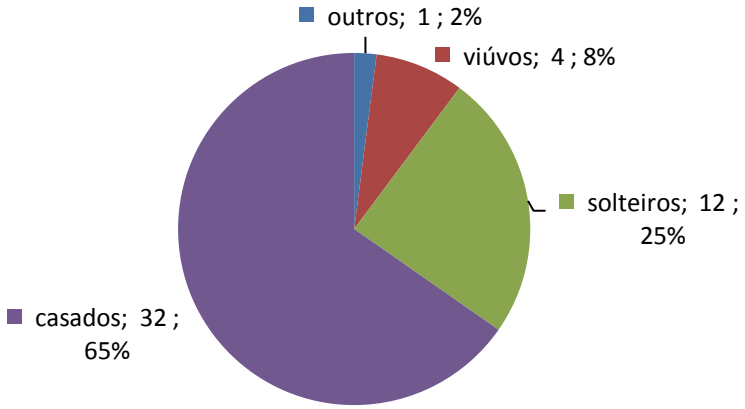


Gráfico 5- Estado civil dos entrevistados de Milho Verde

À pergunta, *Participa ou já participou de atividades de planejamento ou discussão de problemas da sua comunidade*, as respostas foram (Gráfico 6):

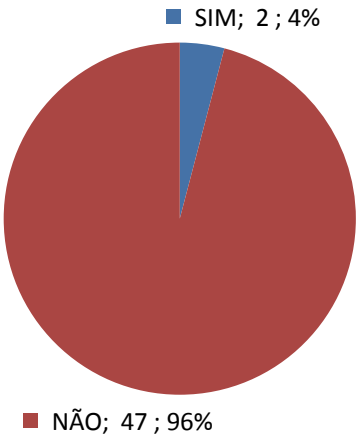


Gráfico 6 – Participação dos entrevistados de Milho Verde nas atividades de planejamento

As palavras de um entrevistado resumem esta ausência de mobilização comunitária:

> A população daqui não participa de nada. Nas reuniões da Associação [Comunitária] vão poucas pessoas. O povo reclama até da taxa de R$2,00 [taxa mensal paga pelos membros da Associação para que ela colete o lixo urbano do Distrito] que eles cobram para o jerico [pequeno veículo de carga] pegar o lixo na casa da gente e levar prá fora daqui.

À pergunta, *O preço da moradia no Distrito é...:*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 7:

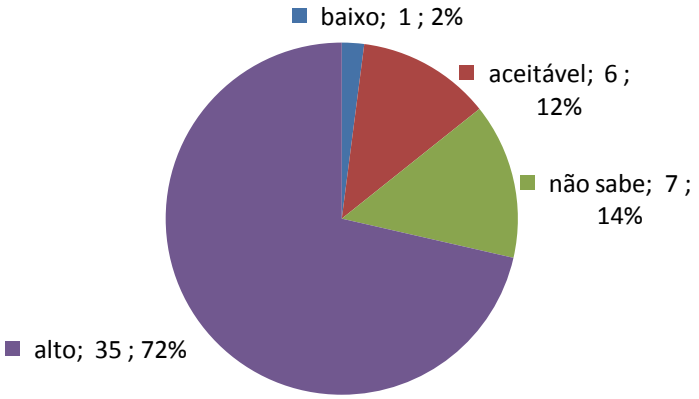


Gráfico 7- O preço da moradia em Milho Verde, segundo os entrevistados.

À pergunta *Como qualifica os serviços de educação do seu Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 8:

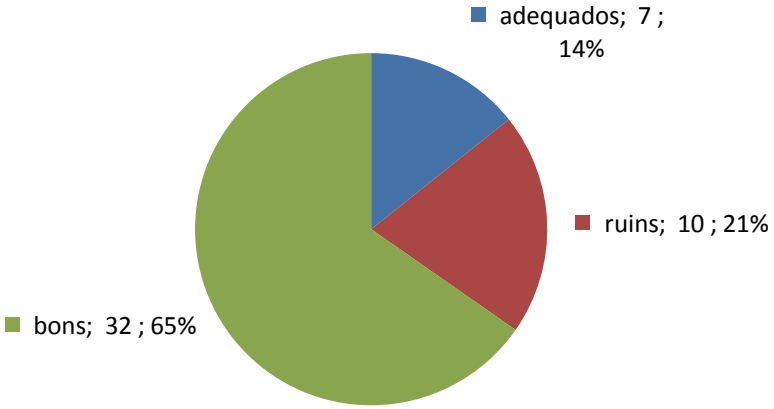


Gráfico 8 – Qualidade dos serviços de educação segundo os entrevistados de Milho Verde.

Aqueles que consideraram bons destacaram que os jovens, ao contrário de alguns anos atrás, não precisam mais sair do Distrito para concluir o ensino médio; aqueles que consideram ruins destacaram a má qualidade do ensino, a falta de ensino profissionalizante e a falta de oportunidades para cursar um curso superior.

À pergunta *Como qualifica os serviços de saúde do seu Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 9:

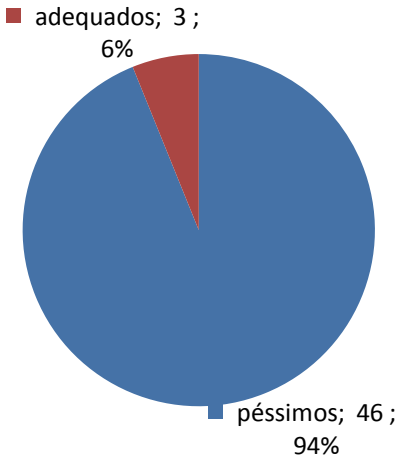


Gráfico 9- Avaliação dos serviços de saúde pelos entrevistados de Milho Verde.

As maiores reclamações dos moradores a respeito da saúde no Distrito são: a falta de médicos, de atendimento de especialidades médicas e as más condições do posto de saúde.

À pergunta *Como qualifica os serviços de transporte do seu Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 10:

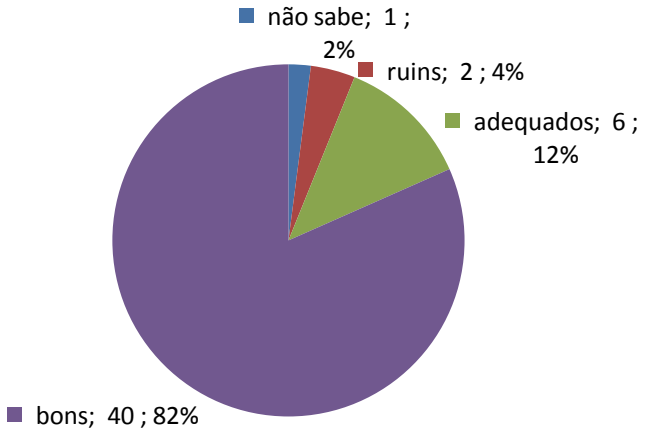


Gráfico 10 – Avaliação dos serviços de transporte pelos entrevistados de Milho Verde

Verificou-se, na pesquisa de campo, que uma empresa particular presta serviços de transporte público ligando a localidade ao Serro e São Gonçalo, duas vezes por dia, em

microônibus novos e bem cuidados e, como se pôde constatar, cumprindo os horários determinados.

À pergunta *Como você avalia a segurança pública no Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 11:

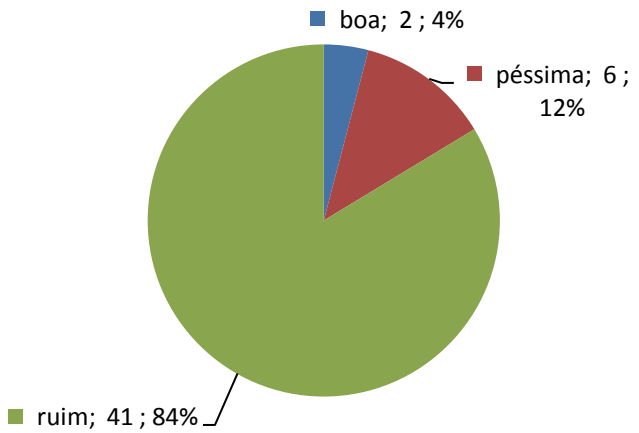


Gráfico 11 – Avaliação da segurança pública pelos entrevistados de Milho Verde

Os moradores disseram que a localidade não dispõe de destacamento militar, delegacia e nenhum agente de segurança. Segundo eles, quando ocorre algum incidente é acionada a polícia civil ou militar do Serro. Reclamaram principalmente da falta de vigilância sobre os turistas, do consumo de drogas e bebidas, som alto e circulação em trajes de banho pelas vias urbanas. Nas entrevistas, percebe-se que os próprios moradores reconhecem que a comunidade local não é articulada o suficiente para coibir delitos nos espaços livres. Muitos citam como um bom exemplo de controle da violência sobre os espaços livres públicos a vizinha São Gonçalo, onde, segundo eles, a comunidade exerce uma vigilância constante e ativa destes espaços.

Em resumo, pode-se afirmar que a população do Distrito de Milho Verde ainda é muito dependente das atividades rurais, pois a maioria dela vive nas zonas rurais. Dos que vivem na zona urbana, a grande maioria é jovem (80,82% têm até 44 anos), casada, possui renda per capita inferior à metade da renda mineira e brasileira, não concluiu sequer o ensino fundamental e ocupa-se de atividades que não exigem qualificação. Dos entrevistados, a maioria de mulheres (63,26%), jovens de até 44 anos (61,22%), casados (65,31%), têm menos

de 8 anos de estudos (75%), ocupam-se de atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação e percebem menos de 2 salários mínimos mensais (78%). Esta população urbana não participa das decisões dos destinos de sua comunidade, considera péssimos os serviços de saúde e segurança pública prestados no Distrito, embora reconheça que houve melhorias significativas na educação. Percebe a desarticulação da comunidade local, principalmente porque tem na vizinha São Gonçalo um modelo oposto, e sabe que esta desarticulação não contribui para a solução de muitos dos problemas locais.

4.2.1.4 O turismo nas paisagens de Milho Verde

A investigação do turismo nas paisagens do Distrito de Milho Verde foi feita a partir da análise visual do sistema de objetos, de entrevistas e da aplicação de questionários a 1 funcionário da Secretaria de Turismo do Serro, 3 informantes-chave e 49 moradores, incluindo aí 5 empresários do turismo local.

O turismo em Milho Verde ocupa, hoje, uma considerável parte das famílias locais. São elas as responsáveis pela operação dos empreendimentos turísticos de Milho Verde, todos pequenos. Elas administram, principalmente, pequenas pousadas, restaurantes ou até o próprio domicílio que, nas altas temporadas, transforma-se em alojamentos. Nos feriados, fins de semana, carnaval e férias há um deslocamento da mão-de-obra da agricultura, construção civil e outras atividades para os pequenos negócios ligados ao turismo.

Muitos estabelecimentos são extensão da moradia, como é o caso do Café da Da. Geralda, no Largo do Rosário (Figura 51). Num anexo à casa, construído no quintal, uma edícula de telha de amianto abriga um forno de barro, mesas e cadeiras rústicas, que se espalham pelo "terreiro" da casa, junto com roupas estendidas no varal, várias árvores frutíferas e galinhas criadas soltas. Nesta estrutura, Da. Geralda, o marido, a mãe e três filhas vivem da renda proveniente da atividade turística, como explica ela:

> A gente faz os biscoitos, as roscas e os pães e cobra R$5,00 para o turista tomar café da manhã ou da tarde. A gente só não hospeda porque a casa é pequena. Minha filha que mora no Serro vem ajudar a gente nas férias. A gente ganha pouco, não sobra muito, mas tá bom, dá prá viver!



Figura 51 – Café da Da. Geralda, no Largo do Rosário
Foto do autor, 2010

Para os empreendedores locais é este caráter "rústico" dos estabelecimentos que atrai os turistas.

Uma das maiores reclamações dos moradores com relação à atividade turística no Distrito refere-se ao uso que os turistas fazem dos espaços livres públicos, principalmente dos atrativos. Acampamentos irregulares nas cachoeiras e Lajeado, produzindo lixo que é deixado no próprio local, som alto, uso de bebidas e drogas nos lugares públicos, sem qualquer controle, e comportamentos inadequados são os conflitos mais destacados pelos moradores.

Perguntados: *Na sua opinião, o turismo no Distrito gera...*, os moradores responderam:

Tabela 1 - Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em Milho Verde

O turismo gera:	Frequência	% válida
Muitos conflitos	39	79,59
Alguns conflitos	8	16,33
Poucos conflitos	1	2,04
Nenhum conflito	1	2,04
Total	49	100

Nota-se, na Tabela 1, que a grande maioria vê a atividade turística no Distrito como geradora de muitos conflitos. Perguntados sobre quais são os principais fatores geradores destes conflitos, os moradores citaram, espontaneamente, os seguintes:

Tabela 2 - Principais causas de conflitos em Milho Verde

Respostas espontâneas	Quantidade de vezes em que o item foi citado
Consumo de drogas nos espaços públicos	49
Consumo de bebidas nos espaços públicos	47
Som alto	35
Brigas	19
Outros	18

O consumo de drogas nos espaços públicos foi citado por todos os moradores como o principal fator gerador de conflitos causados por turistas no Distrito, como revela a Tabela 2. Segundo um entrevistado:

> Aqui nos feriados, principalmente no carnaval, os turistas estacionam o carro, abrem o porta-malas e ligam o som bem alto. Às vezes tem mais de um carro tocando músicas diferentes. Eles ficam bebendo e usando drogas. Sai muitas brigas. Depois vão embora e deixam a bagunça toda espalhada por aí.

A comunidade de Milho Verde considera a atividade turística muito importante, como revelam as respostas à pergunta *Como considera a atividade turística para sua comunidade?* 42 moradores (85,71%) a consideraram muito importante e 7 moradores (14,29%) importante. A este respeito, um entrevistado afirmou:

> Hoje a atividade econômica mais importante de Milho Verde é o turismo. Se nós temos 400 moradores, nos feriados a gente chega a ter 10 vezes mais, uma multidão que chega aqui, come nos restaurantes, vai para os bares e se hospeda nas pousadas ou nas de aluguel. E olha, as pessoas podem dizer o que quiserem, mas isto aqui desenvolveu para melhor com o turismo.

No entanto, mesmo reconhecendo a importância do turismo para o Distrito, a comunidade de Milho Verde é desarticulada e não participa das discussões que dizem respeito a seu destino, como revelam as respostas à pergunta *Participa ou já participou da discussão de problemas de sua comunidade?* 47 moradores (95,92%) responderam nunca terem participado de discussões sobre o destino de sua comunidade e apenas 2 (4,08%) disseram ter participado.

Sobre o Projeto Estrada Real, a grande maioria diz conhecê-lo. À pergunta, *Conhece o projeto Estrada Real?*, 42 moradores (85,71%) responderam sim e 7 (14,29%) não.

O Projeto Estrada Real está presente nas paisagens de Milho Verde. Em todo o trajeto da estrada entre Serro e Milho Verde tótens, como o mostrado na Figura 52, demarcam a estrada. Nestes tótens vê-se, na parte superior, a logomarca do Instituto Estrada Real, demarcando um território turístico sob os domínios das regras do Projeto Estrada Real.



Figura 52 – Tóten da Estrada Real na estrada Serro-Milho Verde
Foto do autor, 2010

Além dos tótens, placas de sinalização do Projeto Estrada Real apontam direções e marcam distâncias, como a mostrada na Figura 53, e não as do governo do Estado de Minas Gerais ou do Município do Serro, como seria de se esperar. Mesmo na área urbana de Milho Verde as sinalizações públicas têm a marca Estrada Real.



Figura 53 – Placas de sinalização com a marca do Projeto Estrada Real
Foto do autor, 2010

A população de Milho Verde também adota a expressão Real como marca. Encontrou-se, na pesquisa de campo, Pousada Estrada Real, Pizzaria Estrada Real, Restaurante Via Real (Figura 54), dentre outros estabelecimentos comerciais.





Figura 54 – Estabelecimentos comerciais com a marca Real
Fotos do autor, 2010

O Projeto Estrada Real é bem recepcionado pelos moradores de Milho Verde, como comprovam as respostas à pergunta: *Você acha que o Projeto Estrada real trará benefícios para você e sua família?* Dos 42 moradores que disseram conhecer o Projeto Estrada Real, 42 (100%) responderam que ele trará benefícios. Quando perguntados quais seriam estes benefícios, as principais respostas foram as apresentadas na Tabela 3:

Tabela 3- Benefícios do Projeto Estrada Real para Milho Verde

Respostas espontâneas	Quantidade de vezes em que o item foi citado
Geração de empregos	41
Aumento da renda das famílias	31
Aumento no movimento do comércio	30
Coleta de lixo	15
Aumento das construções	9
Limpeza urbana	5
Outras melhorias urbanas: calçamento e asfaltamento de vias, ajardinamento de espaços públicos, etc.	12

Das respostas apresentadas na Tabela 3, três, coleta de lixo, limpeza urbana e outras melhorias urbanas dizem respeito à atividades que deveriam ser providas pelo Estado. Assim, pode-se inferir que a população de Milho Verde tem a expectativa de que o Projeto Estrada Real possa substituir um Estado ausente e inoperante que não resolve as questões mais básicas daquela comunidade.

Além disto, percebe-se que a comunidade de Milho Verde ainda aguarda a efetiva implantação do Projeto Estrada Real, que como visto no capítulo 3, existe apenas no discurso, na intenção. A sua única realização concreta no Distrito de Milho Verde, até agora, foram os tótens e placas de sinalização e alguns poucos cursos de treinamento que ocorreram há mais de quatro anos. Mesmo assim, a expectativa da comunidade ainda é grande. Para esta comunidade, o asfaltamento da estrada entre Milho Verde e Diamantina[36], seria a porta de entrada dos turistas prometidos pelo Projeto Estrada Real e que ainda não vieram. A fala de um entrevistado ilustra a expectativa da comunidade com relação ao asfaltamento da estrada:

[36] O projeto de asfaltamento da estrada entre Milho Verde e Diamantina já foi ultimado. No entanto, as obras não foram ainda iniciadas em função da resistência oferecida pela comunidade de São Gonçalo que, em grande parte, é contrária ao asfaltamento de determinados trechos, principalmente aqueles que passam dentro do Distrito.

[...] com o asfalto mais turistas vão chegar aqui. Por enquanto eles vão prá outros lugares com estrada asfaltada. Quem vai querer vir prá cá comendo poeira? Mas quando o asfalto chegar isto aqui vai desenvolver muito, vai melhorar prá todo mundo".

Os resultados da pesquisa de campo apontam que na comunidade de Milho Verde o Projeto Estrada Real é bem recepcionado, visto como uma possibilidade de melhoria das condições de vida da população local.

4.2.1.5 Resultado: Paisagens convexas

Os sistemas de objetos e de ações das paisagens de Milho Verde, anteriormente descritos, permitem desenhar um modelo comum a grande parte das paisagens da localidade. A esse modelo comum denominou-se paisagem convexa.

Trata-se de uma metáfora capaz de descrever as formas que ganham o sistema de objetos e de ações em Milho Verde. O sistema de objetos, assentado sobre um planalto, cujas vertentes caem em direção à várzea, resultando numa base física convexa (ARNDT, 2007), tem crescido ao norte e ao sul ao longo da estrada (item 3 da Figura 55) e a leste para o vale (item 2 da Figura 55), espraiando-se sobre vertentes ambientalmente frágeis que, embora protegidas por lei, têm sido ocupadas irregularmente por edificações e arruamentos sem planejamento e gerenciamento técnico especializado. A convexidade do sistema de objetos provocada pela expansão da mancha urbana para as bordas do planalto é reforçada pela verticalização das edificações (item 1 da Figura 55).



Figura 55 – Convexidade do sistema de objetos das paisagens de Milho Verde
Elaboração própria

A forma convexa resultante da combinação de um relevo convexo e de processos históricos que reforçaram a expansão centro-periferia da mancha urbana e de baixo para o alto das edificações, recebe um sistema de ações que, pela natureza de suas forças e processos, reforça esta abertura do lugar às verticalidades.

O sistema de ações de Milho Verde revela uma população urbana pobre, deseducada e de baixo poder aquisitivo. Aliada a isto, nota-se, na localidade, a desarticulação comunitária e a ausência e inoperância do Estado em questões fundamentais, tais como saúde, saneamento e segurança pública. Este quadro resulta em paisagens esgarçadas, socialmente convexas, onde as forças locais não conseguem articular-se na defesa dos interesses coletivos. O resultado reflete-se no uso e ocupação do solo, onde as áreas mais valorizadas têm sofrido processo de ocupação por pessoas de fora da comunidade. Elas constroem segundo a lógica do turista que procura o local, resultando num processo de valorização dos terrenos e das moradias, tornando-os quase inacessíveis, nos setores mais valorizados, à população nativa. Agrava este quadro a concentração das terras rurais, que limitam a disponibilidade de terrenos na localidade.

A divisão social do trabalho, em tempos atuais, reforça a convexidade do sistema de ações das paisagens locais: grande parte dos moradores, sem qualificação, sem instrução e sem capital oscila entre a agricultura de subsistência e a construção civil, nos períodos sem a presença do turismo, e a prestação eventual de serviços não especializados para o turismo, nos

feriados e férias escolares, tais como serviços de limpeza, pequenos consertos, lavagem de roupas, artesanato, garçons, cozinheiras, dentre outras. Estas atividades, extremamente dependentes do movimento turístico, não geram capital suficiente para estas pessoas estabelecerem o próprio negócio, melhorar as próprias edificações e cuidar adequadamente dos espaços livres do Distrito. Nas paisagens de Milho Verde, como demonstra a análise dos dados, as forças locais não conseguem articular-se num sistema que reivindique ou promova melhorias nas infraestruturas urbanas e nas questões sociais, não constituindo horizontalidades.

Legislações municipais, tais como o Plano Diretor do Serro, praticamente ignoram os processos que ocorrem nas paisagens de Milho Verde. Ausente, o poder público municipal não controla os processos de expansão da mancha urbana sobre áreas ambientalmente protegidas, ignora a situação de abandono do rico patrimônio histórico, não cuida dos espaços livres. No plano estadual, nota-se a completa ausência do Estado na questão básica da segurança pública, sua responsabilidade constitucional, além de não ter feito funcionar, até o momento, a APA – Água das Vertentes. Além disto, concessionárias de serviços públicos atuam de forma isolada, sem um planejamento multisetorial. O governo federal comparece com os programas de complementação de renda, que têm grande importância para parcela considerável da população local, como se pôde constatar na pesquisa, mas não está presente na solução de questões estruturais que poderiam transformar a realidade local.

Desta maneira, sem horizontalidades constituídas e com a quase ausência estatal, os territórios de Milho Verde escancaram-se às verticalidades, sobretudo aquelas impostas pelo fenômeno turístico que ali se instalou a partir dos anos de 1980. O Projeto Estrada Real, embora apenas um discurso, pois, na prática, pouco se vê dele nos territórios, a não ser tótens, placas e letreiros, ainda é capaz de comandar transformações naquelas paisagens. Estas transformações são conduzidas pela expectativa de aumento do fluxo turístico receptivo, que não se sabe se, de fato, irá ocorrer.

4.2.2 São Gonçalo do Rio das Pedras: Paisagens Côncavas

A apresentação das paisagens atuais da sede do Distrito de São Gonçalo decorreu da análise nos dados coletados pela pesquisa de campo, descrita na Introdução desta tese, e nas fontes indicadas nas *Matrizes de Indicadores da Sustentabilidade das Paisagens,* partes 1, 2 e

3, constantes do Capítulo 2. Discutiu-se, aqui, a avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos informantes-chave e gestores do turismo; a avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos moradores; as características do fenômeno turístico nestas paisagens, que não foram descritas nos itens precedentes, para apoiar a atribuição às paisagens de São Gonçalo do epípeto de *paisagens côncavas*.

4.2.2.1 Descrição das paisagens atuais de São Gonçalo

Para se conhecer o sistema de objetos de São Gonçalo seguiu-se os mesmos passos relatados no item 4.2.1.1, quando se descreveu as paisagens de Milho Verde. Desta maneira, elaborou-se uma base cartográfica própria, onde os principais elementos do sistema de objetos das paisagens foram representados. Esta base é apresentada na Figura 56. Nela vê-se o sistema viário da localidade, com destaque para os espaços livres urbanos de uso público, representados na cor preta, os remanescentes de Mata Atlântica, na cor verde, o Rio das Pedras e a Cachoeira do Comércio, na cor azul, e os principais edifícios e pontos de referência para a comunidade local e turistas, em vermelho.

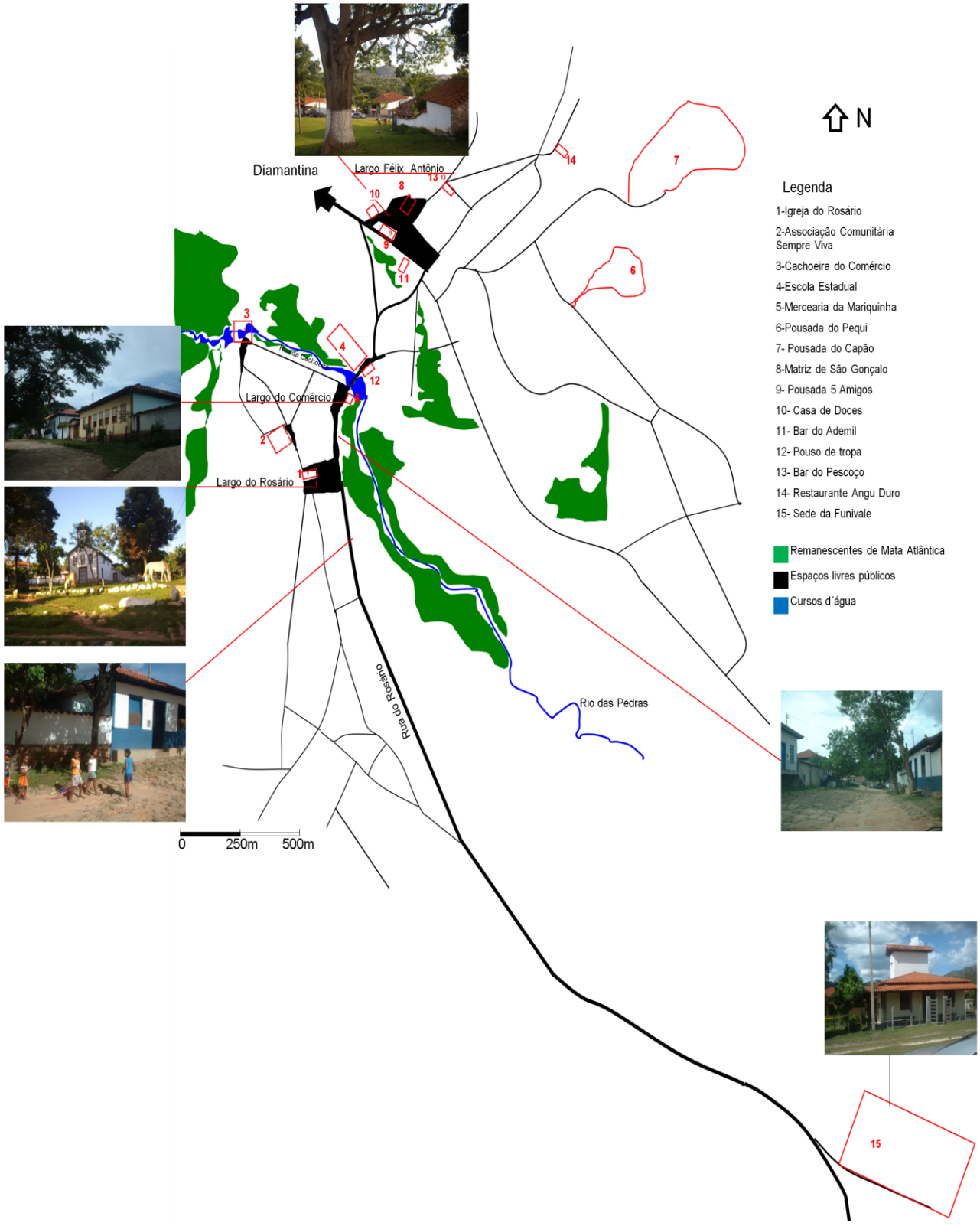


Figura 56 - Planta de São Gonçalo do Rio das Pedras
Elaborado com base em imagens do satélite SPOT (2010), análise visual do sistema de objetos e dados de campo. Fotos do autor.

A área urbana de São Gonçalo, representada na Figura 56, ocupa o fundo de um vale chato que é vislumbrado assim que se desce a Serra do Raio, quando se chega por Milho Verde. Nesta área plana, cortada pelo Rio das Pedras, implanta-se a Rua do Rosário, que corta longitudinalmente o Distrito. Ela se abre num primeiro largo, o Largo do Rosário, passa pelo segundo largo, chamado Largo do Comércio. Aí, a Rua do Rosário encontra o Rio das Pedras. Depois de cruzá-lo, a Rua do Rosário começa a subir em direção ao Largo Félix Antônio, onde se situa a Matriz de São Gonçalo, transformando-se, depois, na estrada para Diamantina. Portanto, o meio ecológico de São Gonçalo tem a forma côncava, onde as vertentes sul, norte e leste caem em direção à área central da localidade.

Diferente de Milho Verde, onde os cursos d´água situam-se fora da mancha urbana, em São Gonçalo o rio tem uma presença forte e constante nas paisagens do núcleo urbano. Este rio de águas limpas ainda serve de recreação para adultos e crianças.

Da mesma forma que em Milho Verde, aqui também dividiu-se o Distrito em setores para melhor estudar e descrever as paisagens. São 5 os setores, como mostra a Figura 57.

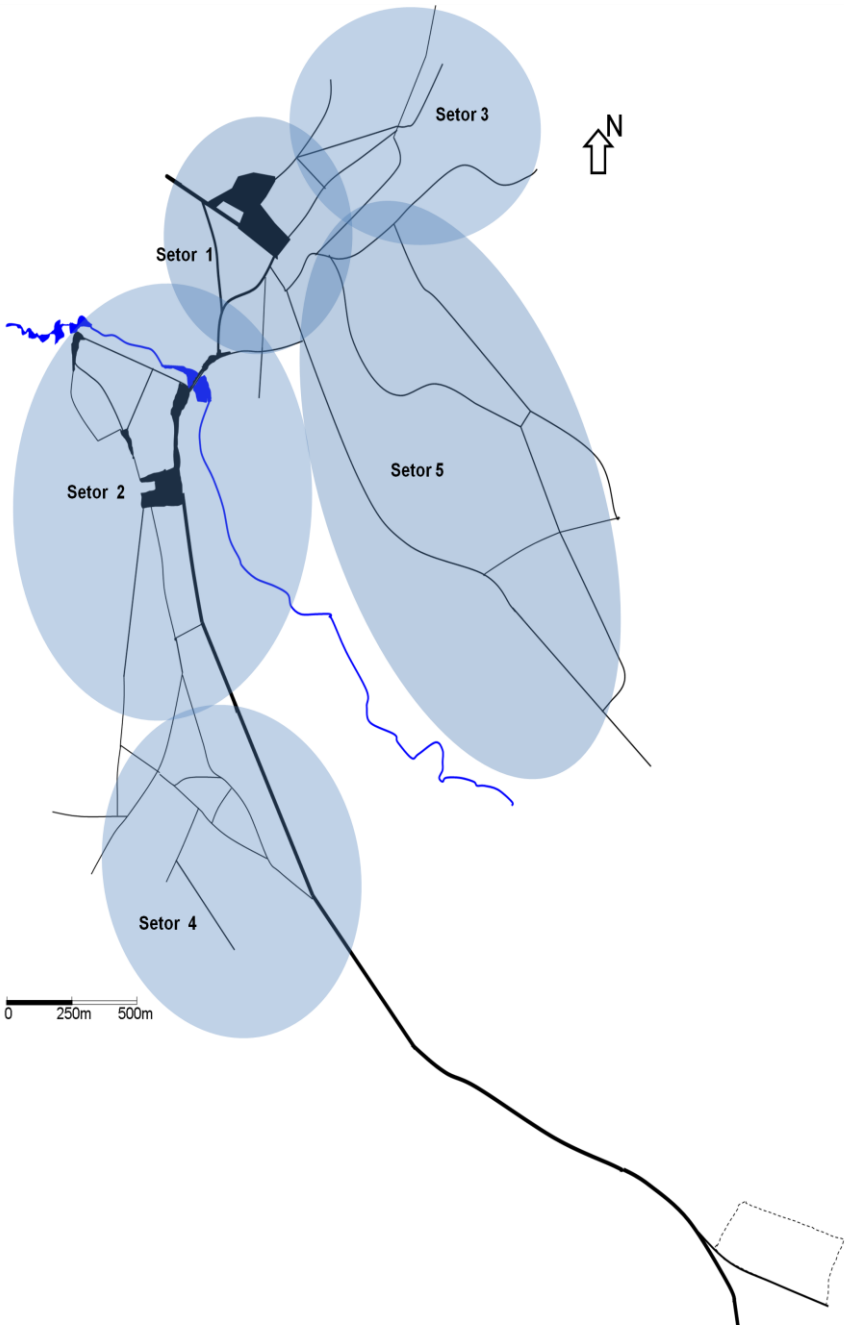


Figura 57 - Setorização de São Gonçalo para estudo do sistema de objetos das paisagens
Elaborado com base em imagens do satélite SPOT (2010), análise visual do sistema de objetos e dados de campo.

Setor 1

Neste setor encontram-se as primeiras edificações de São Gonçalo, surgidas em torno do que hoje é a Matriz de São Gonçalo, num lugar conhecido como Largo Félix Antônio. O sistema de objetos deste setor é marcado por uma tipologia arquitetônica onde predomina o uso residencial, de um pavimento. As edificações são datadas do século XVIII e XIX e raros exemplares são do século XX. Trata-se de edificações construídas no alinhamento, com amplos quintais laterais e de fundos, onde são cultivadas principalmente espécies frutíferas como a jabuticabeira, o limoeiro, o marmeleiro, laranjais e goiabeiras. Estes jardins e quintais são cercados por muros de pedras, cercas vivas ou um muro com embasamento de pedras e alvenaria rebocada caiada de branco (Figuras 58 e 59).



Figura 58 – Muro de pedras e cercas vivas em São Gonçalo
Foto do autor, 2010



Figura 59 – Muro de embasamento de pedras e parede de alvenaria rebocada e caiada
Foto do autor, 2010

O casario encontra-se em ótimo estado de conservação, guardando, em quase totalidade dos casos, as cores originais: paredes brancas, vergas e marcos de portas e janelas azuis, vermelho ou verde. Não se observou nenhum exemplar necessitando de reformas urgentes ou em risco, o que denota a preocupação dos proprietários com a conservação dos imóveis.

Dominando as paisagens do setor 1 está o Largo Félix Antônio, com a Matriz de São Gonçalo, construção do século XVIII, tombada pelo IEPHA, em excelente estado de conservação, exterior e interior; o Cruzeiro; e árvores frondosas. Tudo isto implantado em uma vertente inclinada, com um gramado bem cuidado e limpo, com bancos de madeira onde a população local se reúne depois das missas e nas festividades. Nas Figuras 60, 61, 62 e 63 são mostradas algumas tomadas fotográficas do Largo Antônio Félix.



Figura 60 – Em primeiro plano vê-se o Cruzeiro, ao centro as edificações e quintais e ao fundo a Serra do Raio. Foto do autor, 2010



Figura 61 - Detalhe do casario e das grandes árvores que sombreiam o lugar
Foto do autor, 2010



Figura 62 – Vista do Largo com o seu extenso gramado e a Matriz de São Gonçalo ao alto
Foto do autor, 2010



Figura 63 – Crianças brincam no Largo Antônio Félix
Foto do autor, 2010

Assim como as edificações, os espaços livres são bem cuidados e limpos. Não se verificou, na pesquisa de campo, a presença de lixo e entulhos nas vias. As ruas principais, por onde circulam veículos, possuem calçamento poliédrico ainda original, chamado pé-de-moleque, como o que se vê na Figura 64. As demais vias do setor não possuem calçamento; ou são de terra ou gramadas. Também não existem passeios demarcados. Contudo, faixas laterais das vias são mantidas gramadas facilitando a circulação de pessoas.



Figura 64 - Calçamento poliédrico no Setor 1
Foto do autor, 2010

Os espaços livres do setor 1, embora não tenham sido objeto de planejamento paisagístico formal (elaborado por arquiteto), hoje são conservados pela população local, o que indica a existência de um controle social sobre as paisagens.

A pesquisa de campo apurou que o turismo que se inicia em São Gonçalo no final dos anos de 1970 não vai produzir grandes modificações no sistema de objetos do Setor 1. Um único exemplar arquitetônico, antes residência, foi adaptado para pousada, a Pousada dos Cinco Amigos, hoje da suíça Anna Schuepp, esposa de Martin Kuhne, citado no item 4.1.4. Contudo, a adaptação conservou as características originais da edificação. Alguns poucos exemplares transformaram-se em bares, como o Bar do Ademil, com suas prateleiras tomadas de vinhos, doces e compotas, um tradicional ponto de encontro da comunidade e turistas, também localizado no Largo Félix, ou a Casa de Doces, local onde um grupo de mulheres,

organizadas e apoiadas pelo IDENE[37], produz e comercializa seus doces: de leite, goiaba, marmelo, jabuticaba, dentre outros.

Os espaços livres do setor 1, bem cuidados, são também bem vigiados. Essa vigilância não é feita pelos agentes públicos – assim como em Milho Verde, aqui inexistem destacamentos das Polícias Militar e Civil -, mas pela própria comunidade. As pessoas em atitudes consideradas inadequadas são abordadas pelos moradores. Na pesquisa de campo observou-se que, em São Gonçalo, constituiu-se uma rede de informações que permite, em pouco tempo, que todos saibam o que ocorre no Distrito. Chegando numa tarde a São Gonçalo, o pesquisador e sua equipe pararam para entrevistar moradores na manhã seguinte e uma parte deles já sabia da pesquisa e seus objetivos. Segundo a técnica do IDENE, que reside em São Gonçalo e também é proprietária de pousada, "a sociedade de São Gonçalo controla o espaço". Declara que, de vez em quando, eles fazem até folhetos pedindo que visitantes não coloquem som alto, não andem pelas ruas em trajes de banho, etc.

A localidade de São Gonçalo possui iluminação pública da Cemig, é abastecida com água de poço artesiano, mas a Copasa[38] já está se preparando para assumir os serviços de água e esgoto na localidade. Observou-se que não há descarga de esgoto doméstico no Rio das Pedras, o que torna as águas do rio que corta a localidade próprias para o banho, segundo se apurou com a própria Copasa, que diz fazer pelo menos uma verificação anual da qualidade daquelas águas. O lixo é enterrado ou queimado nos quintais. Durante a pesquisa não se verificou, em nenhum dos setores de São Gonçalo, a presença de lixo nos espaços públicos. Há um projeto da Funivale[39] (na Figura 65 vê-se a sede da organização e a sua horta comunitária) de implantar a coleta seletiva do lixo na localidade destinando os resíduos orgânicos às hortas e áreas de plantio que a organização mantém na entrada sul do Distrito.

---

[37] IDENE- Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, ligado à Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, que apóia com financiamentos e assistência técnica projetos e iniciativas das comunidades locais, principalmente aqueles ligados ao turismo.

[38] Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais, concessionária estadual que cuida do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto em boa parte dos municípios de Minas Gerais.

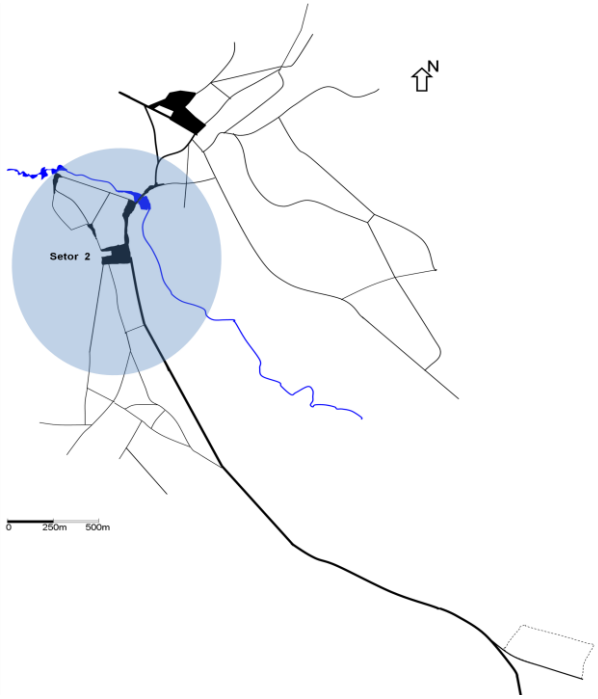
[39] Associação Pró-Fundação Universitária Vale do Jequitinhonha- Funivale, com sede em São Gonçalo, na entrada sul da localidade. Foi fundada por Martin Kuhne e um grupo de intelectuais, dentre eles Osvaldo França Júnior. Sob forma de organização do terceiro setor, disponibiliza ensino fundamental e médio à comunidade local, com foco nas questões agrícolas e ambientais. Trabalha, também, na criação de reservas ambientais na região, no apoio à pesquisa científica - alojando em suas instalações jovens universitários-, no cultivo de horta comunitária - onde a população local pode adquirir hortaliças e verduras orgânicas a baixo custo - e na preservação da cobertura vegetal, na qual predomina a candeia (*gochnata polymorpha*), madeira que queimada desprende um cheiro agradável (SANTIAGO, 2006).





Figura 65 - Sede e horta da Funivale
Fotos do autor, 2010

Setor 2



As infraestruturas deste setor vão aparecer numa segunda etapa do desenvolvimento da localidade, já no século XIX, quando é construída a Capela de N. Sra. do Rosário e em seu entorno começam a surgir novas habitações, configurando o que hoje se chama Largo do Rosário, mostrado na Figura 66.

.



Figura 66 - Vista atual do Largo do Rosário
Foto do autor, 2010

Estas infraestruturas assentam-se na região mais plana do Distrito, no fundo do vale chato que constitui o suporte físico da localidade. A partir do Largo do Rosário e em direção ao Largo Félix Antônio as edificações foram sendo construídas, ao longo da estrada que vinha de Milho Verde e ia para Diamantina, hoje chamada Rua do Rosário. A leste desta rua, nas faixas de terreno entre ela e o rio, as edificações, de um pavimento apenas, foram se implantando com fachadas frontais junto ao alinhamento e fundos abrindo-se para o rio. A oeste da rua as edificações também se puseram junto ao alinhamento, guardando quintais aos fundos e, muitas vezes, nas laterais dos terrenos. Ainda hoje as edificações mantêm estas características, não tempo sido observado desmembramentos de terrenos ou construções recentes. Na Figura 67 observam-se edificações do Setor 2, às margens da Rua do Rosário, que, como se pode ver, ainda guardam suas características originais.





Figura 67 - Edificações e arruamento no Setor 2
Fotos do autor, 2010

Continuando a ocupação em direção ao norte, a mancha urbana de São Gonçalo, ainda no seculo XIX, vai constituir um outro largo, chamado Largo do Comércio. Nele se instalou o comércio local, que, como já foi dito anteriormente, fizeram de São Gonçalo um centro comercial de relativa importância.

O largo do Comércio não mudou o seu uso. Ainda hoje é lá que se concentram a mercearia, conhecida por Mercearia da Mariquinha, a padaria, lojinhas de artesanatos e doces, como se pode ver pelas fotografias do local mostradas na Figura 68.



Figura 68 - Fotografias do Largo do Comércio
Fotos do autor, 2010

Continuando a expansão, a mancha urbana, ainda no século XIX, ocupa a chamada Rua do Comércio, que nasce no Largo do Comércio e termina na Cachoeira do Comércio. Nesta rua as edificações guardam as mesmas características já descritas para as edificações do Setor 2. Contudo, os espaços livres são mais limitados, sem calçamento. Assim mesmo, a impressão que se tem é a de que há um esforço comunitário em mantê-los limpos e bem cuidados. A Cachoeira do Comércio, um dos pontos mais visitados pelos turistas também é bem cuidada.

É importante destacar que o Rio das Pedras está presente em quase todas as paisagens do Setor 2. Em determinado momento ele é visto por quem está nos espaços públicos, em outros ele se esconde nos quintais das casas. Mas o que se nota é que em nenhum trecho suas margens parecem estar ameaçadas. Os quintais das casas fazem a preservação das suas margens e nos espaços públicos nota-se a manutenção de faixa de vegetação ao longo de todo o seu percurso.

No Setor 2 o turismo no Distrito produziu poucas alterações no sistema de objetos das paisagens. Estas alterações limitaram-se à construção de poucas casas de adventícios, que chegaram à localidade em meados dos anos de 1980. Contudo, diferente de Milho Verde, não são casas para aluguel por temporada, mas residências fixas destes novos moradores ou 2ª. residência. Não se observou indício de prática rentista neste setor.

Foi nesta área do Setor 2 que o alemão Martin Kuhne implantou, em 1991, a espaçosa e bem projetada sede da Associação Cultural e Comunitária de São Gonçalo do Rio das Pedras – Sempre Viva, cuja sede é mostrada na Figura 69.

.



Figura 69 - Sede da Associação Comunitária de São Gonçalo
Foto do autor, 2010

Esta Associação, fundada por Martin, alguns moradores e amigos, em 1985, foi que começou todo o processo de articulação comunitária que transformou a vida dos moradores locais. Na sua sede funcionam, hoje, um telecentro, que promove, em convênio com o Governo Federal e a ONG Gemas da Terra, a inclusão digital da comunidade local (Figura 70), uma creche para 50 crianças, oficina de fabricação e venda de tapetes (Figura 71), aulas de ginástica e recreação (Figura 72), capoeira, *tai-chi-chuan*, reuniões comunitárias, bailes, festas e outros eventos. Das entrevistas realizadas na pesquisa de campo percebe-se que a comunidade de São Gonçalo não só participa, mas se sente orgulhosa do trabalho desenvolvido pela Associação, como demonstra o relato de uma moradora:

> Sempre tá tendo coisa boa aqui [na Associação]. Tenho dois filhos e eles vêem prá cá quase toda tarde. Ficam fazendo trabalho [escolar] no computador ou participando de algum curso. Fico tranqüila porque sei que eles estão em boas mãos. Eu e meu marido, a gente também ajuda aqui. Às vezes a gente ajuda a limpar, arrumar o salão. A gente também vem aqui nos finais de semana. Prá dançar um forrozinho...porque a gente também quer se divertir, né?

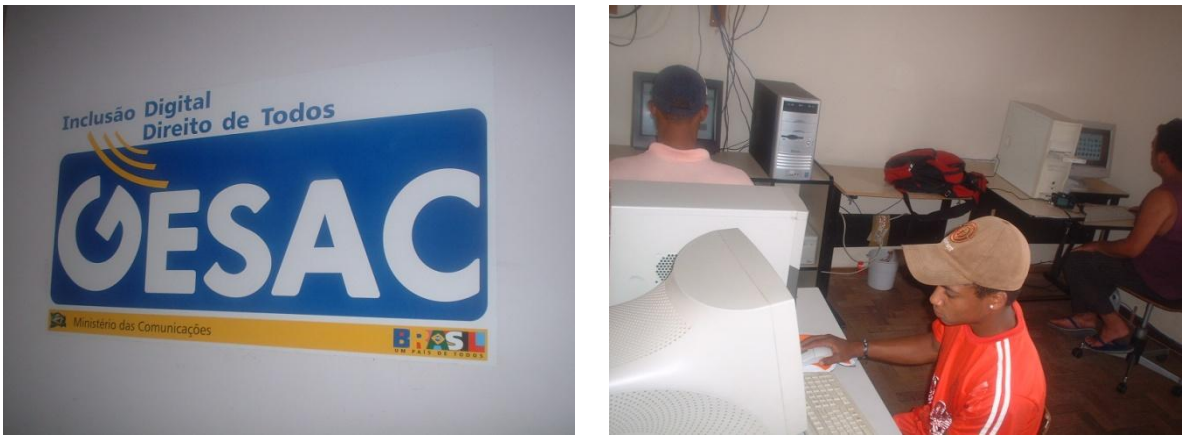


Figura 70 - Centro de Inclusão Digital de São Gonçalo
Fotos do autor, 2010





Figura 71 - Teares e tapetes fabricados pela escola da Associação Comunitária de São Gonçalo
Fotos do autor, 2010

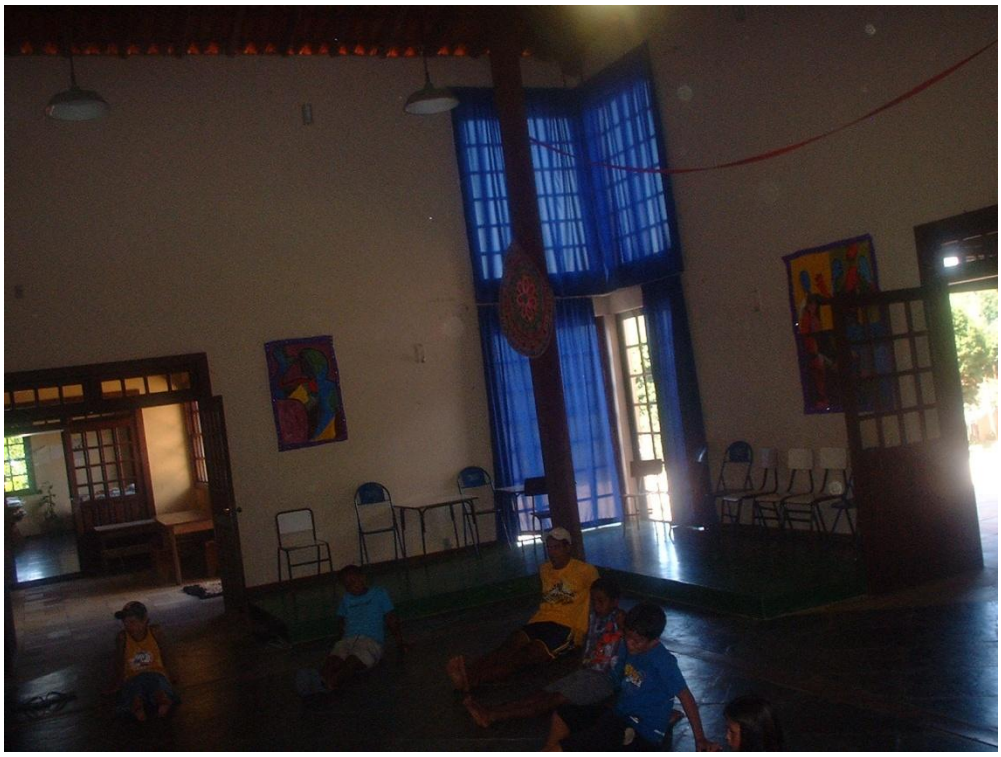


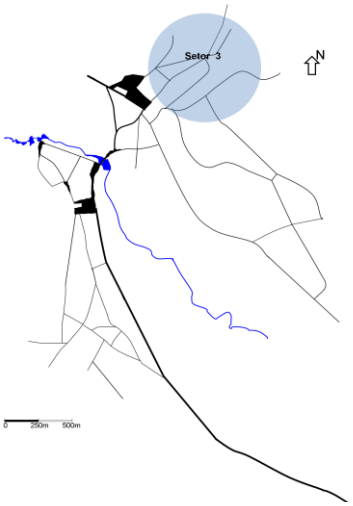
Figura 72 - Aula de recreação na Associação Comunitária de São Gonçalo
Foto do autor, 2010

Também no Setor 2 localiza-se a Escola Estadual Mestra Virgínia, com ensino do pré-escolar ao médio. Segundo a sua diretora, a escola, fundada em 1950, passou a ter sede própria em 1979. Em 1993, por mobilização de Martin, a entidade alemã Amntena patrocinou a sua reforma, através da Associação Comunitária Sempre Viva. De fato, constatou-se, na pesquisa de campo, as excelentes condições das instalações da escola: ampla biblioteca, refeitório, quadra de esporte, salas de aulas com equipamentos, mini-auditório, todos espaços acessíveis. Durante a pesquisa, em período de férias escolares, percebeu-se que a escola é utilizada pela comunidade para outros eventos, como teatro, shows musicais, dentre outros. O pesquisador participou de duas reuniões na escola em que foram apresentados vídeos feitos por alunos sobre a vida de pessoas da comunidade.

Outras associações e organizações, a partir e com apoio da Associação Comunitária Sempre Viva, foram criadas: a Associação Clube de Mães, criada em 1986, para promover a geração de renda para as mulheres; a Casa de Doces, em 1987, uma cooperativa, também de mulheres, que fabrica e comercializa doces caseiros; a já citada Funivale, dentre outras.

Setor 3

Este setor começa a ser ocupado em meados do século XX pela população mais carente do Distrito. Ali as casas são mais simples, mas ainda ocupando lotes maiores, cerca de 1000 m2. Neste setor, os primeiro lotes tinham uma testada menor (por volta de 10 a 20m) e uma profundidade maior (30 a 50m). As casas, construídas no alinhamento, ainda hoje possuem grandes quintais plantados com frutas, legumes e hortaliças, além de criação de pequenos animais.



Atualmente, estas casas não sofreram alterações na tipologia de ocupação do terreno. Contudo, com o aumento da atividade turística a partir dos anos de 1990, muitos moradores, incentivados pelo programa Turismo Solidário[40], do IDENE, recebem em suas residências turistas com menor poder aquisitivo, que não podem pagar as diárias das cinco pousadas ou que estão em busca de uma nova experiência, vivendo o dia a dia de uma família da comunidade. A este respeito relata a proprietária de um imóvel no Setor 3 que participa do receptivo familiar Turismo Solidário:

> O pessoal das pousadas encaminha muita gente que não pode pagar as diárias deles prá ficar hospedado aqui. Também tem aqueles que querem ficar na casa de família, que telefonam e fazem as reservas. Às vezes ficam o mês inteiro. Já recebi gente de muito lugar do mundo: França, Austrália, Alemanha. Eu e minha família, a gente gosta muito. Dá prá ganhar um dinheirinho.

Na Figura 73 vê-se uma casa típica do setor 3 que participa do Turismo Solidário.

[40] O Programa Turismo Solidário do IDENE é um sistema de receptivo familiar que permite que o turista fique hospedado na casa de moradores da comunidade, que são capacitados pelo Instituto para recebê-los.



Figura 73 - Residência no Setor 3 que participa do Programa Turismo Solidário
Foto do autor, 2010

Uma nova expansão do Setor 3 têm-se processado atualmente. Trata-se de compra de terrenos maiores (3.000 a 5.000 m2) onde adventícios recentes têm construído casas de 2ª. residência ou até moradias permanentes. É o caso do proprietário de um restaurante, sofisticado para os padrões locais, que, junto com a mãe e irmã, adquiriu uma gleba na região e construiu nela três casas e um restaurante. Neste restaurante, que só abre nos feriados e fins de semana, ele próprio cozinha, auxiliado por funcionários que moram em São Gonçalo. Segundo ele:

> Essa é uma opção de vida. Vim prá cá há uns oito anos e comecei a construir este restaurante. Depois vieram minha irmã e minha mãe. Cada uma mora em sua casa, todas no mesmo terreno. Minha mãe é aposentada e minha irmã dentista, que trabalha no PSS [Programa Saúde da Família, do Governo Federal] daqui. Eu cozinho e só abro o restaurante nos feriados. Aqui não é barato. Por isto só vem gente muito selecionada.

Assim como este proprietário, os novos adventícios daquele setor constroem nos centros dos lotes, normalmente irregulares, casas que, geralmente são planejadas por arquitetos. Tratam os espaços livres dos terrenos inserindo jardins planejados, piscinas e equipamentos de lazer. Não são edificações construídas com finalidades rentistas.

Os espaços livres do Setor 3, na ocupação mais antiga, recebem calçamento poliédrico e iluminação pública. Na recente expansão, o sistema viário não possui calçamento, mas tem

iluminação pública. Nas ruas, são preservadas árvores e vegetações típicas, revelando uma preocupação da população de São Gonçalo com a preservação do meio ecológico.

No Setor 3 não se percebeu nenhuma área natural ameaçada, seja por processos erosivos criados pela abertura de novas vias, seja pela ocupação de áreas impróprias para a construção.

Setor 4

Este setor começa a ser ocupado a partir dos anos de 1990, como uma expansão da localidade para o sul. Trata-se de área onde ainda existem muitos vazios urbanos, sobretudo ao longo da estrada que chega de Milho Verde. As novas ocupações que têm se implantado no Setor 3 são construídas no alinhamento ou com um pequeno recuo frontal, com quintais aos fundos. Contudo, por serem edificações novas, estes quintais e demais áreas livres dos lotes ainda não estão formados. As edificações são de apenas 01 pavimento, rebocadas e pintadas, como as que se vê na Figura 74.

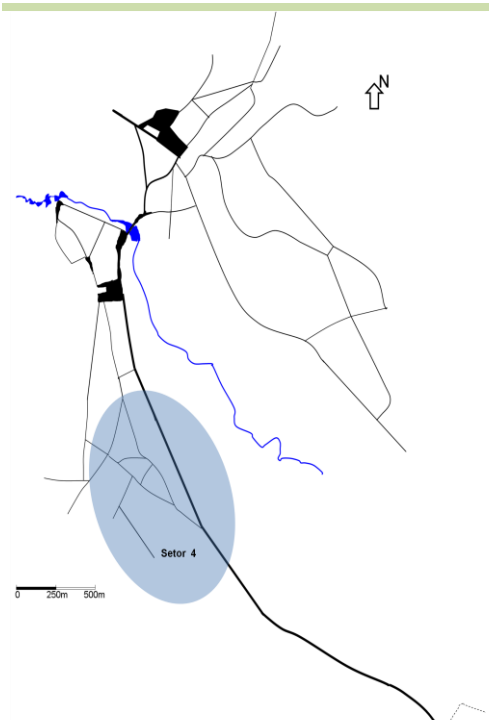





Figura 74 - Edificações típicas do Setor 4
Fotos do autor, 2010

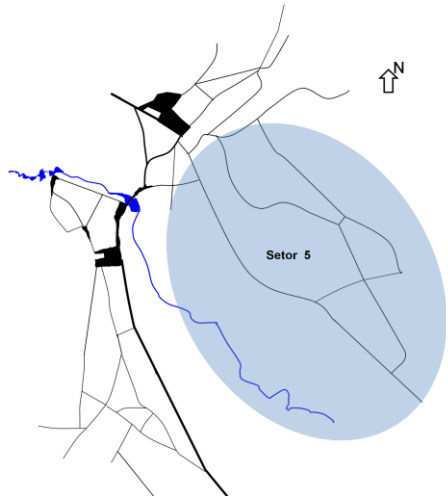
A pesquisa de campo revelou que neste Setor as edificações abrigam tanto moradores quanto pessoas de Diamantina, Serro ou Belo Horizonte que ali construíram casas para o turismo de 2ª. residência.

As ruas do Setor 4 não possuem calçamento ou passeios. Contudo, o que se observou é que os construtores procuraram construir as casas com um recuo da via da ordem de 3 a 5 m, como se pode ver pela Figura 75. Esta faixa, quase sempre gramada, serve para a circulação de pessoas ou estacionamento de veículos. Embora não haja uma planificação formal dos espaços livres, eles se mantêm limpos e bem cuidados.



Figura 75 - Vias típicas do Setor 4
Foto do autor, 2010

Setor 5



Este setor localiza-se na porção leste de Milho Verde, em terras na vertente do vale que cai em direção ao Rio e ao Setor 2. Ali, percebe-se a ocorrência de um tipo de ocupação que responde às demandas do turismo que se pratica na localidade. É neste setor que estão a maior parte das pousadas locais e construções utilizadas como turismo de 2ª. residência.

Pelo que se apurou das entrevistas e pela observação das tipologias das edificações, pode-se inferir que a ocupação do Setor 5 começou no final dos anos de 1980, acentuando-se nos anos de 1990.

Os terrenos do Setor 5 são maiores, variando de 3.000 a 10.000 m2, segundo o modelo de chacreamento, muito comum na região no período colonial, como já se demonstrou anteriormente. O arruamento do Setor 5 não segue uma malha regular, ortogonal. Acompanha as curvas de nível e sua implantação não produziu grandes cortes e aterros. O que se percebe é

que o arruamento adequa-se ao terreno e também à vegetação. Embora a vegetação predominante seja a de cerrado, algumas árvores de grande porte típicas da Mata Atlântica, são encontradas ali. O que se nota é que o arruamento foi construído procurando evitar o corte destas árvores maiores que passaram, assim, a fazer parte do sistema de espaços livres públicos do setor. Na Figura 76 observa-se uma rua do Setor 5, com árvores maiores nos lotes e no espaço público. Pode-se observar, também, que a sinalização pública é feita com tótens de madeira colocados pela própria comunidade. Esta sinalização é bem diferente daquela realizada pelo Projeto Estrada Real em Milho Verde.



Figura 76 - Rua do Setor 5
Foto do autor, 2010

Na Figura 77 vê-se, a partir de imagem do *Google Earth*, algumas ocupações do Setor 5. As delimitadas em vermelho representam duas pousadas: Pousada do Capão e Pousada do Pequi. Estas pousadas seguem a mesma tipologia arquitetônica: possuem uma sede, onde ficam as áreas comuns, como refeitório, sala de leitura, etc., e unidades isoladas, com quarto e banheiro, espalhadas pelo terreno. Há um trabalho de paisagismo nos espaços livres que interligam estas unidades que revela a preocupação em incorporar as espécies nativas aos jardins. Na mesma Figura 77 vê-se, em amarelo, as áreas onde se implantam edificações para o turismo de 2ª. residência.

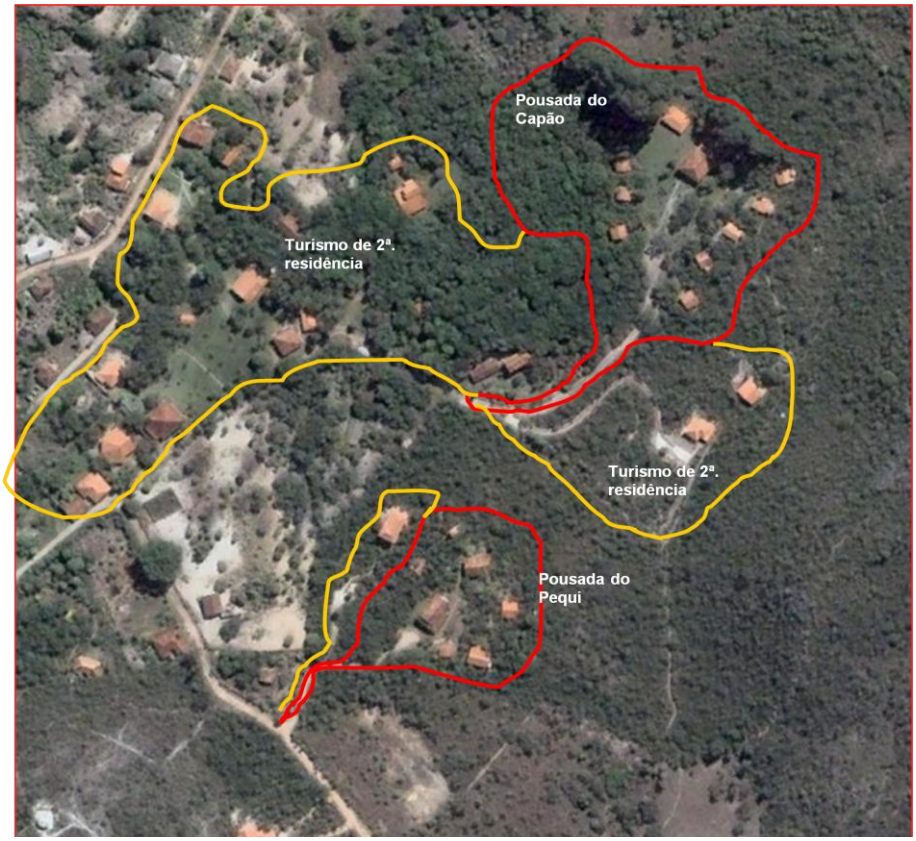


Figura 77 - Ocupações no Setor 5
Fonte: *Google Earth*, 2010

Na Figura 78 é mostrada a implantação da Pousada do Pequi, localizada na Rua do Jatobá. A pousada tem uma sede e 5 unidades isoladas, projetadas por uma arquiteta de Belo Horizonte, que optou por uma linguagem simples e local. Vizinha a ela vê-se uma pequena chácara de 2ª. residência, com a casa localizada bem no interior do lote, cercando-se de vegetação nativa pelos lados. Na Figura 79 vê-se a fachada frontal da sede da Pousada do Pequi.

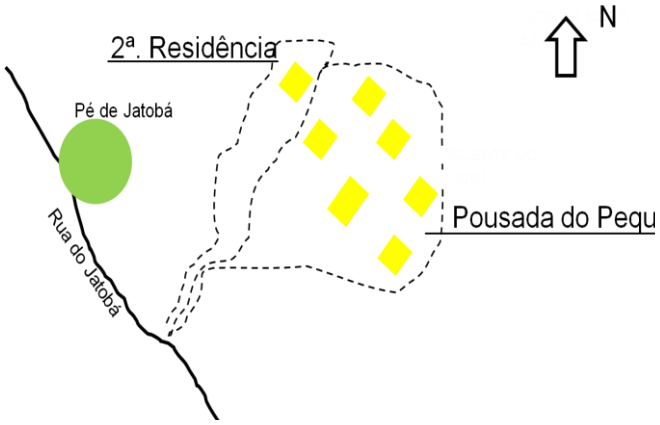


Figura 78 - Implantação da Pousada do Pequi
Elaboração própria



Figura 79 - Sede da Pousada do Pequi
Foto do autor, 2010

4.2.2.2 Avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos informantes-chave e gestores do turismo

Por ocasião da pesquisa de campo aplicou-se o *Formulário Pré-Codificado B – Entrevistas com Gestores e Informantes-Chave para Avaliação da Sustentabilidade das Paisagens*, mostrado no APÊNDICE 4, a 1 funcionário da Prefeitura do Serro e 5 informantes-chave no Distrito de São Gonçalo. Os principais resultados foram:

- 1 entrevistado (16,67%) afirmou que a população participa muito da formulação e gestão das políticas públicas no Distrito, 3 entrevistados (50,00%) afirmaram que a população participa e 2 (33,33%) que ela participa pouco.
- 6 (100%) responderam que o planejamento é multisetorial, não havendo integração entre os entes federados e nem entre os órgãos de um mesmo ente.
- 6 (100%) consideram que o Plano Diretor do Serro não trata adequadamente as questões relativas a São Gonçalo, dedicando-se pouco às questões específicas do Distrito. Segundo um informante-chave "o Plano Diretor que foi feito não considerou as manifestações da comunidade. A comunidade opinou, mas quase nada foi contemplado";
- 4 (66,67%) afirmaram que o preço da moradia no Distrito é aceitável e 2 (33,33%) que o preço é baixo;
- 4 (66,67%) desconhecem políticas de apoio à formação de ONGs no Distrito e 2 (33,33%) afirmaram conhecer;
- 6 (100%) responderam que as políticas públicas praticadas no Distrito não são integradas;
- 4 (66,67%) afirmaram que as políticas de preservação do patrimônio são adequadas e 2 (33,33%) que elas são inadequadas. 6 (100%) afirmaram que há vigilância sobre os bens protegidos, promovida pela própria população local;
- 6 (100%) afirmaram desconhecer projetos de combate a degradação do solo e proteção de mananciais na localidade;
- 6 (100%) afirmaram que a própria comunidade promove o monitoramento e vigilância dos ecossistemas frágeis do Distrito;
- 1 (16,67%) afirmou não haver qualquer controle sobre as práticas turísticas em áreas naturais e 5 (83,33%) haver algum controle, feito pela comunidade;

- 6 (100%) afirmaram que há efetiva preservação de APPs, promovida pela comunidade;
- 4 (66,67%) afirmaram que os equipamentos de educação do Distrito são satisfatórios; 1 (16,67%) afirmaram que são bons; 1 (16,66%) que são ótimos;
- 5 (83,33%) afirmaram que os equipamentos de saúde são ótimos (a localidade conta com um posto de saúde, com um médico, um dentista e um enfermeiro, todos residentes em São Gonçalo), e 1 (16,67%) satisfatórios;
- 6 (100%) afirmaram desconhecer qualquer programa de incentivo a construções sustentáveis, tecnologias limpas e renováveis no Distrito;
- 6 (100%) desconhecem qualquer programa de controle da poluição das águas.

4.2.2.3 Avaliação da sustentabilidade das paisagens pelos moradores

O Distrito de São Gonçalo contava, em 1991, segundo o Censo do IBGE (SIDRA, 2010), com 364 domicílios, sendo 217 urbanos e 147 rurais. O total de moradores do Distrito, segundo a Contagem da População de 2000 (SIDRA, 2010), era de 1522 pessoas, com 793 delas (52,10%) vivendo na área urbana. Dos 793 moradores da área urbana, 407 (51,32%) são homens e 386 (48,68%) mulheres. Possui 195 chefes de domicílios, sendo 143 (73,33%) homens e 52 (26,67%) mulheres. Dos chefes de domicílio, 49 (25,12%) não tem qualquer instrução, 116 (59,48%) têm até 4 anos de estudos, 18 (9,23%) de 4 a 8 anos, 12 (6,15%) mais de 8 anos. Com relação à faixa etária, dos 793 moradores da área urbana, 345 (43,51%) têm até 19 anos de idade, 162 (20,42%) de 20 a 34 anos, 94 (11,85%) de 35 a 44 anos, 125 (15,76%) de 45 a 64 anos e apenas 67 (8,44%) tem mais de 65 anos de idade.

Na pesquisa de campo, aplicou-se 79 formulários (10% da população urbana do Distrito) *Pré-Codificado C – Entrevista Padronizada com Moradores para a Investigação de Verticalidades e Sustentabilidade das Paisagens*, apresentado no APÊNDICE 5. Dos 79 entrevistados, 48 (60,75%) eram mulheres e 31 (39,25%) homens. Quanto à instrução, em anos de estudos, os entrevistados declararam ter (Gráfico 12):

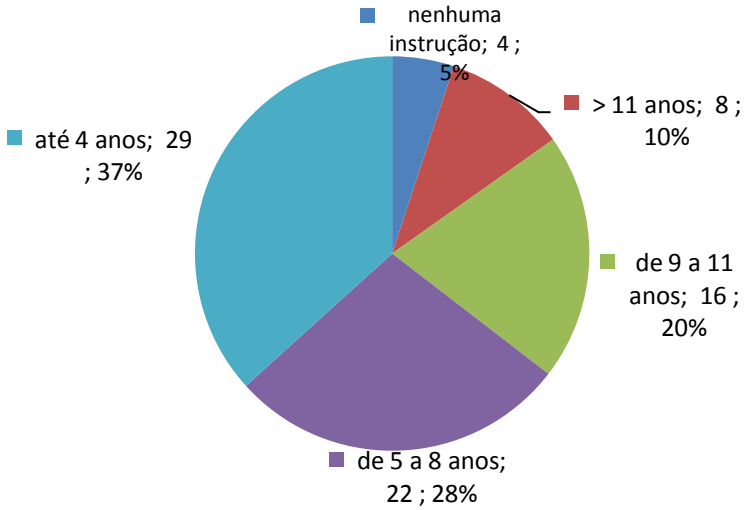


Gráfico 12- Escolaridade dos entrevistados de São Gonçalo

Quanto à renda mensal, em salários mínimos, os entrevistados declararam receber (Gráfico 13):

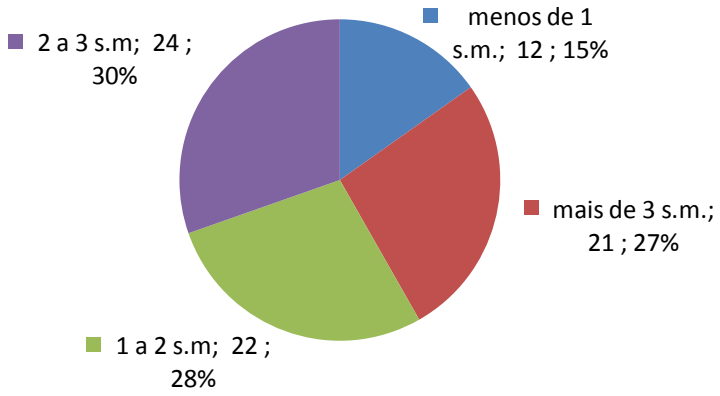


Gráfico 13 - Renda mensal em salários mínimos dos entrevistados de São Gonçalo

7 entrevistados (8,86%) declararam receber auxílios do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Os entrevistados declararam trabalhar nas seguintes atividades (Tabela 4):

Tabela 4 – Ocupação dos entrevistados de São Gonçalo

Atividade:	Frequência	% válida
Aposentados	13	16,46
Artesãos	12	15,18
Comerciantes	10	12,66
Do lar	9	11,39
Estudantes	8	10,13
Prof. Liberais ou empresários	7	8,86
Agricultores	5	6,32
Empregados no turismo	4	5,06
Desempregados	4	5,06
Func. Públicos	3	3,80
Const. Civil	2	2,54
Outros	2	2,54
Total	79	100

Com relação à idade, os entrevistados declararam ter (Gráfico 14):

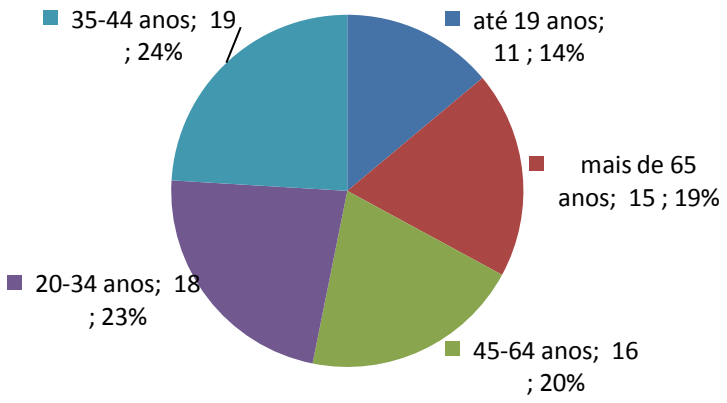


Gráfico 14- Faixa etária dos entrevistados de São Gonçalo

Quanto ao estado civil, os entrevistados declararam-se (Gráfico 15):

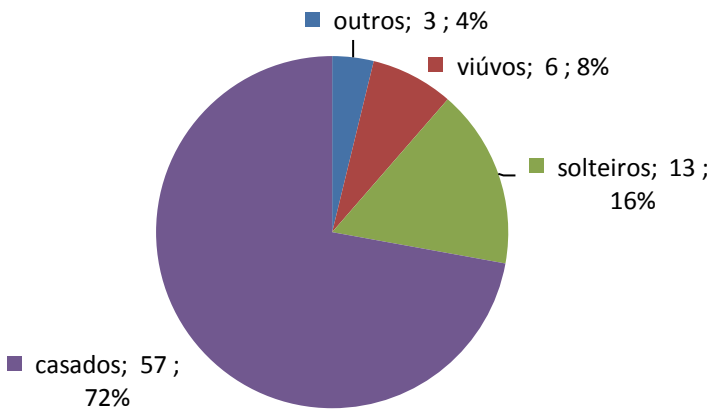


Gráfico 15- Estado civil dos entrevistados de São Gonçalo

À pergunta, *Participa ou já participou de atividades de planejamento ou discussão de problemas da sua comunidade*, as respostas foram (Gráfico 16):

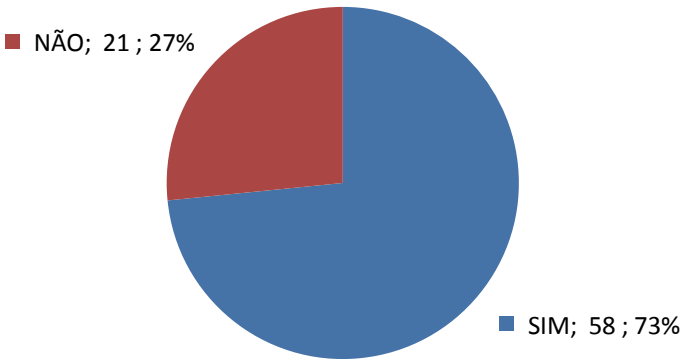


Gráfico 16 – Participação dos entrevistados de São Gonçalo nas atividades de planejamento

À pergunta, *O preço da moradia no Distrito é...:*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 17:

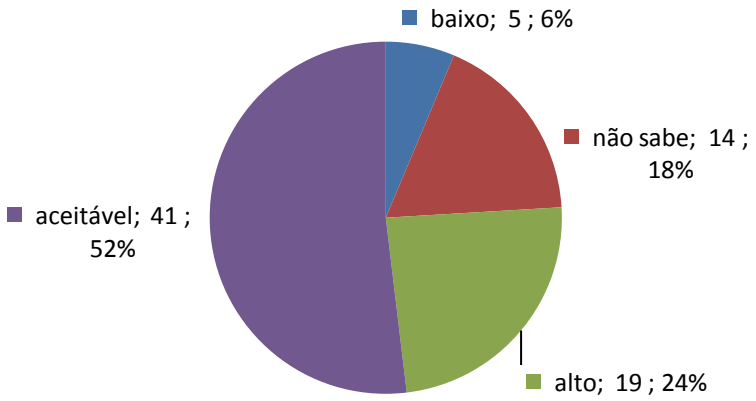


Gráfico 17 - O preço da moradia em São Gonçalo segundo os entrevistados

À pergunta *Como qualifica os serviços de educação do seu Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 18:

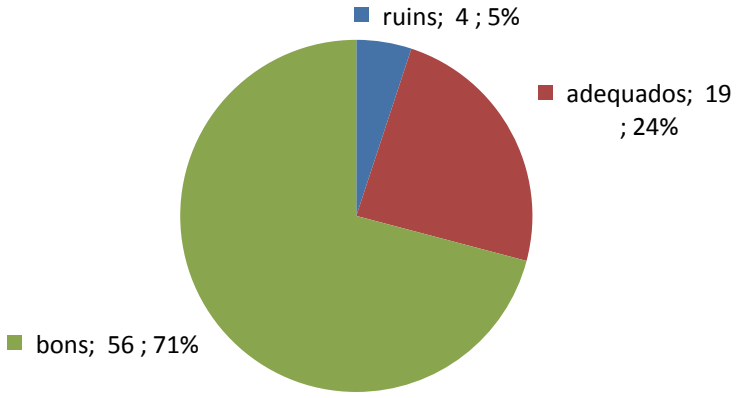


Gráfico 18 – Qualidade dos serviços de educação segundo os entrevistados de São Gonçalo

À pergunta *Como qualifica os serviços de saúde do seu Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 19:

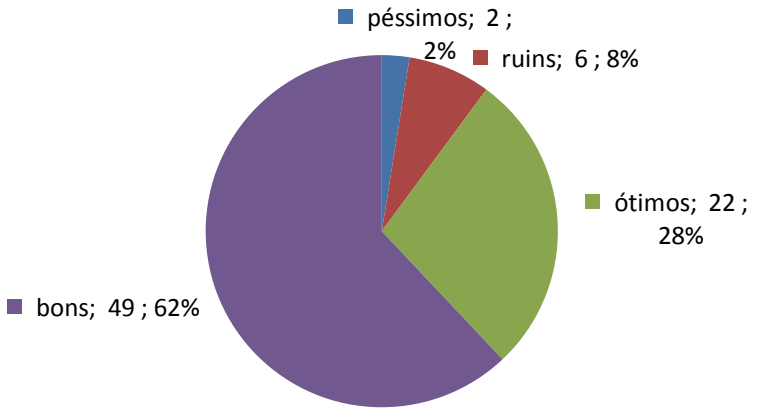


Gráfico 19- Avaliação dos serviços de saúde pelos entrevistados de São Gonçalo

À pergunta *Como qualifica os serviços de transporte do seu Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 20:

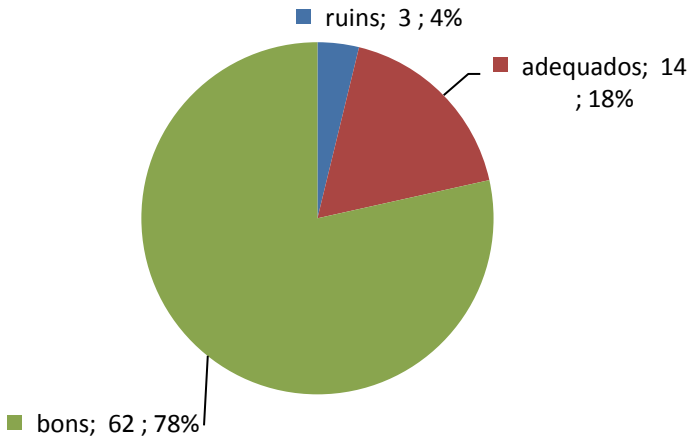


Gráfico 20 – Avaliação dos serviços de transporte pelos entrevistados de São Gonçalo

À pergunta *Como você avalia a segurança pública no Distrito*, as respostas foram as apresentadas no Gráfico 21:

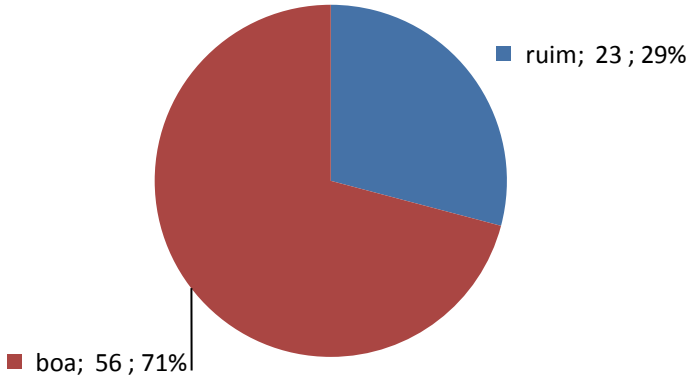


Gráfico 21 – Avaliação da segurança pública pelos entrevistados de São Gonçalo

A maioria dos entrevistados ressalvou que a segurança é boa porque quase não há delitos e a comunidade controla o espaço público. As respostas também evidenciaram que o turista de São Gonçalo é mais educado. Costumam sempre comparar o turista de São Gonçalo com o de Milho Verde: "aquele turista que vai prá Milho Verde às vezes vem prá cá. Mas a gente fica de cima. Não aceitamos bebedeira e bagunça na rua!", diz um entrevistado. Os entrevistados que consideraram a segurança pública ruim atribuem o fato à ausência de destacamento da Polícia Militar no Distrito. Nas respostas a este quesito ficou evidente o quanto a comunidade de São Gonçalo se orgulha da sua capacidade de controlar as práticas humanas sobre os espaços livres públicos.

Em resumo, a população do Distrito de São Gonçalo é urbana, jovem (75,78% têm até 44 anos), casada, com renda maior que a de Milho Verde e a renda per capita mineira e nacional (56,96% dos entrevistados de São Gonçalo declararam renda acima de 2 salários mínimos mensais), mais escolarizada que a população de Milho Verde [22 (27,85%) têm de 4 a 8 anos de estudos e 28,25% mais de 8 anos]. Trabalham em atividades ligadas aos serviços (56,84%, sem contar os aposentados e estudantes), principalmente aqueles ligados ao turismo.

Esta população urbana participa das decisões dos destinos de sua comunidade, considera bons e adequados os serviços de saúde, educação e segurança pública. Acha o preço dos imóveis no Distrito aceitável. É consciente e organizada, participa das decisões que digam respeito a seu Distrito e controla as atividades urbanas que ocorrem nos seus espaços livres coletivos.

4.2.2.4 O turismo nas paisagens de São Gonçalo

Os empreendimentos turísticos de São Gonçalo são administrados por pequenos empresários ou núcleos familiares. Nas pousadas e estabelecimentos comerciais visitados, embora o próprio empresário e/ou familiares estejam presentes na administração dos estabelecimentos, nota-se a presença de empregados com uma maior profissionalização, se comparados aos estabelecimentos de Milho Verde.

Uma parte da comunidade, constituída de donas de casa, aposentados e desempregados, principalmente mulheres, trabalha nos fins de semana, feriados e férias em serviços domésticos nas casas dos que possuem 2ª residência na localidade, ou nas pousadas e restaurantes, recebendo apenas nos dias trabalhados.

As mulheres do Distrito têm-se organizado e se ocupado de atividades ligadas ao artesanato para venda aos turistas, tais como a produção de doces caseiros, licores e vinhos, artesanato de capim e tapeçaria. Estas mulheres organizam-se em cooperativas ou outras organizações, tais como o Clube de Mães, o Grupo de Mulheres, que produz e comercializa sabonetes, plantas do cerrado e os vendem em loja própria ou nas pousadas, a Casa de Doces, que fabrica doces caseiros comercializando-os em loja própria no Largo Félix.

Em São Gonçalo, alguns restaurantes e bares têm, contíguos, as residências dos seus proprietários. Contudo, parece haver uma maior separação entre as áreas destinadas à vida privada e aquelas destinadas ao atendimento ao turista. Em São Gonçalo esta convivência mais próxima entre turista e morador ocorre com mais intensidade nas casas que aderiram ao Turismo Solidário.

Em São Gonçalo notou-se menos informalidade no atendimento ao turista do que em Milho Verde. As pousadas utilizam camareiras e funcionários mais preparados e nos estabelecimentos em que a própria família gerencia o negócio, percebe-se uma intenção de prestar um atendimento mais profissional. Este fato pode ser explicado, em parte pelo perfil do turista: o turista de São Gonçalo tem maior poder aquisitivo, viaja com a família e exige um atendimento melhor. Observou-se, também, que em São Gonçalo há uma maior preparação, tanto dos espaços físicos quanto da mão-de-obra, para receber o turista.

Informações sobre atrações turísticas, festas e eventos são obtidas com mais facilidade em São Gonçalo do que em Milho Verde. Elas estão disponíveis ao turista de São Gonçalo nas pousadas, restaurantes, na Casa de Doces, na Associação Comunitária e em

outros pontos de encontro. Há sinalização dos principais atrativos, mas esta sinalização não tem a marca do Projeto Estrada Real. Ela é feita em tótens de madeira, construídos pela própria comunidade. Também aqui não se encontrou estabelecimentos comerciais com a marca "Real", como em Milho Verde. Os estabelecimentos, pontos turísticos e associações têm nomes de coisas locais, tais como: Associação Comunitária Sempre-viva, Cachoeira da Gruta Seca, Cachoeira do Pacu, Cachoeira do Comércio, Grota Seca, Presépio de Da. Lena, Restaurante Angu Duro, Restaurante do Ademil, Pousada Refúgio dos Cinco Amigos, Pousada Fundo de Quintal, Pousada do Capão, Pousada do Pequi, etc.

Os moradores de São Gonçalo, perguntados *Na sua opinião, o turismo no Distrito gera...*, responderam:

Tabela 5 - Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em São Gonçalo

O turismo gera:	Frequência	% válida
Muitos conflitos	3	3,79
Alguns conflitos	8	10,14
Poucos conflitos	59	74,68
Nenhum conflito	9	11,39
Total	79	100

Nota-se, na Tabela 5, que a grande maioria vê a atividade turística no Distrito como geradora de poucos conflitos. Perguntados sobre quais são os principais fatores geradores destes poucos conflitos, os moradores citaram, espontaneamente, os seguintes:

Tabela 6 - Principais causas de conflitos em São Gonçalo

Respostas espontâneas	Quantidade de vezes em que o item foi citado
Barulho	65
Lixo e sujeira no espaço público	32
Circulação de veículos no espaço público	15
Drogas	13
Outros	9

O barulho, principalmente o som dos carros, foi a principal causa citada como geradora de conflitos em São Gonçalo, como mostra a Tabela 6. A segunda, a produção de lixo e sujeira no espaço público, seguida da circulação de veículos em alta velocidade nas áreas de calçamento poliédrico da localidade e, por último, o uso de drogas. Os moradores

fizeram questão de afirmar que estas causas são provocadas, principalmente, pelo turista de Milho Verde, que vem apenas visitar ou passar o dia em São Gonçalo. Segundo eles o turista típico de São Gonçalo procura a localidade pela sua tranqüilidade, sendo ele próprio um vigilante, junto com a comunidade, do espaço público.

A comunidade de São Gonçalo considera a atividade turística muito importante, como revelam as respostas à pergunta *Como considera a atividade turística para sua comunidade?* 69 moradores (87,34%) a consideraram muito importante, 9 moradores (11,39%) importante e 1 (1,27%) pouco importante.

Esta comunidade que reconhece a importância do turismo para o Distrito é articulada e engajada, participando das discussões que dizem respeito a seu destino, como revelam as respostas à pergunta *Participa ou já participou da discussão de problemas de sua comunidade.* 61 moradores (77,22%) responderam que participam ou já participaram de discussões sobre o destino de sua comunidade e 18 (22,78%) disseram nunca terem participado.

Sobre o Projeto Estrada Real, 71 moradores (89,87%) disseram conhecê-lo e apenas 8 (10,13%) não conhecê-lo.

O Projeto Estrada Real não é bem recepcionado pelos moradores de São Gonçalo. Dos 71 moradores que disseram conhecer o Projeto, as respostas à pergunta *Você acha que o Projeto Estrada real trará benefícios para você e sua família?* foram:

Tabela 7- Avaliação dos Benefícios do Projeto Estrada Real para São Gonçalo

Respostas	Frequência	% válida
Muitos benefícios	5	7,04
Alguns benefícios	8	11,27
Nenhum benefício	7	9,86
Benefícios e problemas	49	69,02
Mais problemas que benefícios	2	2,81
Total	71	100

Percebe-se, pela Tabela 7, que a grande maioria, 69,02%, acha que o projeto trará benefícios e problemas. Perguntados, então, quais seriam os benefícios destacados, as respostas foram:

Tabela 8- Benefícios do Projeto Estrada Real para Milho Verde

Respostas espontâneas	Quantidade de vezes em que o item foi citado
Geração de empregos	70
Aumento da renda das famílias	56
Aumento no movimento do comércio	45
Aumento das construções	14
Outras	5

Das respostas apresentadas na Tabela 8 nenhuma delas diz respeito à atividades que deveriam ser providas pelo Estado, ao contrário do que ocorreu em Milho Verde. Quando perguntados *Quais os problemas o Projeto Estrada Real poderia trazer?* as respostas espontâneas foram:

Tabela 9 - Problemas que o Projeto Estrada Real traria para São Gonçalo

Respostas espontâneas	Quantidade de vezes em que o item foi citado
Drogas	68
Violência	62
Bebidas	57
Sujeira e depredação do espaço público	47
Outras	9

Pelas respostas apresentadas na Tabela 9, nota-se que o morador de São Gonçalo teme que o Projeto Estrada Real traga para a comunidade um perfil de turista que desrespeita os espaços públicos e suas normas de convivência, passando a transformá-lo no espaço de utilização de drogas e bebidas, violento e sujo. É a mesma preocupação percebida na fala de uma moradora: "acho que a estrada asfaltada não vai melhorar nada prá nós. Só vai piorar! O nosso turista não vem prá cá por causa da Estrada Real. Ele já vinha antes. Um vinha, ia falando pro outro e assim foi crescendo. A gente quer que continue assim!".

4.2.2.5. Resultado: Paisagens côncavas

A topografia de São Gonçalo conforma um vale chato, em cujas vertentes norte e leste e no fundo plano se assentam as infraestruturas. Esta estrutura física, naturalmente côncava, recebe o sistema de objetos da localidade que tem se expandido sem invadir áreas ambientalmente frágeis e legalmente preservadas, como as margens do Rio das Pedras. Embora este curso d´água corte as áreas centrais da localidade, paralelo a sua rua principal, os quintais das casas têm guardado suas margens de processos de ocupação. Além disto, a vigilância exercida pela comunidade sobre estas áreas tem conservado a qualidade de seus espaços livres.

As novas ocupações decorrentes da expansão da atividade turística também não têm produzido problemas ambientais. As edificações de 2ª residência ou para pousadas são, em sua maioria, planejadas por profissionais qualificados. Assentam-se, principalmente na vertente leste em direção à área central, reforçando a concavidade do relevo e da ocupação original do sítio. Ao mesmo tempo, respeitam o terreno natural e conservam a vegetação nativa, que é incorporada ao paisagismo dos espaços livres particulares e públicos. Além disto, não se identificou em São Gonçalo processo de desmembramento de lotes em unidades menores e, tampouco, verticalização das edificações.

Na Figura 80 apresenta-se uma síntese da concavidade do sistema de objetos de São Gonçalo. Pelo esquema apresentado, três conjuntos de fatores reforçam a natural concavidade do relevo: i) a expansão das novas ocupações ocorrendo das áreas altas das vertentes para as áreas centrais situadas no fundo do vale (cor verde escuro da Figura 80); ii) a manutenção do gabarito térreo das edificações aproximando-as visualmente do solo e não do céu, representada no esquema da Figura 80 pela cor azul; iii) a preservação e manutenção dos ecossistemas, o que faz com que não se busque novas áreas ambientalmente frágeis para novas ocupações, representada na cor verde claro na Figura 80.

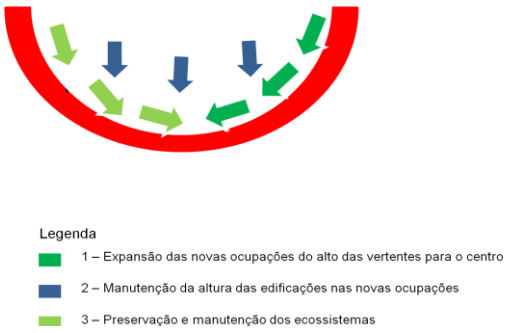


Figura 80 - Concavidade do sistema de objetos de São Gonçalo
Elaboração própria

A forma côncava do sistema de objetos de São Gonçalo é reforçada pela também concavidade do seu sistema de ações. Organizada e empoderada, a comunidade de São Gonçalo soube e sabe gerir os processos de mudanças das suas paisagens, exercendo sobre elas uma vigilância que busca garantir a preservação de uma qualidade de vida que aqueles habitantes consideram boa, como revelam os resultados da pesquisa de campo.

Assim, as forças horizontais de São Gonçalo colocam-se resistentes às verticalidades, sobretudo àquelas geradas pelo turismo, particularmente o Projeto Estrada Real. Não se percebe, então, mudanças nos sistemas de objetos das paisagens de São Gonçalo, provocadas pelo turismo, que estejam conduzindo para uma alteração na qualidade de vida conquistada por aquela comunidade. Não houve ocupações de áreas frágeis, aumento considerável do preço da moradia, desvalorização da cultura local, impactos sobre o patrimônio cultural, produção de espaços livres sujos e degradados.

A divisão social do trabalho que se desenhou em São Gonçalo procura incluir as mulheres nos processos formais de geração de renda, ocupa mais pessoas nos serviços do que na construção civil ou agricultura, gera mais empregos formais, se comparada a de Milho Verde e, por fim, revela a busca por atividades profissionais baseadas nas fontes locais, tais como a produção de doces, artesanato de capim, tapeçaria, vinho, etc.

No entanto, o poder público municipal – Prefeitura do Serro, ainda não se preocupa em reforçar a autonomia e a articulação comunitária, com vistas a aprofundar e garantir as conquistas coletivas de São Gonçalo. Ao produzir o Plano Diretor do Serro, de acordo com a pesquisa, não considerou a vontade popular local. No plano estadual, nota-se a ausência do

Governo de Minas Gerais na questão básica da segurança pública e no disciplinamento e fiscalização da APA – Água das Vertentes. O próprio Estado de Minas Gerais, dentro do Projeto Estrada Real, ao propor o asfaltamento da estrada que liga o Serro a Diamantina, inclusive nos trechos que passam dentro do Distrito, desafia e desconsidera a vontade manifesta da comunidade local, que solicita intervenções mais adequadas ao relevo, à hidrografia e às coberturas vegetais existentes no local, conforme se apurou na pesquisa de campo.



5

As forças que constroem as paisagens turísticas

5.1 As forças verticais incidentes

As forças verticais resultam de projetos e/ou ações comandados de fora dos territórios e são capazes de determinar ações internas que se processarão nas paisagens, resultando em sua alteração. Impõem-se através de ações planejadas, intenções de organização dos territórios. Em Milho Verde e São Gonçalo, estas verticalidades se impuseram, com muita força, em dois momentos: o primeiro, através da Demarcação Diamantina e o segundo, iniciado em fins do século XX, e que dura até os dias atuais, impostas pelo turismo.

Nos territórios estudados as forças verticais incidentes se fizeram presentes desde o processo de ocupação daquela região, aumentando a sua intensidade quando da sua transformação em Distrito dos Diamantes, impostas por uma rígida legislação e um controle estatal absoluto. Nas paisagens de Milho Verde, essas forças verticais incidentes, do período da dominação portuguesa até meados da década de 1980, encontraram pouca resistência das forças locais, por duas razões principais: i) no período da dominação portuguesa, qualquer tentativa de organização de reações locais era duramente reprimida; ii) depois, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, a existência de um poder político local conservador e oligárquico, o baixo nível de instrução da população, a sua dispersão nas zonas rurais, a falta de intercâmbio cultural e a dependência das atividades econômicas agropastoris, não possibilitaram a constituição de forças locais articuladas e coesas que pudessem oferecer algum tipo de reação organizada a essas verticalidades.

Em São Gonçalo, as forças verticais incidentes, do período colonial às décadas finais do século XX, embora da mesma natureza daquelas incidentes em Milho Verde, ali encontraram maiores resistências das forças locais. Essas resistências puderam constituir-se: i) pela maior presença de estrangeiros nos seus territórios, principalmente europeus, que traziam não só a sua cultura, mas, também, inovações tecnológicas e novas idéias políticas; ii) pela existência de um poder político liberal, contrário ao poder político conservador dominado pelas elites do Serro, o que criou em São Gonçalo uma força opositora aos conservadores valores monarquistas; iii) pela localidade ter se transformado num entreposto comercial, aberta, portanto, a trocas econômicas e culturais mais freqüentes; iv) pelo desenvolvimento de alternativas produtivas à mineração, tais como a indústria vinícola, as lapidações e a fabricação de doces, o que fez com que a localidade, após o declínio da mineração, ainda

mantivesse a sua economia em algum funcionamento; v) pela maior presença da população na área urbana, favorecendo a constituição de grupos sociais e as trocas cotidianas; vi) pela proximidade política e cultural com Diamantina, a cidade vanguardista que capitaneou o processo de industrialização mineiro. Esta proximidade fazia chegar à São Gonçalo novos valores e idéias.

Por pouco mais de um século, de 1860 a 1980, as forças verticais incidentes sobre os Distritos de Milho Verde e São Gonçalo diminuíram muito de intensidade, uma vez que, com o declínio da mineração do ouro e diamantes, desapareceu o interesse das firmas em explorar aquelas áreas, que se retiraram daquelas paisagens. Ao se retirarem, as firmas deixaram heranças, não só nos sistemas de objetos, como edificações, caminhos, equipamentos, mas, também no de ações, expressas por técnicas, fazeres, hábitos e tradições. Muitas destas heranças são hoje apropriadas pelo turismo. Algumas são mantidas como ruínas, como alguns fragmentos da Estrada Real ou minas onde se explorava o ouro, outras são requalificadas, como antigas fazendas que viraram pousadas e hotéis, a exemplo do que é praticado em outros lugares, principalmente na Europa, desde a década de 1970, como demonstrou Choay (1996). Dependendo do tipo de turismo que se instala nos territórios, as rugosidades deixadas neles têm maior ou menor valor. No turismo praticado em Milho Verde, os turistas procuram, sobretudo, a relação com a natureza, as cachoeiras, as piscinas naturais do lajeado, a vista e o pôr-de-sol nas montanhas. Não se valoriza o patrimônio arquitetônico na mesma medida que o natural e talvez seja esta a explicação para o primeiro encontrar-se tão abandonado na localidade, como se demonstrou no Capítulo 4. Em São Gonçalo, por sua vez, o turista quer estar num núcleo urbano colonial mineiro dos séculos XVIII e XIX, andar pelas ruas de paralelepípedos, sentar nas praças sob as sombras de grandes árvores, comer as frutas nos quintais das casas, beber uma aguardente no balcão da mercearia, experimentar os doces, licores, enfim, viver o seu cotidiano. Esta pode ser uma das explicações para o patrimônio arquitetônico e os espaços livres de São Gonçalo terem uma boa aparência e serem bem cuidados.

Os discursos do Projeto Estrada Real exploram as heranças deixadas pelas firmas ao longo das antigas Estradas Reais. As estratégias de comunicação do Projeto utilizam estas heranças no sentido que ensina RODRIGUES (1996, p.26), para "gerar e alimentar o processo fantasioso". O Caminho dos Diamantes, criado para o escoamento da produção minerária, para a entrada de víveres e para o controle do Distrito Diamantino, segundo princípios de

organização que visavam à dominação econômica, termina por ajudar, hoje, a dominação turística dos territórios por onde ele passa. Essa dominação começa pela publicidade do Projeto Estrada Real, que vende ao turista a idéia de que ele vai encontrar, no Circuito dos Diamantes, uma natureza exuberante a as reminiscências preservadas de outros tempos.

Os discursos do Projeto Estrada Real vieram se somar às novas forças verticais que passaram a incidir nos territórios estudados, trazidas pelo turismo, a partir das últimas décadas do século XX, explorando os recursos naturais e o patrimônio cultural que se manteve relativamente preservado, pelo abandono que tomou conta de todo o Norte Mineiro. Em Milho Verde, essas novas forças verticais incidentes produziram paisagens tendendo à insustentabilidade e em São Gonçalo à sustentabilidade.

Por que as novas forças verticais incidentes nos dois Distritos, em dois momentos históricos importantes, o primeiro, da mineração dos diamantes, e o segundo, do turismo, constituíram, naqueles territórios, paisagens tão distintas? As possíveis respostas são apresentadas nos próximos itens.

5.1.1 As Forças verticais incidentes e os resultados nas paisagens.

As forças verticais incidentes são capazes de produzir, nas paisagens, resultados positivos e/ou negativos. Chamam-se, aqui, de resultados positivos aqueles capazes de conduzir as paisagens à sustentabilidade, nos termos definidos no Capítulo 2, e resultados negativos aqueles que as conduziriam à insustentabilidade.

A imposição das rígidas regras do Distrito Diamantino aos territórios de Milho Verde e São Gonçalo produziu muita riqueza que foi, quase toda, enviada à Metrópole, deixando nas paisagens locais muito pouco. Contudo, essas forças verticais incidentes, além de implantar um sistema perverso de dominação e usurpação de riquezas daqueles territórios, produziram, também, embora em menor medida, benefícios, como alguma acumulação de capital nas mãos de brasileiros, o surgimento do comércio local, de fazendas para a produção de víveres para abastecer as minas, a criação de uma rede de caminhos, o surgimento de vilas e povoados, alguma aplicação da justiça, algum ordenamento territorial, alguns serviços públicos, dentre outros. Assim, as mesmas verticalidades incidentes produziram, no Distrito dos Diamantes, muitos efeitos negativos e alguns poucos positivos.

O segundo momento importante de incidência de verticalidades naqueles territórios, o do turismo, da mesma forma produziu efeitos negativos e positivos. No Distrito de Milho Verde, desde o seu início nos anos de 1980, as verticalidades impostas pelo turismo têm produzido alterações nas paisagens, conforme se relatou no Capítulo 4, cujo resultado mais geral é a ampliação da sua convexidade. O sistema de objetos da localidade tem se ampliado sem controle, em grande parte para a construção de edificações para aluguel a turistas ou para o turismo de segunda residência. Esta expansão tem se dado sobre áreas ambientalmente frágeis, no modelo de expansão centro-periferia, gerando a periferização dos nativos, aumentando a geração de lixo, a poluição dos cursos d'água, a devastação da fauna e flora, a concentração dos melhores terrenos urbanos, comércio e pousadas nas mãos de poucos, a maioria adventícios, dentre outros aspectos nefastos.

Já as mudanças no sistema de ações tem se caracterizado pela falta de oportunidades de trabalho formal, por baixos indicadores sociais, pela ausência de serviços públicos de qualidade, pelo aumento do consumo de álcool e drogas, que segundo os moradores são trazidos, principalmente, pelos turistas. Além disto, o turismo em Milho Verde tem produzido alguma perda da identidade cultural local que vem ocorrendo: em função da assimilação de novos valores culturais externos trazidos pelos adventícios, turistas e pela mídia; pela expulsão da população nativa para áreas periféricas que, assim, se dispersa dificultando a sua reunião para o exercício de algumas manifestações coletivas; pelo afastamento dos nativos dos espaços naturais e arquitetônicos que antes eram palco das manifestações culturais e agora se tornaram atrativos turísticos. Os espaços livres mais centrais, antes palco das peladas de futebol, das brincadeiras de crianças, das marujadas, catopés e outras manifestações culturais locais, hoje, estão sendo cercados pelas pousadas, bares e restaurantes e, nos feriados, férias e fins de semana transformam-se em estacionamentos dos carros de turistas e campings improvisados. Segundo relatos dos moradores, antes, quase todas as semanas, os grupos folclóricos se reuniam no Largo do Rosário, nos domingos à tarde. De acordo com eles, hoje isto é muito raro.

Se os resultados negativos das verticalidades em Milho Verde são bem visíveis, um esforço de interpretação dos dados pesquisados, contudo, revela que resultados positivos também podem ser observados, embora em menor escala. Alguns moradores, sobretudo os que têm pouca qualificação, que antes não tinham trabalho e/ou dependiam apenas da agricultura de subsistência, do trabalho nos garimpos clandestinos ou emigravam para os

grandes centros, hoje, já encontram outras alternativas de ocupação no Distrito, embora a natureza desta ocupação ainda seja precária. Essas alternativas são geradas, principalmente, pela prestação sazonal de serviços nas pousadas, bares e restaurantes e casas de veraneio, no trabalho com o artesanato e na construção civil.

A atual infraestrutura da localidade, por mais precária que seja, é muito melhor que antes da chegada do turismo, segundo relatos de moradores, pelo menos nas áreas centrais, pela pressão de turistas e empresários do turismo sobre as autoridades. De alguma maneira a comunidade acaba usufruindo destas melhorias.

Milho Verde e São Gonçalo nasceram de pessoas que vieram em busca de riqueza fácil, um bando de aventureiros, a maioria homens solteiros oriundos de Portugal, a quem interessava apenas achar as pedras, enriquecer e ir embora. Em Milho Verde, habitavam palhoças provisórias que foram se transformando, lentamente, em casas de pau-a-pique. Destes primeiros adventícios, poucos constituíram vínculos com aqueles lugares, pois a demarcação do Distrito Diamantino determinou a saída de quase todos, substituindo-os por funcionários da Coroa, escravos e soldados. Estes novos adventícios que vieram fizeram expandir a mancha urbana original, sem qualquer tipo de planejamento urbano, pois à Coroa interessava apenas controlar as minas e a sua produção, não interessando a ela oferecer respostas às demandas e necessidades das áreas mineradoras. Poucas destas respostas eram oferecidas pela Igreja Católica, "com seus desdobramentos laicos nas Ordens Terceiras, a principal responsável pela organização sócio-espacial urbana" (MONTE-MÓR, 2001, p.5). No entanto, também as Ordens não se preocupavam em planejar o espaço urbano e, tampouco, construir vilas sustentáveis.

As primeiras ocupações humanas em Milho Verde foram se formando em torno de capelas. Com o tempo, novos núcleos iam se formando em torno de novas capelas. Todo este processo era espontâneo, sem qualquer intenção planejada de organização territorial. As verticalidades da exploração diamantina faziam expandir as ocupações para instalar os adventícios que chegavam e aqueles que iam se tornando do lugar.

Em São Gonçalo o processo de expansão urbana também foi espontâneo, mas ocorreu com maior controle, produzindo paisagens urbanas mais qualificadas, pelos seguintes fatores, na avaliação deste autor: i) a maior presença de adventícios estrangeiros mais qualificados, como artífices, artesãos, técnicos de mineração, lapidadores, dentre outros, que residiam ali e construíam com maior técnica; ii) por ali residir o Intendente dos Diamantes,

que controlava a vida dos moradores com poderes até para confisco de bens e decretação de pena de morte sem processo; iii) por ali residirem os funcionários da Coroa de postos mais altos, que construíam edificações e espaços coletivos de melhor qualidade; iv) pela maior concentração da população nas áreas urbanas, o que exigia algum controle das atividades urbanas por parte do Intendente e das ordens laicas; v) pela existência de uma importante atividade comercial, que foi constituindo uma burguesia local que investia na edificações e nos espaços públicos.

No final do século XX, as novas verticalidades incidentes pelo turismo trazem novos adventícios para Milho Verde e São Gonçalo. Eles começaram a chegar ainda nos anos de 1970 e até hoje ainda chegam. Buscam, como se pôde constatar na pesquisa, uma qualidade de vida que não encontravam nas suas cidades de origem: tranqüilidade, liberdade, ausência de barulhos e trânsito, contato mais permanente com a natureza, dentre outras razões. Na mesma pesquisa constatou-se que a maioria destes adventícios chega trazendo algum capital, pois venderam bens e propriedades nos seus locais de origem. Este capital é aplicado na localidade, na compra de terrenos ou edificações, construção de pousadas, dentre outros investimentos, que, geralmente, vão atender aos turistas e constituir a renda que lhes permitirá a sobrevivência.

A situação turística que se estabeleceu em Milho Verde, a pretexto de garantir uma maior liberdade ao turista na exploração das riquezas naturais do lugar, é resistente a qualquer controle. Atrai, com isto, muitos adventícios, que, seduzidos por esta "liberdade" de atuação, não só se aproveitam dela para viver uma vida alternativa, mas, também para lucrarem. Estes adventícios compram os melhores terrenos e casas das áreas centrais para nelas instalarem seus negócios, terminando por produzir uma excessiva valorização destas áreas. Os nativos, antigos residentes, vendem as suas propriedades aproveitando-se do aumento do preço dos imóveis, que por muito tempo ficaram desvalorizados em função da estagnação econômica que perdurou desde a extinção do Distrito Diamantino. Depois de vendê-los, alguns deles migram para a periferia de Milho Verde, provocando ali um processo de expansão territorial não planejado. Outros abandonam o Distrito indo morar em outras localidades, como a vizinha Capivari.

Os resultados da incidência das verticalidades em Milho Verde mostram que o tipo de atividade que elas levaram ao território estimulou a vinda de adventícios, no passado e no presente, que terminaram por se tornar os principais agentes da expansão territorial

desordenada que lá se estabeleceu. Estes adventícios agiram e agem motivados pelo lucro e pela omissão do Estado, a quem cabe planejar e controlar o uso e ocupação do solo na localidade e que não cumpriu e continua a não cumprir a sua obrigação constitucional.

Os adventícios que vieram a Milho Verde, trazidos pelo modelo de turismo instalado naquele território são, hoje, os principais agentes de imposição de novos valores. Eles são expressos por hábitos, práticas de consumo de bens materiais e culturais, novas técnicas de culinária, de produção de artesanato, de tratar a terra, de administrar negócios, de informática, dentre outros. Algumas podem representar uma dominação cultural sobre aqueles lugares, outras, ao contrário, podem representar um desejável avanço tecnológico que contribua para qualificar suas paisagens, se entendidas como representações dessas práticas.

O mesmo ocorreu com os adventícios do passado, que trouxeram a mineração predatória, processos de lavrar a terra e técnicas de pecuária extremamente inapropriadas ao ambiente, mas também trouxeram as rodas d'água, as técnicas de produção de doces e vinhos, a culinária portuguesa e africana, as festividades, dentre outras inovações culturais e tecnológicas que hoje são apropriadas pelo turismo e constituem a sobrevivência de uma parcela da população dos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo.

Se os adventícios trazem e impõem novos valores são também contaminados pelos valores locais. Desta troca entre as culturas local e de fora passa a haver uma operação simultânea de ações humanas que vão dando a nova estrutura dos lugares.

O fato de pessoas de fora terem escolhido Milho Verde pelas suas belezas, pela tranqüilidade e pela vida alternativa que oferece, também contribui para criar em alguns nativos uma relação afetiva mais permanente com aquelas paisagens, pois eles passam a reconhecer nelas qualidades que antes não conseguiam ver. Além disto, os adventícios passam a demandar melhores serviços públicos, já que, agora, eles, como membros daquela comunidade, também são usuários destes serviços. Este fato pode ser uma das explicações possíveis para a melhoria dos serviços públicos comunitários da localidade nas últimas décadas. Embora esses serviços, principalmente os de educação e saúde pública sejam mal avaliados, eles são, seguramente, segundo relatos, melhores que os de décadas atrás.

As forças incidentes do turismo em Milho Verde, no cômputo final, estão produzindo paisagens que tendem à insustentabilidade, assim como fizeram as forças incidentes na época da Demarcação Diamantina, na mesma localidade.

Em São Gonçalo, as forças verticais incidentes de hoje manifestam-se em um tipo de turismo bem diferente do de Milho Verde, mais adequado a pequenos núcleos coloniais, em que o turista, mais educado e informado, reconhece e valoriza o patrimônio cultural e o utiliza preocupando com a sua preservação. Este turismo tem produzido nas paisagens de São Gonçalo mais resultados positivos do que negativos. O sistema de objetos das suas paisagens contemporâneas tende à sustentabilidade: a expansão urbana se dá sem ocupação de áreas ambientalmente frágeis; não se viu desmembramentos de lotes em outros menores; as edificações mantêm o gabarito térreo, quintais e áreas livres e as novas edificações acompanham este modelo; os nativos continuam a ocupar residências e comércios em áreas centrais; as novas edificações, sejam de turismo de segunda residência, sejam para pousadas e outras infraestruturas do turismo são implantadas, em sua maioria, a partir de projetos que respeitam a topografia e os recursos naturais e incorporam nos seus projetos paisagísticos as espécies nativas; os espaços livres recebem da própria comunidade cuidados que os conservam com boa qualidade paisagística; o rio que corta a localidade não recebe esgotos e os remanescentes da Mata Atlântica mantêm-se, aparentemente, preservados.

Quanto ao sistema de ações, foram encontradas alternativas ao declínio da mineração, primeiro, nas atividades produtivas que foram ensaiadas logo em seguida, como a vinicultura e, depois, nas atividades ligadas ao turismo, onde a população passou a trabalhar nas pousadas, no comércio local, na produção de artesanato, doces, tapetes e no turismo receptivo familiar. O que é mais marcante no sistema de ações das paisagens contemporâneas de São Gonçalo é a sua organização comunitária.

Essa organização comunitária em São Gonçalo já existia em alguma medida desde o período colonial, como já relatado anteriormente, mas aumentou em número e coesão com a chegada das verticalidades incidentes do turismo, nas décadas finais do século XX. O marco mais expressivo deste fortalecimento da organização comunitária de São Gonçalo foi a chegada à comunidade do alemão Martin Klune. Uma das primeiras iniciativas dele foi organizar e comandar processos de constituição de forças locais, compostas por adventícios e nativos, organizadas, primeiro na Associação Comunitária Sempre Viva e depois, em outras organizações comunitárias. A ação de Martin contou com o apoio de entidades internacionais que forneceram recursos, aplicados em construção de edificações, em teares para produção de tapetes, em computadores, em cursos de capacitação para a produção de artesanatos, doces, vinhos. Além disto, os recursos conseguidos por Martin promoveram a reforma e ampliação

da Escola Estadual, a criação da Fundação para Universidade do Vale – Funivale, a construção do Posto de Saúde e ações de promoção da sustentabilidade ambiental do Distrito, dentre outras tantas.

Outras forças verticais incidiram em São Gonçalo favorecendo a organização comunitária, dentre as quais se destacam: i) a ação do Governo Federal e da Ong Gemas da Terra, na criação e manutenção do Telecentro de Inclusão Digital de São Gonçalo, permitindo que moradores locais, particularmente os jovens, passassem a ter acesso a novas formas de informação e formação profissional, transformando-os, assim, em constituintes das forças locais da comunidade; ii) o programa Turismo Solidário do IDENE, que tem conseguido incluir algumas famílias nos benefícios gerados pelo turismo em São Gonçalo através do Programa Receptivo Familiar. Por este Programa os turistas hospedam-se nas casas dos próprios nativos, que necessitam apenas de pequenas alterações para recebê-los. Assim, estes turistas têm a experiência única de viver o dia-a-dia de uma família local, e esta, além da renda que obtém com as diárias, ganham com a troca cultural que se estabelece. Esta renda beneficia principalmente as mulheres, as donas das casas receptoras. Estas tornam-se, desta maneira, pequenas empresárias do turismo e passam efetivamente a compor o conjunto das forças locais, pois o próprio IDENE as inclui na gestão do Programa na localidade; iii) a ação do Fundo Cristão[41] na organização das mulheres locais em cooperativas de produção de doces, sabonetes artesanais, artesanato de flores do cerrado, dentre outras atividades. Um dos resultados da ação do Fundo foi a criação da Casa de Doces, onde as mulheres produzem, embalam, comercializam e distribuem os doces que produzem. Estas mulheres transformaram-se, também, em parte importante do conjunto das forças locais, pois ao ganhar autonomia financeira, gerar novos empregos e negócios, passam a ser mais respeitadas e ouvidas pela própria comunidade local.

As forças verticais do turismo incidentes em São Gonçalo também produzem resultados negativos. Um dos entrevistados na pesquisa de campo relatou que a Associação Comunitária Sempre Viva é ainda hoje gerida e controlada, de fato, por Martin, embora a presidente atual seja uma nativa de São Gonçalo. Segundo ele, os recursos externos só são conseguidos se Martin se mobiliza. É ele que sempre viaja à Europa para angariar verbas para novos projetos em São Gonçalo. Enfrentando atualmente um grave problema de saúde, Martin

[41] Organização internacional que há 44 anos apóia projetos para crianças, jovens e adultos em todo o mundo.

não tem podido dedicar-se com o mesmo empenho a esta tarefa e o temor do entrevistado é que todo o trabalho até então realizado comece a ficar comprometido.

Além disto, diversas organizações comunitárias locais foram se constituindo, muitas delas capitaneadas por novos adventícios, alguns apenas em busca de recursos das organizações públicas e estrangeiras, como relatou a este autor um informante-chave. De acordo com ele, muitos adventícios chegam a São Gonçalo para morar e, vendo o aparente sucesso da mobilização comunitária empreendida por Martin e os recursos financeiros que ele conseguiu arrecadar, vêem nisto uma forma de ganhar dinheiro e poder local. Para ele, novas organizações surgem a cada dia, passando a disputar verbas públicas e privadas.

Uma interpretação mais aprofundada das entrevistas com os moradores de São Gonçalo aponta para uma certa dependência deles às organizações civis constituídas. Se antes os próprios moradores organizavam festas religiosas, manifestações folclóricas, bailes, encontros, hoje são as organizações comunitárias que as promovem. No dizer da atual presidente da Sempre Viva, algumas manifestações passaram a ser organizadas pela Associação para "que elas aconteçam mais organizadas e mais bonitas". Esta gestão privada do patrimônio cultural de São Gonçalo pode, em dado momento, induzir a um processo de congelamento ou formatação das manifestações culturais populares segundo um modelo proposto pelos gestores destas organizações, retirando-lhes a sua expressão mais genuína, que é dada pelo seu acontecer livre e sem intermediários, transformando-os, desta forma, em simples atrações turísticas.

A comunidade de São Gonçalo, embora participe constantemente das reuniões comunitárias (este autor participou de três delas), parece se sentir confortável em deixar o comando das decisões nas mãos daqueles que, segundo alguns entrevistados, são os que conhecem o caminho dos recursos e de como consegui-los. A impressão que se tem quando se analisa com mais profundidade a questão da organização comunitária de São Gonçalo é que ela ainda é muito dependente de Martin e outros poucos líderes. Na falta deles a comunidade talvez viesse a ter dificuldades de continuar o trabalho que atualmente tem sido executado.

Além disto, percebeu-se, nas entrevistas, que as dissidências e os pensamentos divergentes não são sempre bem vindos dentro do modelo de organização comunitária criado em São Gonçalo. Uma nova Associação Comunitária de Moradores acabara de ser criada quando da pesquisa de campo, a partir de uma dissidência da Associação Sempre Viva, e seu presidente, entrevistado por este autor, alega a centralização excessiva e a existência de

processos autoritários na gestão dos recursos da Sempre Viva como tendo sido os motivos que levaram à sua criação.

Percebe-se que as forças verticais colaboraram para criar em São Gonçalo uma organização comunitária muito intensa, mas que ainda não é efetivamente gerida pela própria comunidade. As razões podem ser várias. Para este autor, as mais prováveis são: i) a comunidade ainda não está preparada para este controle social destas organizações; ii) o modelo de organização comunitária pode ter sido construído para que esta transferência não ocorra totalmente, mantendo a gestão e captação dos recursos nas mãos dos estrangeiros, que têm laços de amizade ou nacionalidade com as associações financiadoras internacionais; iii) os nativos preferem que a condução das organizações fiquem nas mãos dos adventícios; iv) os adventícios não querem, de verdade, transferir o controle aos moradores.

Na avaliação deste pesquisador, os nativos apóiam estas organizações por que elas substituem o Estado omisso em algumas de suas funções, tais como planejar e controlar os espaços públicos, a atividade turística, prestar serviços comunitários, promover atividades de cultura e lazer, dentre outras. Os moradores de São Gonçalo parecem tirar proveito do melhor de cada associação. O que se verificou é que eles preferem não "ser de uma associação", o que poderia fechar-lhes as portas das outras, mas utilizar os serviços de todas, quando lhes convier. Embora controlem os espaços públicos e alguns serviços, têm-se sérias dúvidas se estas organizações são capazes de interferir, de forma considerável, na vida cotidiana daquelas populações.

Comparando com as organizações civis do passado, as organizações comunitárias de São Gonçalo, hoje, são, em alguma medida, semelhantes às ordens laicas que existiam na localidade na Demarcação Diamantina, que controlavam os espaços coletivos e substituíam o Estado em muitas de suas obrigações.

Das experiências de Milho Verde e São Gonçalo verifica-se que as mesmas forças verticais incidentes podem produzir resultados negativos e/ou positivos sobre as paisagens e que não basta apenas a incidência destas forças nelas para que estes resultados ocorram. Será sempre necessário, como demonstram as análises acima expostas, que estas forças verticais se confrontem com as forças locais. Mas que forças locais seriam estas? Como elas se enfrentam ou se associam às forças verticais incidentes? Como podem influenciar na produção de resultados positivos ou negativos para as paisagens, ou seja, na produção de paisagens sustentáveis ou insustentáveis? Há uma lógica no embate destas forças que possa ser capaz de

explicar a criação de paisagens sustentáveis? Estas são as questões discutidas nos próximos itens.

5.2 As Forças horizontais

Ao descrever as forças verticais incidentes em Milho Verde e São Gonçalo, sempre apareciam forças locais, movimentos associados aos próprios lugares. Estes movimentos, organizados ou não, constituem uma forma de resistência destes lugares à chegada de forças externas. A cada nova verticalidade incidente, novas forças locais se posicionam.

Essas forças locais existem em qualquer território onde existam pessoas. Cada indivíduo, na sua relação com os outros e com o meio, é uma força local, aqui chamada horizontal. Em dado momento, estes indivíduos, organizados em interesses comuns, podem reagir coletivamente, constituindo um conjunto de forças locais: as horizontalidades. Assim, horizontalidades são um conjunto de forças horizontais agindo de uma mesma maneira, com um ou mais objetivos comuns. Ocorre que, se dois ou mais grupos têm interesses diversos, no mesmo lugar, haverá duas ou mais horizontalidades em disputa cujos resultados podem ser positivos, ou seja, aqueles que conduzem à sustentabilidade das paisagens, ou negativos, que conduzem a sua insustentabilidade.

Mudando os interesses envolvidos, as forças se reagrupam e antigas horizontalidades se desfazem ou mudam e/ou novas se constituem. Assim, horizontalidades são organizações de forças provisórias, contingentes.

Como as verticalidades, as mesmas horizontalidades podem produzir resultados positivos e/ou negativos nas paisagens. Em São Gonçalo, por exemplo, o alto grau de organização comunitária produz um controle sobre os lugares que ajuda a inibir a prática de um turismo predatório, controlar a qualidade dos espaços livres, impedir a expansão da mancha urbana sobre áreas protegidas, trabalhar na capacitação dos moradores, além de melhorar a qualidade dos serviços públicos, cobrando das autoridades ou até mesmo substituindo o Estado na oferta destes serviços. Mas, também, já estão produzindo ou poderão produzir, no futuro, resultados negativos, tais como: i) divisão da comunidade: o crescimento do número das organizações comunitárias já está segmentando as ações coletivas, movimento que pode progredir para a perda de coesão das horizontalidades locais atualmente existentes; ii) domínio excessivo das associações sobre as manifestações culturais; iii) uma certa privatização dos espaços públicos que, controlados pelas organizações, deixam pouco espaço

para a livre manifestação dos conflitos e das diferenças. O que se observou na pesquisa de campo é que certas atitudes, consideradas transgressoras, como andar de biquíni nos espaços públicos, por exemplo, causam advertências verbais e constrangimentos aos turistas; iv) a concentração de poder nas mãos de uma elite dirigente destas associações, que passa a substituir o próprio Estado na gestão das paisagens, uma vez que as associações chamam para si a responsabilidade de gerenciar, por exemplo, a creche, de construir e reformar equipamentos tal como foi feito com a Escola e o Posto de Saúde; vi) a delegação por parte dos moradores das decisões que dizem respeito a toda coletividade aos membros das organizações; v) levar o lugar à estagnação econômica no futuro, à medida que as forças horizontais, muito coesas, forem se tornando intransigentes na aceitação de novas formas de turismo ou outras alternativas econômicas e culturais.

As horizontalidades podem tender de fortes a fracas. O que dá esta intensidade das horizontalidades é a sua coesão, o grau de articulação e envolvimento das forças que as compõem. Em Milho Verde, por exemplo, as horizontalidades são fracas, por um conjunto de razões. Dentre as principais este autor destaca: i) muitos moradores parecem ter uma relação provisória com aquele território, só pensam em ir embora, como se constatou na pesquisa. A histórica dominação das verticalidades naqueles territórios, que resultou na concentração das terras, na falta de participação democrática, no alto preço dos terrenos e moradias, e, nos dias atuais, no domínio daquelas paisagens pelos turistas e adventícios, na baixa qualidade dos serviços públicos e na falta de oportunidades de trabalho, impedem que eles construam, ali, uma relação mais duradoura, pois não se sentem pertencentes àquele lugar; ii) o baixo nível de escolaridade e informação de grande parte da população, que não consegue ter o entendimento da importância da sua participação na decisão dos destinos da sua comunidade; iii) a omissão, incapacidade ou falta de interesse dos adventícios em operar no sentido de construir horizontalidades mais coesas, como o fez Martin em São Gonçalo; iv) a ação oportunista de outros adventícios, pessoas de fora de Milho Verde ou alguns moradores que se aproveitam desta ausência de coesão das horizontalidades locais e da omissão estatal, construindo onde querem e como querem, apropriando-se das melhores vistas e localizações. Sua relação com aquelas paisagens também é provisória: se ficarem insustentáveis, mudam-se para outras paisagens. Esta ação oportunista trabalha no sentido de que não se constituam horizontalidades ali, pois elas impediriam ou dificultariam estes processos; iv) a ausência do poder municipal que não cumpre suas funções constitucionais de planejar, gerir e controlar o

uso e ocupação do solo e outros serviços públicos. A omissão municipal poderia ser explicada por inúmeras razões. As principais, para este autor são: a falta de entendimento da importância do planejamento para os territórios; a falta de equipe técnica qualificada; a ausência de recursos (o Município do Serro tem um dos piores IDHs do país, abaixo da média mineira e brasileira); a falta de representação política de Milho Verde (o Distrito não tem nenhum representante na Câmara municipal do Serro) e a falta de quem cobre das autoridades a prestação de melhores serviços públicos à população de Milho Verde. A omissão estatal pode ser deliberada ou apenas decorrente de negligência ou incapacidade administrativa. O presente trabalho não se dedicou a verificar esta questão.

Quando os lugares são objeto da incidência de forças verticais, as horizontalidades neles constituídas prontamente se colocam em alerta. Dependendo dos interesses envolvidos, estas horizontalidades irão contrapor-se às novas forças que incidem nos lugares ou aliar-se a elas. Assim, sempre que sobre os lugares incidirem verticalidades, haverá horizontalidades prontas para combatê-las ou recebê-las, mesmo que fracas ou fortes.

O resultado final do embate entre as horizontalidades e verticalidades nos lugares será sempre provisório, uma vez que os interesses locais e externos podem se alterar a qualquer tempo. Na Demarcação Diamantina, escasseando os diamantes, findou o interesse da Coroa Portuguesa por aquelas paragens e ela desfez, sem cerimônia, quase todo o aparato administrativo e logístico que manteve por mais de um século naqueles territórios. Ficou uma grande devastação ambiental, que foi seguida por um processo de decadência econômica que, embora menor em São Gonçalo, atingiu toda a região. O modelo econômico implantado pelo Estado Português era incompatível com uma desejável qualidade paisagística daqueles territórios. Tratava-se de uma exploração que, além de empregar técnicas que degradavam o ambiente, geravam outras atividades também degradantes.

Em Milho Verde, por exemplo, para abastecer as minas implantou-se uma agricultura predatória e uma pecuária extensiva, que ampliava as pastagens sobre os campos rupestres. A degradação provocada em Milho Verde e arredores até hoje persiste, demonstrando o tamanho da incompatibilidade daquelas atividades com o sítio.

Em São Gonçalo, a devastação que ocorreu durante o domínio português foi de um grau muito menor, em função da presença de algumas empresas estrangeiras que empregavam técnicas menos rudimentares, ou seja, algumas horizontalidades faziam diminuir a incidência dos processos insustentáveis. Além disto, por ser sede da Intendência, concentrando a maior

parte dos funcionários mais qualificados da Coroa, a área urbana de São Gonçalo era mais cuidada. Nos arredores, por quase não existirem terras para pastagens e agricultura, a devastação ambiental quase não se processou. As tentativas posteriores de recuperação da economia de São Gonçalo basearam-se na lapidação, indústria vinícola e produção de doces, que empregavam técnicas e maquinário menos impactante, contribuindo para a melhor qualidade paisagística da localidade, da qual o turismo hoje se apropria.

Na interpretação dos dados da pesquisa, observou-se que, além das verticalidades incidentes e das horizontalidades, um outro grupo de forças atua no jogo de forças dos territórios. A estas forças este autor denominou forças de filtro.

5.3 As forças de filtro

Define-se, neste trabalho, as forças de filtro como sendo aquelas que, não sendo verticais (que só podem ser comandadas de fora dos territórios), nem horizontais (que só podem ser comandadas dos territórios), são criadas por instâncias externas, valem para diversos territórios e podem ser controladas de fora ou de dentro deles. Estas forças filtram a incidência das forças verticais ou horizontais, que, ao passarem por elas, diminuem ou aumentam a sua intensidade, materializando-se de outra maneira nas paisagens.

Esta idéia surgiu quando se observou que, apesar da Lei Federal 6766/79, o Código Florestal e outras legislações federais proibirem a ocupação de determinadas áreas ambientalmente frágeis, em Milho Verde estas legislações eram ignoradas pelo processo de expansão urbana resultante do turismo e que, em São Gonçalo, elas eram utilizadas pelo Ministério Público, acionado pela Associação Sempre Viva, para impedir ocupações de áreas protegidas. O mesmo se verificou com relação às regulamentações da APA Água das Vertentes que, em Milho Verde eram ignoradas, ao passo que em São Gonçalo serviam para determinar a ação da ocupação de seus territórios. Porque as mesmas legislações produziam efeitos em São Gonçalo e não produziam em Milho Verde? Este autor entende que as principais razões são: i) em Milho Verde as horizontalidades fracas talvez nem conheçam a legislação, ou se conhecem não sabe como podem ser aplicadas ou, até mesmo, não têm interesse nesta aplicação. O Estado, por sua vez, é omisso na sua obrigação de fiscalizar. Então, as verticalidades ficam livres para agir: os adventícios e moradores constroem onde querem, os turistas utilizam os espaços públicos como bem entendem, as áreas legalmente

protegidas tornam-se campo aberto a qualquer prática; ii) em São Gonçalo, as horizontalidades coesas se informam e se instrumentalizam obrigando o Estado omisso a aplicar a lei.

A Lei 6766 e o Código Florestal são normativas federais, válidas para todo o país e a APA Água das Vertentes foi implantada e é gerida pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Todos estes instrumentos têm em comum, portanto, o fato de terem sido elaborados por instâncias externas e valerem para diversos territórios. No entanto, não são verticalidades, pois estes instrumentos prevêem que a sua utilização, ou seja, o seu comando, possa ser feito pelas instâncias locais. Tampouco são horizontalidades, pois não nasceram da mobilização e envolvimento das comunidades locais e não valem apenas para aqueles territórios. A classificação que se deu a elas neste trabalho é de forças de filtro.

Assim, forças de filtro são legislações e ordenamentos públicos que são criados de fora dos territórios e disciplinam ações e comportamentos que valem para diversas localidades. Elas podem modificar a ação das forças verticais e/ou horizontais, podendo ser acionadas tanto pelos macroatores que comandam as verticalidades quanto pelos atores que comandam as forças horizontais. Por exemplo: determinado projeto turístico (uma verticalidade) pode utilizar-se da legislação federal, estadual ou municipal de proteção do patrimônio histórico para proteger determinado sítio histórico do seu interesse que esteja sofrendo a ação intencional de grupos locais de determinada localidade (horizontalidades) com vistas a descaracterizá-lo. Neste caso, a legislação de proteção ao patrimônio está sendo acionada pelas forças verticais contra as forças horizontais. Da mesma forma, num caso hipotético inverso, grupos locais podem utilizar-se da mesma legislação para proteger monumentos que estejam sofrendo a pressão de determinado projeto turístico para a construção, por exemplo, de um resort em áreas naturais cercadas de dunas. Neste caso, as forças horizontais estão acionando um filtro que irá alterar a forma do empreendimento ou até inviabilizá-lo.

Quando as forças de filtro são muito fortes, ou seja, existem legislações rigorosas que disciplinam vários aspectos da vida dos territórios e quando elas são mobilizadas por forças também coesas, verticais e/ou horizontais, tendem a funcionar como barreiras fortes, conformando o que aqui se denomina filtro fechado. Quando as forças de filtro são fracas, ou seja, as legislações são permissivas e pouco rigorosas, mesmo que mobilizadas por forças verticais e/ou horizontais coesas, tenderão a produzir poucas alterações nas forças incidentes, tendendo a constituir o que aqui se denominou filtro aberto. Outra forma de se ter um filtro

aberto é, mesmo a legislação sendo rigorosa, não haver mobilização para sua aplicação nos territórios.

Um exemplo de filtro fechado é o da aplicação da Lei Federal 6766, do Código Florestal e da APA Água das Vertentes no território de São Gonçalo, onde as forças horizontais conseguem acioná-las, fazendo-as funcionar como disciplinadoras das forças incidentes do turismo. Já em Milho Verde, onde as mesmas forças de filtro estão disponíveis, elas não são acionadas pelas horizontalidades locais, transformando-as em filtros abertos, por onde passam, como querem as verticalidades incidentes e as próprias horizontalidades.

No passado, todo o Distrito Diamantino foi submetido a forças de filtro fechadas, caracterizadas por uma rígida legislação que controlava a produção mineral e todos os aspectos da vida das pessoas. Estas forças de filtro eram manobradas pela Coroa Portuguesa e visavam a garantir o maior lucro possível sobre a exploração das riquezas minerais do Distrito.

Parte destas forças de filtro fechado daquele período era constituída pelas normas que disciplinavam o trânsito de mercadorias e pessoas pelas Estradas Reais, em particular o Caminho dos Diamantes. Com o aumento da exploração dos diamantes, um intenso contrabando de pedras se estabeleceu. Para controlá-lo a Coroa impõe uma severa legislação que determinava que caminhos poderiam servir para a circulação de bens e pessoas e como estes caminhos poderiam ser usados. Para fazer funcionar esta força de filtro a Metrópole instala postos de controle e destacamentos militares ao longo dos caminhos reais. Em Milho Verde funcionou um destes postos de fronteira. Lá também se instalou um quartel que policiava o Caminho dos Diamantes. Mawe e Saint-Hilaire relatam que, para realizar suas visitas à região, tiveram muita dificuldade em obter o salvo conduto que lhes permitiu transitar pelos caminhos reais.

Além de uma força de filtro, as Estradas Reais eram também verticalidades. Era principalmente ao longo dos territórios por onde passavam que se exercia a dominação econômica da Coroa Portuguesa sobre a Colônia nos séculos XVII e XVIII. Os principais assentamentos humanos do período foram construídos nos trajetos das rotas reais, nas áreas de mineração, ao redor dos postos de controle ou nos locais de pouso das tropas. Todas as decisões importantes que alteravam a vida destes territórios eram tomadas por Lisboa, favorecendo interesses externos, principalmente ingleses. Eram eles, Portugal e Inglaterra os macroatores daquela época.

O Caminho dos Diamantes passava dentro de Milho Verde e a localidade foi se constituindo a partir dele. O trajeto do Caminho comandava a expansão da mancha urbana da localidade no Brasil Colônia. Atualmente, como se viu no Capítulo 4, esta mancha urbana que se expande pelo turismo o faz para as áreas periféricas, ao longo do mesmo antigo trajeto real. Assim, as verticalidades do turismo de hoje retomam, em Milho Verde, a Estrada real, não como ruína a ser explorada, mas como estrutura territorial que condiciona a expansão de parte dos processos insustentáveis da localidade.

Depois de sair de Milho Verde, o Caminho dos Diamantes ia direto para Diamantina, sem cortar a mancha urbana de São Gonçalo. Para se chegar à localidade tomava-se um desvio de no máximo 1,5 km. Desta forma, em São Gonçalo, o Caminho Real não produziu processos insustentáveis de ocupação urbana, pois a localidade não se fez ao longo dele. Ao cruzar a Serra do Raio e passar por regatos e vales de rara beleza, o trecho do Caminho Real que vai de Milho Verde até a entrada de São Gonçalo é hoje recuperado pelas verticalidades do turismo como um itinerário-atrativo, em que sua beleza cênica anuncia o conjunto colonial preservado da localidade. Em São Gonçalo, o antigo Caminho Real tornou-se atração turística, ao passo que, em Milho Verde, não passa de uma estrada urbana cuja periferia é cercada de ocupações irregulares e de má qualidade.



Conclusão

FAUUSP

A construção de paisagens turísticas passou a ocorrer, com mais intensidade, a partir dos anos de 1970, na Europa e nos Estados Unidos, quando grandes cidades com rico patrimônio cultural, rotas históricas e pequenos núcleos medievais tornaram-se alvo da atividade turística. Estas primeiras experiências européias e americanas foram se somando a outras e constituindo um conjunto de técnicas e processos de construção de paisagens turísticas que se espalharam por todo o mundo. Hoje, com a globalização, qualquer localidade tem a seu dispor este repertório, que lhes permite transformar paisagens banais em destinos turísticos. Nesta ação, os projetos turísticos escolhem formas, objetos e ações pré-existentes, reorganizando-os de modo a satisfazer o imaginário de potenciais visitantes. Algumas destas formas e objetos originais, hoje apropriados pelo turismo, foram construídos sobre um meio frágil, que não poderia recebê-los, e sofreram a incidência de atividades produtivas resultantes de práticas e ideologias que afirmavam a supremacia do lucro, do particular sobre o coletivo e que terminaram por produzir muitas inadequações. Este é o caso de vários núcleos e rotas históricas brasileiros nascidos como resultado dos empreendimentos mercantis criados pela Coroa Portuguesa, a partir do descobrimento das terras brasileiras, e que hoje estão sendo submetidos às verticalidades do turismo.

As primeiras verticalidades incidentes em Milho Verde resultaram de uma exploração mineral estatal que negava as paisagens locais: rios, matas, campos de cerrado, nada importava; apenas o ouro e diamantes que, extraídos com as precárias técnicas empregadas, produziram extraordinária devastação. Neste enclave da destruição, forças de filtro autoritárias ajudavam a garantir a supremacia dos processos insustentáveis. Os aventureiros atraídos por estas verticalidades estabeleceram com aquele território uma relação primeira de sobrevivência imediata e construíram ocupações que foram se espraiando em direção a um frágil ambiente circundante. Nestas paisagens, onde tudo parecia provisório, prevaleciam, sobre os aspectos estéticos, os aspectos técnicos de uma ação humana predatória.

A mineração provocou um acúmulo de riquezas nas mãos daqueles que depois se tornaram os comerciantes e proprietários rurais, desencadeando um novo processo de mudanças significativas na relação da sociedade Milho Verdense com seu entorno. Depois da mineração, a economia de Milho Verde se apoiou na agricultura e pecuária extensiva, que passou a ocupar predatoriamente as paisagens naturais que haviam permanecido preservadas.

O histórico de Milho Verde revela que os processos produtivos ali sempre foram incompatíveis com as potencialidades do seu meio ecológico, contribuindo em muito para a

insustentabilidade das suas paisagens convexas atuais. Estes processos históricos tão violentos de construção de incapacidades deixaram marcas na forma como as sociedades locais que se seguiram se relacionam com o espaço geográfico e os seus recursos. Estas sociedades aprenderam a priorizar o que é instantaneamente necessário: escavar leitos de rios e encostas para encontrar as pedras preciosas, retirar a vegetação com queimadas para plantar, cortar inadequadamente o terreno para construir, encaminhar as águas servidas para os córregos, ocupar divisores de água, fundos de vale e áreas de preservação. O homem comum de Milho Verde não aprendeu e, portanto, não sabe conciliar técnica e estética. Esta atitude de desprezo para com a natureza e tudo que ela pode oferecer, aliada a uma omissão estatal, reflete-se nos espaços livres, que desde a fundação da localidade até os dias atuais são descuidados e abandonados, pois estiveram sempre na conta de áreas de reserva para a expansão do modelo predatório de exploração econômica.

Por outro lado, há lugares que, se não nasceram compatíveis com os recursos dos seus territórios, aprenderam a empregar técnicas adequadas às suas fragilidades. Em São Gonçalo, desde o início, os habitantes conheceram, pelos estrangeiros e funcionários qualificados da Coroa, que ali passaram a residir, técnicas que possibilitaram uma relação menos agressiva com a natureza. As paisagens da localidade, ao fim da mineração, já exprimiam os cuidados com o ordenamento territorial, a qualidade das edificações e a preservação ambiental, prestados por uma comunidade, já àquela época, organizada. Não tendo terras férteis no seu entorno, os quintais das casas são transformados em pequenas chácaras. Estes quintais, para além da função utilitária, criaram um conjunto paisagístico com as edificações, áreas livres, as encostas e o rio, que se manteve limpo, cujo resultado era um todo harmônico; naquelas paisagens diamantinas, o aspecto estético prevalecia sobre os técnicos. As atividades que se seguiram ao declínio da mineração basearam-se na exploração racional de antigos recursos já instalados no território: doces de frutas dos quintais, da uva, que produziu vinhos, no artesanato de capim e tapetes. Esta nova sobreposição de processos de estruturação econômica de bases sustentáveis apoiou-se em unidades territoriais de alta qualidade paisagística. Tem-se, ali, até a chegada do turismo, processos compatíveis com os recursos daquele lugar, refletidos em paisagens côncavas que tendiam à sustentabilidade, como previa uma das hipóteses deste trabalho.

O turismo que se implantou em Milho Verde retoma o antigo Caminho dos Diamantes, não como atrativo turístico, mas como estrutura espacial que guia a maior parte dos processos

insustentáveis em curso na localidade. Neste processo, novas degradações ambientais acrescentam-se às antigas. Novamente, nas paisagens contemporâneas de Milho Verde, predominam aspectos técnicos degradantes sobre os qualificadores dos territórios e sobre os aspectos estéticos: esta é a primeira das incapacidades de Milho Verde retomada pelo turismo. Ele também provoca a periferização da população menos favorecida, como no passado: esta é a segunda incapacidade recuperada. A terceira é a retomada da concentração dos processos produtivos e econômicos nas mãos de adventícios, os grandes beneficiários do turismo, assim como foi no passado, onde os lucros da mineração concentraram-se nas mãos dos adventícios que depois vieram a se tornar comerciantes e proprietários rurais, passando a comandar a vida social e política da localidade. A quarta incapacidade recuperada diz respeito à criação de estruturas que não respondem às necessidades do quotidiano dos habitantes. As estruturas do passado serviam às verticalidades da mineração e as de hoje, novas ou reapropriadas, ao turismo. A quinta é a incapacidade da população em cuidar e valorizar os espaços coletivos, como sempre foi no passado. A sexta é a incapacidade das forças horizontais em acionar as forças de filtro ou evitar a sua incidência. Antes, as forças de filtro da Demarcação Diamantina eram criadas e acionadas pelas verticalidades. Atualmente, as forças de filtro, embora algumas comprometidas com a qualidade ambiental das paisagens, não conseguem ser acionadas pelas horizontalidades. Outras tantas incapacidades foram recuperadas, assim como algumas capacidades. No entanto, as incapacidades é que predominam nas paisagens locais.

O tipo de turismo que se estabeleceu em São Gonçalo recupera as capacidades que deram ao lugar uma boa qualidade paisagística no passado, reorganizando-as e/ou modernizando-as. Este turismo não só conserva o aprazível conjunto paisagístico e arquitetônico, mas produz outros, inserindo novas estruturas em harmonia com o ambiente. O turismo de São Gonçalo insere mudanças sobre as paisagens que continuam a garantir-lhes a qualidade. A atividade retoma, assim, a capacidade sempre presente no lugar de se relacionar com a natureza de forma sustentável. O mesmo turismo atrai estrangeiros mobilizadores e criadores de horizontalidades positivas, como no passado, o que reedita e potencializa a ação dos atores locais de organizar e gerir os espaços públicos. Incapacidades também são retomadas em São Gonçalo, mas são superadas pelas capacidades recuperadas.

As evidências encontradas na pesquisa apontam para o fato de que o novo, ao ajustar-se ao existente, faz aflorar aquilo que ao longo dos tempos foi dando forma e sentido às suas

paisagens e que nelas permaneceram presentes. A construção das paisagens turísticas, ao tomar os objetos e ações pré-existentes que interessam aos turistas, dá-lhes novos arranjos, introduzindo elementos de fora do lugar. Os conflitos decorrentes desta superposição das novidades sobre o antigo, do embate entre verticalidades e horizontalidades, somam-se aos conflitos antigos que ali permaneceram presentes, fazendo reviver muitos deles. Dependendo do tipo de turismo que se implanta nos lugares, pode haver supressão de direitos, principalmente quando se destina o melhor dos espaços coletivos aos turistas, ou quando se faz uma ordenação excessiva deles, levando a vida cotidiana para o interior dos espaços privados. Essa supressão dar-se-á com mais força nos lugares onde isto já acontecia no passado. Por outro lado, determinado tipo de turismo mais qualificado pode encorajar novas formas de superação de injustiças, de reestruturação econômica e de resolução de conflitos, principalmente quando incidir em lugares com tradição de participação dos atores locais no trabalho coletivo de construção social. Em síntese, os resultados encontrados são em favor do argumento central deste trabalho: que o turismo, ao tentar retomar ocupações e traçados do passado pode retomar, simultaneamente, (in)capacidades e conflitos presentes desde sempre nos lugares.

O traçado das antigas Estradas Reais foi planejado segundo conveniências da dominação econômica da Colônia. Não se verificava se os lugares tinham condições de receber os empreendimentos. Muitos arraiais e vilas foram surgindo sem que a Coroa se importasse com a qualidade das intervenções territoriais e suas conseqüências ambientais. Vários destes locais, que já àquela época eram territórios tendendo à insustentabilidade, são apropriados hoje pelo turismo, incentivados pelo Projeto Estrada Real.

Embora o principal objetivo declarado do Projeto Estrada Real fosse promover o turismo sustentável nos antigos caminhos reais, nenhuma ação concreta foi encontrada na literatura ou nos trabalhos de campo que demonstrasse verdadeiro interesse de se atingir este objetivo. Nenhum plano de requalificação ou preservação de sítios históricos, arqueológicos ou paisagísticos consta do histórico de atuação do Projeto. Também não se encontrou projetos ou ações de preservação ambiental, de controle da atividade turística sobre os territórios, de inclusão social, de criação de autonomia comunitária, de educação patrimonial, de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, de descentralização do planejamento, de gestão das paisagens, dentre outras tantas que deveriam ser concretamente implantadas se houvesse a real intenção de promover um turismo sustentável. O Projeto Estrada Real também não se

preocupa em preparar as pequenas localidades para um possível incremento do turismo receptivo em seus territórios, que poderia ser gerado pela divulgação em grande escala do Projeto, apesar da literatura do turismo já, há muito, chamar a atenção de "autoridades, planejadores, empreendedores e usuários para os riscos culturais e ambientais presentes na exploração turística de comunidades e ecossistemas anteriormente pouco expostos à visitação" (BARRETO, 2001 apud ÁLVARES; CARSALARDE, 2005, p.5).

Ao prever a implantação em núcleos e rotas históricas turísticos sem verificar a compatibilidade deles com os sítios, o Projeto Estrada Real corre o risco de produzir novos territórios insustentáveis. Mesmo que existindo quase que só como discurso, o Projeto Estrada Real faz incidir forças de filtro sobre os lugares, representadas pelo aparato legal criado. Ao prever a atração de firmas, adventícios e visitantes, por meio de incentivos fiscais e estratégias de marketing, a lugares com histórico de degradação, explorando apenas um ou outro aspecto pitoresco de suas paisagens, o Projeto pode, ao contrário do que preconiza, produzir neles mais inadequações. Este é o caso de Milho Verde. Por outro lado, em outros lugares por onde os antigos caminhos reais passaram, que mantiveram os seus territórios em boas condições ambientais, o turismo poderia instalar-se, verificando, previamente, se esta atividade seria compatível com a preservação desta qualidade pré-existente. Este turismo tenderia a atrair adventícios e turistas mais esclarecidos, que buscam experiências em lugares com ambientes qualificados. Estes tenderão a preservar a qualidade destes locais, seja por que decidiram viver ali, seja porque desejam repetir a experiência da visita. Se necessário, acionarão as forças de filtro para mantê-los nesta condição. Este é o caso de São Gonçalo.

Esta pesquisa recomenda que os projetos turísticos, particularmente o Estrada Real, para cada lugar em que pretenda se implantar, elaborem diagnósticos prévios que avaliem a pertinência da instalação do turismo nas localidades. Estes diagnósticos devem incluir uma investigação das capacidades e incapacidades históricas dos lugares tomando a paisagem como categoria de investigação e análise. Recomenda, também, que os projetos turísticos sejam específicos para cada paisagem, ao contrário do Projeto Estrada Real, que tem um discurso único para todas as localidades.

Os resultados do trabalho apontam que a sustentabilidade das paisagens não é uma construção de um único tempo e decorre: i) da compatibilidade dos processos produtivos impostos pelas verticalidades aos territórios, ao longo da sua história; ii) da capacidade das forças verticais que incidem neles de produzirem resultados positivos ou negativos; iii) da

reação das forças horizontais. Em lugares que tendem à sustentabilidade, as horizontalidades são mais coesas e trabalham no sentido de buscar resultados positivos, seja aliando-se às verticalidades que produzem resultados positivos ou combatendo aquelas produtoras de resultados negativos. Nestes lugares, também, as forças horizontais são capazes de acionar as forças de filtro, fazendo-as funcionar para produzir resultados positivos; iv) da existência de forças de filtro. Nas paisagens tendendo à sustentabilidade, estas forças são menos genéricas e mais rigorosas e comprometidas com a qualidade ambiental.

Quanto ao percurso metodológico construído no trabalho, verificou-se que a forma escolhida de leitura e análise das paisagens pelas forças que as engendram - aí incluídas as forças de filtro - uma inovação apresentada pela pesquisa - revelou-se exitosa e passível de aplicação em outros estudos.

Espera-se que, além de contribuir para a produção de conhecimento aprofundado e generalizável no campo da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo e do turismo, as informações, conclusões e técnicas de pesquisa e análise da presente tese de doutoramento possam auxiliar as localidades brasileiras, sobretudo os núcleos históricos coloniais ou aqueles situados em rotas históricas que desejam tornar-se destinos turísticos, a projetar e construir paisagens turísticas ambientalmente qualificadas.


Referências

ACCIOLY, H.; SILVA, G. E. N. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ACSERALD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.1, mai 1999.

_____. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Coleção Espaços do Desenvolvimento, Rio de Janeiro: P&A Editora, 2001.

ALMEIDA, M. V. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. 2006. 233 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes -USP, São Paulo, 2006.

ÁLVARES, L. C.; CARSALADE, F. L. Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para o Turismo Sustentável: O caso do Programa Estrada Real. **Revista de Turismo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2005.

_____ ; BESSA, A. S. M; GUIMARÃES, A. C ; RODRIGUES, R. ; TOLENTINO, S. Les espaces publics du centre-ville de Belo Horizonte : caracteristiques territoriales, identités et manifestations conflituelles dans la formation de la sphère public. In: Séminaire international métropoles, inégalités et planification démocratique, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do Séminaire international métropoles, inégalités et planification démocratique**. Rio de Janeiro, 2010.

ARANTES, O. **O Lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

ARNDT, J. R. L. **Entre Tradição e Modernidade: Sustentabilidade do Desenvolvimento pelo Turismo em uma Comunidade Tradicional de Minas Gerais**. 2007. Dissertação de Mestrado- FEAD –Centro de Gestão Empreendedora, Belo Horizonte, 2007.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução: Roberto R. 5. ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad.: Maria L. P. Campinas: Papirus, 1994.

ÁVILA, A. (Coord.). **Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais. Circuito dos Diamantes.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981, mimeogr.

BARICH, H.; KOTLER, P. A framework for marketing image manegement. **Sloan Manegement Review**, v.32, n2, p. 94-104, Winter, 1991.

BARTALINI, V. Arte e paisagem: uma união instável e sempre renovada. **Arquitextos/Vitruvius, Periódico mensal de arquitetura,**, ano 09, jun. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2010.

BESSA, A. S. M. **O design urbano como estratégia de desenvolvimento do turismo nos grandes destinos internacionais**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio-Ambiente), UNA, Belo Horizonte, 2006.

BOLSON, J. G.; ÁLVARES, L. C. Descentralização e Democratização da Gestão Pública: a implantação dos circuitos turísticos em Minas Gerais. In: **III Seminário Internacional de Turismo do Mercosul**, 2005, Caxias do Sul. No prelo, 2005.

BOULLÓN, R. C. **Os municípios turísticos**. Bauru: Edusc, 2005.

BRASIL. Lei no. 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set 2001.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo; roteiros do Brasil; diretrizes políticas**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades.** Brasília: Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, 2009.

_____. Ministério do turismo. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2009.

BUENO. A. P. **Patrimônio paisagístico e turismo na ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística**. 2006. 234f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CENCIC, A. A harmonia pela diversidade na arquitetura de Berlim. **IH em Revista,** Belo Horizonte. V.1,n.1, p. 123-140, dez. 2004. p. 123-140.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS. **Inventário Hidrelétrico dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí.** Belo Horizonte, 2009.

CERTEAU , M.; GIARD, L. **A invenção do Cotidiano: 2**. Morar e Cozinhar. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

_____. **A invenção do cotidiano: 1**. Artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

CHAUÍ, M. Natureza, Cultura, Patrimônio Ambiental. In: LANNA, A. L. D. (Coord.) **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP.** São Paulo: EDUSP, 2003, p.47-55.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

CIRCUITO dos diamantes – um novo marco histórico. Disponível em: <www.circuitodosdiamantes.tur.br>. Acesso: 22 set. 2009.

CLAVAL P. **A geografia cultural.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORIOLANO, L. N.; MENDES, E. G. O turismo comunitário da Prainha do Canto Verde – Beberibe –CE. **Revista Estudos Turísticos**, no. 20, 2006.

_____; LEITÃO, C. Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in) sustentabilidades. **Pasos Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, Tenerife (ES), v. 6, p. 467-479, 2008.

COSTA, E. B. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)**. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COUTO, J. V. **Memória sobre as minas. Capitania de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

CUNHA, A. M.; MONTE-MÓR, R. L. A Tríade Urbana: Construção Coletiva do Espaço, Cultura e Economia na Passagem do Século XVIII para o XIX em Minas Gerais. **Anais do IX Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina, 2000. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/economia-mineira/diamantina-2000. Acesso em: 10 jan. 2010.

DECLARAÇÃO de Estocolmo de 1972. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 12 out.2009.

DECLARAÇÃO de Vancouver. Disponível em <www. http://www.comitepaz.org.br/Vancouver.htm>. Acesso em: 10 out 2009a.

DECLARAÇÃO de Istambul. Disponível em < http://www2.mre.gov.br/dts/dts.htm>. Acesso em: 10 out. 2009b.

DESCUBRAMINAS. Disponível em <http://www.descubraminas.com.br/estradareal/default.asp>. Acesso: 23 dez. 2009.

DINSMORE, P. C.; NETO, F. H. S. **Gerenciamento de Projetos. Como Gerenciar seu Projeto com Qualidade, dentro do Prazo e Custos Previstos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

DODSON, B.; KILIAN, D. De porto a playground – A revitalização da enseada de Victoria & Alfred, Cidade do Cabo. In: TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. (org.). **Gestão de turismo municipal. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos.** São Paulo: Futura, 2003. p. 193 - 221.

EVANS, K. Competição pelo espaço – patrimônio. O conflito entre residentes e turistas do Cairo. In: TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. (org.). **Gestão de turismo municipal. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos.** São Paulo: Futura, 2003. p. 245-262.

FALCÃO, J. A. G. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 63 –74.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, M. C.; MENEZES, P. M. L.; SILVA, M. V. L. C. Cartografia e Turismo: Discussão de conceitos aplicados às necessidades da cartografia turística. **Revista Brasileira de Cartografia**, no. 60/01, abr. 2008.

FERRARA, L. D. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 15 – 24.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, 2004.

FURTADO, J. F. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Orgs). **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

_____. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **O Livro da Capa Verde. O Regimento Diamantino no Período da Real Extração.** São Paulo: Annablume, 1996.

GALIZONI, F. M. Migrações, Família e Terra no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: **Anais do IX Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPAR/UFMG, 2000. Disponível em < http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/MARTINS.PDF>. Acesso em: 14 jul. 2010.

GAMA, P. Londres: Futurista por tradição. **Volta ao Mundo,** Lisboa, ano 9, no. 108 p. 68-96, set. 2003.

GÂNDARA, J. M. G. La calidad y la competitividad de los destinos turísticos urbanos. **Turismo- visão e ação**. ano 1, n.1 (jan. 1998). Itajaí: Editora da Univali, 2004, p. 69 –93.

GREGOTTI, V. **O território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc, Espaço, Tempo e Crítica. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e Outras Coisas**. Rio de Janeiro, no. 2, vol. 1, agosto 2007. Disponível em <http://www.uff.br>. Acesso em 12 jan. 2009.

HAIDINGER, R. Wall Street mediterrânea. **Volta ao Mundo**, Lisboa, ano 10, no. 118, p. 100-108, agosto 2004.

HALL, M. A tomada de decisão política e o planejamento centralizado – Darling Harbour, Sydney. In: TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. (Org.). **Gestão de turismo municipal. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos.** São Paulo: Futura, 2003. p. 21 –40.

HAZAN, V. M. O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. **Arquitextos/Vitruvius, Periódico mensal de arquitetura,** out. 2003. Disponível em: <http//www.vitruvius.com.br/arquitextos. Acesso em: 15 nov 2004.

IBGE –INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Planta Topográfica da Cidade do Serro.** Disponível em:< ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2007/MG/SERRO.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2010.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: < http://www.estradareal.org.br/estra_real/missa_objet.asp>. Acesso em 13 dez. 2009.

_____. **Catálogo de serviços; Caminho Velho de Paraty a Ouro Preto;** Estrada Real; Brasil. Belo Horizonte, 2006. Não paginado.

_____. **Estamos no caminho certo**. Belo Horizonte, 2005. Folheto.

IRÁZABAL, C. Fabricación de herencia y consumo de tradición: desarrollo, preservación y turismo en la era de la globalización. Belo Horizonte. **Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo**. v.1, n.1, (jan./jun) – 1999.

JARDIM, R. Espanha – de Madrid ao céu. **Volta ao Mundo,** Lisboa, ano 8, no. 96, p. 56-84, out. 2002.

KOLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora UNB, 1996.

KOTLER, P.; HAIDER, D.; REIN, I. **Marketing Público**. São Paulo: Makron Books, 1996.

_____. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson, 2000.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Ahar Editor, 2002.

LEÃO, F. **De volta à Estrada Real: uma viagem à pé pelas trilhas do século XVIII entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto**. Belo Horizonte: Rona Editora, 1999.

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução?** São Paulo: Hucitec, 2006a.

_____. **Em favor da paisagem. Paisagem e Ambiente – Especial Miranda Magnoli.** São Paulo: FAUUSP, n.21, 2006b, p.67-71.

_____. Mas, se o lugar nos engana, é por conta do mundo. In: BRANDÃO, M. (Org.). **Milton Santos e o Brasil. Território, lugares e saber**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Uso do território e investimento público**. Miemogr. S. d.

LIMMER, C. V. **Planejamento, Orçamento e Controle de Projetos e Obras**. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
MACEDO, S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999.

MAGNOLI, M. M. Paisagem pesquisa sobre o desenho do espaço. **Paisagem e Ambiente – Ensaios I**. 2 ed. São Paulo: FAUUSP, n.1, 1994.

MANGUEIRA garante visibilidade à Estrada Real. Governo do Estado de Minas Gerais. **Minasonline**. Disponível em: < http://agenciaminas.mg.gov.br/component/controlemultimidia/noticia?id=1669>. Acesso em: 03 jan. 2010.

MANO, E. B; PACHECO, É. B. A. V; BONELLI, C. M. C. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem**. São Paulo: Blucher, 2005.

MARTINS, M. L. A presença da fábrica no "Grande Empório do Norte": Surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: **Anais do IX Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina**: CEDEPAR/UFMG, 2000. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/MARTINS.PDF>. Acesso em: 14 jul. 2010.

MARX, M. Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. In: **Revista Barroco anos 90/92**, 1992. nr.15. p. 389 a 392.

MAWE, J. V**iagem ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes [1812].** Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

MENESES, J. N. C. A Terra de Quem Lavra e Semeia: Alimento e Cotidiano na Minas Colonial. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Orgs). **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 337-358.

_____. Produção de Alimentos e Atividade Econômica na Comarca do Serro Frio no Século XVIII. **Anais do IX Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina, 2000. Disponível em<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/economia-mineira/diamantina-2000/2.php>. Acesso em: 10 jan. 2010.

MINAS GERAIS. Decreto nº 39.399, de 21 de janeiro de 1998. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA no Estado de Minas Gerais e dá outras providências**. Belo Horizonte: 22 jan.1998.

_____. **Lei 13173 de 20/01/1999. Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real**. Belo Horizonte, 20, jan.,1999.

_____. Secretaria de Planejamento e Ação Governamental. **Plano Plurianual de Ação Governamental: 2004-2007**. Belo Horizonte, 2003b.

_____; Disponível em: <www. http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos>. Acesso em: 12 dez. 2009.

_____. Governador, 2003. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa**. Disponível em <http://www.mg.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2009.

_____. Governador, 2004. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa**. Disponível em <http://www.mg.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – PLANOVALE. **Plano Diretor de Recursos Hídricos para os Vales do Jequitinhonha e Pardo: R7 – Relatório do Plano Diretor**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, vol.1, jul. 1996.

MODELO vitorioso de desenvolvimento sustentável**. Roteiro da Estrada Real**. Belo Horizonte, ano 2, n.4, maio 2005.

MONTE-MÓR, R. L. **A Fisionomia das Cidades Mineradoras**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

MORAES, D. **Vianinha, Cúmplice de uma Paixão**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2000.

MORAES, F. B. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Orgs). **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 55-85.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar (A nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica**, n° 6, abril 1997, 1-11. Bauru. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/index_n_1_ano_.html>. Acesso em 12 jan. 2009.

MOURA, R. Cidades-modelo e a performance de Cingapura. **Arquitextos/Vitruvius, Periódico mensal de arquitetura.** Disponível em: <http//www.vitruvius.com.br/arquitextos>. Acesso em: 27 dez 2004.

NEVE no deserto**. Veja**, São Paulo, ed. 1934, ano 38, n. 49, 7 dez. 2005.

NOVAES, A. R. Cartografia jornalística, imagem e significado: um estudo da representação das drogas ilícitas na imprensa brasileira. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L.(Org.). **Espaço e cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

NOVOS roteiros turísticos mostram um Brasil cheio de cultura e ecoturismo. Brasil – Ministério do Turismo. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/200910193.html>. Acesso: 12 dez. 2009.

OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

PEIXOTO, R. A. A.;Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.299-318, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/viewFile/6359/3810>. Acesso em: 06 jan. 2009.

PHILLIPS, B. Reinventing Barcelona by the sea. **Newsweek** ,v.144, 23 ago. 2004, p. 61F-61Fol. Disponível em: <http://web31.epnet.com>. Acesso em: 23 dez. 2005.

PINTO, J. G. Planejamento estratégico e city marketing: a nova face das cidades no final do século XX. **Caminhos de Geografia – revista on line**. Programa de Pós-graduação em Geografia –UFU. Rio de Janeiro, mar/2001.

PIPA, A. Tudo para ser feliz. **Volta ao Mundo**, Lisboa, ano10 no. 109, p. 144-152, nov. 2003.

PNUD. **A sustentabilidade é a única saída**. 2004. Paulo Nogueira-Neto, criador do primeiro órgão ambiental do Brasil, fala sobre a origem do conceito de desenvolvimento

sustentável. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/entrevistas/index.php?id01=84&lay=mam>. Acesso em: 12 out. 2009.

_____.**Objetivos do Milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_7>. Acesso em 21 out. 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD; **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 13 mai. 2010.

PROJETO. In: **Dicionário Houaiss da Língua** Portuguesa. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/dicionarios/>. Acesso em: 03 jan. 2010.

QUEIROGA, E. F. Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do paisagismo. **Paisagem e Ambiente – Especial Miranda Magnoli**. São Pulo: FAUUSP, n.21, 2006. p. 57 – 66.

RENGER, F. Primórdios da Cartografia das Minas Gerais (1585-1735) dos Mitos aos Fatos. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Orgs). **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 103 – 145.

RIBEIRO, W. C. Globalização e geografia em Milton Santos. In: BRANDÃO, M. (Org.). **Milton Santos e o Brasil. Território, lugares e saber**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 55 – 62.

ROSSI, A. **A arquitetura da Cidade.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SÁ, J. A. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo no Estado de Minas Gerais: diagnóstico e estratégias.** Relatório. Banco Interamericano de Desenvolvimento. v.1, 2003.

SACHS, I. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & Vida. Alternativas em estudos ambientais**. Niterói, ano I, v.I, 2000. p.7-13.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Coleção Brasiliana. Vol. 210. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SANCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, n.1, p.115-132, 1999.

SANTIAGO, L. **Serro – Política, Geografia e Cultura**. Belo Horizonte: Edições Morada Santiago, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, Espaço. Tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **De la totalidad al lugar**. Barcelona: Oitos-tau, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2004

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, J. F. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais).** Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

SANTOS, M. **Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e diamantes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMITT, B. SIMONSON, A. **A estética do marketing: como criar e administrar a sua marca, imagem e identidade.** Trad.: Lúcia Simonini. São Paulo: Nobel, 2002.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <http:// http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=c&t=4&v=93&codunit=16020&z=t&o=4&i=P>. Acesso em: 13 mai. 2010.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

SILVA, J. M. P. História da Fundação do Império Brasileiro. In: SANTOS, J. F.; **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais).** Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

SILVA, M. G. L. **Cidades turísticas; identidades e cenários de lazer**. 2003. 176f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003

_____. **Cidades turísticas; identidades e cenários de lazer** São Paulo: Aleph, 2004.

SINGER, P. **Aprender Economia**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SIRKIS, A. Barcelona ecofuturista. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 19 jun. 2005. Viagem, p.4.

SOUZA, J. M. **Cidade: Momentos e Processos – Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro do Século XIX**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

UN DOCMENTS. **Our Common Future, Chapter 2: Towards Sustainable Development,** 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>. Acesso em 12 out. 2009.

UNESCO. **Recommendation on Participation by the People at Large in Cultural Life and their Contribution to It.** Paris, 1976. Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 22.12.2008.

_____. **Universal Declaration on Cultural Diversity.** Paris, 2001. Disponível em: <http://www.unesco.org> .Acesso em:22.12.2008.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3ª. ed. São Paulo: Stúdio Nobel: SESC, 2001.

VARELA, J. C. Mítica Xangai. Simbiose das épocas. **Volta ao Mundo**, Lisboa, ano 10, no. 109, p. 156-168, nov. 2003.

VASCONCELOS, S. A Formação Urbana do Arraial do Tejuco. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 14, 1959.

_____. **Arquitetura, Dois Estudos**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960.

_____. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais. **Revista Topos**, Belo Horizonte, v.1, n.1, 148-163, julho/dezembro de 1999.


Apêndices

APÊNDICE 1 - Indicadores de sustentabilidade da Agenda 21

O Brasil apresentou a sua própria Agenda 21, em julho de 2002, incluindo entre seus temas as Cidades Sustentáveis.

> Segundo a Agenda 21 Brasileira, a principal tarefa que se coloca aos gestores do território e especificamente do espaço urbano, é a de reorganizar o sistema de gestão, horizontalizando as instâncias de decisão. Resumidamente sugere-se, entre outras coisas, o incentivo ao surgimento e reforço de cidades médias, ou de assentamentos menores devidamente articulados em rede no contexto da dinâmica funcional de pólos maiores, representados pela grande cidade. Dar preferência a projetos integrados, de menor custo e impacto sócio ambiental. A dimensão ambiental deve ser incorporada às políticas setoriais urbanas (habitação, abastecimento, saneamento, ordenação do espaço urbano, entre outras.), utilizando critérios e indicadores sócio ambientais de melhoria da qualidade de vida, necessariamente atrelados a processos de validação social local (BRASIL, 2009, p. 5).

Nesse contexto, a Agenda 21 Brasileira propõe:

> -Que a gestão urbana se operacionalize por intermédio dos planos diretores e similares com uma visão integradora entre o meio rural e urbano, permitindo validar o município como espaço dinâmico e interdependente;
> -Ter como referência de planejamento outros arranjos espaciais e sócio funcionais como comitês de bacia, consórcios municipais, etc. nos seus pressupostos de sustentabilidade;
> -Outros fatores relevantes a esta construção são as necessárias inclusões dos custos ambientais e sociais dos projetos de infra-estrutura;
> -A promoção de mudança de comportamento do individual para o coletivo;
> -A internalização de novos hábitos de consumo mais saudáveis;
> -O uso do espaço urbano evitando o desperdício, entre outras formas de consumo urbano;
> -Incentivo à consolidação de arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, que devem agregar valor às atividades geradas localmente são fundamentais na produção de cidades sustentáveis, sempre e quando apoiadas em estruturas deliberativas e democráticas, devidamente institucionalizadas, atemporais, suprapartidárias e paritárias, entre sociedade civil e instituições governamentais (BRASIL, 2009, p. 5 – 7).

Outros indicadores da Agenda 21, relevantes para a nossa pesquisa: Do Capítulo 3 - Combate à pobreza: Oferecer urgentemente a todas as pessoas a oportunidade de ganhar a vida de forma sustentável; Centrar-se na atribuição de poder aos grupos locais e comunitários por meio do princípio da delegação de autoridade; Delegação de poder às comunidades; Reabilitação dos recursos degradados, introduzindo medidas políticas que promovam o uso sustentável dos recursos; Adotar políticas integradas voltadas para a sustentabilidade no

manejo dos centros urbanos. Do capítulo 7 - Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos: Aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos; Promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra; Integrar os serviços de infraestrutura ambiental: água, saneamento, drenagem e manejo dos resíduos sólidos; Sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos; Manejo dos assentamentos em áreas sujeitas a desastres; Promover atividades sustentáveis na construção; Capacitação dos recursos humanos para o avanço dos assentamentos humanos. Capítulo 9 - Proteção da atmosfera: Desenvolver e promover sistemas de transporte eficazes; Reduzir a poluição atmosférica e/ou limitar as emissões antrópicas dos gases que provocam o efeito estufa; A conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e ambientais; Fortalecer os sistemas de informação necessários para a tomada de decisões e a avaliação de alterações futuras no que diz respeito a uso e gerenciamento da terra. Capítulo 12 - Manejo de ecossistemas frágeis: Combater a degradação do solo; Melhorar o manejo dos recursos terrestres e hídricos; Apoiar organizações populares baseadas na comunidade, especialmente organizações de agricultores e criadores; Criar ou fortalecer organizações rurais encarregadas do manejo das terras das vilas e das áreas de pastoreio. Capítulo 18 - Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: Desenvolver o manejo integrado dos recursos hídricos; Abastecimento de água potável e saneamento; Proteção e conservação dos recursos hídricos; Prevenção e controle da poluição das águas; Desenvolvimento e aplicação de tecnologia limpa; Controle da descarga de resíduos industriais; Tratamento das águas residuais municipais; Desenvolvimento de métodos adequados de controle da poluição das águas, levando em consideração práticas salubres e tradicionais; Proteção das águas subterrâneas; Desenvolvimento de práticas agrícolas que não degradem as águas subterrâneas; Projetos e manejo de aterros sanitários baseados em informação hidrogeológica correta e avaliação de impacto, usando a melhor tecnologia disponível; Reabilitação de massas aquáticas poluídas ou degradadas para restaurar hábitats e ecossistemas aquáticos; Monitoramento e vigilância dos recursos hídricos e de águas receptoras de resíduos; Abastecimento de água e saneamento para os pobres das zonas rurais sem esses serviços. Capítulo 40 - Informação para a tomada de decisões: Melhoria da disponibilidade da informação; Desenvolvimento de indicadores do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2009).

APÊNDICE 2 - Indicadores das Agendas Habitat I e II

Habitat I: Abastecimento domiciliar de água; Coleta de água servida, com destinação final (estação de tratamento e posterior retorno ao curso d´água); Coleta e tratamento do lixo doméstico; Infraestrutura viária adequada; Existência de áreas verdes suficientes ao exercício das atividades de lazer; Existência de equipamentos sociais de educação e saúde em qualidade e quantidade suficiente para atender toda população; Adequação quanto à concentração humana; Adequação quanto à qualidade da habitação – com número de cômodos adequados ao tamanho das famílias, e que seja segura e duradoura; Geração de emprego e renda que permita às populações habitar em seu espaço; Inexistência de conflitos fundiários (DECLARAÇÃO, 2009a).

Habitat II: Estruturas duráveis; Área suficiente para viver; Preço da Habitação; Posse segura; Moradia segura; Financiamento de habitações; Relação preço da terra versus ingresso no mercado de terra; Acesso à água potável; Acesso melhorado ao saneamento; Conexões internas ao domicílio; Mortalidade Infantil; Homicídios; Violência Urbana; Incidência de HIV; Habitações pobres; Taxa de alfabetização; Inclusão de gênero; Taxa de Mortalidade; Parlamentares mulheres; Crescimento da população urbana; Assentamentos planejados; Preço da água; Consumo da água; Águas residuais tratadas; Eliminação dos dejetos sólidos; Prevenção de desastres e instrumentos de mitigação; Proporção de habitações sujeitas a riscos; Tempo de traslado casa x trabalho; Modos de transporte; Nível de implementação de planos ambientais locais; Emprego formal; Produção formal; Ingressos no governo local; Descentralização; Participação cidadã; Participação de eleitores; Associações civis; Transparência e responsabilidade (DECLARAÇÃO, 2009b).

APÊNDICE 3 –Alguns exemplos das 53 Fichas de Análise Visual do Sistema de Objetos preenchidas em campo (21 em São Gonçalo e 32 em Milho Verde)

Análise visual do sistema de objetos

Local MILHO VERDE

Setor (1)

Rua DIREITA

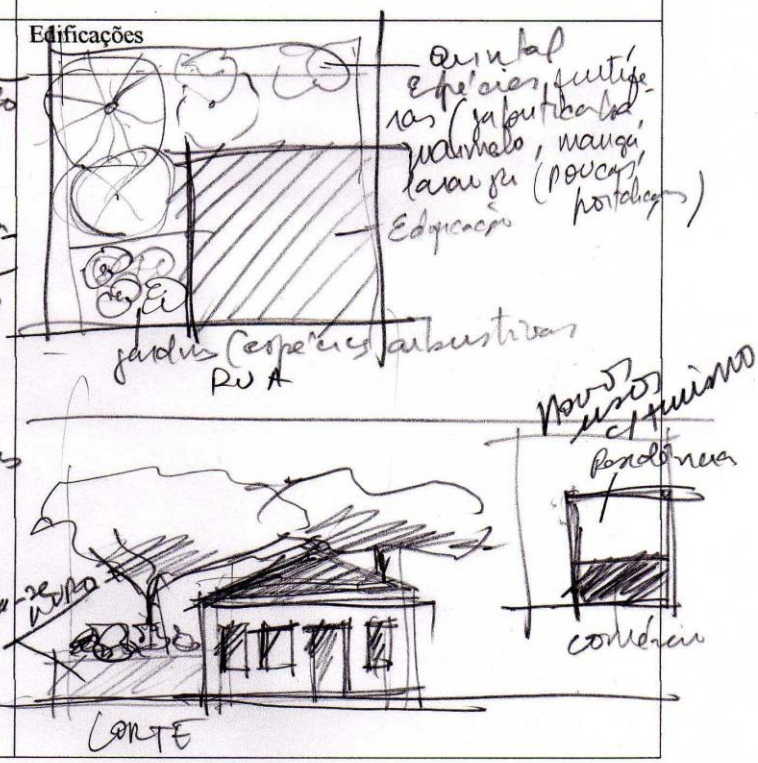
Observações

- Sendo das melhores infraestruturas da localidade - água, energia, telefone
- Predomínio do uso residencial
- 1 pav. Edificação até o século XIX.
- Encontrado apenas 1 exemplar séc. XX (ano 46±)
- Péssimo estado de conservação das casas e vias.
- Uma grande propriedade rural (Coronel - autêntico) condiciona e limita a expansão p/ oeste.
- Antigas residências transformadas em pousadas (são muitas vezes alugadas) e restaurantes (Restaurante do Nelson.

Espaços livres

- Veículos ocupam espaço destinado pedestres
- Ausência de passeios
- Rua sem calçamento, ou com pequenos trechos que ainda permanecem calçados.
- Faixas laterais gramadas.
- Igreja não ultrapassa 6m.
- Cores passam fundo com a rua!
- Descaso

Edificações

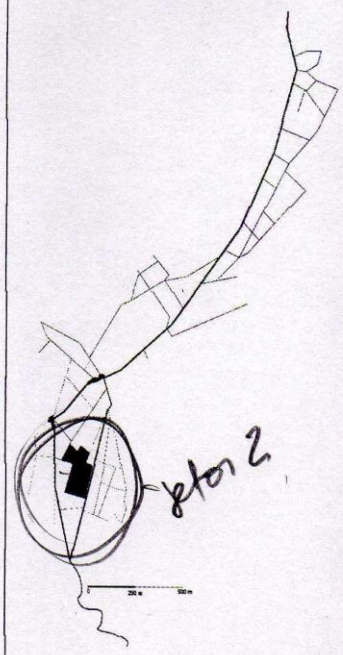


Análise visual do sistema de objetos

Local ~~Largo~~ Largo do Rosário - Minho Verde

Setor 2

Rua ~~Largo~~ Largo do Rosário (ver foto de 2006)



Observações

Indicações mais recentes que as do setor 1 demonstrando expansão posterior da localidade - ver e estudar histórico.

Ver histórico e datação; tentar verificar ampliação; possível de datas.

- Os 1os adventícios começaram a edificar nas proximidades (2ª residência) nesta área, segundo relatos, moradores mudaram-se p/ Capivari - glebas não divididas.

- Anos 90 e 2000 ou mais: ampliações das edificações na gleba - ocupação desde o alinhamento, depois: ocupação dos fundos e laterais.

- Atualmente: verticalização para aluguel por temporada ou comércio (tendência sobe)

Espaços livres

- foram agrupados todos os maiores espaços livres da localidade

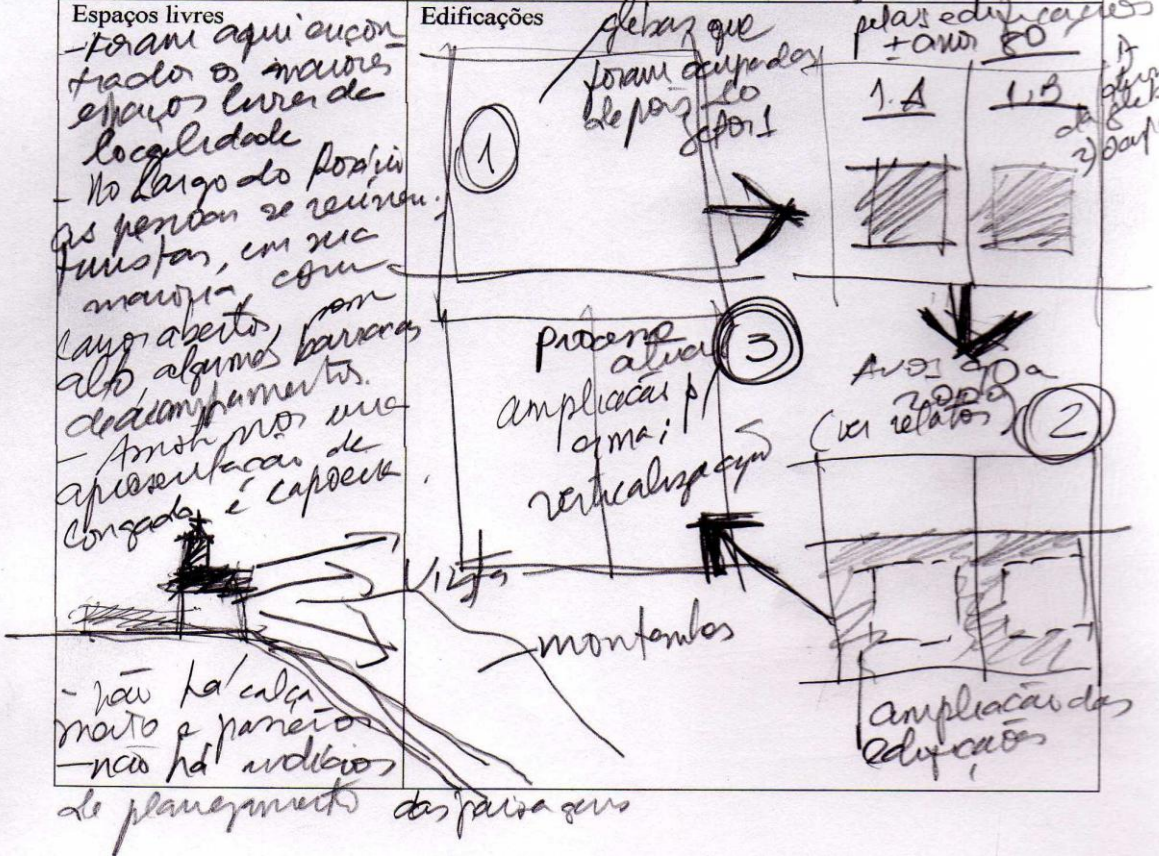
- No Largo do Rosário as pessoas se reúnem, fumam, em uma mureta com vãos abertos, por onde alguns barcos desembarcam.

- Antigamente uma apresentação de capoeira

- Não há calçamento e passeios

- não há indícios de planejamento das paisagens

Edificações



Análise visual do sistema de objetos

Local Milho Verde

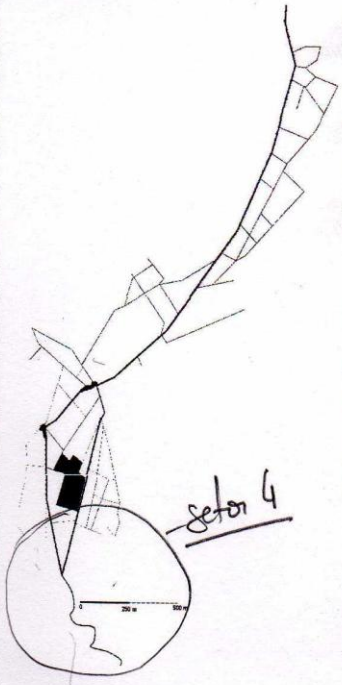
Setor (4)

Rua Direita, na entrada do bairro, continuação da Estrada Serro - Milho Verde.

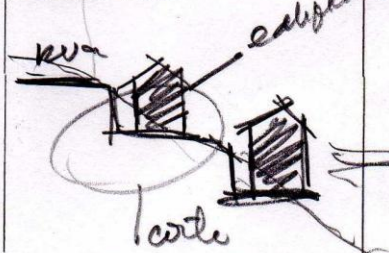
Observações

Orientação sul, saída para o Serro.

- Áreas que declividade elevada, quando parte expressiva está acima de 47% (carta topográfica do IBGE)
- Ocupação recente: quase todas as edificações estão sendo construídas agora
- Antes de terminadas, as edificações já ganham aviso de "alugá-se p/ temporada"
- Vegetação: não se vê qualquer placa de responsável técnico.
- Edificações sem técnica ou projeto arquitetônico.
- Malha ventrícula.
- Denote descaso da municipalidade com a ocupação irregular de áreas que deveriam ser preservadas.
- fotos 185 a 202

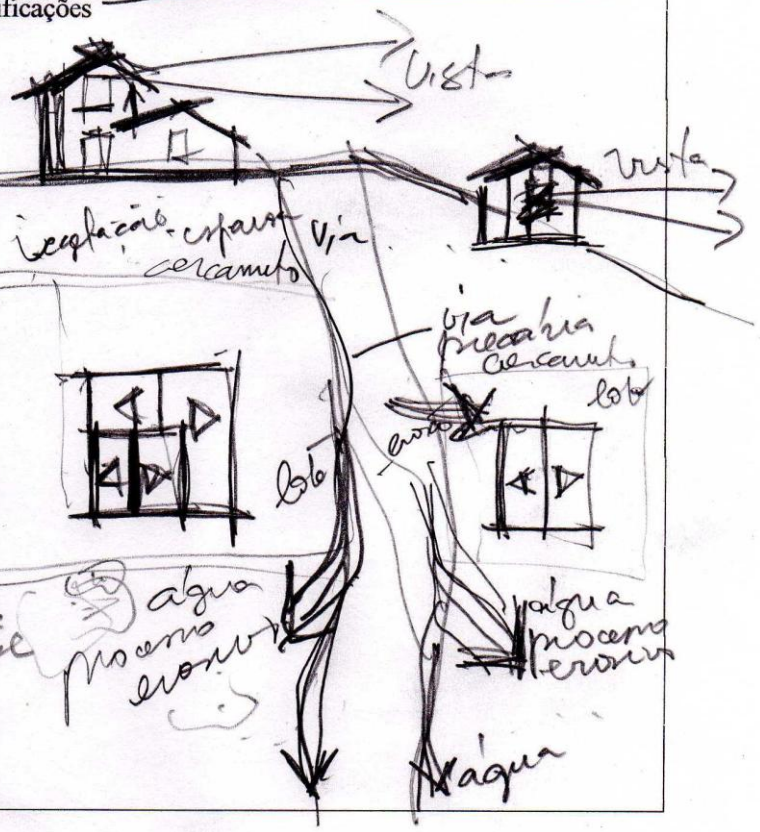


Espaços livres



- Cortes mal feitos expondo solo saprolítico.
- Pequena cobertura sobre rochas estruturadas que ficam expostas a processo erosivo
- Ruas em altas declividade, sem rugosidade e sujeita de contenção e coleta de água pluvial ou para piscinas.
- Rede de luz
- Erosão em todas as ruas

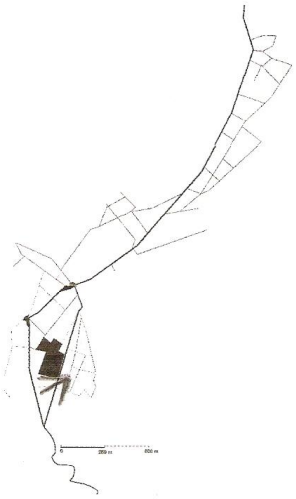
Edificações



Análise visual do sistema de objetos

Local: Milho Verde

Setor: 2 **Rua:** conhecida por Manoel Expedito FOT. 69 a 87



Observações



Espaços livres

→RUA SEM CALÇAMENTO; SEM SISTEMA DE COLETA DE ÁGUA PLUVIAL.

→VEGETAÇÃO RASTEIRA OU ARBUSTIVA SEM PAISAGISMO.

→ PREFENÇA DE ENTULHOS DE CONSTRUÇÃO

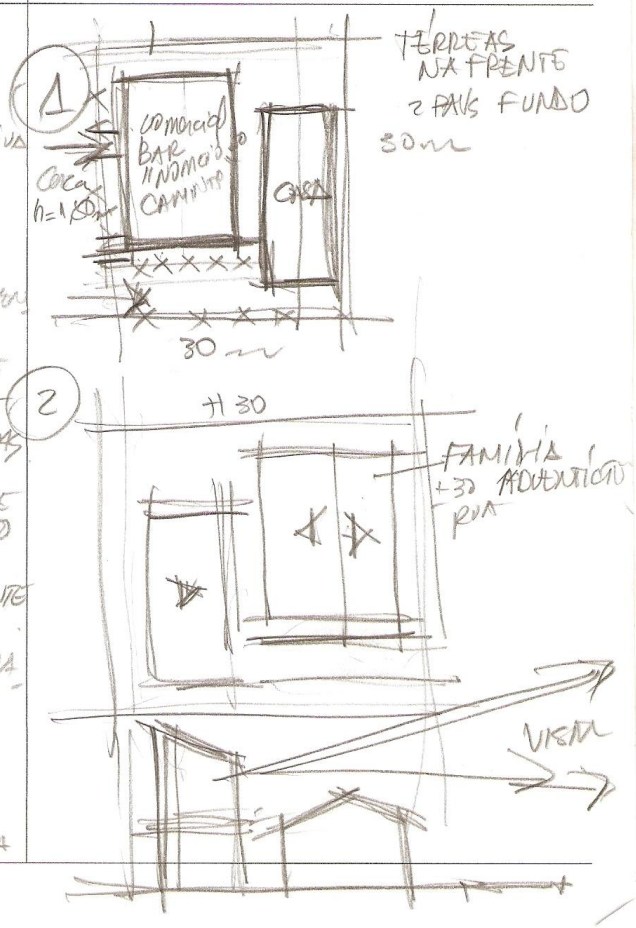
→ ÁREAS CONTÍGUAS AO ARRUAMENTO, SEM DEMARCAÇÃO OU PRESENÇA DE LIMITES QUE DEFINAM OU DEMARQUEM ~~A~~ DE ~~REF~~ ÁREAS PÚBLICAS OU PRIVADAS

→ INEXISTÊNCIA DE EQ. ATIVIDADE OU INDÍCIO DE PLANEJAMENTO DA PAISAGEM.

→ RUA DE IMPLANTAÇÃO + RECENTE (80, 90) (*VERIFICAR). RELATOS APONTAM PARA OCUPAÇÃO POR ADVENTÍCIOS (VER QUESTIONÁRIOS &PEDRO; "NO MEIO DO CAMINHO".

→ TURISMO DE ~~2ª~~ RESIDÊNCIA

Edificações



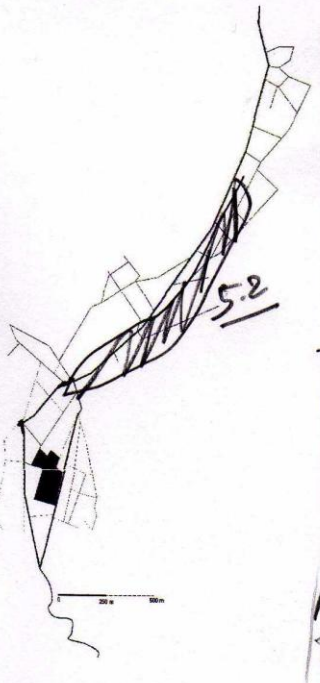
Análise visual do sistema de objetos

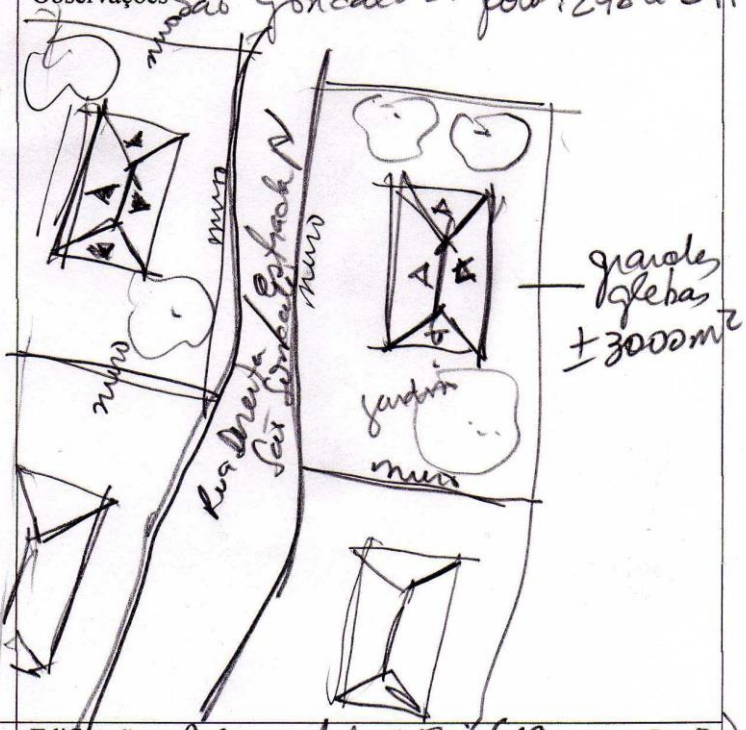
Local Morro Verde

Setor 5 (= 5.2)

Rua Direita, no setor 5.2, que continua p/ São Gonçalo - foto: 298 a 341

Observações



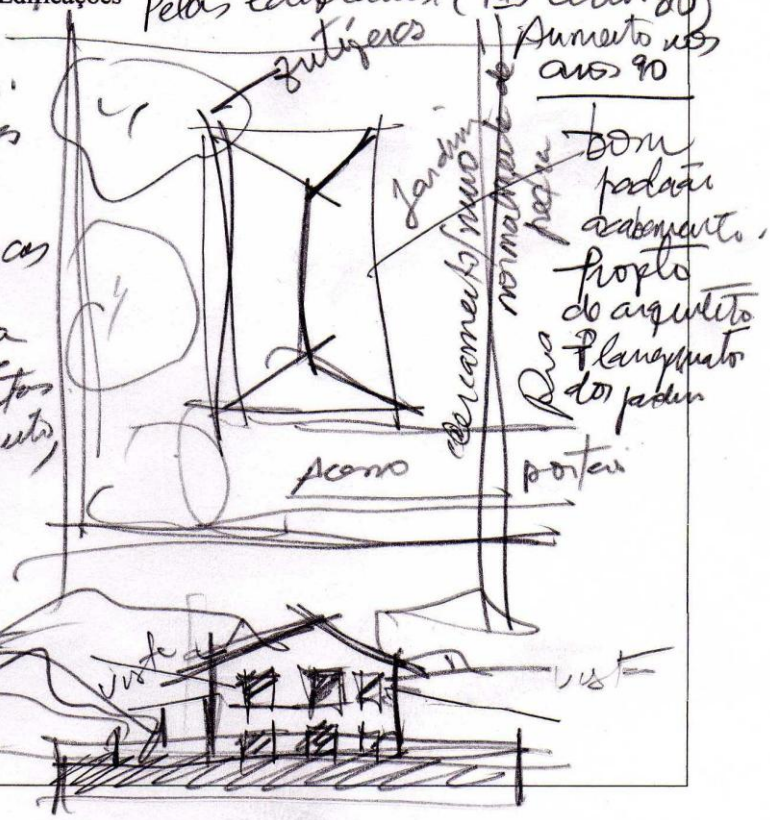


Espaços livres

Ocupação de terrenos ao lado direito da Rua Direita.
- Ocupação de áreas proibidas pela APA (ver foto 315, 316 e 317 com placas proibitivas)
- Processo continua em curso; vegetação constituída por árvores frutíferas
- Ruas sem calçamento, sem planejamento da paisagem, sem passeio!
- Presença de rede elétrica e de telefone nas áreas livres e abandono.

Edificações

Pelas edificações (19 anos 80 Aumento nos anos 90



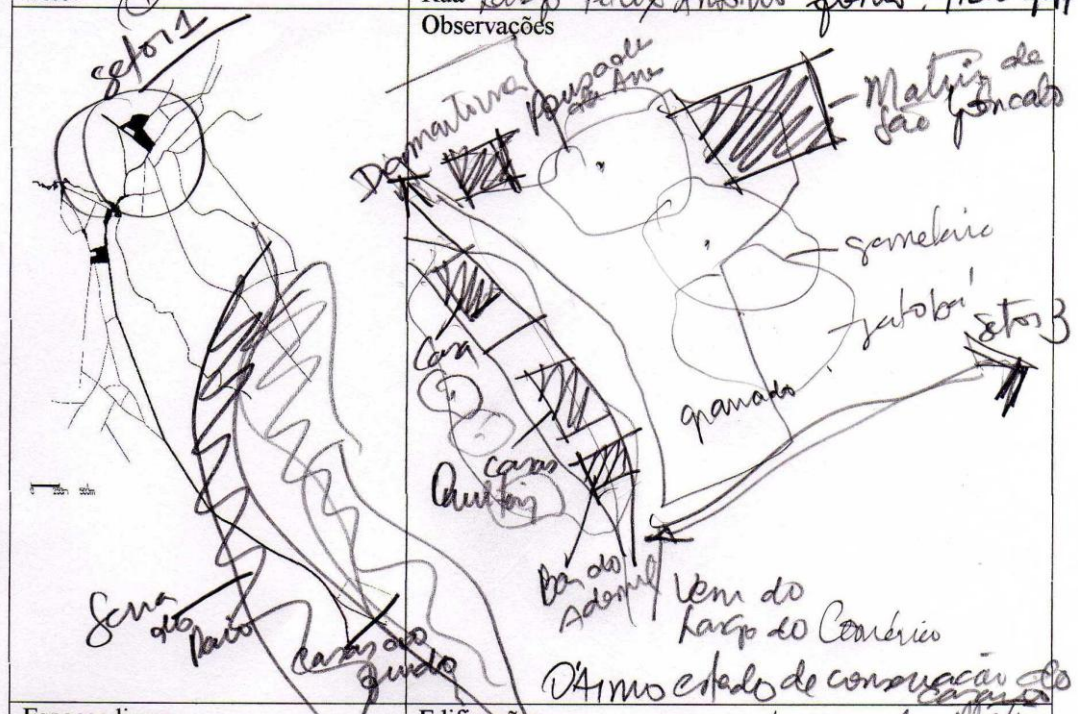
Análise visual do sistema de objetos

Local São Gonçalo.

Setor 1

Rua Largo Felix Antonio ~~porta~~ ; 412a 444

Observações

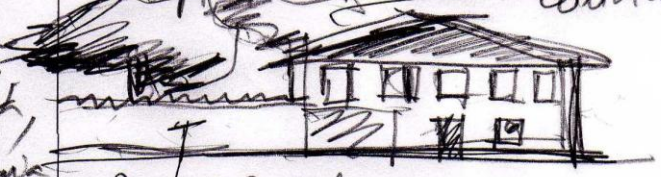


Espaços livres

Largo cai da Matriz para o vale em declive gramado com grandes e frondosas árvores.
Há cuidado com os espaços livres não só pela limpeza mas pelo corte do gramado, das árvores, pela caiação das pedras, pelo banco de madeira reimem a população após a mudança de piso em torno do Largo em calçamento pé-de-moleque muito bem preservado!
Faixas gramadas laterais às vias.
Usos: estudo

Edificações

Figuras em torno da Matriz de São Gonçalo
Uso residencial com algumas adaptações p/ pousada e bar.





No alinhamento / quintais laterais e de fundo: frutíferas, jabuticabeiras, limoeiro, mamoeiro, caraguatá, goiabeiras; quintais antigos

Último estado de conservação do casario

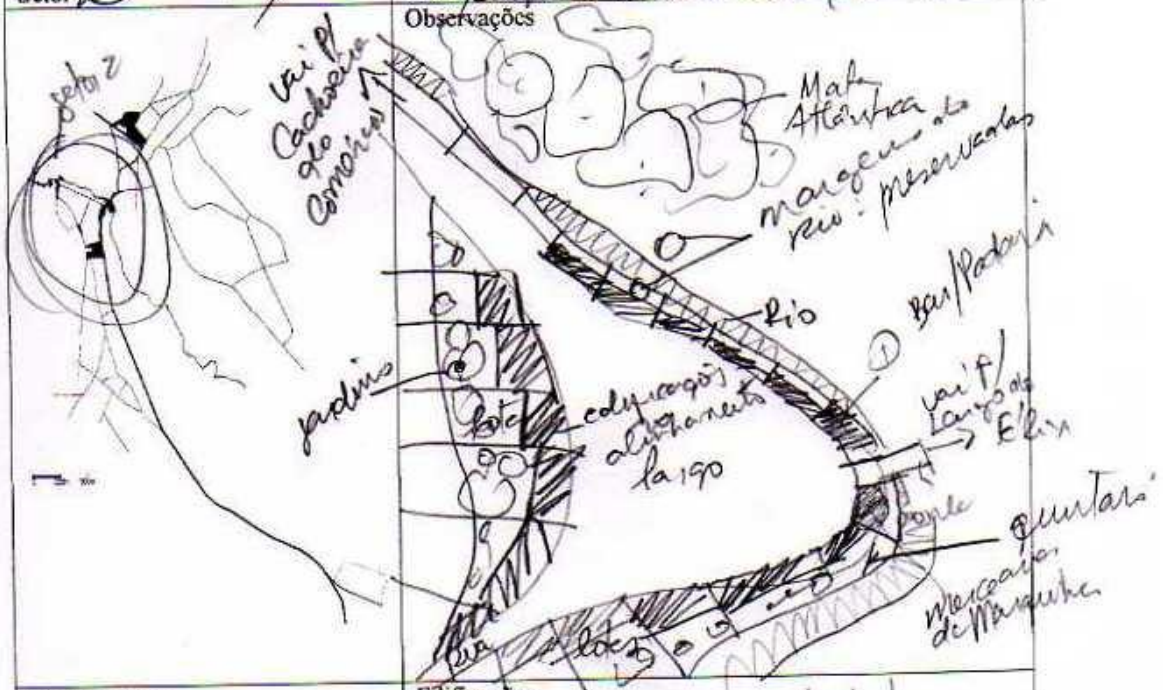
Análise visual do sistema de objetos

Local São Gonçalo

Setor 2

Rua Largo do Comércio (nºs 445-492)

Observações



Espaços livres

- Forte presença do rio, que limpo, atravessa todo o largo.
- O relevo plano facilita a apropriação e a leitura do espaço.
- espaços livres bem cuidados e vigiados, com os quintais das casas formando um todo paisagístico bem agradável.
- Presença de vegetação nas margens de todo o rio.

Cachoeira é 1 espaço de encontro de moradores e turistas.

Edificações

- Região + plano do distrito.

O Rio tem presença forte: preservado, constantemente, turistas e crianças estão banhando-se nas águas.

- O Comércio onde é explorado pelos valores,
- todas as edificações construídas no alinhamento, ~~de pau~~ têm quintais com suas árvores frutíferas abrigado-e para o rio.

Não se observou verticalização ou desmembramento do lote.

- Casarios guarda as características das edificações do século XIX.
- Cachoeira do Comércio é uma cachoeira urbana, limpa e bem preservada.

APÊNDICE 4 - Formulário Pré-Codificado B – Entrevistas com Gestores e Informantes-Chave para Avaliação da Sustentabilidade das Paisagens

Localidade: ( ) Milho Verde ( ) São Gonçalo
Nome: Órgão: Função:
B.1 - A população participa da formulação e gestão das políticas públicas no Distrito? Em caso afirmativo, como se dá essa participação? B.2 – O planejamento é multisetorial? Em caso afirmativo, como ele ocorre? B.3 – Há Plano Diretor para o Distrito? Em caso afirmativo, como ele aborda a questão do turismo? B.4 – Os projetos públicos para o Distrito preocupam-se com a questão ambiental? Em caso afirmativo, como? B.5 – O município atua de forma consorciada com outros municípios? Em caso afirmativo, em que áreas? B.6 – O preço da moradia é acessível no Distrito? B.7 – Há apoio ou incentivos para a constituição e formação de organizações civis? B.8 - As políticas públicas praticadas no Distrito são integradas? B.9 – Há políticas públicas de preservação do patrimônio cultural? Em caso afirmativo, quais? B.10 – Existem projetos e ações de combate à degradação do solo e proteção dos mananciais?Em caso afirmativo, quais são os principais? B.11 – Na sua opinião, há um monitoramento e vigilância do uso de ecossistemas frágeis? B.12 - Na sua opinião, há um controle das práticas turísticas em áreas naturais? B.13 – Há efetiva preservação de APPs? B.14 – Há controle sobre as práticas turísticas em áreas naturais?

APÊNDICE 5 - Formulário Pré-Codificado C – Entrevista Padronizada com Moradores para a Investigação de Verticalidades e Sustentabilidade das Paisagens

Distrito: ( ) Milho Verde
( ) São Gonçalo

C1. Sexo: ( ) M ( ) F

C.2. Estado civil:

C3. Idade:

C4. Escolaridade:

C5. Ocupação:

C6. Renda familiar:

C7. Participa ou já participou de atividades de planejamento ou discussão de problemas da sua comunidade?

C8. O preço da moradia no Distrito é:
( )alto ( )aceitável( )baixo ( )não sabe

C9. Como qualifica os serviços de educação do seu Distrito?
( )bons( )adequados( )ruins

C10. Como qualifica os serviços de saúde do seu Distrito?
( )bons( )adequados( )ruins ( )péssimos

C11. Como qualifica os serviços de transporte do seu Distrito?
( )bons( )adequados( ) ruins( )não sabe

C12. Como você avalia a segurança pública no Distrito:
( )ótima( )boa( )regular( ) ruim( )péssima

C13. Na sua opinião, o turismo no Distrito gera:( )muitos conflitos( )alguns
( )poucos ( ) nenhum

C14. Quais são os principais fatores geradores destes conflitos?

C15. Como considera a atividade turística para sua comunidade? ( )muito importante
( )importante ( )pouco importante ( ) não sabe.

C16. Conhece o projeto Estrada Real? ( )sim ( ) não

C17. Você acha que o Projeto Estrada Real trará benefícios para você e sua família? Em caso afirmativo, quais?